

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

MARCELO ABRANTES LINGUITTE

**Avaliação da contribuição de projetos socioambientais desenvolvidos por empresas
para o aprimoramento da agenda de sustentabilidade urbana em municípios de
pequeno porte no Brasil**

São Paulo

2022

MARCELO ABRANTES LINGUITTE

**AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS
DESENVOLVIDOS POR EMPRESAS PARA O APRIMORAMENTO DA AGENDA
DE SUSTENTABILIDADE URBANA EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
NO BRASIL**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada à Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo para obtenção de título de
Mestre em Ciências

Área de Concentração: Engenharia de Construção Civil
e Urbana.

Orientadora: Profa. Dra. Karin Regina de Castro Marins.

SÃO PAULO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Este exemplar foi revisado e corrigido em relação à versão original, sob responsabilidade única do autor e com a anuência de seu orientador.

São Paulo, _____ de _____ de _____

Assinatura do autor: _____

Assinatura do orientador: _____

Catálogo-na-publicação

Linguitte, Marcelo Abrantes

Avaliação da contribuição de projetos socioambientais desenvolvidos por empresas para o aprimoramento da agenda de sustentabilidade urbana em municípios de pequeno porte no Brasil / M. A. Linguitte -- versão corr. -- São Paulo, 2022.

185 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil.

1.Cidades sustentáveis 2.Investimento social privado 3.Gestão urbana 4.IDHM 5.Parcerias I.Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. Departamento de Engenharia de Construção Civil II.t.

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.*

(Fernando Pessoa, In: Mar Português, Possessio Maris, Padrão)

DEDICATÓRIA

À minha mãe Darci, sempre presente, sempre intercedendo, e a meu pai, Hedemar (in memoriam). A eles, gratidão pelo suporte que me permitiu construir o que construí e por terem dedicado suas vidas à nossa família e à felicidade de seus filhos.

À minha esposa Marcella e a meus filhos, Pedro e Clara, por todo amor, incentivo, apoio e compreensão. Nada disso teria sentido se vocês não existissem em minha vida. Nada.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Karin, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes para que eu pudesse concluir o mestrado. Nas tantas vezes em que nos reunimos – na maior parte remotamente, devido à pandemia – reconheço que, em algumas delas, embora eu chegasse desestimulado, seu incentivo me dava novo ânimo para continuar. Obrigado pela paciência. Tenho certeza que não chegaria a este ponto sem o seu apoio. Muita gratidão.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina e Prof^a Sonia Regina Paulino, e ao Prof. Vanderley M. John, da banca de qualificação, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

Aos professores e professoras de pós-graduação do Departamento de Construção Civil da Poli, bem como aos demais professores das disciplinas cursadas na USP, pela dedicação, competência, apoio e todo conhecimento compartilhado.

Ao amigo, Fernando Penedo, que me deu a oportunidade de acessar o universo da sustentabilidade urbana e envolver-me com projetos relevantes nesse tema.

Aos queridos Oded Grajew e Valdemar de Oliveira Neto, que me introduziram no mundo da Responsabilidade Social Empresarial, quando, ainda, ninguém falava sobre isso. Visionários e inspirações constantes.

A Carlo Pereira, diretor executivo do Pacto Global, que contribuiu para meu amadurecimento como profissional na área de sustentabilidade.

A Francisco Almeida, diretor presidente da Mútua, por sua referência como gestor e pela oportunidade de novos e instigantes desafios. Tenho aprendido muito.

A todos os clientes de consultoria e colegas de trabalho, sem distinção. Sou-lhes bastante grato.

A Rosemary Vianna, sócia generosa, que tanto me ajudou e inspirou.

A Andrea Nosek Lengyel. Sua escuta e suas pontuações me ajudaram a concluir esta etapa.

A Maria Alice Barros, mãe dos meus filhos, por seu suporte a eles, permitindo-me dedicar tempo a este projeto.

A meus irmãos Fábio e Renata, pelo carinho e atenção constantes. Vocês são especiais.

A todos que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a chegar até aqui. E há muitos nesse grupo. Muito obrigado de coração.

A Deus, que habita em mim, por ter-me iluminado em mais uma jornada e por sua voz invisível, que não me permitiu desistir e, principalmente, pelas pessoas tão especiais que me permitiu conhecer. É por sua generosidade que tenho tido tanto.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Meu agradecimento mais profundo é dedicado a três pessoas: Marcella, Pedro e Clara. Todo o tempo a meu lado, incondicionalmente. Nos momentos mais difíceis deste projeto – o que não foi raro – sempre me fizeram acreditar que eu seria capaz. Sou grato por cada gesto carinhoso, cada palavra encorajadora, cada sorriso por um pequeno avanço. Obrigado a vocês, meus grandes amores.

RESUMO

O tema do desenvolvimento sustentável tem crescido de forma significativa e é consenso a relevância das cidades para o sucesso dessa agenda. No entanto, há a percepção de que a sustentabilidade urbana somente poderá ser alcançada se, além da atuação do poder público, houver a participação e engajamento ativo de todos os atores do território, incluindo empresas. Do ponto de vista dessas organizações, devido ao aumento da relevância do tema de sustentabilidade, ampliou-se o desenvolvimento de projetos socioambientais empresariais voltados ao fortalecimento da agenda de sustentabilidade urbana, principalmente aqueles concentrados em iniciativas de Investimento Social Privado (ISP). No entanto, nem todos os projetos empresariais em cidades sustentáveis produzem os resultados esperados e este estudo avaliou essa questão, ou, em outras palavras, se os projetos socioambientais empresariais, fruto de seu ISP e voltados para a promoção da sustentabilidade urbana produziram, realmente, resultados positivos e mensuráveis para os municípios de pequeno porte no Brasil. Adicionalmente, nos casos em que a resposta foi positiva, este estudo identificou as características que esses projetos possuíam para terem gerado os melhores resultados, em termos de avanço da agenda de sustentabilidade urbana. Essa identificação resultou em uma proposta de um conjunto de características para futuros projetos. A partir de uma base amostral de 109 projetos desenvolvidos por empresas em 680 municípios brasileiros com até 100 mil habitantes, este estudo concluiu que, efetivamente, há uma associação positiva entre maiores evoluções do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e projetos de ISP implantados nesses municípios, mas, que essa associação não é regular entre todos os municípios da amostra, devido às grandes alterações encontradas nas variações do IDHM. No entanto, ao se aplicar a técnica de *clustering* às variações do IDHM dos municípios, percebeu-se maior homogeneidade na associação. O *clustering* permitiu identificar as maiores variações do IDHM em municípios com população próxima a 22 mil habitantes e onde haviam sido implantados, no mínimo dois projetos diferentes. Além disso, ao se selecionar um grupo de indicadores prevalentes nas principais referências em sustentabilidade urbana, os projetos do *cluster* de maior evolução do IDHM possuíam características tais que impactavam mais de quatro desses indicadores, em diferentes dimensões da agenda sustentabilidade urbana, o que confere uma característica mais sistêmica a esses projetos quando comparados com aqueles de *clusters* com menor variação do IDHM. Ademais, houve uma tendência de que, na amostra considerada, os projetos no *cluster* com variações superiores de IDHM, normalmente, considerassem os temas de gestão de resíduos sólidos, água, uso do solo/ordenamento territorial, mobilidade / transporte, mercado laboral, saúde e educação. Adicionalmente, os resultados indicaram que municípios com maior variação positiva de IDHM tinham projetos que envolveram um maior número e uma maior diversidade de atores. Segundo o estudo, o *cluster* com os melhores resultados no IDHM aglutinava projetos com pelo menos cinco tipos diferentes de parceiros em seu desenvolvimento: a própria empresa idealizadora do projeto, outras empresas que operam na região, organizações da sociedade civil com atuação regional ou nacional e o executivo municipal.

Palavras-chave: Cidades sustentáveis. Investimento social privado. IDHM. Gestão urbana. Indicadores de sustentabilidade urbana. Parcerias. *Framework*.

ABSTRACT

The theme of sustainable development has grown significantly and there is consensus on the relevance of cities for the success of this agenda. However, there is a perception that urban sustainability can only be achieved if, in addition to the action of the public power, there is the participation and active engagement of all actors in the territory, including companies. From the point of view of these organizations, due to the increased relevance of the sustainability theme, the development of socio-environmental business projects aimed at strengthening the urban sustainability agenda was expanded, especially those focused on philanthropy initiatives. However, not all business projects focused on sustainable cities produce the expected results and this study assessed this issue, or, in other words, whether the socio-environmental business projects, arising from their philanthropic initiatives and aimed at promoting urban sustainability, produced positive and measurable results for small municipalities in Brazil. Additionally, in the cases with a positive answer, this study identified the characteristics that these projects had that allowed them to generate the best results, in terms of advancing the urban sustainability agenda. This identification resulted in a set of proposed characteristics for future projects. Based on a sample base of 109 projects developed by companies in 680 Brazilian municipalities with up to 100 thousand inhabitants, this study concluded that, effectively, there is a positive association between higher evolutions of the Municipal Human Development Index (MHDI) and philanthropic projects implemented in these municipalities, but that this association is not regular among all the municipalities in the sample, due to the large changes in the MHDI variations that were found. However, when applying the clustering technique to the variations of the MHDI of the municipalities, greater homogeneity in the association began to be perceived. Clustering allowed us to identify that the greatest variations of the MHDI were in municipalities with a population close to 22 thousand inhabitants and where at least two different projects had been implemented. In addition, when selecting a group of indicators prevalent in the main references in urban sustainability, the projects of the cluster with the greatest evolution of the MHDI had characteristics such that they impacted more than four of these indicators, in different dimensions of the urban sustainability agenda, which gives a more systemic characteristic to these projects when compared to those of clusters with less variation of the MHDI. Furthermore, there was a tendency for the projects in the cluster with higher variations of the MHDI to consider the themes of solid waste management, water, land use/territorial planning, mobility/transport, labor market, health, and education. Additionally, the results indicated that municipalities with greater positive variation in the IDHM had projects that involved a greater number and a greater diversity of actors, which is an interesting feature for the design of future business projects in Corporate Philanthropy. According to the study, the cluster with the best results in the IMHDI brought together projects with at least five different types of partners in their development: the company that created the project itself, other companies operating in the region, civil society organizations with regional or national operations and the municipal executive.

Keywords: Sustainable cities. Corporate Philanthropy. MHDI. Urban management. Urban sustainability indicators. Partnerships. Framework.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de aglomerações urbanas no mundo e suas populações.....	31
Tabela 2: Relação de organizações que desenvolvem projetos em sustentabilidade urbana, com indicação de sua categoria (empresa, instituto ou fundação empresarial), e quantidade de projetos desenvolvidos por elas.	69
Tabela 3: Indicadores considerados prevalentes em sustentabilidade urbana.....	73
Tabela 4: Identificação dos clusters a partir da associação da variação média do IDHM da amostra (μ) a seu desvio padrão.	77
Tabela 5: Identificação dos macrogrupos de parceiros envolvidos nos projetos.	79
Tabela 6: <i>Framework</i> para que projetos em ISP gerem resultados superiores em termos de avanço na agenda de sustentabilidade urbana.	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas da metodologia.....	23
Figura 2: Mosaico dos diferentes temas que compõem a agenda de sustentabilidade urbana.	40
Figura 3: Convergência de interesses entre práticas socioambientais e práticas de negócio.	49
Figura 4: <i>Continuum</i> de ações socioambientais: iniciativas menos estruturadas tendem a ser filantrópicas; já as mais estruturadas são consideradas ISP	50
Figura 5: A pirâmide da responsabilidade social empresarial.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Temas que foram objeto de levantamento bibliográfico.	24
Quadro 2: Linhas de definição sobre sustentabilidade urbana e conceitos correlatos.....	36
Quadro 3: Critérios de exclusão aplicados aos projetos, quantidades excluídas e projetos que serão considerados.	73
Quadro 4: Comparação das variáveis de análise dos clusters.	80
Quadro 5: Estágios de envolvimento de empresas com temas de sustentabilidade urbana.	82
Quadro 6: Critérios adotados para avaliar as práticas empresariais em sustentabilidade urbana.....	84
Quadro 7: Aplicação dos critérios que caracterizam projetos de sucesso aos projetos implantados nos municípios do Cluster 1 (maior evolução do IDHM entre 2000 e 2010) – Parte 1.....	86
Quadro 8: Aplicação dos critérios que caracterizam projetos de sucesso aos projetos implantados nos municípios do Cluster 1 (maior evolução do IDHM entre 2000 e 2010) – Parte 2.....	87
Quadro 9: Aplicação dos critérios que caracterizam projetos de sucesso aos projetos implantados nos municípios do Cluster 1 (maior evolução do IDHM entre 2000 e 2010) – Parte 3.....	88

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDSSE	Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial
FGVces	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Gife	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
ISP	Investimento Social Privado
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE SIGLAS	12
1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVO	22
2.1 Objetivo Geral	22
2.2 Objetivos Específicos	22
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	23
4. EMBASAMENTO TEÓRICO	28
4.1 Sustentabilidade e Cidades	28
4.2 A sustentabilidade do mundo depende da sustentabilidade nas cidades	29
4.3 Visões sobre Sustentabilidade Urbana	32
4.4 Agenda e Métricas de Sustentabilidade Urbana	37
4.5 Investimento Social Privado	43
4.6 A participação de empresas na agenda de sustentabilidade urbana	50
4.7 Parcerias para a sustentabilidade urbana	56
5. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS NO BRASIL	67
5.1 Identificação de empresas que desenvolvem projetos relacionados a agenda de sustentabilidade urbana em municípios brasileiros	67
5.2 Levantamento e sistematização de projetos desenvolvidos pelas empresas da base identificada	68
5.3 Identificação dos projetos que serão avaliados	71
5.4 Seleção dos municípios para análise da variação do IDHM	74
5.5 Cálculo da evolução do IDHM	75
5.6 Cálculo das variáveis que irão permitir a análise da correlação entre as características dos projetos e a variação do IDHM (Δ)	77
5.7 Proposição de <i>framework</i> para projetos de ISP em sustentabilidade urbana	81
6. CONCLUSÕES	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

1. INTRODUÇÃO

As primeiras referências ao tema de desenvolvimento sustentável surgiram em 1972, durante a conferência da Organização das Nações Unidas - ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia. Em 1983, a ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deveria aprofundar propostas para uma agenda global nesse tema. Quatro anos depois, em 1987, a comissão apresentou o documento *Our Common Future*, mais conhecido como Relatório *Brundtland*. O relatório examinou as questões críticas relacionadas ao meio ambiente e aos processos de desenvolvimento, apresentando propostas para lidar com essas questões e ações necessárias para a sua implementação nos níveis nacional e internacional. Além disso, propôs a definição mais popularizada para desenvolvimento sustentável: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades (UNITED NATIONS, 1987, p. 41). Ou seja, é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. O relatório reconhece a relevância das cidades como vetores importantes para a promoção do desenvolvimento sustentável e foca o Capítulo 9, da Parte II, especificamente sobre os desafios urbanos para a sustentabilidade.

A partir de então, o tema do desenvolvimento sustentável tem sido amplamente discutido e estudado, estando claro que a humanidade como um todo atingiu, ou na melhor das hipóteses está se aproximando rapidamente, de seus limites de crescimento, como Meadows et al. alertaram 50 anos atrás (1972, p.23). Os sistemas socioecológicos enfrentam atualmente desafios sem precedentes, incluindo, mas não se limitando a, degradação de ecossistemas, superexploração de recursos naturais, mudanças climáticas, desigualdades sociais e conflitos humanos.

Desta maneira, aflora a incapacidade da humanidade em governar sociedades e organizações de forma sustentável. Segundo Govindan, Khodaverdi e Jafarian (2013, p. 346), um dos principais desafios para a sustentabilidade é operacionalizar as resoluções da Comissão Brundtland, a fim de nortear as decisões de forma alinhada a esse tema. Alguns autores consideram que, atualmente, o tema de desenvolvimento sustentável é tão importante que vai além de preocupações estritamente ambientais, econômicas e de desenvolvimento social, passando a impactar a própria sobrevivência das pessoas (KUMI, ARHIN e YEBOAH, 2014,

p. 540).

Contribuindo com esse contexto, o crescimento acelerado da população urbana no século passado e no atual tem trazido graves implicações para a sustentabilidade planetária. Se, por um lado, esse crescimento resultou em cidades que constituem uma importante fonte econômica, gerando mais de 80% do Produto Interno Bruto - PIB global (WORLD BANK, 2019) e oportunidades para milhões de pessoas, por outro, as cidades desempenham um papel predominante no consumo de recursos naturais, gerando impactos sobre diferentes ecossistemas e habitats (KENNEDY, CUDDIHY, ENGEL-YAN, 2007 p. 44). Com base em estudos de projeção populacional para as próximas duas décadas, é previsível que 60% da população mundial total viverá em cidades (JOHN et al., 2019, p. 402), com perfis de consumo superiores à capacidade da Terra em fornecer recursos naturais que os suportem (GOLDSTEIN et al., 2013, p. 9).

Do ponto de vista social, o deslocamento da população das áreas rurais para os centros urbanos, devido à falta de oportunidades de geração de trabalho e renda em suas áreas de origem, pode aumentar ainda mais a já aguda desigualdade na distribuição de renda das cidades, de modo que o crescimento desequilibrado irá aumentar as taxas de desemprego, desigualdades sociais, pobreza e custo de vida (FELEKI, VLACHOKOSTAS e MOUSSIOPOULOS, 2018, p. 564). Já do ponto de vista ambiental, estima-se que as áreas urbanas consumam entre 67 e 76% do suprimento global de energia (ATHANASSIADIS et al., 2018, p. 113) e, apesar de ocuparem apenas entre 0,4 a 0,9% da superfície de terra do planeta, elas são responsáveis por mais de 70% das emissões globais de CO₂ (RIBEIRO, RYBSKI e KROPP, 2019, p.2). Em algumas regiões do planeta, essa situação se agrava, sobretudo nas regiões com países de desenvolvimento tardio, como Ásia, América Latina e África, que concentram a maioria das grandes cidades (cinco a dez milhões de habitantes) e das megacidades (acima de dez milhões de habitantes) do mundo. A América Latina, por exemplo, é a segunda região mais urbanizada do planeta, tendo passado de uma taxa de urbanização de 41%, em 1950, para 79% em 2010 (NAÇÕES UNIDAS, 2012) e 80%, em 2016 (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Se essa tendência continuar, segundo a ONU, em vinte anos, 90% da população latino-americana será urbana.

Sob a perspectiva das grandes cidades, alguns autores apontam que a maior concentração populacional traz um impacto aumentado na inter-relação população/meio ambiente, ou seja, cidades mais populosas geram maior pressão populacional quantitativa sobre os recursos

naturais do que cidades menores (HOGAN, 1993, p. 4). Alguns autores entendem que o adensamento populacional compromete o acesso a infraestrutura e serviços urbanos e a outros fatores promotores da qualidade de vida (ARAÚJO e CÂNDIDO, 2014, p. 3). E, principalmente nas áreas periféricas de cidades localizadas em países em desenvolvimento, que não são atendidas adequadamente pelo transporte público, a poluição ambiental figura entre os principais desafios (COSTA et al., 2019, p. 2856).

Nesse contexto, as cidades se desenvolvem, mas comprometem de forma significativa a sua própria capacidade de oferecer, no futuro, os mesmos serviços e oportunidades que hoje oferecem a seus habitantes.

Por isso, tratar do tema de sustentabilidade no âmbito urbano é fundamental, fazendo com que seja impossível avançar em um desenvolvimento que seja sustentável, no nível global, se a questão da sustentabilidade não for incorporada pelas cidades. Por isso, a relevância da contribuição das cidades para o desenvolvimento sustentável global merece atenção (ARAÚJO, PESSOA, DIAS e TEIXEIRA, 2019, p. 9).

Para apoiar as cidades no avanço em direção à sustentabilidade, diversos conceitos têm sido criados e debatidos, principalmente após o lançamento do Relatório *Brundtland* (WANG e LIU, 2016, p. 3). Conceitos variados, como ecocidades, cidades de baixo carbono, desenvolvimento territorial sustentável, cidades inteligentes, cidade ecológica saudável, cidade ecológica como cidade econômica, cidade habitável, cidade onipresente, entre outros, têm sido amplamente utilizados (FU e ZHANG, 2017, p. 113). Muitos desses conceitos também propõem uma série de indicadores que apontam para a necessidade de se verificar o estado vigente da sustentabilidade urbana, de se medir o progresso das cidades em direção a um desenvolvimento mais sustentável e fornecer *feedback* das políticas públicas implantadas nesse tema (DIZDAROGLU, 2015, p. 120). Exemplos de indicadores são os *Urban Indicators Guidelines*, o os indicadores do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES), os do Programa Cidades Sustentáveis, o Índice de Progresso Social, os requerimentos para uma cidade sustentável da ISO 37101, os indicadores de sustentabilidade urbana da ISO 37120¹,

¹ O Comitê Técnico ISO/TC 268, da ISO - International Organization for Standardization, tem coordenado a publicação da família de normas 37100 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, gerando vários standards direcionados para dar resposta ao ODS 11 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável focado em Cidades e Comunidades Sustentáveis). A grande virtude destas normas é a sua aplicabilidade transversal, uma vez que são

(LINGUITTE e MARINS, 2018, p. 3949), a ABNT NBR ISO 37120:2017², a ISO 37122:2019³, a ISO 37123:2019⁴. Tais indicadores demonstram, entre outros, diferentes aspectos relacionados à melhoria da qualidade de vida da população, acesso a uma ampla gama de serviços, consumo de energia, proteção ambiental, governança fiscal, poluição atmosférica, nível de ruído, inclusão social, saúde etc. (VERMA e RAGHUBANSHI, 2018, p. 284).

No entanto, avaliar a evolução da sustentabilidade urbana a partir dos indicadores propostos pelas principais referências em sustentabilidade urbana não é tarefa fácil, devido a dois fatores principais: (i) a dificuldade dos municípios em coletar dados necessários ao cálculo de vários desses indicadores, muitas vezes considerados uma condição básica para o acompanhamento da sustentabilidade urbana (TERRAZA; BLANCO; VERA, 2016, p. 40); e (ii) o desafio de se avaliar o desempenho de uma cidade com base em uma quantidade muito grande de indicadores (MAPAR et al, 2020, p. 2). Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM tem sido usado como um instrumento norteador da avaliação do desenvolvimento da sustentabilidade urbana, na impossibilidade de se recorrer a uma maior quantidade de indicadores nesse tema (MAYER (2007, p. 281). O IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, sendo um ajuste metodológico do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou a ser aplicado globalmente a partir de 1990 e pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano (PNUD, 2021). O IDHM é um ajuste do IDH para a realidade dos municípios e reflete as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no nível do território (PNUD, 2021). Ainda que indicadores como o IDHM não reflitam de forma equilibrada todos os três pilares tradicionais da sustentabilidade (ambiental, social e econômico), alguns autores, como FELEKI, VLACHOKOSTAS e MOUSSIOPOULOS (2018, P. 575), defendem seu uso, argumentando que as dimensões tratadas pelo IDH contemplam aspectos importantes das referências em sustentabilidade urbana

compostas de ferramentas aplicáveis em qualquer contexto e que permite a aprendizagem comparada entre comunidades, independentemente da sua gênese ou localização. A variedade nas normas dessa família perpassa diferentes dimensões do urbanismo, como a implantação do conceito de cidades sustentáveis (ISO 37104:2019) e modelos da maturidade (ISO 37107:2019). Ver <https://www.iso.org/committee/656906/x/catalogue/p/1/u/0/w/0/d/0#projects>.

² Tradução e adaptação para a língua portuguesa da norma ISO 37120:2014 *Sustainable development of communities - Indicators for city services and quality of life*

³ Documento que apresenta indicadores para cidades inteligentes. Ver <https://www.iso.org/standard/69050.html?browse=tc>.

⁴ Documento que apresenta indicadores para cidades resilientes. Ver <https://www.iso.org/standard/70428.html?browse=tc>.

mais utilizadas no mundo.

No contexto de ampliação da discussão da sustentabilidade para as cidades, os governos locais têm a tarefa de incrementar a provisão de serviços básicos, garantir uma qualidade de vida melhor à população, promover a geração de empregos, combater altos índices de pobreza, proteger o meio ambiente e lidar com os desafios relacionados com as mudanças climáticas. Isso, dentro de um quadro de fraqueza institucional e operacional, de escassez de recursos para investimentos e de uma burocracia nem sempre eficaz (MORENO, 2014, p.24).

Na América Latina, a dificuldade de debilidade dos governos locais em enfrentar os desafios de suas populações é tão grande (e, por vezes, caricata) que virou tema de concurso na Bolívia (DASSEN, 2015). Organizado pelo *Ministerio de Transparencia Institucional y Lucha contra la Corrupción* – MTILCC e apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o concurso “*El peor trámite de mi vida*” reconhece o pior trâmite burocrático do país. Os casos vencedores dessa competição curiosa não são tão diferentes de situações que vemos no Brasil, onde idosos imobilizados em suas camas são arrastados por parentes até uma repartição pública para dar “prova de vida” ou quando milhares de pessoas esperam por mais de 24 horas em uma fila em busca de emprego, competindo por um número significativamente menor de vagas para as quais, normalmente, não têm a qualificação necessária (DASSEN, 2015). No entanto, ainda que o Estado, a administração pública e até mesmo o funcionalismo pareçam figurar como fatores contributivos para os grandes problemas do Brasil, é necessário reconhecer que os atores públicos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país, para garantir direitos, promover políticas públicas, regulação de mercado, acesso à educação e oportunidades para a grande maioria dos cidadãos (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012)⁵. Iniciativas coordenadas pelo poder público são vitais para o país e uma trajetória de desenvolvimento do aparelho do Estado e suas burocracias têm contribuído para avanços também nessa esfera (ANDRADE, 2019). Mesmo assim, ao se observar diferentes indicadores sociais, ambientais e econômicos, é possível reconhecer que ainda há muito a fazer para se alcançar padrões de sustentabilidade urbana significativos e qualidade satisfatória na prestação de serviços públicos à população.

No cenário de grandes desafios em sustentabilidade para as cidades, e onde, como visto, o poder

⁵ Informação fornecida por ACEMOGLU e ROBINSON durante palestra proferida no Massachusetts Institute of Technology – MIT, em 21 de maio de 2012. Disponível em <http://economics.mit.edu/files/7850>. Acesso em 05 mai. 2021.

público local não tem manifestado a capacidade de encaminhar, sozinho, as soluções necessárias para o avanço rumo a essa direção, a colaboração de diversos atores, como forma de se conseguir níveis cada vez maiores de sustentabilidade nas cidades, tem merecido atenção (MINTROM e THOMAS, 2018, p. 154). A premissa é que, ainda que os governos locais estejam se tornando mais ativos na busca de iniciativas e soluções em sustentabilidade urbana, o progresso nesse tema requer esforços colaborativos do poder público, do setor privado e da sociedade civil, para ampliar as iniciativas e acelerar o progresso na direção de maiores níveis de sustentabilidade em ambientes urbanos (VASQUEZ-BRUST et al. 2020 p. 2). Não se trata de relativizar a importância das instituições públicas para o desenvolvimento sustentável de cidades, mas, como esse tema - e as próprias cidades - tem um caráter de sistema complexo (BATTY, 2009, p. 4), uma rede de organizações pode reforçar a capacidade dos governos locais de planejar e implementar iniciativas mais sustentáveis. E, entre os atores que fazem parte dessa rede, estão as empresas.

Com a promoção de conferências do Programa Habitat pela Organização das Nações Unidas nos anos de 1976 (Habitat I – Vancouver, Canadá), 1996 (Habitat II – Istambul, Turquia) e 2001 (Istambul+5 - Nova Iorque, EUA) (SILVA, 2006, p. 144), o tema do desenvolvimento sustentável também chamou a atenção de empresas, que passaram a incorporar aspectos relacionados a esse tema em diferentes dimensões de suas práticas. Com isso, o envolvimento empresarial com questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável começou a ser objeto de estudo de diferentes pesquisadores. Carroll (1991, p. 42), por exemplo, apresenta a ideia de que o envolvimento das empresas com essa temática pode ser compreendido através da figura de uma pirâmide, onde a base indica aspectos econômicos que devem ser atendidos por empresas e, conforme se sobe na pirâmide, as obrigações transformam-se em ações voluntárias de apoio à sociedade. Porter e Kramer (2006, p.91) defendem que o envolvimento com temáticas sociais e ambientais significa uma nova forma de as empresas desenvolverem suas atividades, sendo vista pelos autores como fundamental para o sucesso dos negócios. Já Kon (2013, p. 52) afirma a relevância do papel das empresas na construção de uma sociedade menos desigual e na busca do desenvolvimento sustentável.

Como fruto dos estudos sobre o envolvimento das empresas com questões sociais e ambientais, várias expressões foram cunhadas, tais como responsabilidade corporativa, responsabilidade social corporativa, cidadania corporativa, ética nos negócios, gestão de relacionamento com *stakeholders*, gestão ambiental corporativa, empresa e sociedade, entre outros (LOZANO,

2013, p.32). No entanto, segundo Dahlsrud (2008, p. 6), a falta de uma definição universalmente aceita é menos problemática, pois a relevância deve cair sobre o fenômeno de como se dá o envolvimento das empresas com o desenvolvimento social e qual seu impacto. Nessa miríade de expressões, uma delas se destaca quando a questão é o envolvimento direto de empresas na implantação de projetos junto às comunidades: o Investimento Social Privado - ISP. Nogueira e Schommer citam o relatório de 2007 do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) para definir investimento social privado (ISP) como sendo “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (NOGUEIRA e SCHOMMER, 2009, p.3).

Por meio do ISP, as empresas se esforçam para reinvestir parte da receita no desenvolvimento sustentável local e compartilhar os benefícios auferidos com seus negócios (MBILIMA, 2021, p. 1).

Dentre os temas que mais têm se intensificado como foco do ISP, o desenvolvimento territorial sustentável merece relevância. As duas principais pesquisas realizadas no Brasil sobre o ISP indicam essa realidade. O *Benchmarking* do Investimento Social Corporativo - BISC, levantamento anual feito pela Comunitas⁶, indica que, em 2016, 75% das organizações que realizaram projetos sociais corporativos enfocaram o desenvolvimento territorial, contra 45% em 2011 (COMUNITAS, 2017, p. 27). Segundo Saez *et al.* (2017, p. 3), cerca de 48% dos institutos e das fundações empresariais investiram, em 2016, em desenvolvimento local, comunitário ou de base, configurando-se como a quinta área prioritária de atuação social dessas organizações no Brasil, contra 44% em 2014 (DEGENSZA e ROLNIK, 2015, p. 99). Esse crescimento, segundo Pagotto (2018, p.8) deve-se ao crescente alinhamento entre o ISP e o negócio das empresas, e entre o ISP e políticas públicas que geram impacto local, havendo concentração de investimentos sociais nas comunidades do entorno das operações empresariais. Esse alinhamento é uma forma de ampliar os benefícios às próprias comunidades por parte das empresas e, também, contribui para a ampliação de sua competitividade (PORTER e KRAMER, 2006, p.93). Assim, se os autores tendem a compreender como relevante o envolvimento de empresas com o desenvolvimento local, o mesmo não ocorre com relação aos

⁶ A Comunitas é uma organização da sociedade civil especializada em modelar e implementar parcerias sustentáveis entre os setores público e privado, gerando maior impacto do investimento social, com foco na melhoria dos serviços públicos e, conseqüentemente, da vida da população. Disponível em: < <https://www.comunitas.org/>>. Acesso em: 28 nov, 2021.

impactos gerados por elas.

A literatura internacional tem se debruçado de maneira incessante sobre formas de se avaliar o impacto e os resultados de projetos socioambientais desenvolvidos por organizações públicas e privadas, sendo empreendidos esforços de construção de metodologias, adaptações de técnicas, roteiros e manuais de desenvolvimento de processos de avaliação. E, embora, muitos avanços tenham sido conseguidos, são comuns interrogações acerca dos reais benefícios sobre o público-alvo de projetos, da capacidade interpretativa das abordagens de avaliação, das dificuldades organizacionais de implementação de sistemas de controle, da diversidade de explicações, causais ou correlativas, sobre as consequências sociais da questão abordada após a implantação dos projetos, dos resultados atingidos e das externalidades conseguidas (CABRAL, 2011, 1918). Esse mesmo questionamento sobre resultados e impactos reais tem sido feito em relação a projetos desenvolvidos por empresas.

Dentre os diferentes tipos de municípios, um grupo merece atenção especial: os de pequeno porte. A análise desta pesquisa recaiu sobre esses municípios por eles serem a maioria (94,1%) dos 5.570 municípios brasileiros, responderem por 42,3% da população brasileira (IBGE, 2021), possuírem menor capacidade de investimento, quando comparados a municípios de maior porte (KLERING, KRUEL e STRANZ, 2012, p. 38) e por terem, em média, menor IDHM que municípios maiores (IBGE, 2017).

Assim, no cenário da necessidade de construção conjunta de cidades mais sustentáveis, este trabalho propõe-se a responder se projetos socioambientais implantados por empresas em municípios de pequeno porte brasileiros contribuem para o avanço da agenda de sustentabilidade urbana nesses municípios. Para tanto, verifica-se a existência de uma correspondência entre maiores evoluções do IDHM em tais municípios e a implantação de projetos em sustentabilidade urbana promovidos por empresas.

Finalmente, com base nas análises realizadas, este projeto busca desenvolver *frameworks* de projetos em ISP que podem ser referência para os casos em que as empresas tenham interesse em se envolver com a agenda de sustentabilidade urbana em municípios brasileiros, permitindo maior eficiência na abordagem e no planejamento das ações no território.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Avaliar a contribuição de projetos socioambientais, implantados por meio do Investimento Social Privado (ISP), para o avanço da agenda de sustentabilidade urbana em municípios de pequeno porte no Brasil.

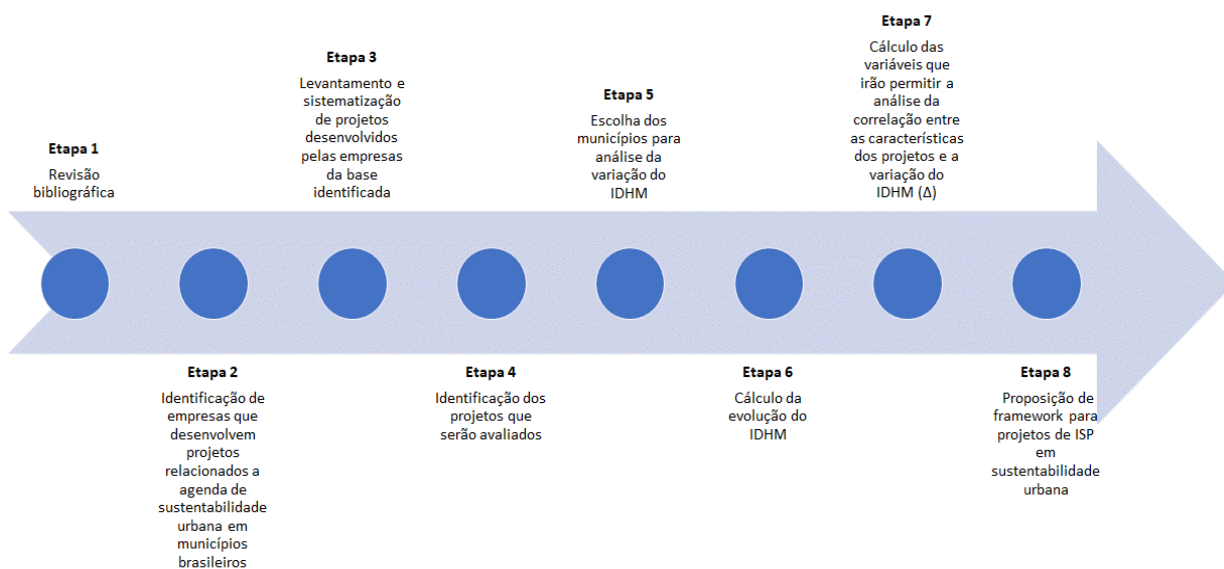
2.2 Objetivos Específicos

- (a) Verificar a existência de correspondência entre avanços do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em municípios brasileiros de pequeno porte e a implantação de projetos de ISP desenvolvidos por empresas;
- (b) Verificar a existência de correspondência entre maiores avanços do IDHM e o envolvimento de diferentes agentes na implantação de projetos socioambientais desenvolvidos por empresas;
- (c) Identificar quais as características dos projetos socioambientais implantados que mais contribuem para o avanço da agenda de sustentabilidade urbana;
- (d) Propor um *framework* para orientar o desenho e a implantação de projetos socioambientais por empresas na promoção na agenda de sustentabilidade urbana.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Em termos gerais, a pesquisa partiu da identificação de empresas que tinham projetos de ISP voltados à agenda de sustentabilidade urbana e em quais municípios esses projetos foram implantados. Em seguida, foram definidas métricas para compreender se houve evolução da agenda de sustentabilidade urbana nos municípios considerados, durante um dado período. Com base no cruzamento dos projetos implantados e na evolução das métricas nos municípios, foi realizada uma análise para saber se haveria uma relação entre a maior ou menor presença de projetos nesses municípios e a evolução do IDHM nesses mesmos municípios. Para aqueles municípios com avanço destacado nas métricas definidas, foi também realizada uma análise das características dos projetos ali implantados, buscando identificar quais seriam os atributos desses projetos que, eventualmente, teriam contribuído para um avanço mais significativo. Isto foi conduzido, com a finalidade de indicar, a futuros realizadores de projetos, quais seriam os possíveis atributos que os projetos deveriam conter para contribuir de maneira mais efetiva com a agenda de sustentabilidade urbana. Nesse sentido, o processo metodológico completo constituiu-se de oito etapas, indicadas na Figura 1 e detalhadas a seguir.

Figura 1: Etapas da metodologia.



Fonte: O Autor (2022).

Etapa 1: Revisão bibliográfica

Inicialmente, foi realizada a revisão bibliográfica sobre temas relevantes para este trabalho, utilizando diversas bases de consulta, principalmente, o SIBi USP – Sistema Integrado de Bibliotecas Universidade de São Paulo, devido à integração de pesquisas em publicações que ele permite, utilizando-se, para a pesquisa, de palavras-chave indicadas no Quadro 1. A pesquisa dos temas indicados foi feita tanto em português, como em seus correspondentes em inglês:

Quadro 1: Temas que foram objeto de levantamento bibliográfico.

1. Desenvolvimento sustentável	2. Sustentabilidade urbana	3. Cidades sustentáveis
4. Indicadores de sustentabilidade urbana	5. IDH / IDHM	6. Responsabilidade social empresarial
7. Investimento social privado	8. Políticas públicas	9. Parcerias para o desenvolvimento
10. Governança compartilhada		

Fonte: O Autor (2022).

Os temas pesquisados foram selecionados a partir do tema originário, que é desenvolvimento sustentável, e, a partir dele, pelo desdobramento dos temas chega-se à necessidade de se abordar o tema da sustentabilidade urbana ou, ainda, cidades sustentáveis. Para avaliar a evolução desse tema, o trabalho entendeu como necessário, também, abordar indicadores de sustentabilidade urbana, pois eles ajudam a aferir o desempenho de um determinado aspecto da cidade. O desenvolvimento da pesquisa indicou, como se mostrará à frente, que se deveria focar em um conjunto mínimo de indicadores a acompanhar, pois, grande quantidade de indicadores pode tornar a análise desnecessariamente complexa, chegando-se à necessidade de estudar o IDH e sua aplicação no nível municipal, o IDHM.

Com isso, o foco da pesquisa tornou-se estudar a relação do IDHM com projetos empresariais, sendo necessário coletar informações sobre o envolvimento das empresas com questões socioambientais, o que ocorre avaliando-se a responsabilidade social empresarial e, com mais detalhe, o ISP⁷. No entanto, ao identificar os impactos que esses projetos tinham em políticas públicas locais, a pesquisa englobou, também, o que são e quais as características de políticas

⁷ Ainda que, efetivamente, o impacto das atividades de uma empresa sobre a agenda de sustentabilidade urbana não se restrinja àqueles causados pelos projetos de ISP, este trabalho foca apenas nestes últimos. Isto significa dizer que, ainda que existentes e relevantes, impactos econômicos, sociais e ambientais, tanto positivos, como negativos, causados pelas práticas diretas ou indiretas das operações empresariais não foram considerados, o que inclui, entre outros, degradações de biomas, poluição atmosférica, casos de corrupção, transgressões a direitos humanos etc.

públicas. Em seguida, como projetos de ISP, ao gerar impacto em políticas públicas, o faz através de uma definição de agenda compartilhada entre diferentes instituições, por meio de parcerias e redes (ANDION *et al.*, 2010, p. 1), o trabalho avançou sobre o conceito de parcerias nesse tema, especificamente, para a promoção do desenvolvimento sustentável. Finalmente, a emergência de novos modelos de governança em políticas públicas desafia o papel hegemônico do poder público nas decisões que impactavam o território, sendo necessário discutir governança compartilhada.

Etapa 2: Identificação de empresas que desenvolvem projetos relacionados à agenda de sustentabilidade urbana em municípios brasileiros

Na sequência, foi feito o levantamento e seleção de base de dados, relevante e confiável, de empresas que desenvolvem projetos de ISP. Através de pesquisas bibliográficas e via internet, o foco da pesquisa foram organizações que, historicamente, têm se dedicado a atuar em ISP, sejam acadêmicos ou de mobilização de empresas para atuação nesse tema. Essas organizações têm estudado, categorizado e sistematizado práticas nesse tema. Após a identificação da base de dados adequada, foi realizada uma listagem das empresas que a compunham.

Etapa 3: Levantamento e sistematização de projetos desenvolvidos pelas empresas da base identificada

Uma vez identificadas as empresas da base de dados destacada na Etapa 2, foi realizado levantamento de projetos desenvolvidos por essas empresas, bem como suas características e os municípios onde os projetos foram implantados. Para efeitos deste estudo, e devido à definição de ISP adotada, ainda que algum projeto tenha surgido de forma não voluntária, fruto de alguma exigência externa à empresa, considerou-se que todos os projetos identificados pela metodologia são projetos de ISP. A pesquisa dos projetos foi feita diretamente na base de dados selecionada e, quando esta não trazia informações sobre os projetos, elas foram levantadas nos *websites* das empresas. No entanto, para algumas empresas, não foi possível identificar detalhes dos projetos, não sendo, portanto, considerados na análise. Como resultado, foi produzida uma planilha contendo as seguintes informações: (a) Nome do projeto; (b) Nome da empresa que desenvolveu o projeto; (c) Ano de início do projeto; (d) Fonte das informações (base de dados das organizações que atuam com ISP ou *websites* das empresas).

Etapa 4: Identificação dos projetos que serão avaliados

Um critério importante para a seleção dos projetos foi o ano de sua implantação, na medida em que a métrica utilizada, o IDHM, foi levantado em 1991, 2000 e 2010. Como a grande maioria dos projetos foi implantada após 1991, os anos de 2000 e 2010 foram selecionados como referências de análise. Esse fato associado ao período necessário para que um projeto gere resultados permitiu definir o ano máximo de implantação dos projetos. Após a leitura atenta das características de vários projetos levantados, percebeu-se que muitos deles indicavam um potencial menor de contribuição para a agenda de sustentabilidade urbana, quando comparados seus resultados com os de outros projetos mais robustos. Assim, além do ano de implantação, outro critério necessário foi o grau de impacto dos projetos sobre a agenda de sustentabilidade urbana, o que foi identificado avaliando-se as características dos projetos e verificando a existência desses impactos sobre um conjunto de 14 indicadores de sustentabilidade urbana considerados mais relevantes pela bibliografia. Dessa forma, o estudo chegou a um conjunto de projetos que efetivamente seriam avaliados.

Etapa 5: Seleção dos municípios para análise da variação do IDHM

Ao se identificar os municípios onde os projetos selecionados foram implantados, e nos quais a variação do IDHM seria avaliada, notou-se que eles tinham portes extremamente díspares, em termos da quantidade de habitantes, sendo muitos implantados em municípios bem pequenos, ao passo que outros o foram em grandes cidades. Isto trouxe o questionamento sobre a validade de se considerar municípios de todos os portes na análise, ou, se o melhor seria definir um grupo mais homogêneo de municípios, no que tange ao número de habitantes, para se proceder à análise detalhada dos projetos das empresas. Dessa forma, para tornar a amostra de municípios mais homogênea, foram selecionados municípios de pequeno porte,

Etapa 6: Cálculo da evolução da métrica

Ao se comparar a variação percentual do IDHM no início e no final do período de avaliação, para os municípios considerados, chegou-se a percentuais de evolução, os quais foram utilizados para analisar avanços ou retrocessos da agenda de sustentabilidade urbana, e identificar suas possíveis relações com a existência de projetos empresariais. No entanto, os dados trouxeram um desafio devido a uma mutabilidade importante entre as menores e as maiores variações dessa métrica. Tamanha heterogeneidade da variação, além de impedir uma análise mais detalhada sobre padrões na correlação entre a variação da métrica e as

características dos municípios e dos projetos considerados, ainda poderia sugerir não haver qualquer relação dos projetos implantados nos municípios considerados com melhorias na métrica. Assim, decidiu-se agrupá-los segundo faixas de variação da métrica (*clusters*), buscando-se identificar, caso existam, padrões de comportamento dos dados, para que se possa avaliá-los e compreendê-los. O agrupamento se baseou no estabelecimento de faixas de variação da métrica em função do desvio padrão existente na amostra.

Etapa 7: Cálculo das variáveis que irão permitir a análise da correlação entre as características dos projetos e a variação do IDHM (Δ)

Uma vez determinados os *clusters* na Etapa 6, o próximo passo foi levantar informações sobre cada um dos municípios incluídos na análise, como população, quantidade de projetos implantados, temas da agenda de sustentabilidade urbana impactados pelos projetos, quantidade de indicadores de sustentabilidade urbana impactados, além de tipos e quantidade de parceiros envolvidos na implantação de cada projeto. Isto foi necessário para caracterizá-los, para além da variação da métrica, buscando verificar se haveria uma correlação entre as características dos municípios e projetos e a variação da métrica, o que poderia explicitar se determinadas variações na métrica avaliada também teriam uma correlação com características de projetos e municípios, conclusão fundamental para que este trabalho pudesse propor um *framework* orientativo para projetos de ISP vinculados à agenda de sustentabilidade urbana.

Etapa 8: Proposição de *framework* para projetos de ISP em sustentabilidade urbana

Finalmente, com base nos resultados das etapas anteriores, foi elaborado um *framework*, sugerindo uma composição de referência para características qualitativas e quantitativas de projetos de ISP voltados à melhoria da sustentabilidade urbana, baseada nos melhores resultados obtidos na pesquisa desenvolvida, em termos de variação da métrica considerada.

4. EMBASAMENTO TEÓRICO

4.1 Sustentabilidade e Cidades

Estamos em um momento inédito na história e na de nosso planeta, com sinais de alerta aparecendo em várias dimensões da sociedade, e com tendência a se agravarem (BAGUER, BALLARÍN e JERICÓ, 2019, p. 182). Perda de biodiversidade, acidificação de oceanos, mudanças climáticas, explosão demográfica, aumento das desigualdades, instabilidade social e política, disparo do consumo per capita com sérios impactos ambientais, desmatamento, perda de terras aráveis, crescimento descontrolado de cidades - particularmente, mas não apenas, em países em desenvolvimento -, surgimento de patógenos desconhecidos devido à interação entre seres humanos e vida selvagem, entre outros, são alguns exemplos dos graves desafios e problemas que a humanidade enfrenta hoje (PNUD, 2020, p. 3 e 4).

Esses desequilíbrios começaram a se tornar patentes no final dos anos 60 do século passado e logo deram origem a uma série de cúpulas internacionais, publicações e acordos que chegam até nossos dias. São exemplos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Humano de Estocolmo em 1972, o Relatório *Brundtland* (1987), a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992, a Rio+10, em Johannesburg, na África do Sul (2002), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada novamente na cidade do Rio de Janeiro, o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015, as Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP), entre outros. Movimentos como esses buscam contribuir para que o mundo tenha um desenvolvimento que permita, simultaneamente, crescimento econômico e qualidade de vida da população, mas sem que sejam ultrapassados os limites ambientais que colocariam em risco a vida no planeta. Essa equação tem sido chamada de desenvolvimento sustentável (DINIZ, 2002, p. 35), ou, ainda, voltando à definição mais conhecida, o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades (UNITED NATIONS, 1987, p. 41).

A partir do Relatório *Brundtland*, a expressão “desenvolvimento sustentável” tornou-se conhecida em nível global e surgiram sobre ela diferentes visões, abordagens e interpretações, muito, pela ausência de um significado fixo universalmente aceito e claro (COBBINAH, ERDIAW-KWAISE e AMOATENG et al, 2015, p. 20). Alguns autores argumentam que a sustentabilidade é uma forma de estímulo à inovação para aumentar a competitividade de um

país (PORTER e VAN DER LINDE, 1995, p. 98). Já Lozano (2006, p. 787) sugere que desenvolvimento sustentável seja um processo de mudança, no qual as sociedades melhoram sua qualidade de vida, alcançando um equilíbrio dinâmico entre os aspectos econômicos e sociais, enquanto protegem, cuidam e melhoram o ambiente natural. O desenvolvimento sustentável, segundo Oliveira et al. (2012, p. 76), deveria representar uma melhora na qualidade de vida das gerações presente e futura, a partir da eliminação das mazelas sociais causadas pela pobreza, gerada pela revolução industrial que fragilizou o homem e degradou o meio ambiente. Cavalcanti (2012, p. 35) sugere que o que caracteriza o desenvolvimento sustentável seja pensar no tamanho da pegada deixada na natureza pelas atividades humanas, à luz do uso potencial que estas oferecem. Também as estratégias para se atingir um desenvolvimento sustentável têm variado, desde abordagens mais radicais, com elevado grau de incerteza em suas aplicações, até abordagens menos disruptivas e que lidam com a natureza da complexidade de várias questões de sustentabilidade de forma pontual e não sistêmica (CHANG et al, 2017, p.359). Alguns autores afirmaram, ainda, que o desenvolvimento sustentável diz respeito essencialmente à relação homem-natureza e que esse tema deve ser inteiramente baseado na questão ética (KEITSCH, 2018, p. 3). Independentemente do tipo de formulação, o princípio fundamental do desenvolvimento sustentável é a integração de preocupações ambientais, sociais e econômicas em todos os aspectos da tomada de decisões, incluindo aqueles referentes às cidades, o que foi fortalecido, em 2012, pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que trouxe propostas para o desenvolvimento urbano, na ótica de uma nova matriz urbana que incorporasse a escala de valores socioambientais no âmbito das cidades⁸.

4.2 A sustentabilidade do mundo depende da sustentabilidade nas cidades

Após a Conferência de Estocolmo, conforme evoluiu o entendimento sobre desenvolvimento sustentável, também foi crescente a percepção da necessidade de que as cidades também deveriam se envolver com esse tema. O Relatório *Brundtland*, por exemplo, reconheceu a relevância das cidades como vetores importantes para a promoção do desenvolvimento sustentável e focou um capítulo específico sobre o tema dos desafios urbanos para a sustentabilidade (Parte II, Capítulo 9). A Rio-92 deu origem à Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, e a Agenda 21 Global. Esse conjunto representa instrumentos de

⁸ Fonte: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Visitado em 27/10/2018.

comprometimento internacional voltados para o desenvolvimento sustentável e podem ser considerados marcos institucionais para o esforço conjunto de governos de todo o mundo para ações que aliem desenvolvimento, justiça social, eficiência econômica e proteção ambiental (MALHEIROS; PHILIPPI JR.; COUTINHO, 2008, p.8). A Agenda 21 Global constituiu-se em um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas. Da Agenda 21, surgiu a Agenda 21 Local, processo idêntico de planejamento participativo, mas focado em territórios⁹, onde se enquadram as cidades. No Brasil, segundo Malheiros, Philippi Jr. e Coutinho (2008, p.8), muitos municípios tomaram a iniciativa de construir suas Agendas 21 locais, destacando-se os processos de Agendas 21 de São Paulo/SP (1996), Rio de Janeiro/RJ (1996), Vitória/ES (1996), Joinville/SC (1998), Florianópolis/SC (2000), Jaboaticabal/SP (2000), Ribeirão Pires/SP (2003), entre outros.

Essa avaliação da relevância das cidades para o desenvolvimento sustentável fica explícita quando se observa que o mundo hoje é essencialmente urbano, com 55% da população mundial residindo em áreas urbanas em 2018 (UNITED NATIONS, 2018, p.2)¹⁰. Em 2050, projeta-se que 68% da população mundial vivam em cidades¹¹. Em 2015, a população mundial era de 7,38 bilhões de pessoas¹², sendo 6,13 bilhões (83,1%) viviam em regiões menos desenvolvidas¹³. É também nessas regiões que se concentra a maioria das grandes aglomerações urbanas¹⁴ (cinco a dez milhões de habitantes) e das mega-aglomerações urbanas (acima de dez milhões de habitantes) (UNITED NATIONS, 2018). A Tabela 1 indica dois grupos de aglomerações urbanas: um primeiro grupo, com aquelas aglomerações com população entre cinco e dez milhões de habitantes e, um segundo grupo, com aglomerações de população acima de dez milhões de habitantes. Os dois grupos encontram-se em regiões menos desenvolvidas: 77% das cidades e 80,6% da população do primeiro grupo estão localizadas nessas regiões, bem como 81,8% das cidades e 86,3% da população do segundo grupo.

⁹ Fonte: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Consulta em 27/10/2018.

¹⁰ World Urbanization Prospects: The 2018 Revision – Key Facts disponível em <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-KeyFacts.pdf>. Visitado em 20/10/2018.

¹¹ Idem.

¹² United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision, Online Edition. Visitado em 20/10/2018.

¹³ Segundo as Nações Unidas, as regiões menos desenvolvidas compreendem todas as regiões da África, Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe, além da Melanésia, Micronésia e Polinésia.

¹⁴ Neste caso, utiliza-se a expressão “aglomerações urbanas” como sinônimo de regiões metropolitanas.

Tabela 1: Quantidade de aglomerações urbanas no mundo e suas populações.

Localização	Aglomerações urbanas entre cinco e dez milhões de habitantes				Quantidade de aglomerações urbanas acima de dez milhões de habitantes			
	Quantidade	%	População (milhões)	%	Quantidade	%	População (milhões)	%
Mundo	74	100	846.365	100	121	100	1.354.759	100
Regiões mais desenvolvidas	17	23,0	164.529	19,4	22	18,2	185.656	13,7
Regiões menos desenvolvidas	57	77,0	681.836	80,6	99	81,8	1.169.103	86,3

Fonte: Planilha preparada pelo autor com base nas informações presentes em UN DESA (2018)

As consequências do desenvolvimento das cidades, tal como temos visto, segundo Steiner (2011, p. 336), são claras: aumento no uso de energia e consequente produção de gases efeito estufa pelo uso de edifícios e de sistemas de transporte; maior poluição da água e do ar; perda de *habitats* valiosos e da qualidade do solo; e exacerbação de problemas sociais, como crime e pobreza.

Como consequência do volume populacional que vive nas cidades, elas se tornaram a força propulsora da economia mundial e, aparentemente, contribuem para uma melhor qualidade de vida da população. Em 2005, as 25 maiores cidades do mundo eram responsáveis por 15% do PIB mundial, dando relevância econômica aos aglomerados urbanos. Também em 2005, o PIB *per capita* dos países industrializados ocidentais – predominantemente urbanos – foi 57% maior do que o verificado em países com população eminentemente rural, indicando uma correlação positiva entre PIB, renda *per capita* e grau de urbanização (WORLDWATCH, 2012, p. 44).

No entanto, a urbanização crescente em nível global traz outros resultados significativos. Grande parte das atividades humanas que contribuem com as mudanças climáticas ocorrem no nível das cidades, em atividades que envolvem a produção e a queima de combustíveis fósseis – como a geração de energia elétrica e o transporte -, o desmatamento para a produção de madeira, a expansão da agricultura (com emissões de gases de efeito estufa pelos rebanhos e o uso de fertilizantes) e a geração de resíduos para aterros sanitários e incineração (MARTINS e FERREIRA, 2011, p. 613).

As cidades consomem 75% da energia do mundo, respondem por aproximadamente 70% das emissões de gases de efeito estufa (ICLEI, 2014, p. 6) e desperdiçam entre 250 e 500 milhões

de metros cúbicos de água a cada ano (WORLDWATCH, 2012, p. 46). Além disso, 98% das cidades com mais de 100.000 habitantes em países de renda média e baixa não atendem às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) com relação à qualidade do ar (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016). E o impacto ambiental gerado pelas cidades tem apenas crescido. Por exemplo, segundo dados da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), associação que reúne a cadeia produtiva de árvores plantadas, a produção florestal brasileira de árvores plantadas consome 9 milhões de hectares, tendendo ao crescimento, pois, apenas a produção de painéis de madeira – utilizados em edificações urbanas - aumentou 34%, entre 2010 e 2019 (IBÁ, 2020). Além do impacto ambiental gerado nas cidades, há a questão da pobreza e desigualdade social. Cerca de 900 milhões de pessoas vivem em favelas no mundo todo e a expectativa é que esse número chegue a 1,8 bilhão em 2050 (UNITED NATIONS, 2018, p.4). Em 2010, as favelas abrigavam cerca de um terço de toda a população urbana dos países em desenvolvimento. Em um grau mais extremo, estima-se que 62% da população urbana da África subsaariana viva em favelas (WORLDWATCH, 2012, p. 45).

Nesse sentido, as cidades se desenvolvem, gerando externalidades que pressionam os ecossistemas para satisfazerem as demandas urbanas, e comprometendo, de forma significativa, a sua própria capacidade de oferecer, no futuro, os mesmos serviços e oportunidades que hoje oferecem a seus habitantes, fazendo com que seja impossível avançar em um desenvolvimento sustentável, no nível global, se a questão da sustentabilidade não for incorporada pelas cidades.

4.3 Visões sobre Sustentabilidade Urbana

Avaliando a bibliografia relacionada à sustentabilidade urbana, percebe-se que há uma diversidade muito grande de conceitos sobre o que seria uma cidade sustentável. Pagotto et al. (2017, p. 7) aponta que a expressão “cidades sustentáveis” responde a múltiplas interpretações e adaptações, de acordo com a perspectiva que se deseja dar à cidade. Assim, amparada por outros adjetivos, surgem nomenclaturas como “cidades criativas”, “cidades inteligentes” (ou *smart cities*), “cidades resilientes” etc.

Esses conceitos trazem certa confusão no arcabouço conceitual do que seria uma cidade sustentável. Segundo Wang e Liu (2016, p. 2), o conceito de cidade sustentável não deve ser construído por meio de uma simples adequação do conceito de desenvolvimento sustentável para o ambiente urbano. Segundo os autores, a ideia de cidade sustentável deve trazer aspectos mais tangíveis e adequados à realidade das cidades e deve estar internalizado nas várias

dimensões da construção de uma cidade (WANG e LIU, 2016, p. 2). Sem essa adequação à realidade urbana, é pouco provável que se consiga avançar em termos de sustentabilidade. Assim, estabelecer um conceito sobre cidade sustentável é condição básica para que se consiga identificar quais as características de uma cidade sustentável e definir ações para promover tais características.

No começo do século XX, já se assistia ao surgimento de visões sobre cidades que seriam precursoras às discussões recentes sobre cidades sustentáveis. Conceitos como *Garden City* (Ebenezer Howard), *Neotechnic City* (Patrick Geddes), *Broadacre City* (Frank Lloyd Wright) e *Biotechnic City* (Lewis Mumford) dedicavam-se a solucionar problemas urbanos por meio do planejamento espacial, da gestão urbana e do desenho paisagístico (WANG & LIU, 2016, p. 2). Apesar de apresentarem visões utópicas e pouco aplicáveis nas cidades existentes, as reflexões que elas provocaram sobre a relação entre as cidades e o ambiente do entorno foram de significativa relevância teórica, principalmente com o avanço da industrialização e a consequente degradação ambiental. O livro *Design with Nature*, de Ian McHarg, escrito em 1969, representou uma tendência de planejamento urbano na metade do século passado, e apresentava a centralidade do ser humano como a causa da deterioração e desordem no ambiente urbano e da desconexão entre o homem e a natureza, apesar da dependência que a humanidade tem do meio ambiente (WANG e LIU, 2016, p. 3).

Assim, percebe-se que os conceitos atuais sobre cidades sustentáveis se originaram a partir da definição de desenvolvimento sustentável, conforme o estabelecido pela Comissão *Brundtland* e focaram, inicialmente, no equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, os recursos urbanos e o meio ambiente. Assim, em 1991, a ONU Habitat e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançaram o *UN Sustainable Cities Program*, idealizado para estimular ações conjuntas locais para ampliar a capacidade das cidades no planejamento e gestão ambientais, focando no desenvolvimento urbano sustentável, por meio do balanço das necessidades do desenvolvimento urbano e do meio ambiente urbano. Também a OCDE abraçou o tema e definiu que uma cidade sustentável deve seguir dois princípios: o do crescimento autorregulado e o do resíduo mínimo (OECD, 1990). No entanto, foi apenas em 1996, com o HABITAT II, que surgiu uma definição oficial sobre cidades sustentável (aglomerações urbanas sustentáveis¹⁵): aquela que possui formas sustentáveis de produção,

¹⁵ Do inglês *sustainable human settlements*.

consumo, transporte e desenvolvimento residencial, além de capacidade para prevenir a poluição e respeitar o sistema ecológico, com um método de desenvolvimento urbano que irá preservar as oportunidades para as futuras gerações (ONU Habitat, 1996, p.3).

Desde a década de 1990, as discussões sobre cidades sustentáveis desenvolveram-se de forma significativa e incluíram iniciativas como o Programa das Nações Unidas para Cidades Sustentáveis, iniciado em 1991 e conduzido, além da própria ONU, pelo ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, o Projeto Millennium da ONU e a Iniciativa Cidades do Milênio, da *Columbia University*. A Europa é a principal força condutora de iniciativas de cidades sustentáveis no nível regional (WANG e LIU, 2016, p. 5) e, em 1990, a Comissão Europeia lançou o documento intitulado “*European Green Paper on the Urban Environment*”¹⁶, que marca o início da implementação das estratégias para cidades sustentáveis na região. Um aspecto relevante do documento é indicar que o tema é relevante para a União Europeia pois cidades sustentáveis contribuem para uma maior coesão social, o que aproxima as discussões de cidades sustentáveis de aspectos sociais (Comissão de União Europeia, 1990, p.8). Outras iniciativas de destaque da União Europeia são a *European Sustainable Cities and Towns Campaign* (ESCTC), que sugere diretrizes para a construção de cidades sustentáveis, o *Leipzig Charter* (2009), para a promoção conjunta de moradias sustentáveis, transporte e infraestrutura nas cidades europeias e a *Europe 2020 Strategy* (2010), que busca incentivar um desenvolvimento urbano inteligente, sustentável e inclusivo. Ou seja, o tema vem crescendo de forma significativa e, segundo Wang e Liu (2016, p. 5), além da União Europeia, outras iniciativas de cidades sustentáveis surgiram nos Estados Unidos, Austrália, China, Singapura e outros países, tanto no nível nacional, quanto envolvendo regiões subnacionais.

No entanto, ainda que as mudanças climáticas, a arquitetura sustentável e as tecnologias ecológicas sejam questões relativamente pacificadas no entendimento coletivo, o mesmo ainda não ocorreu com aqueles temas relacionados à sustentabilidade urbana (MOSTAFAVI e DOHERTY, 2015, p. 1). Portanto, para apoiar o envolvimento das cidades com o tema de desenvolvimento sustentável, muitos conceitos do que seria uma cidade sustentável têm sido desenhados, muitas iniciativas de intervenção urbana têm sido realizadas, e referências e ferramentas têm sido produzidas, de forma correlacionada ao tema.

¹⁶ Disponível em <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/0e4b169c-91b8-4de0-9fed-ead286a4efb7/language-en>. Visitado em 17/11/2018.

O Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES)¹⁷, por exemplo, define cidades sustentáveis como sendo (TERRAZA; BLANCO; VERA, 2016, p. 204, tradução nossa):

... aquelas que têm um limite urbano definido, não contêm transições difusas para o rural, têm uma estrutura e tecido urbano bastante compactos, são socialmente coesas, geram espaços de sociabilidade, têm uma boa dotação de áreas verdes e espaço público, são resilientes aos desastres, criam um território com proximidade aos serviços, incentivam o encontro de atividades e permitem o desenvolvimento da vida comunitária.

Os conceitos sobre cidades sustentáveis apresentam formas distintas de observar a cidade e diferentes compreensões sobre o que seria uma cidade sustentável, gerando diferentes metodologias de análise e de diagnóstico dos desafios de uma cidade e de priorização dos aspectos considerados relevantes na avaliação urbana. Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês, afirma que uma cidade sustentável é, necessariamente, uma cidade compacta, “com empreendimentos agrupados em torno de transporte público, áreas para caminhar e andar de bicicleta” (GEHL, 2017, p. XI), pensada para atender às necessidades das pessoas e para trazer a elas qualidade de vida. Segundo ele, uma cidade será sustentável se “o caminhar ou o pedalar forem etapas naturais do padrão de atividades diárias” (GEHL, 2017, p.7).

Outros autores, como Douglas Farr, dão ênfase a aspectos técnicos de edificações (como economia de energia e água) e à participação conjunta de atores públicos e privados na construção de uma agenda compartilhada rumo à sustentabilidade urbana. Farr define cidade sustentável como aquela em há um bom sistema de transporte público e com a possibilidade de deslocamento a pé integrado com edificações e infraestrutura de alto desempenho (FARR, 2013, p.28). Farr, com uma visão alinhada ao Novo Urbanismo¹⁸, afirma ainda que a criação de uma cidade sustentável “exige que todos os muitos envolvidos no processo de planejamento e urbanização do ambiente construído trabalhem como um único organismo para atingir o

¹⁷ O CES é um programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) voltado para a promoção da sustentabilidade em cidades de médio porte da América Latina e Caribe. Foi criado em 2012 e encerrado em 2019, passado a fazer parte do IDB Cities Network, plataforma do BID para facilitar a troca de experiências, entre cidades dessa mesma região, que buscam enfrentar os desafios da urbanização de forma sustentável. Disponível em <https://www.iadb.org/en/urban-development-and-housing/idb-cities-network>. Acessado em: 23 jan.2022.

¹⁸ Movimento urbanístico surgido nos Estados Unidos, que parte da premissa de que a estrutura espacial atual do ambiente construído nos EUA é disfuncional e insustentável – tanto do ponto de vista social, como econômico e ambiental - e deve ser reformulada para servir de forma eficiente à sociedade e preservar o meio ambiente. O novo urbanismo defende a reintegração de todos os componentes da vida comunitária (trabalho, vida, compras e entretenimento) em aglomerações urbanas coesas, compostas por bairros e cidades, que estão ligados ao trânsito e estabelecidos em uma estrutura regional. As cidades e os bairros devem ser diversificados, compactos, orientados para pedestres, fornecer meios alternativos de transporte, incluir um *mix* de usos e promover a integração social (HOWARD, 2005, p. 29).

propósito compartilhado” (Farr, 2013, p. XV).

Autores como Mostafavi e Doherty, por sua vez, defendem que o planejamento urbano deve ser baseado em conceitos da ecologia, promovendo uma integração da cidade ao meio ambiente, provocando o mínimo impacto sobre ele. Segundo eles, uma cidade sustentável tem a capacidade de incorporar as condições conflitantes inerentes entre a ecologia e o urbanismo (MOSTAFAVI E DOHERTY, 2015, p. 17).

Em síntese, percebe-se um desenvolvimento dos conceitos de cidade sustentável e desenvolvimento urbano sustentável, mas este ainda não constitui um consenso. Wang e Liu (2016, p. 5) indicam que, avaliando as diferentes concepções sobre cidades sustentáveis, é possível identificar três categorias de classificação: (1) categoria baseada na teoria recente sobre desenvolvimento sustentável, (2) categoria baseada na teoria clássica de desenvolvimento sustentável e (3) categoria baseada em uma perspectiva que vai além do tripé econômico-social-ambiental. O Quadro 2 resume essas linhas sugeridas pelos autores.

Quadro 2: Linhas de definição sobre sustentabilidade urbana e conceitos correlatos.

Categorias	Ênfase	Exemplos
1. Baseada na teoria recente sobre desenvolvimento sustentável.	Desenvolvimento urbano e ambiental coordenados, a partir do uso eficiente dos recursos naturais e proteção ambiental.	<p>O relatório final do Programa das Nações Unidas para Cidades Sustentáveis (SCP), lançado pela UNCHS e pelo PNUMA (2000), define que uma cidade sustentável é aquela capaz de atingir desenvolvimento sustentável nos aspectos social, econômico e material, garantindo o fornecimento sustentado de recursos para seu desenvolvimento e, continuamente, evitar desastres ambientais fruto desse desenvolvimento. (UNCHS e UNEP, 2000).</p> <p>A OCDE define desenvolvimento urbano sustentável como aquele que reduz as externalidades ambientais negativas, os danos sobre os recursos naturais e a pressão sobre os serviços do ecossistema, associado a outras atividades urbanas realizadas para consolidar e estabilizar o crescimento e o desenvolvimento da economia urbana (WANG & LIU, 2016, p. 5).</p>

Continua

Conclusão

Quadro 2: Linhas de definição sobre sustentabilidade urbana e conceitos correlatos.

Categorias	Ênfase	Exemplos
2. Baseada na teoria clássica de desenvolvimento sustentável.	Realização do modelo clássico de desenvolvimento sustentável (<i>triple bottom line</i> econômico-social-ambiental ¹⁹) aplicado ao nível da cidade, com a inclusão de uma quarta dimensão, normalmente institucional ou cultural.	Uma cidade sustentável é caracterizada por um equilíbrio dinâmico, uma convivência harmônica, entre bem-estar social, oportunidades econômicas e qualidade ambiental (<i>President's Council on Sustainable Development, 1997</i>).
3. Baseada em uma perspectiva que vai além do tripé econômico-social-ambiental	Visão dinâmica do desenvolvimento urbano específico de cada cidade, a partir do qual as metas para enfrentar os dilemas de desenvolvimento da cidade são definidas. Não há temas prioritários a priori.	Urbanização sustentável é um processo dinâmico e cria condições sustentáveis para as futuras gerações ao tratar questões ambientais, econômicas, sociais e de governança (<i>UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL, 2014</i>).

Fonte: Autor (2022), a partir da bibliografia avaliada e adaptado de WANG & LIU (2016).

4.4 Agenda e Métricas de Sustentabilidade Urbana

Pela importância de seu impacto sobre o planeta, as cidades, portanto, são *locus* fundamentais de busca pelo uso eficiente de recursos naturais em frentes variadas como transporte, energia, habitação, uso e ocupação do solo urbano, gestão de resíduos etc. A esses aspectos, diferentes autores associam o direito ao acesso e à distribuição inclusiva de bens e serviços comuns, como elementos característicos de uma cidade sustentável. O *World Resource Institute* trata do acesso equitativo a oportunidades na cidade como porta de entrada para a sustentabilidade urbana (BEARD et al., 2016, p. 5). Harvey, por exemplo, afirma que a ideia do direito à cidade, ou seja, da garantia inalienável de uso da cidade pelo indivíduo, surge a partir das próprias necessidades das comunidades (HARVEY, 2014, p. 15), incorporando-se necessariamente à agenda da sustentabilidade urbana. A *Nueva Agenda Urbana*²⁰, na *Declaración de Quito*

¹⁹ O conceito de triple bottom line foi desenvolvido por John Elkington em seu livro de 1997 “Cannibals with Forks: Triple Bottom Line of 21st Century Business”.

²⁰ O documento “Nova Agenda Urbana” foi lançado durante a Habitat III, a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, em 2016, em Quito, no Equador. A ideia é a de que, pelos vinte anos seguintes, esse documento guie os esforços desenvolvidos por nações, líderes nas cidades, financiadores internacionais, programas das Nações Unidas e sociedade civil em torno das transformações urbanas, articulando a busca do desenvolvimento sustentável em cidades e assentamentos humanos, o que ajudaria a concretizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada nas Nações Unidas em setembro de 2015. A Habitat III é considerada um marco para o desenvolvimento urbano em nível global, pois, além de tratar de diferentes temas como estruturas e políticas urbanas, governança e desenvolvimento institucional urbanos e finanças e sistema fiscal municipais, trouxe o conceito de “direito à cidade e cidade para todos”.

(Naciones Unidas, 2017, p. 3, tradução nossa) enfatiza o direito à cidade como elemento constitutivo de uma agenda de sustentabilidade urbana ao afirmar que a sustentabilidade urbana:

... ajudará a acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões, reduzir as desigualdades, promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas para aproveitar plenamente sua contribuição vital para o desenvolvimento sustentável, melhorando a saúde humana e o bem-estar, construir resiliência e proteger o meio ambiente.

Para avaliar o que difere uma cidade com agenda de sustentabilidade para outra que não possui essa agenda, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) realizou uma revisão bibliográfica disponibilizada na publicação “Construindo a participação em agendas para cidades sustentáveis” (PAGOTTO, 2017, p. 9). A revisão identificou diferentes termos associados, em maior ou menor grau, ao conceito de cidade sustentável (ou de sustentabilidade urbana): cidades criativas, cidades resilientes, cidades inteligentes (ou *smart cities*), cidades saudáveis, cidades democráticas. Essa revisão bibliográfica foi cruzada, então, com conceitos de sustentabilidade urbana adotados por mais de 200 organizações no Brasil e no exterior, que trabalham com o tema ou com algumas de suas dimensões. Esse trabalho permitiu ao FGVces sintetizar os assuntos e produzir um mosaico onde os temas que possuem afinidades foram agrupados em *clusters* com a mesma cor e posicionados ao lado de outros temas com os quais há interação, o que está representado no mosaico da Figura 2. Por exemplo, o tema de “esportes e lazer” tem proximidade com o tema de “parques e praças”, na medida em que muitas atividades esportivas ou de lazer ocorrem nesses locais. No entanto, foram considerados como pertencentes a *clusters* distintos (“esportes e lazer” fazem parte de “infraestrutura e sociedade”, enquanto “parques e praças” estão em “meio ambiente”). Nas bordas da figura, o FGVces sintetizou os *clusters* em premissas que fundamentam a abordagem de sustentabilidade urbana. Ou seja, a diferença entre uma cidade com agenda nesse tema para outra que não a possui seria a existência de uma preocupação pela sustentabilidade ambiental, pela qualidade de vida de seus cidadãos, pela proteção de direitos humanos, busca pela equidade e valorização da diversidade, investimentos em economia inclusiva, valorização da cultura local e, por fim, desenvolver mecanismos eficientes de governança e de participação cidadã, que são as formas particulares de a sociedade empenhar-se na construção de uma agenda de sustentabilidade urbana (PAGOTTO, 2017, p. 11).

Cada *cluster* temático identificado na Figura 2 dedica-se a certas premissas de sustentabilidade,

abrangendo (PAGOTTO, 2017, p. 11):

- Sustentabilidade ambiental: uso eficiente dos recursos disponíveis, reconciliação do espaço urbano com serviços ecossistêmicos, espaços verdes e poluição;
- Qualidade de vida: espaço público ambientalmente saudável, acesso a bens, serviços e oportunidades fundamentais, tais como moradia, saúde, educação, lazer, cultura e trabalho;
- Direitos humanos, equidade e diversidade: distribuição equitativa de recursos essenciais a uma vida digna, defesa da diversidade e combate à discriminação;
- Economia inclusiva e valorização da cultura local: promoção do acesso a oportunidades geradoras de renda, valorização de ativos culturais locais, empreendedorismo;
- Governança: processo por meio do qual o Estado e grupos não estatais interagem para formular e implementar políticas públicas, atuando segundo normas formais e informais em prol de objetivos comuns;
- Participação cidadã: envolvimento de segmentos não públicos da sociedade em algum momento do ciclo de vida de uma política pública²¹.

²¹ Para SECCHI (in ABAD, 2017, p. 168), existem sete fases do ciclo de políticas públicas: (i) identificação do problema, (ii) formação da agenda, (iii) formulação de alternativas, (iv) tomada de decisão, (v) implementação, (vi) avaliação e (vii) extinção.

Figura 2: Mosaico dos diferentes temas que compõem a agenda de sustentabilidade urbana.



Legenda:

	Direitos humanos e diversidade Abordagem sobre grupos vulnerabilizados e abrigam questões de igualdade, equidade e acessibilidade.
	Infraestrutura e sociedade Temas estruturantes como habitação, saneamento, educação, saúde e segurança.
	Meio ambiente Gestão de recursos, mobilidade, adaptação à mudança do clima, aspectos de consumo e áreas verdes nas cidade.
	Relação campo-cidade Temas abastecimento e agricultura urbana e periurbana.
	Desenvolvimento econômico Novas tendências de produção e consumo, finanças e empreendedorismo.
	Cultura Inovações na periferia, ações do movimento <i>maker</i> , economia criativa e do conhecimento.
	Intervenções urbanas Partem do conceito de direito à cidade e colocam em foco as formas de intervenção nos espaços urbanos.
	Governança e gestão Aspectos processuais que envolvem a administração da cidade e as relações recíprocas entre poder público e sociedade.

Fonte: Adaptado de Pagotto et al. (2017, p. 8).

Além disso, conforme visto anteriormente, iniciativas referências têm sido apresentadas a gestores públicos como forma de permitir uma intervenção urbana de caráter sustentável. Essas referências têm trazido formas distintas de observar a cidade, gerando diferentes metodologias de análise e diagnóstico, de priorização de aspectos relevantes, de criação de planos de ação e de indicadores para monitoramento. Portanto, cada referência traz em si um conceito e uma visão sobre sustentabilidade no ambiente urbano, além de, muitas vezes, indicadores para apoiar no monitoramento do avanço da cidade nesse tema. Ainda que essa miríade de referências traga certa confusão quanto a qual ser utilizada, uma vez a seleção metodológica tendo sido feita, o gestor público pode incorporar esses aspectos nos sistemas de gestão pública, e interessados no tema de sustentabilidade urbana podem utilizá-los em mecanismos de monitoramento de políticas públicas.

A incorporação de indicadores para avaliar a sustentabilidade urbana permite uma abordagem mais clara e objetiva do tema na agenda e na gestão das cidades, na medida em que as análises, críticas e sugestões são embasadas por dados quantitativos e não apenas por percepções subjetivas. Como dizia Deming: “Não se gerencia o que não se mede; não se mede o que não se define; não se define o que não se entende; não há sucesso no que não se gerencia”. (DEMING, 1989). Via de regra, os indicadores das referências em sustentabilidade urbana estão subdivididos em diferentes dimensões da vida urbana (*clusters* de indicadores). Em algumas referências, adicionalmente, essas dimensões se dividem em temas que dizem respeito a aspectos específicos dentro de dimensões mais amplas. Por exemplo, os indicadores da ISO 37120:2018²², os da ISO 37122:2019²³, os da ISO 37123:2019²⁴ e os da ABNT NBR ISO 37120:2017 estão divididos apenas em temas mais amplos e, dentro deles, já são apresentados os indicadores. Caso semelhante é o do *China Urban Sustainability Index*²⁵, que traz seus indicadores divididos nos temas Necessidades Básicas, Eficiência no Uso de Recursos,

²² Os temas da ISO 37120:2018 (*Sustainable cities and communities — Indicators for city services and quality of life*) são Economia, Educação, Energia, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Finanças, Governança, Saúde, Moradia, População e Condições Sociais, Recreação, Segurança, Resíduos Sólidos, Esporte e Cultura, Telecomunicações, Transporte, Agricultura Urbana/Local e Segurança Alimentar, Planejamento Urbano, Perda de Água e Consumo de Água. Para indicadores completos, ver <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:37120:ed-2:v1:en>. Acesso em: 23 jan. 2022.

²³ ISO 37122:2019 (*Sustainable cities and communities — Indicators for smart cities*). Ver <https://www.iso.org/standard/69050.html?browse=tc>. Acesso em 23 jan. 2022.

²⁴ ISO 37123:2019 (*Sustainable cities and communities — Indicators for smart cities*). Ver <https://www.iso.org/standard/70428.html?browse=tc>. Acesso em 23 jan. 2022.

²⁵ Modelo chinês baseado no *China Sustainability Index* (CSI), lançado em 2014. Ver https://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/indicators_for_sustainable_cities_IR12_en.pdf. Acesso em: 23 jan. 2022.

Limpeza do Meio Ambiente, Ambiente Construído e Compromisso com a Sustentabilidade. Já outras referências, como o Programa CES e o *Urban Indicators* (UN Habitat), se dividem em dimensões e subtemas. No caso do *Urban Indicators*, há grandes dimensões, como Moradia, e subtemas, como promoção do direito à moradia adequada, segurança da posse do imóvel, provisão de acesso ao crédito, garantia de igualdade de acesso à terra e promoção do acesso a serviços básicos.

Um aspecto que merece atenção no uso dessas ferramentas é a territorialização. Os indicadores utilizados pelas referências são, geralmente, indicadores que representam a média dos resultados dos municípios e, portanto, apresentam variações com relação às diferentes regiões da cidade, que detêm naturalmente desvios em relação a esses indicadores médios. Essa situação camufla situações negativas, dando a falsa impressão de que uma cidade está razoavelmente bem em relação um dado indicador, quando, na verdade, vários distritos ou bairros apresentam carência do conteúdo avaliado pelo indicador. Essa situação é particularmente agravada em grandes cidades ou metrópoles, como é o caso de São Paulo. Isto implica, eventualmente, em políticas públicas distorcidas e distantes da realidade em alguns territórios. Moreno (2014, p.45) afirma que a análise de indicadores médios para as cidades oculta realidades territoriais complexas, onde zonas com baixos níveis de acesso à infraestrutura e serviços e indicadores sociais ruins convivem com zonas de prosperidade.

Assim, algumas referências, como é o caso do Programa CES, citado anteriormente, têm buscado minimizar o efeito generalizante do indicador municipal por meio de ferramentas complementares, como a aplicação de pesquisas de opinião pública nos diferentes territórios das cidades, o que permite um cruzamento com o indicador médio municipal e a consequente criação de estratégias mais adequadas a cada região, através da detecção de prioridades e planejamento de intervenções localizadas que melhorem as condições existentes. Moreno (2014, p.45), por sua vez, afirma que para “conseguir identificar essas zonas da cidade, é necessário trabalhar com indicadores isolados em nível intracidade e georreferenciados”. A autora menciona o exemplo da cidade argentina de Mar del Plata onde, inicialmente, o Programa CES havia trabalhado com zonas concêntricas, consideradas homogêneas pelo seu nível socioeconômico. No entanto, após a realização de uma pesquisa e a digitalização de indicadores locais, foi possível dividir o mapa das regiões em frações menores de recenseamento com indicadores similares sobre população, pobreza, educação, moradia, segurança, turismo, comércio, indústria e serviços (MORENO, 2014, p.45). Os indicadores

georreferenciados, segundo Moreno, mostraram o contraste existente entre as zonas críticas e o resto da cidade, e que afetam a qualidade de vida dos seus habitantes. Com base nesta análise, vários dos temas que, de acordo com os indicadores pesquisados para a cidade, mereceriam uma priorização a médio prazo, transformaram-se em temas prioritários de curto prazo para a implementação de atuações integrais nessas áreas (MORENO, 2014, p.47).

Dessa forma, várias referências – muitas com indicadores associados - foram lançadas e testadas em cidades por várias organizações e grupos de pesquisa. Dentro desse universo, o desafio para as autoridades urbanas é definir qual ferramenta melhor atende às necessidades e objetivos de uma determinada cidade (EUROPEAN UNION, 2018, p.5). De qualquer forma, os indicadores de sustentabilidade urbana são ferramentas que permitem aos planejadores e gestores urbanos, formuladores de políticas públicas de diversas instâncias e para aqueles que buscam promover a agenda de sustentabilidade urbana, avaliar o impacto socioeconômico e ambiental de, por exemplo, projetos urbanos atuais, infraestruturas, políticas, sistemas de eliminação de resíduos, poluição e acesso a serviços pelos cidadãos. Eles permitem o diagnóstico de problemas e a identificação de soluções, permitindo que as cidades monitorem o sucesso e o impacto das intervenções de sustentabilidade ocorridas em seu território.

4.5 Investimento Social Privado

Em 1990, ocorreu a segunda edição da *World Industry Conference on Environmental Management* (WICEM II), na Holanda, e um dos assuntos que tiveram ênfase no evento foi o *Responsible Care*, iniciativa da indústria química em resposta à tragédia de Bhopal, que deixou 2.259 mortos e afetou milhares de vidas depois do vazamento de gases tóxicos em uma fábrica da *Union Carbide*, na Índia, em 1984²⁶. Outros eventos dramáticos, como o desastre nuclear de Chernobyl (1986) e o reconhecimento de que o buraco na camada de ozônio foi causado pelos gases clorofluorcarbonetos (CFCs), também inflamaram a opinião pública com relação ao papel fundamental das empresas com relação ao desenvolvimento sustentável. Além disso, evidências sobre o envolvimento de grandes empresas em esquemas de fraudes e corrupção (como Enron e Parmalat) passaram a criar uma percepção de que as empresas podem e devem agir de forma a respeitar os interesses legítimos e as demandas de seus públicos de relacionamento

²⁶Fonte: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/envpola21&div=32&id=&page=>. Visitado em 11/8/2018.

(LUETKENHORST, 2004, p.1)²⁷. O *Centre for Corporate Community Relations* (CCCR), do *Boston College*, indicou que outros dados de contexto passaram a forçar a uma mudança radical na relação das empresas com governos, sociedade e meio ambiente, bem como em seus papéis, abrangendo: (i) globalização e o crescimento na competição a ela associada, (ii) aumento do tamanho e da influência das grandes corporações, (iii) reposicionamento do papel de governos, (iv) competição das empresas por talentos, (v) crescimento do ativismo global da sociedade civil e (vi) aumento na importância dos capitais intangíveis no valor das empresas (CCCR, 2000, p.3). Associado a isso, o desequilíbrio entre o desenvolvimento rápido do comércio e das finanças globais tem provocado uma fragilização de governos e uma diminuição de obrigações sociais historicamente obtidas (RODRIG, 2001, p.16). Essa dinâmica provocou a emergência de uma nova forma de realizar os negócios, conhecida por Responsabilidade Social Empresarial – mais tarde substituída pela expressão Sustentabilidade Empresarial – com as empresas reconhecendo e gerenciando seus impactos, por meio de medidas de melhoria integradas em suas operações. A contribuição para a solução de problemas socioambientais tornou-se fundamental para que a empresa tivesse sucesso no longo prazo (RAYNARD e FORSTATER, 2002, p.1).

Como consequência, surge uma gama de iniciativas voltadas à promoção e entendimento do tema, tanto no nível global, quanto nacional, como o Pacto Global das Nações Unidas²⁸, o *World Business Council for Sustainable Development*, o *DowJones Sustainability Index*²⁹, a GRI – *Global Reporting Initiative*, entre outras.

Na década de 1980, o Brasil viveu o restabelecimento da democracia, que culminou em uma nova Constituição em 1988 e na eleição direta para presidente no ano seguinte. O impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992, de certa forma, foi imposto por um movimento nacional contra a corrupção (GRAYSON e HODGES, 2002, p. 8). O envolvimento popular e de organizações da sociedade civil continuou a crescer nos anos 1990, embalado pela Rio 92, que colocou a questão ambiental no centro da agenda global. No país, era também época da Ação da Cidadania contra a Fome, e Miséria e Pela Vida, conduzida pelo sociólogo Herbert de

²⁷A expressão “públicos de relacionamento” tem sido utilizada em português para traduzir a expressão *stakeholder*, popularizada a partir da Teoria dos Stakeholders, formulado por Edward Freeman em seu livro “*Strategic management: a stakeholder approach*”, de 1984.

²⁸ Iniciativa anunciada por Kofi Annan, então Secretário-Geral das Nações Unidas, no Fórum Econômico Mundial (Fórum de Davos) em janeiro de 1999, sendo oficialmente lançada em 26 de julho de 2000, no escritório da ONU em Nova Iorque. Fonte: <http://pactoglobal.org.br/> Visitado em 29/10/2018.

²⁹ Iniciativa da Dow Jones para fomentar práticas sustentáveis por empresas listadas na Bolsa de Nova Iorque.

Souza, o Betinho. Os movimentos sociais uniram sindicatos, partidos políticos, organizações ambientais e associações de promoção de direitos e de práticas éticas (GRAYSON e HODGES, 2002, p. 8). Fruto desse contexto, muitas organizações empresariais foram criadas para lidar com temas sociais e ambientais, como o Compromisso Empresarial Brasileiro para Reciclagem, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresa, a Fundação Abrinq, o Instituto Ethos, entre outras.

No entanto, apesar do grande avanço do envolvimento de empresas com questões socioambientais ocorrido nos anos de 1990, ele já existia há algum tempo. Em meados do século XX, surgiram as primeiras fundações privadas nacionais, criadas por famílias que haviam enriquecido com a industrialização do país. A maioria delas tinha a missão de atender aos trabalhadores dos empreendimentos dessas famílias, procurando suprir as dificuldades do Estado no fornecimento de educação, saúde e habitação (DEBONI, 2013, p.16). Com a redemocratização, o Brasil inseriu-se na economia globalizada, consolidando a implantação de multinacionais que influenciaram fortemente a cultura da filantropia empresarial e de doações individuais. A educação tornou-se a principal área de atenção das empresas no Brasil, impulsionadas pela procura de mão de obra mais qualificada para atender à dura competitividade imposta pela globalização (ROSSETTI, 2010, p. 266).

Nos últimos anos do século XX, o conceito de Terceiro Setor³⁰ ganhou impulso em escala mundial. De forma geral, passou-se a considerar que a esfera pública não é apenas responsabilidade estatal, exigindo também a participação do setor privado – tanto de empresas como de organizações sem fins lucrativos. As fundações e institutos empresariais, bem como as organizações da sociedade civil multiplicaram-se no mundo todo (MILANI FILHO, 2008, p. 92). Esse contexto incentivou a criação de uma série de leis, como a Lei das OSCIPs (Lei 9.790/99), e fez com que, de 1996 a 2005, o número de fundações e associações sem fins lucrativos triplicasse, passando de 107 mil para mais de 338, incluindo organizações empresariais (ROSSETTI, 2010, p. 267). A partir de 2005, impulsionados pelo tema de responsabilidade social empresarial, as fundações e institutos empresariais aceleraram seus

³⁰ O conceito de “terceiro setor” está associado a organizações que atuam de forma a ocupar iniciativas na esfera pública, mas que não são organizações estatais, ou seja, iniciativas privadas com sentido público. Essa visão considera que primeiro setor é o setor público e que o segundo é representado pelas atividades lucrativas da iniciativa privada (CARDOSO apud IOSCHPE, 1997, p. 08).

projetos, ampliando-os para apoio as comunidades em geral, não apenas as comunidades no entorno das unidades produtivas das empresas. Assim, com o passar do tempo, e a complexidade do ambiente social e do contexto ambiental no país, as empresas, principalmente as grandes, incluindo as multinacionais, começaram a deixar sua posição de mitigação do impacto negativo produzido pelas operações, buscando ações mais proativas na geração de impacto positivo (ROSOLEN, 2019, p. 79).

Assim, no Brasil, o conceito de responsabilidade social empresarial surgiu de forma mais intensa durante a década de 1990, originando-se de eventos sociais e políticos que influenciaram a sociedade e a comunidade empresarial brasileiras. Segundo Belink (2016, p. 39), foi ainda no início dos anos 1990 que, o que antes era considerado “Filantropia”, passou a ser designado “Responsabilidade Social Empresarial”, ocorrendo uma ramificação para outro termo, Investimento Social Privado (ISP), que começou a assumir relevância no ambiente empresarial, e cujo conceito varia, de autor para autor.

Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o investimento social privado (ISP) é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (PAGOTTO, 2016, p. 23).

Outros autores, como Brown *et al.* (2006, p. 858), adotam uma conceituação mais abrangente e consideram que o ISP engloba, também, a transferência direta para entidades de assistência social na forma de doações, sem o comprometimento explícito de monitoramento de resultados. Ainda, segundo Fischer *et al.* (2005, p.12), no Brasil, o ISP é materializado em projetos sociais desenvolvidos a partir de parcerias ou alianças entre empresas e organizações da sociedade civil. Sob essa perspectiva, as empresas direcionam recursos para organizações não-governamentais sem fins lucrativos para a promoção de determinada ação social.

E, ainda que a atuação das empresas junto às comunidades venha sendo definida de diferentes formas, ao final, esta diz respeito a como as empresas integram questões sociais e ambientais nas suas atividades operacionais e na sua interação com seus *stakeholders* (EUROPEAN COMMISSION, 2001, p.8). Alguns autores divergem se iniciativas em Investimento Social Privado devam ser de caráter voluntário ou se o cumprimento de exigências legais (*compliance*) já pode ser considerado como tal. Isto ocorre, principalmente, em projetos que são fruto de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de Termos de

Ajustamento de Conduta (TACs), celebrados junto ao Ministério Público.

O EIA/RIMA é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecido pela Lei nº 6.938/81, e é exigido às empresas que têm potencial de causar fortes impactos ambientais em seus empreendimentos. Ou seja, quando as suas atividades podem causar alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, afetando, entre outros, a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; e a qualidade dos recursos ambientais. Já os TACs são instrumentos jurídicos que, na esfera ambiental, tem como objetivo realizar o verdadeiro sentido da expressão desenvolvimento sustentável, na medida em que promovem o ajustamento entre o órgão público legitimado e a empresa violadora de direito transindividual, incluindo o ambiental³¹ e o social. Delineados na ordem jurídica a partir do parágrafo 6º do artigo 5º da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº. 7.347/1985), o TAC pode ser conceituado como:

...uma forma de solução extrajudicial de conflitos promovida por órgãos públicos, tendo como objeto a adequação do agir de um violador ou potencial violador de um direito transindividual (direito difuso, coletivo ou individual homogêneo) às exigências legais, valendo como título executivo extrajudicial (HASEMANN, 2010).

Em termos internacionais, a expressão *Corporate Citizenship* substitui o ISP e, nesse sentido, algumas definições apresentadas são:

Segundo a *European Commission* (2001, p. 10, tradução nossa):

... O cumprimento das expectativas legais e, também, ir além do *compliance* e investir mais em capital humano, meio ambiente e relacionamento com os *stakeholders*.

De outra forma,

... uma empresa cidadã é aquela que contribui com o desenvolvimento sustentável, gerando, simultaneamente, benefícios econômicos, sociais e ambientais – conhecidos como os três pilares da sustentabilidade (HART e MILSTEIN, 2004, p.66).

Ou, ainda, o ISP ocorre quando uma empresa busca atender

... atender às necessidades das partes interessadas diretas e indiretas (como acionistas, funcionários, clientes, grupos de pressão, comunidades etc.), sem comprometer sua capacidade de atender às necessidades das futuras partes interessadas. (LOZANO, 2013, p.276, tradução nossa).

Por fim, McIntosh et al., (1998, p.127, tradução nossa) definem o tema como:

³¹ <https://horizonteambiental.com.br/termo-de-ajustamento-de-conduta-tac/>. Acessado em 11/12/2021.

... a Responsabilidade Social Empresarial se preocupa com o relacionamento entre as empresas e a sociedade – tanto a comunidade local que cerca um negócio e cujos membros interagem com seus funcionários, quanto a comunidade mais ampla que se relaciona com o negócio por meio de seus produtos, sua cadeia de suprimentos, sua rede de revendedores rede, sua publicidade e assim por diante.

Das definições apresentadas, alguns aspectos chamam à atenção. O primeiro deles é o comportamento ético da organização, presente em três das definições acima. Disso se depreende que falar de ISP pressupõe um comportamento ético, sem o qual a prática de implantação de projetos socioambientais não seria possível. Outro aspecto relevante é a contribuição para o desenvolvimento de seus *stakeholders*, e não apenas da própria empresa. Portanto, a ideia de geração de valor que é compartilhada com seus *stakeholders* é outro aspecto que caracteriza o ISP.

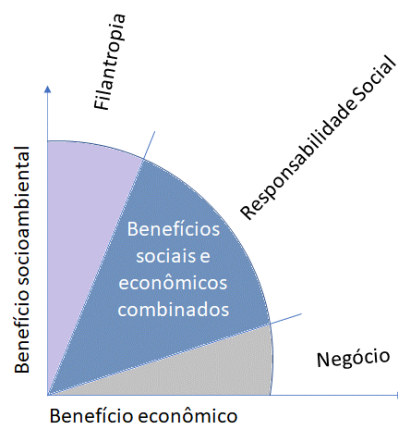
Porém, muito além do consenso sobre a definição sobre o termo, existe também um desacordo quanto à motivação para o ISP. Para alguns especialistas, é um mandato moral; para outros, uma exigência legal; ainda para alguns outros, ISP é percebido como um custo inerente às grandes empresas devido ao fato de se fazer negócios (HART E MILSTEIN, 2004, p.66). De qualquer forma, vários estudos indicam que práticas em ISP podem trazer resultados positivos às empresas. Segundo Bonini e Swartz (2014, p. 6), os programas de ISP não estão apenas fortemente correlacionados com o bom desempenho financeiro, mas também desempenham um papel na sua criação. De acordo com uma pesquisa do Deutsche Bank, que avaliou 56 estudos acadêmicos, empresas com alto desempenho em aspectos ambientais, sociais e de governança (do inglês ESG – *environmental, social and governance*) –portanto, correlacionados com ISP – têm uma taxa menor de endividamento e custo menor de capital. Além disso, 89% dos estudos revisados pelo banco mostram que as empresas com alto desempenho de ESG superam o mercado no médio prazo (três a cinco anos) e no longo (cinco a dez anos) (FULTON et al., 2012, p.15).

Do ponto de vista da evolução da gestão empresarial, Belink (2016, p.40 – 41) destaca um deslocamento da relevância do tema nas estratégias de negócio. Inicialmente, ISP era entendida como doações sem preocupação de causar mudanças socioambientais significativas, para além do pequeno grupo beneficiado. Em seguida, evoluiu para mitigar impactos negativos ou remediar aqueles que tenham sido eventualmente causados pelas empresas junto às comunidades. Em seguida, empresas começaram a considerar, de forma mais intensa, as

demandas de seus públicos de interesse (*stakeholders*) e buscar observar o contexto socioambiental mais amplo para identificar como elas poderiam contribuir com o tema. Finalmente, segundo Belink (2016), as empresas estariam hoje em um outro ciclo, caracterizado pela integração do ISP às estratégias de negócio, concebendo e planejando o futuro da organização considerando uma gama de aspectos que impactam suas atividades econômicas e que estão vinculados ao desenvolvimento sustentável das sociedades onde estão inseridos.

Por fim, como se percebe, os conceitos de Responsabilidade Social, Filantropia e Investimento Social Privado não são triviais e, ainda que tenham proximidade, autores diferentes possuem percepções distintas sobre cada um deles. A Figura 3 apresenta uma característica distintiva entre esses conceitos que é a “convergência” (PORTER e KRAMER, 2002, p. 7). Percebe-se, pela figura, que, quanto maior a convergência que uma determinada prática empresarial provoca entre benefícios socioambientais e benefícios para os negócios, maior é a proximidade com o conceito de Responsabilidade Social. A convergência distingue práticas filantrópicas, em um polo, e práticas exclusivamente voltadas para resultados para os negócios, no outro polo. Portanto, a responsabilidade social gera resultados tanto sociais, quanto para a empresa. Por outro lado, práticas filantrópicas tendem a gerar menos resultados para o negócio e mais resultados socioambientais. Assim, identificamos o que é responsabilidade social e o que é filantropia.

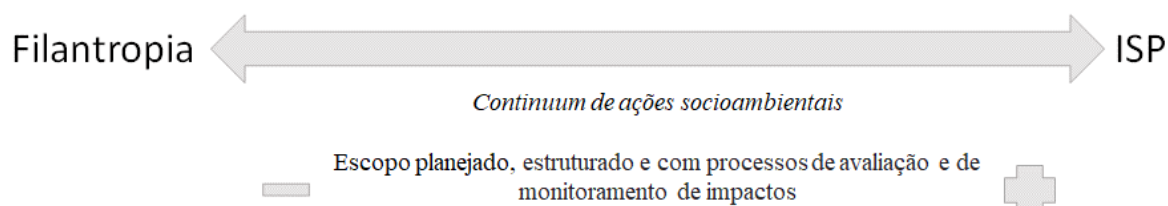
Figura 3: Convergência de interesses entre práticas socioambientais e práticas de negócio.



Fonte: O Autor (adaptado de Porter e Kramer, 2002, p. 7)

A Figura 4 trata de estabelecer uma diferença entre Filantropia e ISP através do que alguns autores chamam de “viés estratégico”. Por esse conceito, ISP se diferencia de Filantropia por seu viés na estratégia das ações, na medida em que, naquela última, a empresa faz doações a causas socioambientais de forma pouco estruturada, sem planejamento e, na maioria das vezes, composta por ações isoladas, com forte sentimento de caridade e altruísmo (COMUNITAS, 2019). Já no conceito de ISP, a empresa busca fazer os aportes financeiros dentro de um escopo planejado, buscando resolver problemas sociais e ambientais as aplicações são realizadas de forma estruturada e, além disso, contemplando processos de avaliação e de monitoramento de impactos (SOUZA FILHO, PEREIRA e BARBIERI, 2011, p.4). Portanto, seria uma espécie de *continuum* dentro do polo Filantropia indicado na Figura 3, onde, em um extremo, estariam práticas filantrópicas e, do outro, práticas de ISP.

Figura 4: *Continuum* de ações socioambientais: iniciativas menos estruturadas tendem a ser filantrópicas; já as mais estruturadas são consideradas ISP



Fonte: O Autor (2022).

Com a constante preocupação de gerar impactos para a sociedade, cada vez mais institutos e fundações empresariais têm desenvolvido projetos (próprios ou de terceiros) focados na agenda de sustentabilidade urbana, muitos deles culminando, por vezes, em políticas públicas (ALVES e PINEDA, 2019, p. 3), o que destaca projetos de ISP em cidades sustentáveis entre os temas de ação das empresas.

4.6 A participação de empresas na agenda de sustentabilidade urbana

Entre os temas que mais têm se intensificado como foco do ISP, o desenvolvimento territorial merece relevância. As duas principais pesquisas realizadas no Brasil sobre o ISP indicam essa realidade. O *Benchmarking* do Investimento Social Corporativo (BISC), levantamento anual feito pela Comunitas, indica que, em 2016, 75% das organizações que realizavam projetos sociais corporativos, os faziam focando no desenvolvimento territorial, contra 45% em 2011 (BISC, 2017, p. 27). Segundo o Censo Gife, cerca de 48% dos institutos e das fundações empresariais investem em desenvolvimento local, comunitário ou de base, configurando-se

como a quinta área prioritária de atuação social dessas organizações no Brasil (Gife, 2018, p.3). Segundo a edição do Censo Gife de 2014, esse número era de 44% (Gife, 2014, p. 99). Esse crescimento, segundo Pagotto (PAGOTTO, 2018, p.8) deve-se ao crescente alinhamento entre o ISP e o negócio, e entre o ISP e políticas públicas com impacto local, que acaba concentrando os investimentos sociais nas comunidades do entorno das operações empresariais. Esse alinhamento é uma forma de ampliar os benefícios às próprias comunidades por parte das empresas e, também, ampliar a sua competitividade.

A UN-Habitat apresenta argumentos similares ao observar a “reinvenção do planejamento urbano”, que “se afasta radicalmente da sua ambição original de comandar e controlar a cidade” para posicionar a “participação cidadã e a consulta a diversas partes interessadas como o estado da arte da governança”³². Também no conjunto de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), formulados no âmbito das Nações Unidas para orientar a cooperação internacional e as políticas nacionais dos países-membros, figura a governança ampliada como condição de sucesso em diversas áreas, por meio de participação, transparência e acesso à informação. O principal exemplo, o ODS 11 (tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis) é todo voltado a cidades e comunidades sustentáveis e tem uma de suas metas a de “aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países”³³. O ODS 16 (garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis) e o ODS 17 (reforçar a parceria global complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência tecnologia e recursos financeiros) também seguem pela mesma linha.

A questão dos ODS tem sido em elemento adicional a vincular a participação das empresas em cidades sustentáveis. Segundo Agarwal et al. (2017, p.1), a agenda dos ODS, também chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, dá às empresas um papel significativo nos esforços para se alcançar os ODS, com base em sua capacidade de investir e inovar. No entanto, também afirmam que, para que as empresas contribuam de verdade, elas precisam ir além das formas atuais de engajamento, adotando responsabilidades mais amplas para com as sociedades nas quais operam. Ainda segundo os autores, os ODS representam a grande agenda global de desenvolvimento, o que implica que governos, sociedade civil e iniciativa privada devem

³² UN-Habitat, 2010.

³³ Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>. Pesquisado em 01/12/2018.

basear-se nos ODS para guiar suas iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável (AGARWAL et al., 2017, p.3). Nesse sentido, o Pacto Global da ONU afirma que o alinhamento dos negócios aos ODS é, hoje, uma questão de sobrevivência. Segundo a organização, quem não está fazendo isso, coloca em risco a perenidade de sua operação (PACTO GLOBAL, 2022). Já a *Business and Sustainable Development Commission* (BSDC) indica que as empresas precisam dos ODS porque eles oferecem uma estratégia de crescimento atraente para as empresas, para os negócios em geral e para a economia mundial (BSDC, 2017, p.3). Nesse mesmo sentido, o *Latin American Quality Institute* (LAQI) defende que os ODS facilitam o alinhamento da estratégia corporativa com as necessidades da sociedade atual, na qual a empresa está inserida, destacando novas áreas que podem ser exploradas nos negócios (LAQI, 2022). De forma complementar, Bansal e DesJardine (2012, p. 71) indicam que as empresas são sistemas inseridos em macrossistemas maiores, devendo administrar seus negócios para garantir lucros de curto prazo e um fluxo de renda de longo prazo, completamente dependente do contexto socioambiental, representado pelos indicadores dos ODS. A importância dos ODS para os negócios, segundo Nascimento *et al* (2020, p. 64), passa pelo próprio valor da organização, que está cada vez mais relacionado com o interesse de toda a comunidade envolvida com as atividades da empresa. Finalmente, com base no exposto, os ODS se converteram em uma verdadeira carta de navegação para os negócios, permitindo um enfoque sólido para a tomada de decisões, a escolha de meios adequados para avaliar o desempenho e, portanto, para maior possibilidade de sucesso nos negócios (PÉREZ, ROMERO e VARGAS-GONZALES, 2020, p. 197). Vale frisar que, ao incentivarem as empresas a se envolverem com a sustentabilidade, os ODS também mobilizam as empresas em torno da agenda sustentabilidade urbana, representada no ODS 11.

Nesse contexto, a atitude cidadã de empresas pode se manifestar na adoção de práticas diárias, como atenção contra o desperdício de recursos naturais, pela reciclagem, no respeito às leis ambientais, no engajamento contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, na promoção da diversidade, no desenvolvimento de fornecedores, entre outras. Nesse sentido, uma empresa que se preocupa com a sustentabilidade é também aquela cuja atuação extrapola a cadeia produtiva e se estende até as comunidades nas quais suas unidades operacionais se localizam. Além disso, é aquela que trabalha de forma ativa para contribuir para uma sociedade justa e sustentável e promover ações que se reflitam nos municípios em que atua, estimulando a cidadania, inclusive no acompanhamento da condução das políticas públicas (INSTITUTO ETHOS, 2009, p.8). É nesse contexto que, para as empresas, a cidade sustentável deixa de ser

uma abstração para tornar-se uma realidade viva, arquitetada por uma participação mais ampla. Trata-se de um longo trabalho que se efetiva por meio da parceria compromissada entre empresas, ONGs, universidades, centros de pesquisas e demais modalidades de organização da sociedade. Esse trabalho já tem se efetivado através da ação de diversas organizações e movimentos, no Brasil e no exterior, como Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, *Red Cómo Vamos* (Colômbia), Cidades para Pessoas, Fundação Amazonas Sustentável, *Fundación Corona* (Colômbia), entre outras (PAGOTTO et al, 2017, p. 43).

Analisando a bibliografia relativa ao tema, observa-se que não faltam ações de empresas em prol dos aspectos da sustentabilidade urbana. O Instituto Ethos (2009), por exemplo, descreve ações de empresas com conscientização sobre mudanças climáticas nas cidades, mobilização da população para monitoramento de políticas públicas urbanas, capacitação da gestão pública, ações voluntárias para limpeza de praças, reciclagem de resíduos, geração de informações sobre necessidades das cidades, recuperação de áreas degradadas etc. O CEBDS (2016), na mesma linha, aponta ações empresariais voltadas às mudanças climáticas, melhoria na qualidade das habitações, mobilidade urbana, manejo de resíduos sólidos, resiliência³⁴ urbana, parcerias público-privadas na oferta de serviços urbanos etc. Já Mendle et al. (2015, p.1), afirmam que a colaboração das empresas com a construção da sustentabilidade urbana acontece ao longo de um processo contínuo, que pode começar com uma colaboração estratégica para ajudar a moldar a visão e as metas globais de sustentabilidade da cidade, estendendo-se até estágios em que as empresas se envolvem com a implementação de soluções para a cidade.

No entanto, as ações empresariais têm impactos diferenciados sobre a agenda de sustentabilidade urbana, na medida em que focam em temas específicos (educação, saúde, acessibilidade, mobilidade, gestão de resíduos, segurança, gestão pública etc.). Da mesma forma, os impactos variam em função da escala da ação (município, distrito, bairro). Igualmente, há diferenças conforme o porte da cidade (o mesmo projeto teria impactos diferentes em cidades menores do que em cidades grandes) e o volume de investimentos do projeto ou ação (projetos com maiores volumes de recursos teriam a possibilidade de impactar um maior número de beneficiários).

³⁴ Propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica. No senso comum, a palavra tem sido empregada para designar a capacidade de se recobrar ou de se adaptar às mudanças.

Outro fator relevante em termos de impacto de uma ação empresarial é sua capacidade de influenciar políticas públicas urbanas para que estas incorporem patamares superiores em termos de sustentabilidade. Nesse sentido, ao realizar tal influência, as empresas tornam-se autores no processo de política pública, pois, segundo Secchi (2014, p.77), autores de políticas públicas são:

...todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações.

As ações empresariais que geram alterações em políticas públicas no sentido de maior sustentabilidade urbana são aquelas que provocam maior grau de impacto nas cidades, na medida em que, por ser política pública, tende a perpetuar-se no tempo, o que não ocorre com investimentos empresariais que dependem única e exclusivamente do orçamento alocado pelas empresas ao longo de determinado período.

Aparentemente, segundo o Gife (2017, p. 34), há uma tendência de diminuição da doação empresarial. Segundo ele, se considerarmos o orçamento dos investidores sociais no Brasil, como um todo, enquanto em 2014 o volume total investido foi de R\$ 3,5 bilhões, em 2016 esse valor foi de R\$ 2,9 bilhões (incluindo recursos com incentivos fiscais). Portanto, utilizar os recursos privados de modo a impactar políticas públicas permite maior perenidade nos atributos de sustentabilidade dos municípios.

As iniciativas empresariais para promoção da sustentabilidade urbana são expressão de sua agenda social. Mas, como se percebe pelas possibilidades de atuação empresarial, elas podem ir além das expectativas e necessidades da sociedade, encontrando oportunidades de se gerar resultados sociais e empresariais positivos. Podem, também, não apenas focar na mitigação de danos causados à sociedade ou ao meio ambiente, mas encontrar meios de fortalecer suas estratégias através da contribuição em questões urbanas relevantes. Porter e Kramer desenvolveram uma categorização para os possíveis modos de envolvimento das empresas com a sociedade. Segundo os autores, essas práticas empresariais podem ser responsivas (PORTER

e KRAMER, 2006, tradução nossa) ou estratégicas. Enquanto uma prática social responsiva se resume a agir como bom cidadão corporativo e a mitigar os impactos causados pelas operações da empresa, a estratégica identifica na geração de benefícios socioambientais oportunidades de um melhor posicionamento estratégico, tanto para si, quanto para sua cadeia de valor. Por cadeia de valor entende-se um sistema que inclui redes de fornecedores de uma organização, bem como seus clientes (AMARA, HALILEM e TRAORÉ, 2016, p.1661).

Segundo os autores, RSE responsiva compreenderia, então, dois elementos: (1) empresas atuando como bons “cidadãos corporativos” ao alinhar-se com as necessidades de seus *stakeholders*, e (2) empresas mitigando impactos negativos existentes e futuros, frutos de suas operações. Afirmam, ainda, que ser bom cidadão corporativo é uma condição *sine qua non* das empresas que, para serem eficientes, devem especificar metas claras e mensuráveis para suas ações. Como resultado, as empresas obteriam uma boa vontade junto a seus *stakeholders*, fortalecendo as relações com o poder público local (PORTER e KRAMER, 2006, p.9). Já a RSE estratégica é focada na escolha de posições únicas e diferenciadas de mercado, possibilitando níveis mais elevados de competitividade. Como a ação empresarial em cidades sustentáveis, da forma como exposto anteriormente, não permite uma diferenciação comercial, mas cria boa vontade local, as práticas aqui avaliadas estão ligadas à RSE responsiva.

Nesse sentido, a abordagem mais apropriada para tratar a ação empresarial em cidades sustentáveis é por meio de seu investimento social privado. De acordo com o Gife (2017, p. 33), os recursos dos investidores sociais privados são provenientes principalmente das empresas (46%), sendo 26% de doações de empresas mantenedoras para seus institutos e fundações e 20% de recursos próprios das empresas empregados em seus projetos de investimento social. Em segundo lugar, estão os rendimentos de fundos patrimoniais (28%). Apenas 6% do volume total de investimento dos respondentes têm como origem o recebimento de recursos do poder público federal, estadual e/ou municipal. Outro aspecto relevante em relação às fontes de recursos dos investidores sociais diz respeito à utilização de incentivos fiscais. O Gife (2016, p. 116) indica que, apesar de que o número de respondentes ao Censo que usam incentivos fiscais tenha reduzido de 40% para 37% da amostra, entre 2014 e 2016, ainda é elevada a utilização de recursos dessa natureza. O Gife (2016, p. 115) ainda aponta que mais da metade do volume de recursos incentivados (54%) está concentrado, principalmente, em três dispositivos legais: a Lei Rouanet, que representa 36% do total; a Lei de Incentivo ao Esporte, que corresponde a 10%; e o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,

equivalente a 8% do montante. Em relação ao BNDES, cerca de três quartos dos respondentes (74%) informaram não ter buscado recursos junto ao principal banco de desenvolvimento do país, sendo que, dentre eles, o acesso aos recursos do BNDES se deu, principalmente, por meio da linha ISE/Subcrédito Social³⁵ e do Fundo Socioambiental³⁶ do Banco.

4.7 Parcerias para a sustentabilidade urbana

A visão tradicional da solução dos desafios que as cidades enfrentam está muito ligada à ação exclusiva de governos. Mais recentemente, no entanto, a legislação brasileira trouxe avanços, tanto no âmbito legislativo, quanto institucional, que culminaram com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, havendo a emergência de novos arranjos que passaram a incluir outros atores na solução dos desafios urbanos. Mais recentemente, a legislação brasileira criou ferramentas de planejamento das cidades a partir da regulação de algumas políticas setoriais em âmbito nacional, tais como habitação e regularização fundiária, saneamento ambiental, resíduos sólidos, transporte e mobilidade urbana. Algumas delas são³⁷:

- Lei Federal no 10.048/2000, Lei Federal no 10.098/2000 e Decreto Federal no 5.296/2004, que definem o marco regulatório para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre os princípios e as diretrizes fundamentais da política urbana;
- Lei de Consórcios Públicos e sua respectiva regulamentação (Lei Federal no 11.107/2005 e Decreto Federal no 6.017/2007) que instituíram novas formas de cooperação entre os entes federativos, ampliando as possibilidades de arranjos institucionais.
- Lei Federal no 11.124/2005 e Decreto Federal no 5.796/2006, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criam o Fundo Nacional

³⁵ A linha ISE/Subcrédito Social engloba investimentos sociais não voluntários, da ordem de 0,5% do investimento total de um empreendimento, cobrados das empresas com taxas de juros diferenciadas, e aprovados caso o empreendimento atenda aos critérios sociais definidos pelo BNDES (Fonte: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20060713_not118_06. Acesso em 31/01/2022.

³⁶ O Fundo Socioambiental foi constituído com uma parcela dos lucros anuais do BNDES, para apoiar investimentos de caráter social, nas áreas de inclusão produtiva, serviços urbanos, saúde, educação, desportos, justiça, meio ambiente e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social (Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-socioambiental>. Acesso em 31/01/2022.

³⁷ Fonte: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160408_relatorio_habitat_iii.pdf. Acesso em 31/01/2022.

- de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituem o Conselho Gestor do FNHIS;
- Lei Federal no 11.481/2007 e Lei Federal no 11.952/2009, que preveem medidas para regularização fundiária de interesse social em bens da União e normas específicas para Amazônia Legal;
 - Lei Federal no 11.445/2007 e Decreto Federal no 7.217/2010, que estabelecem diretrizes nacionais para o saneamento básico;
 - Lei Federal no 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas;
 - Lei Federal no. 11.952/2009, que trata da regularização fundiária de terras federais na Amazônia Legal;
 - Lei Federal no 12.305/2010 e Decreto Federal no 7.404/2010, que instituem e regulamentam, respectivamente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - Lei Federal no 12.424/2011, que trata do registro imobiliário na regularização fundiária urbana;
 - Lei Federal no 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana;
 - Lei Federal no 12.651/2012 (Novo Código Florestal Brasileiro), que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos em áreas de preservação permanente (APPs);
 - Lei Federal no 12.836/2013, institui regras para municípios situados em áreas de risco e/ou que pretendam ampliar seu perímetro urbano;
 - Lei Federal no 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole), que estabelece diretrizes gerais para planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas (RMs) e aglomerações urbanas, bem como instrumentos de cooperação interfederativa.

Além da legislação federal, ainda há uma série de leis no nível estadual que inserem outros atores na solução de problemas urbanos ou territoriais, como é o caso dos comitês de bacias. Assim, os desafios das cidades brasileiras têm passado por uma integração de políticas setoriais no território e por ações de parceria nas escalas intraurbana, regional e nacional.

Esses arranjos mais participativos evidenciam que a questão da sustentabilidade urbana tem representado um grande desafio para os governos locais, na medida em que ele têm que ampliar

a provisão de serviços básicos, garantir uma qualidade de vida melhor³⁸, promover a geração de empregos, combater altos índices de pobreza, proteger o meio ambiente e lidar com os desafios relacionados com as mudanças climáticas, como já visto, em um quadro de fraqueza institucional e operacional e escassez de recursos para investimentos (MORENO, 2014, p.2). Assim, percebeu-se a necessidade de que novos modelos de parceria pudessem permitir à cidade avançar rumo à sustentabilidade.

Pagotto et al. (2017, p.6) indicam que arranjos de parceria no nível local - o que inclui a realidade das próprias cidades – são entendidos como acordos formais e informais para a construção de políticas e ações de intervenção no território. De maneira distinta, Pagotto et al. (2017, p.13) afirmam que ações em parceria são processos, por meio dos quais, o Estado e os grupos não estatais interagem para formular e implementar políticas, trabalhando sob um conjunto de normas formais e informais em prol de objetivos comuns. Essas ações em parceria também são definidas pelos autores como arranjos de governança.

O conceito de governança apresentado por Pagotto et al. é uma adaptação da definição oferecida pelo Banco Mundial em seu Relatório de Desenvolvimento Global 2017, que diz que as normas formais e informais determinam e são determinadas pelo poder dos diferentes grupos (WORLD BANK, 2017, p. 3). Poder, segundo o Banco Mundial, seria a capacidade que grupos e indivíduos possuem para fazer com que outros grupos ajam no interesse daqueles grupos e indivíduos com o objetivo de trazer resultados específicos (WORLD BANK, 2017, p. 3).

A questão de poder é particularmente relevante para a discussão de parcerias para a sustentabilidade urbana, na medida em que a distribuição desigual de poder entre os atores que intervêm e interagem em uma dada situação pode excluir grupos e pessoas dos resultados positivos gerados pelas discussões e ações decorrentes. Além disso, o desequilíbrio de poder entre os atores urbanos pode, eventualmente, impedir que determinados grupos tenham acesso ao debate de políticas públicas, tornando inaudíveis sua voz e suas demandas. Segundo a publicação do Banco Mundial, a governança é também relevante porque muitos de seus aspectos são valiosos em si mesmos (eles têm valor intrínseco, de acordo com a expressão do Banco - WORLD BANK, 2017, p. 3), particularmente, a noção de liberdade. Em termos

³⁸ Globalmente, o Banco Mundial prevê que, nos próximos 40 anos, será necessária a construção da mesma capacidade urbana desenvolvida ao longo dos últimos 4.000 anos, para abrigar mais 3,5 bilhões de pessoas (ICLEI, 2014 p. 6)

econômicos, liberdade pode ser vista como um conjunto de oportunidades postas diante dos atores. No oposto, a falta de liberdade significa a redução da capacidade dos atores em exercer suas plenas capacidades e potencialidades.

Nesse sentido, as parcerias originadas a partir da interação multiatores, representativos dos mais diversos segmentos, segundo o Banco Mundial, seria um valor instrumental, na medida em que ela permitiria que esses atores, através da prática da parceria pudessem atingir outros valores significativos para eles. Ou seja, a existência de ações compartilhadas e com representação dos mais diversos atores urbanos garantiria a efetividade da capacidade de agência desses atores em atingir liberdades de outros tipos, entendendo-se agência como o poder decisório e discricionário de um indivíduo ou organização para realizar uma tarefa (SILVA, SOUSA e LEITE, 2011).

Essa visão de parceria, que envolve governança, é importante na medida em que ela deixa de ser um atributo de atores estatais para ser algo compartilhado entre diferentes públicos do território. Evidente que, ainda que se fale de parceria a partir de uma perspectiva do exercício de diferentes atores, a ação do ator público continua decisiva, na medida em que ele detém a atribuição única e específica de transformar as discussões e os resultados da participação dos diversos atores em políticas públicas, no sentido estrito da expressão, com todo o arcabouço legal que isso contempla. No entanto, esse atributo do ator público estará mais sujeito à influência dos demais atores na medida em que as ações em prol da sustentabilidade urbana deixam de ser de responsabilidade específica do agente estatal para ser entendido como fruto da ação coletiva no espaço urbano. Isto equivale a dizer que, das sete fases de uma política pública, tal como define Abad (2017, p. 168), essa visão de parceria permite que os atores não públicos possam incidir, de forma justa, legítima e mais incisiva, sobre cinco delas (i) identificação do problema, (ii) formação da agenda, (iii) formulação de alternativas, (v) implementação e (vi) avaliação, influenciando sobre as duas restantes (iv) tomada de decisão e (vii) extinção, também através da dinâmica de parcerias existente no território. Isso decorre do fato de que a legislação, via de regra, coloca nas mãos de atores públicos a capacidade de alteração de políticas públicas, o que é particularmente verdade no que se refere às cidades.

Assim, dependendo do contexto, as ações em sustentabilidade urbana podem ser exercidas por

instituições³⁹ formais do Estado que aplicam e implementam políticas ou, também a depender do contexto, a partir de atores estatais associados a atores não estatais, como organizações da sociedade civil ou representantes da iniciativa privada. É importante atentar para o fato de que parcerias ocorrem em diferentes níveis, desde aquelas exercidas por organismos internacionais, no nível internacional, até aquela própria de estados nacionais e instituições governamentais e, ainda, aquelas exercidas por agências governamentais locais e por associações empresariais setoriais, por exemplo. Essas dimensões geralmente se sobrepõem, criando uma complexa rede de atores e interesses (WORLD BANK, 2017, p. 3).

O desenvolvimento da agenda de sustentabilidade urbana, através da maior interação com outros atores que não os públicos, sofreu uma mudança significativa, particularmente em sua vertente de planejamento urbano. A ONU Habitat afirma que “a reinvenção do planejamento urbano ... se afasta radicalmente de sua ambição original de comandar e controlar a cidade” para posicionar a “participação cidadã e a consulta a diversas partes interessadas como o estado da arte da governança” (UN-Habitat in PAGOTTO et al., 2017, p.14).

Em 2015, chefes de Estado e de Governo reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque, ratificaram os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que possui 17 objetivos globais, 169 metas específicas e 3 metas extraordinárias, com vistas a erradicar a pobreza extrema, combater a desigualdade e a injustiça e corrigir as mudanças climáticas. Os ODS, talvez a principal bússola para o desenvolvimento sustentável em nível global, reconhecem de tal forma a relevância da participação como meio necessário para se buscar o desenvolvimento sustentável que tem nove metas relacionadas à questão de parcerias⁴⁰.

Nesse sentido, Pagotto et al. (2017, p.5) indicam que deve haver o reconhecimento da impossibilidade de se propor soluções efetivas sem acessar a inteligência e a experiência coletivas daqueles que vivem nas cidades. Além disso, também afirmam que o próprio acesso equitativo a recursos e oportunidades nas cidades depende da inclusão das mais diferentes vozes na formulação de cidades sustentáveis. Mais, asseguram que em arranjos de parcerias compostos por uma participação de qualidade, diferentes atores são cruciais para o fomento de

³⁹ Instituições: termo usado na literatura para indicar organizações do Estado operando segundo regras definidas (WORLD BANK, 2017, p. 3).

⁴⁰ ODS 5 (1 meta), ODS 11 (1 meta), ODS 16 (4 metas), ODS 17 (3 metas). Fonte: www.agenda2030.org.br/. Acessado em 29/01/2022.

idades sustentáveis, com inclusão social, bem como a perenidade e efetividade das iniciativas, conforme Pagotto et al. (2017, p.6). As próprias definições de cidades sustentáveis - apontadas no início da revisão bibliográfica - enfatizam a importância de se ter processos participativos para que haja a construção de agendas eficazes e comuns de sustentabilidade urbana e para que esta seja atingida.

Em um país como o Brasil, marcado por uma urbanização acelerada e por demandas socioambientais insuficientemente atendidas, o envolvimento de diferentes atores para promover o desenvolvimento local sustentável é de extrema relevância, uma vez que o Estado, sozinho, não tem tido condições de prover as condições necessárias para que ele ocorra. Werna et al. (2002) afirmam que, nos níveis global e nacional, há uma tendência clara de se reduzir a intervenção direta dos agentes públicos na provisão de determinados serviços, incluindo-se aqueles relacionados à sustentabilidade urbana, como é o caso de habitações (WERNA, 2002, p. 35). Como consequência, Werna et al. identificam um estímulo à participação de agentes não públicos tais como o setor privado, as ONGs (organizações não-governamentais) e as próprias comunidades, beneficiárias da recepção de serviços e bens (WERNA, 2002, p. 35). Tal perspectiva também é objeto de análise de PUGG (1995), que menciona que as políticas urbanas no nível municipal (cidades) - denominadas por ele de *New Political Economy* (NPE) - passam a ser formuladas para permitir, entre outras coisas, a criação de vínculos e de parcerias entre agências governamentais, iniciativa privada, ONGs e organizações de base comunitária (PUGG, 1995, p. 383). Outros estudos mais recentes, também indicam que os atores que apresentam reivindicações ou executam ações, que serão transformadas em Políticas Públicas, podem ser tantos estatais (oriundos do Governo ou do Estado) quanto privados (oriundos de diferentes segmentos da Sociedade Civil). Mostram, inclusive, que o interesse público – o qual, por sua vez, reflete as demandas e expectativas da sociedade – se forma a partir da atuação desses diversos grupos (SEBRAE, 2008, p.8). Hawkins e Wang (2012, p.8) sugerem que a colaboração e a participação de diferentes atores em processos decisórios de políticas públicas são críticas para que se obtenham bons planos de desenvolvimento e projetos de implantação eficientes.

Motivada por diferentes razões, como dificuldades de gestão e baixa disponibilidade de recursos para custeio e investimento, essa diminuição na capacidade de intervenção de agentes públicos, porém, não significa que sua atuação irá desaparecer, mas sim que há uma transformação em seu papel. Pugg (1995, p. 383) indica que organizações como o Banco

Mundial e a ONU Habitat veem de forma crescente esse papel dos agentes públicos como o de facilitadores, cabendo a eles a provisão dos marcos legal, institucional e financeiro dentro dos quais os outros atores deveriam atuar. Esse contexto de intervenção conjunta no território sugere uma abordagem em parceria dos atores do território. Essa visão de parceria para sucesso da agenda de sustentabilidade urbana, principalmente envolvendo a sociedade civil, é ressaltada por Harvey (2014, p. 248), que afirma que o acesso a bens e serviços teria mais chance de sucesso quando suportado por fortes laços com a comunidade e suas formas de organização. No mesmo sentido, Hawkins e Wang (2012, p.11) afirmam que o envolvimento comunitário no planejamento de agendas de sustentabilidade urbana contribui para criar resultados sociais e ambientais duradouros para toda a comunidade.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro - também conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra — foi assinado, por 179 países, um documento chamado Agenda 21 Global⁴¹, um programa de ações baseado num documento de 40 capítulos, que constituiu uma tentativa de promover o desenvolvimento sustentável de forma participativa, convocando governos, cooperação internacional, empresas, sindicatos, ONGs, entre outros atores a atuarem de forma coordenada para o desenvolvimento sustentável em níveis global, regional e local. Em 1997, o então Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em sucessivos discursos no Fórum Econômico Mundial em Davos, nas celebrações pelo 50º aniversário da Índia e para empresários reunidos em Nova Iorque, na sede da ONU, colocou no centro dos objetivos da organização a necessidade de parcerias com empresas para se atingir o desenvolvimento sustentável (TENNYSON, 1998, p. 4). A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (chamada de Rio + 10), realizada em 2002 em Johannesburg, África do Sul, colocou claramente a iniciativa privada no centro dos esforços internacionais para a redução da pobreza (WARNER e SULLIVAN, 2004, p. 12). Segundo os autores, apesar da participação das empresas ter sido ressaltada, ainda não estava claro como elas deveriam contribuir ou como o conceito de parceria com empresas poderia ser colocado em prática para o desenvolvimento sustentável. No entanto, vários autores entendem que a cooperação entre os cidadãos, a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e os diferentes níveis de governo, constituem a base de ações para a sustentabilidade urbana (ICLEI, 2014, p. 7).

⁴¹ Documento disponível em <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Visita realizada em 20/10/2021.

Essa realidade é tão relevante para o futuro das cidades que o Relatório do Banco Mundial enfatiza o tema de governança e mostra como políticas públicas formuladas em ambientes de participação social têm maiores possibilidades de alcançarem êxito (PAGOTTO et al., 2017, p. 13). O Relatório indica, além disso, que para que a participação dos cidadãos redunde em políticas públicas adequadas, é necessário que essa participação vá além do ato de votar que, em si, segundo o Banco, seria insuficiente para produzir políticas públicas de qualidade (WORLD BANK, 2017, p. 229). Essa migração de poder para outros níveis (chamada multinível) se associa à crescente participação de outros públicos – a sociedade civil e suas organizações representativas (situação multiatores), devido à participação da sociedade civil e de suas organizações em diferentes etapas das políticas públicas locais.

É mais ou menos intuitivo que a participação de diferentes atores na formulação de políticas públicas permite que sejam elaboradas narrativas e caminhos mais adequados e aderentes às necessidades locais. Pagotto et al. (2017, p. 13) indicam que a participação multiator permite que as políticas atendam a um número maior e mais variado de cidadãos. Na mesma direção, o Banco Mundial afirma que, para enfrentar os desafios que se apresentam aos países em desenvolvimento (violência, baixo crescimento econômico, corrupção, degradação ambiental, entre outros), é necessário um repensar sobre os processos como atores públicos e não públicos interagem para desenhar e implantar políticas públicas (WORLD BANK, 2017, p. 2). O Relatório do Banco Mundial é explícito em identificar comprometimento, coordenação e cooperação entre atores como as três características da governança urbana necessárias para garantir eficiência nas políticas públicas em termos de produção de resultados de desenvolvimento local (WORLD BANK, 2017, p. 2).

No entanto, a participação de diferentes atores sobre a agenda urbana – através, principalmente, de políticas públicas - não é algo que ocorre sem desafios. A transição para uma visão onde a governança do território era realizada apenas por agentes públicos para modelos que envolvem a participação multiator impõe a avaliação de uma questão fundamental: como construir espaços efetivos e representativos de participação urbana de multiatores legítimos? Esta pergunta é particularmente relevante se percebemos o deslocamento – pelas razões apontadas acima – das práticas de poder centralizadas nos Estados nacionais para novas instâncias locais, regionais e supranacionais (PAGOTTO et al., 2017, p. 13).

Nesse sentido, a discussão sobre parceria implica, necessariamente, uma reflexão sobre

governança das redes que se formam a partir da atuação conjunta dos diferentes atores. Casarotto Filho e Pires (2001, p. 21) propõem que a governança se dá a partir da junção de esforços de diferentes agentes que atuam no desenvolvimento local. Isto significa que a maior ou menor capacidade de ação conjunta e governança das redes que se formam irá depender da capacidade de mobilização dos atores envolvidos (GUARDA, 2010, p. 29), uma vez que não será uma atuação isolada no território, mas uma ação coordenada de diferentes atores.

Essa mudança ação sobre sustentabilidade urbana como atributo único de agentes do Estado para o compartilhamento com outros agentes pressupõe algumas características (PAGOTTO et al., 2017, p. 13):

1. Confiança e transparência nas relações;
2. Mecanismos eficientes de inclusão da diversidade dos interesses do território; e
3. Amplo acesso a informações necessárias para subsidiar as discussões e para permitir a tomada de decisões.

A primeira iniciativa mais conhecida sobre a criação de novos modelos de parceria com base no território foi a Agenda 21, consolidada na Rio-92. Ela propunha uma abordagem multissetorial de desenvolvimento e um processo amplamente participativo de construção de consensos e cenários futuros (MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE, 2002, p.7). A partir da Agenda 21, os processos de construção dos planos para os territórios passaram também a ter relevância, o que, anteriormente, era conferido apenas aos resultados. A ênfase no processo participativo fez com que a necessidade de aderência do plano à realidade da sociedade do território assumisse uma importância e um dinamismo maiores, na medida em que as realidades se modificam com rapidez e os planos devem acompanhar esse ritmo, sob o risco de se descolarem das reais necessidades da população e do meio ambiente locais. Assim, para além de um resultado imutável, a Agenda 21 apontava para a necessidade de uma dinâmica de constante monitoramento, avaliação e repactuação de planos e de metas. Nesse sentido, a lógica do planejamento sob essa nova visão de governança passou a se aproximar do modelo PDCA – Planejar, Fazer, Verificar e Agir, portanto, sempre aberto a alterações, fruto de aprendizagens ao longo do processo. Pagotto et al. (2017, p. 15) afirmam que “o vínculo entre o poder público e o amplo espectro de partes interessadas precisa ser continuamente fortalecido, gerando constantes aprendizados”.

Do ponto de vista das empresas que desenvolvem projetos focados em sustentabilidade urbana,

segundo pesquisa desenvolvida pelo Gife (2017, p. 50), há a percepção de que atuar em parceria com o poder público é necessário, se não essencial (54% dos respondentes), como forma de ampliar as chances de sucesso, a escala e o impacto de seus projetos (77% dos respondentes), aumentar suas possibilidades de continuidade (73%) ou conferir maior legitimidade às iniciativas (64%).

O setor público, em contrapartida, tem se mostrado bastante receptivo a essa atuação conjunta. Exemplo disso é o Guia de Tecnologias Sociais 3⁴², desenvolvido entre 2009 e 2013 pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), que serviu de referência para a ampliação de parcerias público-privadas em educação. Atualmente já há uma percepção coletiva mais desenvolvida de que é impossível pensar em investimento social privado de qualidade, principalmente no que se refere à sustentabilidade urbana, sem pensar no papel do Estado (ALVES e PINEDAS, 2019, p. 4).

O investimento social privado e a sociedade civil se organizam numa sociedade de acordo ou em interface com as políticas públicas que o Estado oferece. Dessa forma, precisamos criar instâncias intersetoriais onde estes três atores, que têm ritmo, cultura, e aspirações diferentes, possam se encontrar e formular propostas para o bem público, para aquilo que é de todos nós, mas que não é necessariamente estatal. (MONTEIRO, KISIL e WOODS, 2011, p. 44).

É possível observar a mesma tendência na Edição 2017 da pesquisa *Benchmarking* do Investimento Social Corporativo (BISC) que indica que 67% das empresas buscam trabalhar mais próximas das organizações governamentais e alinhar seus investimentos sociais às políticas públicas: projetos são desenhados e implementados em consonância com as diretrizes de governo a partir de um diálogo sistemático com os gestores públicos, o que contribui para o alcance dos resultados previstos nas políticas governamentais (COMUNITAS, 2017).

Diferentemente do governo, por não ter compromisso com a oferta em escala, as instituições do investimento social privado têm mais liberdade de atuação e mais flexibilidade de recursos. Institutos e fundações empresariais podem, por exemplo, desenvolver projetos-piloto com pequenos grupos de estudantes mais vulneráveis, por amostra, e aplicar avaliações confrontando grupos de intervenção e grupos de controle. Por meio de parcerias com secretarias

⁴² Mais informações em: <<http://portal.mec.gov.br/guia-de-tecnologias>>. Acesso em: 12 set. 2021.

de educação, por exemplo, é possível testar, aprimorar e validar programas educacionais e depois expandir para toda rede como política pública. Essa autonomia e inovação inerentes à iniciativa privada – e suas áreas sociais – em muito podem contribuir com o setor público.

Finalmente, para o desenvolvimento da agenda de sustentabilidade urbana, frisa-se a relevância de formação de vínculos de cooperação entre o poder público e setor privado para concepção, implementação e gestão de projetos nessa área. As empresas podem atuar cada vez mais de forma responsável do ponto de vista socioambiental, entendendo que sua atuação pode ir muito além da mera produção de bens e serviços, da geração direta de empregos e do recolhimento de tributos. Muitas empresas passaram a entender que podem e devem contribuir para um desenvolvimento inclusivo e mais distributivo e que fazer isso em parceria com o poder público é algo que traz mais robustez e impacto a seus projetos em ISP (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2022, p. 19). Ademais, a parceria entre os setores público e privado é considerada um fator-chave para que haja o sentimento de pertencimento de iniciativas de desenvolvimento criadas ou implementadas em uma comunidade (ABULATIF, SILVA e COLUSSO, 2020, p. 185). Ainda, as parcerias intersetoriais aumentam as chances de êxito na realização do propósito de ampliar a sustentabilidade no ambiente urbano, em especial, devido ao alinhamento de recursos para o planejamento e execução de intervenções que promovam a sustentabilidade urbana (ABULATIF, SILVA e COLUSSO, 2020, p. 190).

5. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

A análise sobre a participação de empresas em projetos de sustentabilidade urbana em municípios brasileiros se inicia com uma seleção de base de dados, relevante e confiável, de empresas que desenvolvem projetos de ISP nesse tema. Em seguida, busca identificar os municípios onde os projetos são implantados, para o cálculo da variação do IDHM e análise das características dos projetos implantados nos municípios de maior variação do IDHM. Por fim, conclui com a proposta de um *framework* orientativo para futuros projetos de ISP vinculados à agenda de sustentabilidade urbana. Esses passos foram necessários para que se pudesse compreender em que medida projetos de ISP, que promovem a agenda de sustentabilidade urbana, realmente contribuem para que as cidades se tornem mais sustentáveis. A metodologia proposta permitiu examinar dimensões relevantes dos projetos e dos municípios relacionados, com ênfase em características consideradas relevantes nos projetos, como variedade de dimensões impactadas na agenda de sustentabilidade urbana e presença de parceiros na execução do projeto. Essas considerações foram fundamentais para o desenvolvimento de sugestões para que os projetos em ISP nas cidades pudessem contribuir de forma mais efetiva para implantação da sustentabilidade em cidades brasileiras. A seguir, cada uma das etapas é detalhada, apresentado seu resultado.

5.1 Identificação de empresas que desenvolvem projetos relacionados a agenda de sustentabilidade urbana em municípios brasileiros

A busca por uma mostra qualificada do envolvimento das empresas com esse tema no Brasil indicou que o Gife seria a fonte principal (e mais confiável) de consulta das práticas empresariais em investimento social, por ser a organização que tem produzido mais conteúdo sistematizado e estudos confiáveis nesse tema no país, conforme indica SANTOS (2018, p.27). O Gife é uma associação de investidores sociais do Brasil, que se diferenciam entre si por sua origem, pelos temas com os quais trabalham e pelas formas de atuação (GIFE, 2021). Em termos de sua origem, os associados estão distribuídos entre (i) empresas; (ii) institutos empresariais; (iii) fundações empresariais; (iv) fundações comunitárias; (v) institutos comunitários; (vi) fundações familiares; (vii) institutos familiares; (viii) fundações independentes; (ix) institutos independentes e (x) parceiros acadêmicos. No total, o Gife contava com 153 associados, em dezembro de 2019, quando foi feito o levantamento (Gife, 2019)

No entanto, para esta pesquisa nem todas as organizações foram consideradas, apenas aquelas com designação de “empresas”, “institutos” e “fundações empresariais”. Isto se justifica pois, como mostra Bittar-Godinho (2019, p. 54), ainda que institutos e fundações empresariais tenham sua personalidade jurídica própria, essas organizações atendem aos objetivos básicos e à estratégia da empresa que as instituiu, a começar pela governança dessas instituições, subordinadas às empresas fundadoras, caracterizando, efetivamente, a participação empresarial. O resultado da análise da origem dos associados do Gife produziu uma relação com 105 organizações indicadas na Tabela 2: Relação de organizações que desenvolvem projetos em sustentabilidade urbana, com indicação de sua categoria (empresa, instituto ou fundação empresarial), e quantidade de projetos desenvolvidos por elas.

5.2 Levantamento e sistematização de projetos desenvolvidos pelas empresas da base identificada

O próximo passo foi identificar quantos e quais os projetos desenvolvidos por essas organizações, com o objetivo de verificar sua contribuição para a agenda de sustentabilidade urbana. Os procedimentos adotados para obtenção dos resultados foram os seguintes:

- i. Pesquisa nas bases de dados do Mosaico⁴³ – Portal de Dados do Investimento Social (GIFE, 2020), ferramenta desenvolvida pelo Gife que traz, a partir de um questionário respondido pelas próprias organizações associadas, os projetos que elas desenvolvem separados por área temática, público-alvo do projeto, território em que o projeto foi desenvolvido, descrição do projeto, além de outras informações. Essa análise, realizada entre maio e julho de 2020, chegou a 417 projetos, desenvolvidos por 78 organizações diferentes;
- ii. Para as 27 organizações que não tinham projetos informados no Mosaico, foram pesquisadas as mesmas informações contidas nessa base de dados, diretamente em seus sites e em relatórios ali disponibilizados, chegando-se a um conjunto de novas 22 organizações, com 36 projetos realizados. Para cinco organizações, não foi possível identificar os projetos que elas tenham realizado;
- iii. O resultado dessa análise, com a indicação das organizações elencadas e de quantos projetos cada organização implantou, assim como as empresas para as quais não há informações disponíveis nas fontes consultadas, encontra-se na Tabela 2.

⁴³ <https://mosaico.gife.org.br/>

Tabela 2: Relação de organizações que desenvolvem projetos em sustentabilidade urbana, com indicação de sua categoria (empresa, instituto ou fundação empresarial), e quantidade de projetos desenvolvidos por elas.

No.	Organização	Categoria	Quantidade de projetos
1	Accenture	Empresa	3
2	B3 Social	Fundação/Instituto Empresarial	2
3	Banco Bradesco	Empresa	12
4	Banco J.P. Morgan	Empresa	1
5	Bank of America Merrill Lynch	Empresa	Não há informações disponíveis
6	Beneficência Portuguesa de São Paulo	Empresa	2
7	FTD Educação	Empresa	1
8	Fundação Alphaville	Fundação/Instituto Empresarial	15
9	Fundação André e Lucia Maggi	Fundação/Instituto Empresarial	10
10	Fundação Aperam Acesita	Fundação/Instituto Empresarial	4
11	Fundação ArcelorMittal Brasil	Fundação/Instituto Empresarial	14
12	Fundação Banco do Brasil	Fundação/Instituto Empresarial	4
13	Fundação Bradesco	Fundação/Instituto Empresarial	1
14	Fundação Bunge	Fundação/Instituto Empresarial	5
15	Fundação Cargill	Fundação/Instituto Empresarial	4
16	Fundação CSN	Fundação/Instituto Empresarial	5
17	Fundação Demócrito Rocha	Fundação/Instituto Empresarial	3
18	Fundação Educar Dpaschoal	Fundação/Instituto Empresarial	4
19	Fundação Espaço ECO	Fundação/Instituto Empresarial	1
20	Fundação Grupo Boticário	Fundação/Instituto Empresarial	9
21	Fundação Grupo Volkswagen	Fundação/Instituto Empresarial	10
22	Fundação Iochpe	Fundação/Instituto Empresarial	2
23	Fundação John Deere	Fundação/Instituto Empresarial	3
24	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho	Fundação/Instituto Empresarial	2
25	Fundação Nestlé Brasil	Fundação/Instituto Empresarial	3
26	Fundação Odebrecht	Fundação/Instituto Empresarial	1
27	Fundação Otacílio Coser	Fundação/Instituto Empresarial	3
28	Fundação Raízen	Fundação/Instituto Empresarial	2
29	Fundação SM	Fundação/Instituto Empresarial	1
30	Fundação Telefônica Vivo	Fundação/Instituto Empresarial	5
31	Fundação Toyota do Brasil	Fundação/Instituto Empresarial	5
32	Fundação Vale	Fundação/Instituto Empresarial	14
33	Fundação Via Varejo / Casas Bahia	Fundação/Instituto Empresarial	2
34	Furnas	Empresa	5
35	Gerdau	Empresa	3
36	Grupo Fleury	Empresa	4
37	Instituto 3M	Fundação/Instituto Empresarial	6
38	Instituto Aegea	Fundação/Instituto Empresarial	2
39	Instituto Alair Martins	Fundação/Instituto Empresarial	3
40	Instituto Alcoa	Fundação/Instituto Empresarial	2

Continua

Continuação

Tabela 2: Relação de organizações que desenvolvem projetos em sustentabilidade urbana, com indicação de sua categoria (empresa, instituto ou fundação empresarial), e quantidade de projetos desenvolvidos por elas.

41	Instituto Algar	Fundação/Instituto Empresarial	4
42	Instituto Arcor Brasil	Fundação/Instituto Empresarial	1
43	Instituto Avon	Fundação/Instituto Empresarial	6
44	Instituto BRB	Fundação/Instituto Empresarial	3
45	Instituto BRF	Fundação/Instituto Empresarial	5
46	Instituto Camargo Correa	Fundação/Instituto Empresarial	5
47	Instituto CCR	Fundação/Instituto Empresarial	2
48	Instituto Center Norte	Fundação/Instituto Empresarial	13
49	Instituto Coca-Cola Brasil	Fundação/Instituto Empresarial	5
50	Instituto Conceição Moura	Fundação/Instituto Empresarial	13
51	Instituto Cooperforte	Fundação/Instituto Empresarial	16
52	Instituto CPFL	Fundação/Instituto Empresarial	14
53	Instituto Cultural Usiminas	Fundação/Instituto Empresarial	4
54	Instituto C&A	Fundação/Instituto Empresarial	1
55	Instituto Cyrela	Fundação/Instituto Empresarial	3
56	Instituto Diageo	Fundação/Instituto Empresarial	1
57	Instituto EDP	Fundação/Instituto Empresarial	2
58	Instituto Ecofuturo	Fundação/Instituto Empresarial	3
59	Instituto Embraer	Fundação/Instituto Empresarial	4
60	Instituto Estre	Fundação/Instituto Empresarial	5
61	Instituto Eurofarma	Fundação/Instituto Empresarial	9
62	Instituto GM	Fundação/Instituto Empresarial	5
63	Instituto GPA	Fundação/Instituto Empresarial	9
64	Instituto Grupo BIG	Fundação/Instituto Empresarial	3
65	Instituto Grupo Boticário	Fundação/Instituto Empresarial	5
66	Instituto Iguá de Sustentabilidade	Fundação/Instituto Empresarial	1
67	Instituto Intercement	Fundação/Instituto Empresarial	13
68	Instituto International Paper	Fundação/Instituto Empresarial	3
69	Instituto Invepar	Fundação/Instituto Empresarial	25
70	Fundação Itaú para Educação e Cultura	Fundação/Instituto Empresarial	1
71	Instituto JCPM de Compromisso Social	Fundação/Instituto Empresarial	8
72	Instituto Julio Simões	Fundação/Instituto Empresarial	5
73	Instituto LafargeHolcim	Fundação/Instituto Empresarial	11
74	Instituto Lina Galvani	Fundação/Instituto Empresarial	1
75	Instituto Lojas Renner	Fundação/Instituto Empresarial	2
76	Instituto Natura	Fundação/Instituto Empresarial	3
77	Instituto Neoenergia	Fundação/Instituto Empresarial	4
78	Instituto Net Claro Embratel	Fundação/Instituto Empresarial	9
79	Instituto Positivo	Fundação/Instituto Empresarial	2
80	Instituto Purunã	Fundação/Instituto Empresarial	4
81	Instituto Sabin	Fundação/Instituto Empresarial	5
82	Instituto Sicoob	Fundação/Instituto Empresarial	7
83	Instituto Souza Cruz	Fundação/Instituto Empresarial	2

Continua

Conclusão

Tabela 2: Relação de organizações que desenvolvem projetos em sustentabilidade urbana, com indicação de sua categoria (empresa, instituto ou fundação empresarial), e quantidade de projetos desenvolvidos por elas.

84	Instituto Triunfo	Fundação/Instituto Empresarial	5
85	Instituto Unibanco	Fundação/Instituto Empresarial	5
86	Instituto Vedacit	Fundação/Instituto Empresarial	1
87	Instituto Votorantim	Fundação/Instituto Empresarial	13
88	Instituto Yamana	Fundação/Instituto Empresarial	Não há informações disponíveis
89	Isa CTEEP	Empresa	24
90	Fundação Itaú Social	Fundação/Instituto Empresarial	3
91	Itaú Unibanco ⁴⁴	Empresa	Não há informações disponíveis
92	Laudes Foundation	Fundação/Instituto Empresarial	7
93	Mattos Filho Advogados	Empresa	2
94	Microsoft	Empresa	Não há informações disponíveis
95	Monsanto/Bayer	Empresa	10
96	Oi Futuro	Fundação/Instituto Empresarial	4
97	Pinheiro Neto Advogados	Empresa	23
98	PWC	Empresa	Não há informações disponíveis
99	Raiadrogasil S.A.	Empresa	1
100	Roche	Empresa	6
101	Santander	Empresa	4
102	Serasa Experian	Empresa	6
103	Sitawi Finanças do Bem	Empresa	15
104	TIM Brasil	Empresa	5
105	TV Globo	Empresa	8
		Total de projetos	567

Fonte: O Autor (2021)

5.3 Identificação dos projetos que serão avaliados

Após a determinação do total de projetos e uma leitura prévia de suas características, fez-se pertinente avaliar se todos os projetos poderiam ser considerados na análise. Alguns projetos tinham por foco, por exemplo, a restauração de mata ciliar; outros projetos buscavam melhorar a qualidade da educação em escolas públicas; outros, ainda, trabalhavam para contribuir para o aprimoramento da gestão pública municipal. Além disso, projetos eram implantados em municípios de grande porte, enquanto outros, em pequenos. Assim, foi necessário estabelecer critérios para seleção dos projetos que efetivamente iriam ser considerados na análise

⁴⁴ Projetos em ISP desenvolvidos pela Fundação Itaú para Educação e Cultura e pelo Instituto Unibanco, mas a empresa é associada Gifê. Ver <https://gifê.org.br/associados/>. Acesso em: 05 fev. 2021.

pretendida. Para isso, conforme será apresentado abaixo, os critérios utilizados foram os seguintes:

- (a) Ano de implantação do projeto; e
- (b) Impacto dos projetos sobre a agenda de sustentabilidade urbana.

Critério 1: Ano de implantação do projeto

Como o IDHM de 2010 é o último valor disponível da série histórica desse indicador, isto passa a ser um teto para a implantação de projetos, para que estes possam ser considerados na análise. De forma complementar, autores como Lotta *et al.* (2019, p. 92) e Calvo *et al.* (2016, p. 769) indicam que, pelo menos, dois anos em operação é período razoável para se verificar os impactos de um projeto que visa atingir políticas públicas. Dessa forma, definiu-se como corte os projetos que tenham sido implantados até 2009. A aplicação deste critério aos 567 projetos da amostra excluiu 387 projetos implantados após 2009 e, adicionalmente, três projetos para os quais não foi possível identificar o ano de implantação. Para o atendimento da metodologia desenvolvida neste trabalho, ter o ano de início do projeto é fundamental, pois, a avaliação da sustentabilidade urbana depende da análise da variação do IDHM em um dado período e, conseqüentemente, não ter o ano de implantação inviabiliza a análise.

Essa avaliação está indicada no Anexo 1⁴⁵, que traz as seguintes informações:

- i. Organização que possui projeto em ISP;
- ii. Nome do projeto;
- iii. Ano de início do projeto;
- iv. Data de acesso à fonte;
- v. Fonte das informações (Mosaico ou página web)⁴⁶.

Critério 2: Impacto dos projetos sobre a agenda de sustentabilidade urbana

Uma vez identificados os projetos implantados até 2009, o próximo critério levou em conta que

⁴⁵ O Anexo 1 encontra-se em material complementar a este texto, denominado "Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise".

⁴⁶ Para aqueles projetos cujas informações estavam no Mosaico, do Gife, indicamos, no Anexo 1, o Mosaico como sendo a fonte secundária e, a fonte indicada pelo associado Gife no Mosaico, como sendo a fonte primária. Quando o associado Gife não indicou a fonte primária no Mosaico, consideramos o próprio Mosaico como fonte primária, não havendo fonte secundária. Para os casos em que as informações sobre o projeto não estavam no Mosaico, sendo extraídas diretamente do site da organização, essa foi considerada como fonte primária, não havendo fonte secundária.

cada projeto possui um nível de impacto diferente sobre a agenda de sustentabilidade urbana, de acordo com seus componentes, estratégias de implantação, tipos de parcerias existentes etc. Assim, sua eficácia poderá ser diferente (WARNER e SULLIVAN, 2004, p.12), bem sua capacidade de gerar impacto, mobilizar as habilidades e recursos locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2002, p. 10). Como a avaliação de desempenho apresentada neste trabalho se baseia na verificação de métricas da agenda de sustentabilidade urbana, a decisão foi por excluir projetos que não tivessem impacto nos indicadores prevalentes nesse tema. Para isso, fez-se um cotejamento entre os projetos resultantes do critério anterior (ano de implantação) e os indicadores em sustentabilidade urbana indicados na Tabela 3, utilizando compilação realizada por Linguitte e Marins (2018, p. 3952). Esse cotejamento excluiu 68 outros projetos e está indicado no Anexo 2. Dessa forma, restaram 110 projetos que serão submetidos ao critério seguinte, que é o porte dos municípios onde foram implantados.

Tabela 3: Indicadores considerados prevalentes em sustentabilidade urbana.

Tema	Indicador
Gestão de resíduos sólidos	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos
	Porcentagem de resíduos sólidos dispostos em aterros sanitários
Água	Consumo anual de água per capita
	Água não contabilizada
Qualidade do ar	Concentração de material particulado (MP 10)
Mitigação da mudança climática	Emissões de GEE per capita
Uso do solo/ordenamento territorial	Áreas verdes por 100.000 habitantes
Mobilidade/transporte	Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes
Mercado laboral	Taxa de desemprego (média anual)
Segurança	Homicídios (por 100.000 habitantes)
Saúde	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos
	Leitos de hospital por 100.000 habitantes
Educação	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas
Impostos e autonomia financeira	Receita própria como porcentagem da receita total

Fonte: Linguitte e Marins (2018)

Em resumo, o resultado da aplicação desses critérios resultou no Quadro 3.

Quadro 3: Critérios de exclusão aplicados aos projetos, quantidades excluídas e projetos que serão considerados.

Critérios de exclusão dos projetos	Projetos excluídos
Critério 1: Ano de implantação do projeto	390
Critério 2: Impacto dos projetos sobre a agenda de sustentabilidade urbana	68
Projetos excluídos	458
Projetos iniciais	567
Projetos que serão efetivamente considerados	109

Fonte: O Autor (2022)

5.4 Seleção dos municípios para análise da variação do IDHM

O passo seguinte foi a identificação dos municípios onde foram implantados os 109 projetos resultantes da etapa anterior, sendo elaborada a planilha do Anexo 3⁴⁷. Como se percebe por esse anexo, há projetos implantados em mais de um município, da mesma forma em que há municípios que receberam mais de um projeto. Assim, contando-se a quantidade de municípios diferentes onde os projetos foram implantados, chega-se a 882 municípios diferentes. Dentre esses municípios, como se vê no Anexo 4⁴⁸, 680 têm menos de 100 mil habitantes (ou 77,1% do total), segundo o (2017), o que indica que as empresas tendem a desenvolver projetos em municípios desse porte, indicando a pertinência do foco da análise em pequenos municípios.

De fato, municípios de pequeno porte têm destaque na realidade brasileira:

- *Eles são a maioria dos municípios brasileiros.* Segundo dados do IBGE (2021), 94,1% dos 5.570 municípios brasileiros têm menos de 100 mil habitantes e, hoje, respondem por 42,3% da população brasileira;
- *Menor capacidade de investimento e de gestão.* Quando comparados com municípios de maior porte, esse grupo têm um Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IFRS) menor que os de municípios com mais de 100 mil habitantes. Em uma escala de 0 a 1,000, a média do IFRS dos municípios pequenos é de 0,489, enquanto o valor médio desse indicador é de 0,582 para municípios acima de 100 mil habitantes (KLERING, KRUEL e STRANZ, 2012, p. 38). O IFRS foi criado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM com o objetivo de compreender e estimular a melhoria das gestões municipais (CNM, 2011), por meio do estímulo e da disseminação de uma cultura de responsabilidade administrativa entre as prefeituras brasileiras. Considera-se, neste sentido, responsabilidade municipal como algo composto por três diferentes dimensões: uma puramente fiscal, restrita aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF⁴⁹; uma interna, relativa à eficiência de gestão dos recursos públicos; e uma social, relacionada principalmente aos temas de saúde e educação. Assim sendo, o IFRS tem

⁴⁷ O Anexo 3 está em documento complementar a este trabalho e se chama "Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que eles foram implantados".

⁴⁸ O Anexo 4 encontra-se em documento complementar a este relatório e está indicado como "Anexo 4: População da amostra total de municípios".

⁴⁹ A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) regulamenta a utilização de recursos públicos. Os seus mecanismos buscam fazer com que os governantes controlem seus gastos, respeitando limites de despesas e cumprindo metas orçamentárias. É uma lei importante para a manutenção do equilíbrio das contas públicas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

como foco avaliar as administrações municipais agregando outras dimensões além da fiscal, como o desempenho social e a gestão eficiente de recursos públicos (KLERING, KRUEL e STRANZ, 2012, p. 36). Marinho e Jorge (2015, p. 138) afirmam, ainda, que entre municípios de menor porte, há deficiências importantes em termos de planejamento, pessoal técnico capacitado e que, para agravar, a participação da população na tomada de decisões e na fiscalização da gestão é ainda bastante incipiente.

- *Eles tendem a apresentar menores IDHM, quando comparados aos municípios maiores.* Em 2010, enquanto o IDHM médio de municípios acima de 100 mil habitantes era de 0,745, para municípios de até 100 mil habitantes esse indicador era de 0,655 (IBGE, 2017). Considerando-se que a média aritmética do total de municípios brasileiros era de 0,659, conclui-se que o menor IDHM dos municípios de até 100 mil habitantes reduz a média nacional.

Assim, para a avaliação da variação do IDHM, na amostra total foram selecionados os projetos implantados nos municípios de até 100.000 habitantes.

5.5 Cálculo da evolução do IDHM

Como se vê no Anexo 1, entre os 567 projetos considerados inicialmente, 551 (97,2%) deles foram implantados posteriormente a 1991. Como os anos de levantamento do IDHM são 1991, 2000 e 2010 (IPEA, PNUD e FJP, 2013), considerou-se, para avaliação da variação do IDHM, 2000 como sendo o ano-base e 2010 o último ano, não sendo considerado o IDHM de 1991, pois, 97,2% dos projetos foram desenvolvidos após esse ano, o que inviabilizaria a análise.

Na sequência, construiu-se uma planilha (Anexo 5), onde, para cada um dos 680 municípios considerados, foram indicados os IDHMs de 2000 e 2010, bem como a variação percentual entre eles, com base nos dados publicados pelo IBGE (2017). Essa variação foi construída conforme indicado na Equação 1, abaixo.

$$(\Delta) = \frac{IDHM\ 2010}{IDHM\ 2000} \quad (1)$$

Onde IDHM 2010 é o valor do IDHM de um determinado município em 2010; IDHM 2000 é o valor do IDHM desse mesmo município em 2000; e (Δ) é a variação percentual do IDHM desse município entre 2000 e 2010.

Como se percebe ao avaliar a tabela do Anexo 5, há uma distância importante entre as mínimas e as máximas variações do IDHM desses municípios, havendo alguns, com variação (Δ) abaixo de 7%⁵⁰, enquanto outros apresentaram variação acima de 90%⁵¹. Tal heterogeneidade na variação do IDHM da amostra, além de impedir uma análise mais detalhada sobre padrões na correspondência entre a variação do índice e as características dos municípios e dos projetos, poderia ainda sugerir que não há qualquer influência dos projetos implantados nos municípios considerados sobre eventuais avanços no IDHM. Uma prova disso é que, ao se calcular a média de variações (Δ) para os 680 municípios, chega-se a um valor de 27,7%, próximo aos 26,6%, que foi a variação média desse indicador, no mesmo período, considerando-se todos os municípios brasileiros com menos de 100 mil habitantes (IBGE, 2017).

A descoberta gradual dos resultados reforça a premissa de que estudo não possui uma hipótese *a priori* sobre a estrutura, o comportamento ou a correlação dos dados trabalhados, principalmente as variações. Constata-se, de fato, que se trata de um processo *data-driven*, ou seja, dirigido pelos dados observados. Nesse sentido, buscando-se identificar eventuais padrões nas variações, decidiu-se agrupar os municípios segundo faixas de variação desse indicador, sendo os municípios localizados no agrupamento (ou *cluster*) segundo sua variação (Δ). Distinta do conceito de classificação, a clusterização (*clustering*, ou ato de criar *clusters*) é uma técnica onde nenhuma suposição é feita a respeito dos grupos. Ao contrário da classificação, a clusterização não conta com classes predefinidas, sendo assim, realiza uma forma de aprendizado não supervisionado, ou seja, há uma ação de agrupamento conforme os dados se apresentam (MACQUEEN, 1967, p. 281). O *clustering* é um método para segregar, em torno de centros (centroides), diversos dados, particionando “n” observações (em nosso caso, as variações de IDHM), dentro de “k” grupos (ou *clusters*) (BUENO, 2009, p. 2). A questão que se coloca aqui é qual seria o valor ideal de “k” para nossa mostra de variações do IDHM e quais seriam os limites superiores e inferiores de cada “k” *cluster*. A solução encontrada foi a preconizada por Anik Jain, baseada em densidades de dados para identificar clusters de uma maneira simples. No método Jain, o conjunto de dados é particionado para um número de grupos (ou células) que não se sobrepõem, com contagem de frequência de pontos semelhantes, que são os centros dos grupos potenciais de agrupamentos, sendo que a distância dos pontos ao centroide do grupo é a menor possível, quando comparada à distância a outros centroides (JAIN,

⁵⁰ Como são os casos de Ibirarema, Ilha Comprida e Pedrinhas Paulista, todos municípios de São Paulo.

⁵¹ Casos de Bela Vista do Piauí, Betânia Do Piauí e Dom Inocêncio, todos no Piauí.

MURTY e FLYNN, 1999, p. 267). Para esta análise, utilizou-se a ideia de que uma curva de Gauss, que divide a densidade de frequências das medidas consideradas, pode agrupar os dados em torno de centroides, coincidentes com o modelo gráfico da distribuição normal, e completamente determinada pela associação da média ao desvio padrão da mostra (USP, 2020). Assim, para a identificação das faixas de variações (Δ) e consequente elaboração dos *clusters*, utilizou-se um método simples, que é o *clustering*, através da associação da variação média do IDHM da amostra ($\mu = 27,7\%$) a seu desvio padrão ($\sigma = 14,4\%$), resultando em quatro *clusters*, conforme a Tabela 4.

Tabela 4: Identificação dos clusters a partir da associação da variação média do IDHM da amostra (μ) a seu desvio padrão.

<i>Cluster</i>	<i>Caracterização do cluster</i>	Faixa numérica de Δ	Quantidade de municípios no cluster
1	Municípios com evolução de IDHM maior ou igual à soma da média com o desvio padrão: $(\Delta) \geq (\mu) + (\sigma)$	$\Delta \geq 42,1\%$	106
2	Municípios com evolução de IDHM entre a média e a soma da média com o desvio padrão: $(\mu) + (\sigma) > (\Delta) > (\mu)$	$27,7\% \leq \Delta < 42,1\%$	178
3	Municípios com evolução de IDHM entre a média e diferença entre a média e o desvio padrão: $(\mu) > (\Delta) > (\mu) - (\sigma)$	$13,3\% \leq \Delta < 27,7\%$	320
4	Municípios com evolução de IDHM menor que a diferença entre a média e o desvio padrão: $(\Delta) < (\mu) - (\sigma)$	$\Delta < 13,3\%$	76
Total de municípios			680

Fonte: O autor, com base no levantamento das variações do IDHM, entre 2000 e 2010, para os 680 municípios considerados, conforme Anexo 5 (2022)

5.6 Cálculo das variáveis que irão permitir a análise da correlação entre as características dos projetos e a variação do IDHM (Δ).

O passo seguinte foi elaborar a planilha do Anexo 6, onde estão indicados os indicadores impactados pelos projetos implantados, com dados oriundos do Anexo 2, passando-se a somar, a partir dessa planilha, os temas diferentes aos quais estão vinculados os indicadores de cada projeto. Essa mesma planilha contém os tipos e quantidades de parceiros envolvidos nesses projetos, sendo que esta informação foi obtida no Mosaico Gife e nas páginas das organizações, conforme já descrito anteriormente.

Finalmente, adicionou-se, à tabela do Anexo 5, as variáveis quantitativas que serão utilizadas na verificação da existência de uma possível correlação entre os projetos implantados nos

municípios, suas características, e as maiores variações do IHDM (Δ). Assim, aos demais dados já existentes nesse Anexo, incluiu-se também:

1. Quantidade de projetos implantados: informação proveniente do Anexo 3, através de contagem da quantidade de projetos diferentes que foram implantados em cada um dos municípios considerados. Para essa contagem, utilizou-se no Excel a função SOMASES para essa soma;
2. Quantidade de indicadores em sustentabilidade urbana impactados pelos projetos implantados: com dados provenientes do Anexo 2 e do Anexo 3, através da conjugação das funções SOMASES e PROCV;
3. Quantidade de tipos de parceiros envolvidos⁵²: com dados provenientes do Anexo 6, através da conjugação das funções SOMASES e PROCV.

Com relação aos tipos de parceiros e quantidades envolvidas, após a leitura das informações dos projetos e do Anexo 6, foi possível categorizar os parceiros envolvidos nos projetos contemplados nesta análise. Quando o parceiro era uma Prefeitura Municipal ou o Governo do Estado ou, ainda uma secretaria estadual ou organismos internacionais vinculados a governos estrangeiros (como agências de cooperação), entendeu-se que esses parceiros eram “Parceiros Públicos”. Quando os parceiros eram, além da própria empresa idealizadora do projeto, outras empresas ou entidades empresariais, denominamos “Parceiros empresariais”. Organizações da sociedade civil, entidades religiosas ou grupos de voluntários foram designados “Parceiros de organizações da sociedade civil”. Em alguns casos, ainda, verificou-se o envolvimento de instituições de ensino, designadas como tal. Essa categorização, bem como os tipos de organizações consideradas em cada categoria, está apresentada na Tabela 5.

Feita a categorização, ela foi aplicada aos parceiros de cada projeto, resultando em um valor que indica a quantidade de diferentes categorias de parceiros envolvidos com cada projeto. Assim, caso um projeto tenha tido o envolvimento de dois parceiros, por exemplo, uma prefeitura e a empresa que o idealizou, teremos duas categorias de parceiros, “parceiro público” e “parceiro empresarial”. Ainda como exemplo, caso um projeto tenha, também, além dos parceiros do exemplo anterior, a participação do governo do Estado, que é “parceiro público”, continuaremos a ter dois parceiros, quais sejam, “Parceiro público” e “Parceiro empresarial”.

⁵² Vale perceber que o objetivo é identificar a variedade de parceiros envolvidos em um projeto e não, propriamente, a quantidade desses. Por isso, a identificação se deu por meio dos diferentes tipos ou categorias de parceiros.

Portanto, corroborando o que foi dito anteriormente, o relevante é a diversidade de parceiros, não sua quantidade.

Tabela 5: Identificação dos macrogrupos de parceiros envolvidos nos projetos.

Parceiros públicos	Parceiros empresariais	Parceiros de organizações da sociedade civil	Instituições de ensino
<ul style="list-style-type: none"> • Executivo Municipal⁵³ • Executivo Estadual⁵⁴ • Executivo Federal⁵⁵ • Organismos Internacionais • Órgãos paritários (como o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA)) • Organismos de Fomento 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa idealizadora do projeto • Outras empresas parceiras • Entidades empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades religiosas • Organizações da sociedade civil (OSC) com atuação local • Organizações da sociedade civil com atuação regional ou nacional • Organizações da sociedade civil com atuação internacional • Funcionários voluntários da empresa idealizadora do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas locais de ensino fundamental e médio (públicas e privadas) • Instituições de Ensino Superior

Fonte: O autor (2021), com base na análise dos diferentes parceiros envolvidos nos projetos considerados.

Com base nesse agrupamento, a análise da contribuição de projetos de ISP de empresas para o avanço do IDHM nos municípios considerados foi realizada a partir de uma correlação existente entre a variação média do IDHM entre 2000 e 2010 dos municípios de cada *cluster* e seis variáveis diferentes: (1) População média dos municípios; (2) Média de projetos implantados por município; (3) Média de indicadores impactados pelos projetos que ocorrem nos municípios; (4) Temas prevalentes nos projetos implantados nesses clusters; (5) Tipos de organizações parceiras envolvidas no projeto; e (6) Quantidade média de parceiros envolvidos nos projetos. O Quadro 4 faz um resumo por *cluster* dos resultados obtidos para essas variáveis.

⁵³ Inclui secretarias municipais e demais órgãos vinculados à prefeitura.

⁵⁴ Inclui secretarias e demais órgãos vinculados ao governo do estado.

⁵⁵ Inclui ministérios e demais órgãos e autarquias vinculadas ao governo federal.

Quadro 4: Comparação das variáveis de análise dos clusters.

Variáveis consideradas	Quadrante 1	Quadrante 2	Quadrante 3	Quadrante 4
Quantidade de municípios	106	180	321	78
Variação média IDHM entre 2000 e 2010	53,0%	34,3%	19,5%	11,1%
Variáveis consideradas	Quadrante 1	Quadrante 2	Quadrante 3	Quadrante 4
Média população dos municípios	22.309	24.455	28.844	40.029
Média de projetos por município	1,74	1,56	1,38	1,59
Média de indicadores impactados	4,1	3,9	3,1	2,7
Temas prevalentes nos projetos	Gestão de resíduos sólidos, Água, Uso do solo/ordenamento territorial, Mobilidade / transporte, Mercado Laboral, Saúde e Educação	Gestão de resíduos sólidos, Água, Mercado Laboral, Saúde e Educação	Água, Mercado Laboral, Saúde e Educação	Mercado Laboral, Saúde e Educação
Quantidade média de parceiros envolvidos com os projetos	5,3	4,1	2,1	1,7
Tipos mais relevantes de organizações parceiras envolvidas nos projetos⁵⁶	1. Empresa idealizadora do projeto 2. Outras empresas que operam na região 3. OSCs com atuação regional ou nacional 4. Executivo municipal 5. OSC internacionais	1. Empresa idealizadora do projeto 2. OSCs com atuação local 3. Outras empresas que operam na região 4. Executivo municipal	1. Empresa idealizadora do projeto 2. OSCs com atuação local	1. Empresa idealizadora do projeto 2. OSCs com atuação local

Fonte: O autor (2022).

⁵⁶ Considerou-se que “organizações mais relevantes” seriam aquelas com maior percentual de participação nos projetos, sendo sua quantidade limitada à quantidade média de parceiros envolvidos com os projetos.

5.7 Proposição de *framework* para projetos de ISP em sustentabilidade urbana

A leitura da bibliografia relacionada ao tema de envolvimento de empresas com a sustentabilidade urbana sugere que pode existir um envolvimento contínuo das empresas com o tema de cidades sustentáveis, que vai desde ações pontuais de apoio a comunidades até ações mais estruturantes que impactam a cidade como um todo.

Essa lógica poder ser melhor compreendida através da ideia da pirâmide da responsabilidade social empresarial, desenvolvida por Archie Carroll, professor de gestão do *Terry College of Business*, da Universidade da Geórgia. A pirâmide, apresentada na Figura 5, indica as obrigações que uma empresa assume frente a diferentes situações de seus negócios. (CARROL, 1991, p.42). No primeiro nível de obrigações, daquelas de tipo “econômica”, a empresa busca ser rentável, ter resultados operacionais para que todo o restante de suas atividades possa ter perpetuidade. Em um segundo nível, as obrigações do tipo Legal fazem com que as empresas cumpram a legislação, preparando-as para as obrigações do tipo Ética, que impelem as empresas a agir de forma justa, buscando evitar impactos negativos sobre seus públicos de interesse e meio ambiente. Finalmente, segundo se observa na Figura 5, no nível que o autor chama de Filantropia, estariam as práticas das empresas junto às comunidades do entorno de suas operações e à sociedade, em sentido mais amplo. É neste nível que as práticas de envolvimento das empresas com cidades serão avaliadas.

Figura 5: A pirâmide da responsabilidade social empresarial.



Fonte: Adaptado de Carroll (1991, Fig 3, p. 42)

Aprofundando a visão de Carrol (1991, p.42), o Instituto Ethos, por meio de seus "Indicadores

Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis"⁵⁷ sugere que o envolvimento das empresas com o desenvolvimento local possui cinco estágios. No Estágio 1, as empresas têm um envolvimento pontual e esporádico com as comunidades consideradas relevantes, o que vai se modificando conforme há avanços nos estágios até o ponto no Estágio 5 em que a empresa se empenha em contribuir para o desenvolvimento das comunidades ou regiões onde atua, implantando programas institucionais robustos (INSTITUTO ETHOS, 2017, p.58). Com base nesse contínuo, foi possível desenvolver a gradação de envolvimento das empresas com temas de sustentabilidade urbana apresentada no Quadro 5.

Quadro 5: Estágios de envolvimento de empresas com temas de sustentabilidade urbana.

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 4	Estágio 5
A empresa atende a demandas de investimento social focada nos temas de sustentabilidade urbana, de forma pontual e sem estratégia.	A empresa mapeia as necessidades das comunidades e promove intervenções a partir dessas demandas.	A empresa tem uma política ou procedimento formal de investimento social privado em temas de sustentabilidade urbana, bem como implementa e monitora constantemente suas intervenções, relatando os resultados.	A empresa alinha as intervenções na comunidade à sua estratégia de negócio; amplia o impacto de sua intervenção social alavancando recursos de outras empresas ou de organizações privadas e/ou com a participação de órgãos públicos. Além disso, contribui com programas e parcerias duradouras que dão suporte aos membros da comunidade.	A empresa se empenha em contribuir para o desenvolvimento das comunidades ou regiões onde atua, implantando programas institucionais voltados para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade urbana, com envolvimento ativo de <i>atores</i> locais.

Fonte: Adaptação do Autor (2022) em modelo do Instituto Ethos (2022).

Assim, o Estágio 5 indicado no Quadro 5, caracteriza-se por intervenções planejadas, de largo espectro de ação, com impactos em políticas públicas e com o envolvimento de atores e foi considerado o foco da presente análise, na medida em que as demais produzem impactos que podem não se perpetuar no tempo.

⁵⁷ Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis é uma publicação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, disponibilizada gratuitamente em sua página web. Serve como uma ferramenta de autoavaliação do grau de envolvimento da sustentabilidade nas práticas empresariais. Disponível em <https://indicadoresethos.ethos.org.br/Login.aspx?ReturnUrl=%2f>.

Portanto, tanto a visão de Carrol, quanto os Indicadores Ethos, sugerem uma abordagem escalonada, de ações mais simples, até aquelas mais sofisticadas, envolvendo características crescentemente mais complexas de projetos.

Com base nessa premissa, tomou-se como referência os projetos implantados nos municípios do Cluster 1, por apresentarem, como visto, melhor desempenho do IDHM, entre 2000 e 2010. Assim, cada projeto presente no Cluster 1 foi avaliado segundo um conjunto de critérios, de modo a se reconhecer uma gradação de ações com real impacto em termos de sustentabilidade urbana.

A definição dos critérios utilizou por referência o trabalho desenvolvido por Pagotto (2018) que foca na dimensão do desenvolvimento territorial promovido pelo investimento social corporativo, representado pelas próprias empresas ou por seus institutos ou fundações. Segundo Pagotto (2018, p.8), as interações com os territórios se dão de diversas maneiras: formulação e/ou execução de políticas públicas locais, articulação com outras empresas para promover o desenvolvimento local, participação em fóruns e comitês locais e estabelecimento de canais de diálogo com as comunidades. Pagotto (2018, p.9) define território como sendo uma “construção coletiva e multidimensional. Para além da delimitação espacial, compreende um conjunto de relações materiais e simbólicas que se manifestam e se sobrepõem”. Associado a essa definição, Pagotto também define desenvolvimento territorial como sendo aquele “pautado por vocações e demandas locais bem como protagonismo local na construção de agendas e estratégias articuladas a instituições e políticas supralocais”. Assim, pode-se considerar que, o que Pagotto chama de "desenvolvimento local orientado ao território, pode-se, por analogia, estender para o que seria investimento no desenvolvimento sustentável de cidades, que são ambientes coletivos, multidimensionais⁵⁸, contempla diferentes relações materiais (como transações comerciais) e simbólicas (como os relacionamentos comunitários no nível de bairros), vocações e demandas locais (na medida em que o investimento social em cidades não pode se dissociar dos contextos social, ambiental e econômico das mesmas), pressupõe a construção de agendas com diferentes atores e, para que se perpetue, necessita de políticas definidas.

⁵⁸ Ou seja, trata de diferentes elementos da sustentabilidade urbana nas cidades, como aspectos ambientais, desenvolvimento econômico, cultura local, participação cidadã nos processos do município, governança urbana etc.

Com base nessa visão, e integrando o proposto por Pagotto (2018, p.12) a outros autores (HENDERSON, 2001; SØRENSEN, 2014; KOOIMANN, 1993; SCARTASCINI *et al.*), foi possível estabelecer critérios para avaliar a qualidade das diferentes ações da amostra a ser avaliada. Os critérios definidos para avaliar as ações e suas respectivas justificativas de adoção estão indicados no Quadro 6.

Quadro 6: Critérios adotados para avaliar as práticas empresariais em sustentabilidade urbana.

Critério	Justificativa do critério
Critério 1: Ação é fruto de pensamento sistêmico e integrador.	O que Pagotto (2018, p.14) chama de pensamento sistêmico e integrador é aquele que compreende a transversalidade dos problemas de desenvolvimento sustentável de uma região, onde uma área de atuação determinada pode sofrer influências e demandar esforços em áreas correlatas. É, em outras palavras, a visão multidimensional e interdependente dos aspectos que compõem o tema de sustentabilidade, que entende que, para abordar de forma eficiente uma dimensão específica, deve-se, necessariamente, observar outras dimensões que têm correlação entre si e que se influenciam mutuamente. Por exemplo, no caso de cidades sustentáveis, iniciativas voltadas à economia de baixo carbono deverão considerar, necessariamente, as dimensões de mobilidade e energias renováveis.
Critério 2: Ação é pautada por necessidades e vocações territoriais.	Para evitar que as ações empresariais estejam desconectadas das reais necessidades locais. Segundo Henderson ⁵⁹ (2001, apud TACHIZAWA e POZO, 2010, p.99), tudo aquilo que é importante e que tem valor, as metas a serem atingidas e os meios de medir (indicadores) o progresso coletivo em direção a essas metas, devem vir da realidade local. Assim, dentro desse critério, consideram-se diagnósticos realizados ou patrocinados pela empresa ou, ainda, que levem em conta a validação de diagnósticos previamente realizados.
Critério 3: Ação promove o protagonismo local.	Evitam-se ações que gerem dependência e que sirvam aos interesses empresariais de tutelar as comunidades. Sørensen (2014, p. 155) afirma que as práticas de governança urbana devem motivar e guiar os atores locais a serem mais participativos e que, com isso, o protagonismo ocorre. No entanto, ainda segundo Sørensen, isto requer uma transformação da visão que os atores têm sobre sua própria participação e o papel dos demais atores.
Critério 4: Ação promove ou integra-se a arranjos de governança participativa.	Evita-se privilegiar determinados grupos e permitir que os diferentes stakeholders tenham suas posições apresentadas e consideradas. Assim, este critério deve considerar a participação mais ampla possível de todos os segmentos sociais impactados. Jan Kooiman ⁶⁰ (1993, apud RHODES, 1996, p.657) afirma que é apenas na ação de arranjos de governança compartilhada que se encontram conhecimentos e informação necessários para a solução de problemas complexos, dinâmicos e diversificados.
Critério 5: Ação promove aprimoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade urbana.	Conforme Scartascini et al. (2010, p.2), as políticas públicas claramente estabelecidas ajudam a acelerar o crescimento, reduzir a pobreza e atingir outras metas econômicas e sociais relevantes.

Fonte: O Autor (2022).

⁵⁹ HENDERSON, H. *Transcendendo a economia* (10a ed.). (M. Scoss, Trad.). São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

⁶⁰ KOOIMANN, J. *Modern Governance*. London. Sage, 1993.

Assim, a cada projeto implantado nos municípios do *Cluster 1*, foram aplicados os critérios de 1 a 5, descritos no Quadro 6. Essa aplicação baseou-se na leitura do detalhamento de cada projeto e na descrição de cada critério, buscando-se verificar se o critério se aplicava ao projeto e, ao se aplicar, foi feita essa marcação. Assim, o Quadro 7, o Quadro 8 e o Quadro 9 apresentam o resultado dessa análise, para os 31 projetos diferentes que fazem parte do Cluster 1. Como se percebe, em média, cada projeto responde positivamente a 3,5 critérios entre os cinco propostos. O Critério 2 (Ação é pautada por necessidades e vocações territoriais) é aquele que mais possui aderência entre os projetos, com 100% deles atendendo a esse critério. Em seguida, vem o Critério 3 (Ação promove o protagonismo local), com 96,8% de aderência, e o Critério 1 (Ação é fruto de pensamento sistêmico e integrador), com 74,2% dos projetos o contemplando. Os critérios menos atendidos são o 5 (Ação promove aprimoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade urbana) e, em seguida, o 4 (Ação promove ou integra-se a arranjos de governança participativa).

Quadro 7: Aplicação dos critérios que caracterizam projetos de sucesso aos projetos implantados nos municípios do Cluster 1 (maior evolução do IDHM entre 2000 e 2010) – Parte 1.

	TOTAL	% TOTAL	Casa Saudável	AGIR	EDP nas Escolas	Algodão Sustentável	Formare	PESC	Toyota Apa Costa dos Corais	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Tucum	Bolsa Floestas Familiar
Critério 1: Ação é fruto de pensamento sistêmico e integrador.	23	74,2%	1		1	1		1	1		1	1
Critério 2: Ação é pautada por necessidades e vocações territoriais.	31	100,0%	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Critério 3: Ação promove o protagonismo local.	30	96,8%	1	1	1		1	1	1	1	1	1
Critério 4: Ação promove ou integra-se a arranjos de governança participativa.	14	45,2%			1						1	1
Critério 5: Ação promove aprimoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade urbana.	9	29,0%							1			1
TOTAL			3	2	4	2	2	3	3	3	4	5

Fonte: O Autor (2022).

Quadro 8: Aplicação dos critérios que caracterizam projetos de sucesso aos projetos implantados nos municípios do Cluster 1 (maior evolução do IDHM entre 2000 e 2010) – Parte 2.

	Empreend. Ribeirinho	FeP: GR	FeP: Infra	ReDes	Melhoria na Educação	Ciclo Saúde	PESC: Comp	PESC: Ribeirinhos	Tombador	Semana do Bebê	Transformar
Critério 1: Ação é fruto de pensamento sistêmico e integrador.	1	1	1	1				1		1	1
Critério 2: Ação é pautada por necessidades e vocações territoriais.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Critério 3: Ação promove o protagonismo local.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Critério 4: Ação promove ou integra-se a arranjos de governança participativa.	1	1	1	1		1		1			1
Critério 5: Ação promove aprimoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade urbana.			1		1						
TOTAL	4	4	5	4	3	3	2	4	2	3	4

Fonte: O Autor (2022).

Quadro 9: Aplicação dos critérios que caracterizam projetos de sucesso aos projetos implantados nos municípios do Cluster 1 (maior evolução do IDHM entre 2000 e 2010) – Parte 3.

	PVE	Apoio à GP	PDCIS	Melhores Condições de Trabalho	ECO A	Juruti Sustentável	PES Primeira Infância	Voluntariado EDP	Energia Social Furnas	Comunidade Educativa
Critério 1: Ação é fruto de pensamento sistêmico e integrador.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Critério 2: Ação é pautada por necessidades e vocações territoriais.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Critério 3: Ação promove o protagonismo local.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Critério 4: Ação promove ou integra-se a arranjos de governança participativa.		1	1		1	1				
Critério 5: Ação promove aprimoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade urbana.	1	1	1			1			1	
TOTAL	4	5	5	3	4	5	3	3	4	2

Fonte: O Autor (2022).

Finalmente, dos projetos considerados, cinco deles⁶¹ preenchem a todos os critérios elencados e 10 preenchem a quatro dos cinco critérios. Isto significa que 15 projetos, dos 31 considerados⁶², incorporam mais do que quatro critérios⁶³.

Assim, com base nas análises realizadas nesta pesquisa, consolidadas no Quadro 4, no Quadro 6 e nos Quadros de 7 a 9, pode-se sugerir um *framework* para que projetos em ISP, com foco na agenda de sustentabilidade urbana, tendam a ter sucesso em sua execução. Essa sugestão é relevante tanto para gestores públicos, que buscam atrair projetos de ISP para seus municípios, quanto para gestores empresariais que desejam aumentar a eficácia de suas ações. Vale mencionar que, conforme observado neste estudo, o trabalho conjunto do poder público municipal com a iniciativa privada tem a capacidade de gerar ações com maior impacto, relevância, abrangência e diversidade, principalmente quando o gestor público incentiva empresas a alinharem seu ISP com as políticas públicas existentes.

Nesse contexto, este estudo sugere que projetos com maior probabilidade de aumento do IDHM, devem apresentar valores para as variáveis indicadas do Quadro 4 semelhantes às do Cluster 1 e, adicionalmente, para um resultado ainda mais destacado, devem contemplar quatro ou cinco critérios dos apresentados no Quadro 5. Portanto, o *framework* proposto para que os projetos atinjam o máximo potencial de geração de resultados é indicado na Tabela 6 e abrange as análises que os promotores de projetos em um município devem realizar para que o município usufrua de bons resultados em sua agenda de sustentabilidade urbana.

⁶¹ (i) Bolsa Floresta Familiar, (ii) Floresta em pé: Infraestrutura comunitária; (iii) Apoio à Gestão Pública; (iv) Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS); e (v) Juruti Sustentável.

⁶² Ou 48,4% deles.

⁶³ A média de 3,5 critérios.

Tabela 6: *Framework* para que projetos em ISP gerem resultados superiores em termos de avanço na agenda de sustentabilidade urbana.

Característica do projeto	Referência
População do município onde o projeto será implantado	Próxima a 22 mil habitantes
Existência prévia de outros projetos	Pelo menos mais um projeto ⁶⁴
Quantidade de indicadores prevalentes em sustentabilidade urbana impactados pelo conjunto dos projetos implantados, contando com o novo projeto	Mais de quatro indicadores ⁶⁵
Principais temas que devem impactados pelo conjunto dos projetos implantados ⁶⁶	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de resíduos sólidos ✓ Água ✓ Uso do solo/ordenamento territorial ✓ Mobilidade / transporte ✓ Mercado Laboral ✓ Saúde ✓ Educação
Quantidade de parceiros que devem ser envolvidos no projeto a ser implantado	Mais de cinco parceiros ⁶⁷
Tipos de parceiros que devem ser envolvidos no projeto	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empresa idealizadora do projeto ✓ Outras empresas que operam na região ✓ OSCs com atuação regional ou nacional ✓ Executivo municipal
Diretrizes necessárias do projeto ⁶⁸	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ação é pautada por necessidades e vocações territoriais⁶⁹. ✓ Ação promove o protagonismo local⁷⁰. ✓ Ação é fruto de pensamento sistêmico e integrador⁷¹.
Características opcionais dos projetos (escolher uma delas)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ação promove aprimoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade urbana⁷². ✓ Ação promove ou integra-se a arranjos de governança participativa⁷³.

Fonte: O Autor (2022).

⁶⁴ Uma vez que a medida de projetos por município é de 1,74 projetos.

⁶⁵ Considerando-se média de 4,4 indicadores impactados pelos projetos implantados.

⁶⁶ Este trabalho apresentou outros temas relevantes para a agenda de sustentabilidade urbana, como acesso à energia, mudanças climáticas, inovação e dinamismo econômico, entre outros. Caso outros critérios para a avaliação do avanço da sustentabilidade nas cidades tivessem sido selecionados, muito provavelmente esses temas também poderiam ter-se demonstrado igualmente promissores para a avaliação do avanço dessa agenda.

⁶⁷ Considerando-se que a média de parceiros no *Cluster* 1 é de 5,3.

⁶⁸ Ver Quadro 5.

⁶⁹ Critério 2, do Quadro 5.

⁷⁰ Critério 3, do Quadro 5.

⁷¹ Critério 1, do Quadro 5.

⁷² Critério 5, do Quadro 5.

⁷³ Critério 4 do Quadro 5.

Vale frisar que esse *framework* pode ser utilizado tanto por empresas, no planejamento de seus projetos em ISP, quanto pelo poder público, para poder atrair projetos e desenvolver parcerias para fortalecer sua agenda de sustentabilidade urbana. Nesse sentido, o *framework* pode contribuir para o desenho de projetos mais robustos e que gerem maior impacto sobre sociedade local e meio ambiente.

Finalmente, ainda que a utilização desse *framework*, ainda que não solucione os desafios que os projetos em ISP enfrentam, pode permitir maior impacto, uma vez que orienta um alinhamento real às políticas públicas. A capacidade de conexão e articulação do ISP com diversos atores pode ser colocada a favor de iniciativas que busquem enfrentar os problemas sociais de uma maneira mais eficiente no nível do território. A ação pode ser, inclusive, fortalecida com parcerias estabelecidas entre os próprios investidores sociais (outras empresas) que já atuam em determinada região, trazendo mais longevidade aos processos. Ou seja, a ação coordenada depende de uma intencionalidade no sentido de criação de novos arranjos de governança local, distantes da situação onde o poder público, de forma isolada, atuava para a transformação do território.

6. CONCLUSÕES

Uma primeira abordagem foi estudar as interfaces e possíveis impactos das formas de investimento empresarial com a gestão urbana para a sustentabilidade, analisando-se ações voltadas à dimensão pública e à transformação social com foco em territórios, particularmente, cidades.

Para isso, após avaliação de bibliografia pertinente, entendeu-se que uma forma relevante de as empresas se envolverem com o tema seria através de práticas de Investimento Social Privado (ISP). Essa conclusão permitiu que fosse selecionado o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) como a fonte de informações mais confiável e mais rica para que se pudesse conduzir este estudo, no âmbito dos municípios brasileiros. Essa fonte foi necessária para conhecer quais empresas desenvolviam projetos em sustentabilidade urbana para, em seguida, conhecer quais eram esses projetos, bem como suas características principais.

Analisando-se o portal de informações de informações do Gife sobre práticas empresariais em ISP, foi possível identificar as empresas, bem como suas fundações e institutos, que realizavam projetos em ISP. Também foram incluídas as fundações e institutos, pois, muitas empresas realizam o ISP apenas através dessas organizações, criadas por elas apenas para implantação de projetos filantrópicos. Por isso, por operarem em nome das empresas que os fundaram, quando membros do Gife, também foram incluídos. Essa análise produziu uma relação com 105 organizações, sendo que, em 99 delas, foi possível encontrar informações sobre 567 projetos distintos.

Entre esses projetos, havia uma variabilidade significativa no nível do impacto causado sobre a agenda de sustentabilidade urbana, medido sob a forma do número de temas e de seus respectivos indicadores sobre os quais os projetos incidiam. Por isso, foi necessário criar um conjunto de critérios para delimitar os projetos que, efetivamente, deveriam ser avaliados por este estudo. Os critérios criados incluíram (1) a existência de informações disponíveis sobre o projeto, (2) o nível de impacto sobre a agenda de sustentabilidade urbana, (3) ano de início do projeto e (4) explicitação de em qual(is) município(s) o projeto foi implantado. Aplicando-se esses critérios, os 567 projetos iniciais foram reduzidos para 109, sendo este o número de projetos efetivamente considerados para análise.

Para verificar o impacto desses projetos na sustentabilidade dos municípios, foi necessário identificar em quais municípios esses 109 projetos foram implantados. Chegou-se a um número de 889 municípios, havendo municípios de portes variados (pequenos, médios, grandes). Essa variabilidade no porte dos municípios dificultaria uma análise comparativa dos projetos e de seus impactos sobre os municípios, pois, o impacto que um mesmo projeto causaria em um município de 2 milhões de habitantes, por exemplo, seria distinto ao impacto causado em um município de 100 mil habitantes. Por isso, foi fundamental selecionar municípios relativamente semelhantes para que a análise resultasse em considerações críveis. Assim, definiu-se que o estudo recairia sobre municípios de pequeno porte (até 100 mil habitantes), pois, segundo se viu, eles são a maioria dos municípios brasileiros (94,1%, segundo o IBGE), possuem menor capacidade de investimento e de gestão (o que faz com que projetos de terceiros tenham maior relevância e sejam mais oportunos) e eles tendem a apresentar menores índices de desenvolvimento, como o IDHM. Essa decisão produziu um grupo de 680 municípios, sobre os quais a análise da sustentabilidade urbana foi realizada.

A próxima etapa foi identificar a métrica para avaliar a evolução da sustentabilidade nos municípios considerados. Várias métricas relacionadas a diferentes referências em sustentabilidade urbana estavam disponíveis, mas, após revisão teórica, percebeu-se que avaliar a evolução da sustentabilidade, no nível municipal, a partir de muitos indicadores não seria atividade fácil, devido à dificuldade em se definir uma lista de indicadores adequados em um sistema urbano, principalmente nos mais complexos, e, também, devido à dificuldade dos municípios em coletar vários desses indicadores e, portanto, disponibilizá-los para o acompanhamento externo, e seu uso na pesquisa. O estudo conceitual indicou que uma métrica alternativa seria o Índice de Desenvolvimento Humano, mesmo levando-se em conta suas limitações. Assim, a evolução da agenda de sustentabilidade urbana foi avaliada com base na evolução do IDHM.

O primeiro ano de mensuração do IDHM foi em 1991, mas, como a maioria dos projetos foi implantada após 1991 (97,4% deles), a evolução do IDHM, para os municípios considerados, foi medida comparando-se os valores de 2000 e de 2010.

A avaliação do grupo de municípios e projetos de ISP selecionados demonstrou que, para o conjunto total de municípios contemplados com projetos de ISP em sustentabilidade urbana,

e que possuem população abaixo de 100 mil habitantes, não existe uma correlação direta entre a implementação de projetos das empresas e a melhoria do IDHM. Pois, ao se comparar a evolução média do IDHM do total dos municípios brasileiros desse porte, no período entre 2000 e 2010, tem-se um resultado de 27,7%, para os 680 municípios considerados, contra 26,2% da média nacional. No entanto, quando se segmenta os municípios em *clusters*, a partir da média e do desvio-padrão das variações do IDHM, percebe-se outro cenário. Os municípios que se localizam no *cluster* de maior variação do IDHM tiveram, em média, 53,0% de ampliação desse indicador. Essa variação tão positiva ocorreu em municípios com população em torno de 22 mil habitantes, em que tenham sido implantados, pelo menos, dois projetos, com impacto em, no mínimo, quatro indicadores de sustentabilidade urbana.

Essa verificação sugere, por um lado, que projetos de sustentabilidade urbana, como os analisados, teriam maior probabilidade de gerar impacto quando implantados em territórios com escala populacional menor, e, por outro, que os projetos implantados devam ter uma abordagem sistêmica, ou seja, terem a capacidade de impactar várias dimensões da sustentabilidade urbana simultaneamente, não se restringindo a apenas uma em específico.

A ampliação nos temas tratados pelos projetos, conforme se avança em direção aos clusters de maior variação do IDHM, também sugere que projetos com perfil mais sistêmico guardam uma correlação positiva com aumentos mais significativos no IDHM, pois, as dimensões da sustentabilidade, como são indissociáveis e apresentam interdependências, afetam-se mutuamente, amplificando melhorias. Assim, uma conclusão relevante para a concepção de projetos de ISP em sustentabilidade urbana é que maiores variações no IDHM são obtidas, não tanto pela quantidade dos projetos implantados, mas pela capacidade de tratar diferentes dimensões da realidade do município. Essa visão sistêmica se estabelece ao se verificar que os projetos no *Cluster 1* impactam significativamente mais temas que os demais *clusters*: enquanto o *Cluster 1* impacta sete temas (Gestão de resíduos sólidos, Água, Uso do solo/ordenamento territorial, Mobilidade / transporte, Mercado Laboral, Saúde e Educação), o *Cluster 2* impacta cinco, o *Cluster 3*, quatro temas, e o *Cluster 4*, três temas. Assim, os resultados indicam que os projetos que abordem, simultaneamente, diferentes aspectos da agenda de sustentabilidade urbana, como gestão de resíduos sólidos, água, uso do solo/ordenamento territorial, mobilidade/transporte, mercado e trabalho, saúde e educação, demonstram maiores impactos positivos na sustentabilidade dos municípios onde são implantados.

A avaliação demonstrou, ainda, que existe uma correspondência entre a maior diversidade de parceiros envolvidos em projetos de sustentabilidade urbana, promovidos por empresas, e maiores avanços no IDHM no período considerado. Para o grupo de municípios que obtiveram maiores variações positivas no IDHM (*Cluster 1*), a quantidade média de parceiros envolvidos em projetos é mais que o dobro (5,3 contra 2,6) do que aquela encontrada, em termos médios, no conjunto total de municípios dos demais *clusters*. Essa informação indica que mais parceiros, de diferentes tipos, participando em conjunto, contribuem, de forma mais efetiva para o aprimoramento da agenda de sustentabilidade urbana. Se considerarmos os municípios com maior variação do IDHM (Δ), a diversidade significa envolver atores da iniciativa privada, executivos municipal e estadual – que conseguem dar escala a projetos – além de OSCs que possuem atuação em diferentes territórios – o que traz um olhar mais rico para o projeto. Isto talvez ocorra pelo fato de que a quantidade e, principalmente, a diversidade nas parcerias permitirem arranjos de governança compartilhada que trazem conhecimentos e informação também diversificados, auxiliando na solução de problemas complexos e dinâmicos.

Com relação à qualidade dos projetos, como se percebe, em média, os projetos do *Cluster 1* respondem positivamente a 3,5 critérios dentre os cinco propostos para avaliação de forma mais qualitativa os projetos. O Critério 2 (Ação é pautada por necessidades e vocações territoriais) é aquele que mais possui aderência entre os projetos, com 100% deles atendendo a esse critério. Em seguida, vem o Critério 3 (Ação promove o protagonismo local), com 96,8% de aderência, e o Critério 1 (Ação é fruto de pensamento sistêmico e integrador), com 74,2% dos projetos o contemplando. Os critérios menos atendidos são o 5 (Ação promove aprimoramento de políticas públicas em prol da sustentabilidade urbana) e, em seguida, o 4 (Ação promove ou integra-se a arranjos de governança participativa). Isto, muito provavelmente, devido à dificuldade natural em incidência em políticas públicas e impacto direto em arranjos de governança, mais complexos em se estruturar ou alterar.

Dos 31 projetos considerados na análise de *clustering*, cinco deles⁷⁴ preenchem a todos os critérios elencados e 10 preenchem a quatro dos cinco critérios. Isto significa que 15 projetos, dos 31 considerados, ou 48,4% do total, incorporam mais do que a média de 3,5 critérios, o

⁷⁴ (i) Bolsa Floresta Familiar, (ii) Floresta em pé: Infraestrutura comunitária; (iii) Apoio à Gestão Pública; (iv) Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS); e (v) Juruti Sustentável.

que sugere que cidades com maior variação do IDHM concentram projetos que atendem a mais critérios.

Assim, como contribuição deste estudo a futuros projetos de ISP focados na promoção da agenda de sustentabilidade urbana, apresentou-se um *framework*, com características que devem ser consideradas no desenho de novos projetos, para que estes possam gerar resultados substantivos nessa agenda. O *framework* sugere que o foco dos projetos possam ser municípios com cerca de vinte e dois mil habitantes, onde outros projetos de ISP já estejam em funcionamento. Além disso, na concepção do projeto, a empresa e/ou a prefeitura deve avaliar quais indicadores em sustentabilidade urbana já estão sendo impactados pelos projetos existentes e buscar contribuir para que outros indicadores sejam impactados, de tal forma que os temas de gestão de resíduos, água, uso do solo, mobilidade, trabalho, saúde e educação sofram aprimoramento, pois, aparentemente, eles têm a capacidade de promover maiores avanços na agenda de sustentabilidade no nível local. Adicionalmente, o projeto deve envolver uma variedade significativa de parceiros, esforçando-se para garantir que outras empresas que operam na região, organizações da sociedade civil reconhecidas nos níveis regional ou nacional e o poder público municipal estejam necessariamente presentes. Essa combinação de parceiros permite alinhar as estratégias de atuação social de empresas com políticas públicas, o que agrega valor, fortalece as iniciativas e contribui para uma maior abrangência e impacto dos projetos.

É evidente que a existência de projetos empresariais nos municípios não tem a capacidade de definir, *per se*, a evolução de seu IDHM. Outros fatores amplamente conhecidos, como qualidade da gestão municipal, investimentos públicos, contexto macroeconômico, situação global e nacional dos setores econômicos localizados no município etc., são usualmente mais relevantes que os projetos desenvolvidos por empresas. No entanto, a correlação positiva identificada entre projetos em ISP e o crescimento do IDHM, permitiu caracterizar projetos que podem potencializar eventuais melhorias contextuais do IDHM.

Como sugestão a futuros estudos, dadas as limitações do IDHM em refletir as diferentes dimensões da sustentabilidade urbana, seria relevante a elaboração de uma análise da evolução dos indicadores de sustentabilidade urbana utilizados neste estudo como critério para inclusão de projetos em ISP. Para os municípios em que esses indicadores estão disponíveis, poder-se-ia compará-los com as alterações do IDHM, o que permitiria uma

avaliação mais criteriosa da possibilidade de que o IDHM possa ser, efetivamente, utilizado como *proxy* da evolução da agenda de sustentabilidade urbana, o que é particularmente relevante quando se tem ausência de informações que permita o cálculo de indicadores de sustentabilidade.

Adicionalmente, uma vez que este trabalho avaliou apenas práticas em ISP, também seria valiosa a observação conjunta dos impactos desses projetos e dos impactos econômicos, sociais e ambientais fruto das operações e atividades empresariais, em um determinado território. Desta forma, a análise sobre o real impacto de uma dada empresa seria mais fidedigna, pois, eventualmente, os bons frutos gerados por um projeto em ISP poderiam ser enfraquecidos, ou mesmo anulados, por impactos negativos das operações de uma empresa, como destruição de biomas, uso irracional de recursos naturais, aumento de violência etc.

Outro aspecto que pode ser mais bem estudado é a possibilidade de inclusão de novas variáveis no IDHM, relacionadas a outras dimensões da agenda de sustentabilidade urbana, fortalecendo sua validade como métrica em sustentabilidade. Além disso, em municípios de maior porte, pode ser pertinente analisar a implantação de projetos semelhantes aos dos *Clusters* 1 e 2 em frações do território municipal, que tenham população de até 25 mil habitantes, verificando as variações no IDHM, em comparação às observadas nos *Clusters* 1 e 2, no presente trabalho. A inclusão de municípios de maior porte em futuros estudos traz, além disso, a possibilidade de um retrato mais apurado sobre avanços e desafios em sustentabilidade no ambiente urbano do país.

Finalmente, como o estudo baseou suas análises no IDHM – o que não representa a amplitude dos temas em sustentabilidade urbana – recomenda-se a elaboração de estudos complementares, preferencialmente focados em municípios com até 100 mil habitantes, para levantar os indicadores em sustentabilidade urbana apontados, para que se tenha uma visão detalhada acerca dos reais impactos dos projetos empresariais para a agenda de sustentabilidade urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, A. Resenha: "Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos", de Leonardo Secchi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.2, n.2, p. 168-175, 2017.

ABULATIF, L.I.; SILVA, A.S.; COLUSSO, I. Parcerias intersetoriais estratégicas para o desenvolvimento urbano sustentável: proposição de um modelo conceitual. *Revista Bitácora Urbano Territorial*, vol. 30, núm. 1, pp. 181-191, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/bitacora.v30n1.68283>. Acesso em: 05 jul. 2022.

AGARWAL, N.; GNEITING, U.; MHLANGA R. Raising the Bar: Rethinking the role of business in the Sustainable Development Goals. **Oxfam Discussion Papers**, Feb. 2017. Disponível em: < https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/dp-raising-the-bar-business-sdgs-130217-en_0.pdf. >. Acesso em: 21 jan. 2022.

ALVES, M.A.; PINEDA, A.M. O valor das diferenças no investimento social privado em educação. *Artigos GIFE*. v.1, no. 1, artigo 1. GIFE: São Paulo, 2019. Disponível em: < <https://sinapse.gife.org.br/download/o-valor-das-diferencas-no-investimento-social-privado-em-educacao>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

AMARA, N; HALILEM, N.; TRAORÉ, N. Adding value to companies' value chain: Role of business schools scholars. **Journal of Business Research** n. 69, p. 1661–1668, 2016.

ANDION, C. *et al.* Investimento Social Privado: uma forma de coprodução do bem público? In: **Encontro de Administração Pública e Governança**, 2010, Vitória/ES. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg87.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

ANDRADE, S. Uma nova geração do investimento social: arranjos institucionais para impacto coletivo. *Artigos GIFE* v. 1, n. 2, artigo 3, 2019. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/uma-nova-geracao-do-investimento-social-arranjos-institucionais-para-impacto-coletivo>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ARAÚJO, M. C. C.; CÂNDIDO, G. A. Qualidade de vida e sustentabilidade urbana.

HOLOS, [S. l.], v. 1, p. 3–19, 2014. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1720>. Acesso em: 3 jul. 2022.

ARAÚJO, A.C.B.; PESSOA, Z.S.; TEIXEIRA, R.L.P. e DIAS, E.M.S. Adaptação climática no contexto das cidades brasileiras: reflexões à luz da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n.46, p. 05-24, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724621462020005>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ATHANASSADIS, A. et al. Comparing a territorial-based and a consumption-based approach to assess the local and global environmental performance of cities, **Journal of Cleaner Production**, Volume 173, 2018, Pages 112-123. Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.10.068>. Acesso em: 25 out. 2019.

AWALUDDIN, M. The partnership between business and government towards sustainable city development: Case Study: Indonesia Digital Society Flagship Program In: PT Telekomunikasi Indonesia, International Conference on ICT For Smart Society, 2014, **Proceedings...**, Jakarta: Tbk, 2014, p.131-138.

BAGUER, J.P.; BALLARÍN, A.V.; JERICÓ, M.C. La educación moral ante el reto de la sostenibilidad. *Azafea, Rev. Filos.* 21, 2019, p. 181 – 206. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.14201/azafea201921181206>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Quem pode ser cliente?** Disponível em:

<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente/>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BANSAL, P.; DESJARDINE, M.R., Business sustainability: It is about time. **Strategic Organization**, Vol. 12(1), p. 70 –78, 2014. Acesso em: 23 jan. 2022.

BATTY, M. Cities as Complex Systems: Scaling, Interaction, Networks, Dynamics and Urban Morphologies. Meyers R. (eds) **Encyclopedia of Complexity and Systems Science**. Springer, New York, NY, 2009. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-0-387-30440-3_69. Acesso em 25 fev. 2021.

BEARD, B.A.; MAHENDRA, A.; WESTPHAL, M.I. **Rumo a Uma Cidade Mais Igualitária: Enquadrando Desafios e Oportunidades**. Washington, DC: World Resources Institute, 2016. Disponível em <https://wriorg.s3.amazonaws.com/s3fs-public/towards-more-equal-city-portuguese.pdf?_ga=2.203280851.319811957.1541165872-1658824980.1541165872>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BELINK, A. A terceira geração da sustentabilidade empresarial. **GV Executivo**, v. 15, n. 2, p. 38 – 42, 2016.

BENBASAT, I.; WEBER, R. Research Commentary: Rethinking Diversity' in Information Systems Research. **Information Systems Research**, v. 7, n. 4, p. 389-399, 1996.

BITTAR-GODINHO, J. S. **Responsabilidade Social Corporativa e fundações empresariais no Brasil: estratégias de legitimação política das empresas**. 2019, 155 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.12.2019.tde-28062019-161659>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BONINI, S.; SWARTZ, S. Profits with purpose: How organizing for sustainability can benefit the bottom line. McKinsey on Sustainability and Resource Productivity. July, 2014. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/sustainability/our-insights/profits-with-purpose-how-organizing-for-sustainability-can-benefit-the-bottom-line>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BROWN, W. et al. Corporate philanthropic practices. *Journal of Corporate Finance*, Amsterdam: Elsevier, v. 12, n. 5, p. 855-877, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2006.02.001>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BUENO, F. **Métodos Heurísticos: Teoria e Implementações**. Instituto Federal de Santa Catarina, Araranguá (2009). Disponível em: https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/b/b7/Tutorial_m%C3%A9todos_heur%C3%ADsticos.pdf. Acesso em: 29 já. 2022.

BUSINESS AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT COMMISSION - BSDC. **Better Business, Better World**: Technical Report. Davos: BSDC, 2017. 122 p. Disponível em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2399BetterBusinessBetterWorld.pdf>
f. Acesso em: 21 jan. 2022.

BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY. **Introduction to CSR**. Disponível em:
<https://www.bsr.org/en/our-insights/blog-view/compliance-sustainability-teams-work-together-strengthen-corporate-ethics>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CABRAL, E. H. S., Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública – RAP**. 45(6):1915-41, nov./dez. 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600014>. Acesso em 14 dez. 2019.

CALVO et all. Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 25(4):767-776, Brasília, out-dez 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2016.v25n4/767-776/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CARBON DISCLOSURE PROJECT. **Sector insights**: what is driving climate change action in the world's largest companies - Global 500 Climate Change Report, 2018. Disponível em: <https://www.cdp.net/en/research/global-reports/global-climate-change-report-2018>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CARITAS. **Doação x Investimento Social Corporativo: qual a diferença?** 2019. Disponível em: <https://www.comunitas.org/doacao-x-investimento-social-corporativo-qual-a-diferenca/#:~:text=Filantropia%20consiste%20na%20pr%C3%A1tica%20de,de%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20impactos%20efetivos>. Acesso em: 09 fev. 2022.

CARROLL, A. The pyramid of corporate social responsibility. Figura, p. 42. **Business Horizons**, July/August 1991.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 2001.

CAVACO, C. ET AL (ORG.). **CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020**. Lisboa, 2015. Disponível em:
<https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/2015_cidades_sustentaveis_2020.pdf>.

Acesso em 05 set. 2021.

CAVALCANTI, C. Sustainability: A mantra or a moral choice? An ecological and economic approach. **Estudos Avançados** 26 (74), p. 35-50, 2012. Disponível em: DOI: 10.1590/S0103-40142012000100004. Acesso em: 12 nov. 2019.

CENTER FOR CORPORATE CITIZENSHIP (CCCR) at the Boston College. **Determining the Value of Corporate Community Involvement**. Boston: BOSTON COLLEGE, 2000.

CHANG, R. et al. Approaches for Transitions Towards Sustainable Development: Status Quo and Challenges. **Sustainable Development** n. 25, p. 359–37, 2017.

COBBINAH, P.B.; ERDIAW-KWAISE, M.O. e AMOATENG, P. Rethinking sustainable development within the framework of poverty and urbanization in developing countries. *Environmental Development* 13 (2015) 18–32. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.envdev.2014.11.001>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COMUNITAS. **BISC - Benchmarking do Investimento Social Corporativo**: Destaques de 2017: uma retrospectiva da atuação social corporativa nos últimos dez anos. São Paulo: Comunitas, 2017. Disponível em: <http://www.comunitas.org/portal/bisc-publicacoes/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

COMUNITAS. BISC Relatório 2020: E como se comportaram as empresas durante a pandemia de COVID-19. São Paulo: Comunitas, 2020. Disponível em: <https://www.comunitas.org/bisc/>. Acesso em 05 set. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros – edição de 2011**. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/download/2036>. Acesso em: 24 jan. 2022

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). **Sustentabilidade Urbana**: uma nova agenda para as cidades. Rio de Janeiro: CEBDS, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.cebds.org/sustentabilidade-urbana-uma-nova-agenda-para-as-cidades>. Acesso em 10 jan. 2022.

COSTA et al. Integração bicicleta-transporte público no context de grandes cidades brasileiras. In: CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA EM TRANSPORTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES – ANPET, 33, 2019, Balneário Camburiú. **Anais**: ANPET, 2019. Disponível em: <http://anpet.org.br/33anpet/index.php/pt/anais>.

DAHLSTRUD, A. How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 15, 1–13 (2008). Disponível em: <https://doi.org/10.1002/csr.132>. Acesso em 07 mar. 2021.

DASSEN, N. **El peor trámite de mi vida**. GOBERNARTE, Set. 2015. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/administracion-publica/es/el-peor-tramite-de-mi-vida/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DEBONI, F. (org.) **Investimento Social Privado no Brasil**: Tendências, desafios e potencialidades. 1ª. Ed. Brasília, DF: Instituto Sabin 2013.

DEMING, W. E. **O método Deming de administração**. 5a. ed., São Paulo: Marques Saraiva , 1989.

DINIZ, E.M., Os resultados da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 15, p. 31-35, 2002.

DIZDAROGLU, D. Developing micro-level urban ecosystem indicators for sustainability assessment. **Environmental Impact Assessment Review** 54 (2015) 119 – 124. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.eiar.2015.06.004>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, v. 20 (1), p. 65-91. 1995.

EUROPERAN COMMISSION. Green paper on the urban environment: Communication from the commission to the Council and Parliament. Brussel, 1990. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/0e4b169c-91b8-4de0-9fed-ead286a4efb7/language-en>. Acesso em: 22 fev. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. **Promoting a European Framework for Corporate Social Responsibility**. Green Paper, Brussels: EC, 2001, 37 p.

EUROPEAN UNION. **In-Depth Report: Indicators for Sustainable Cities**. Science for Environment Policy. Issue 12. EU, 2018, 24 p. Disponível em: <
https://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/indicators_for_sustainable_cities_IR12_en.pdf>. Acesso em 23 jan, 2022.

FARR, D. **Urbanismo Sustentável: Desenho Urbano com a Natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FELEKI, E., VLACHOKOSTAS, C., MOUSSIOPOULOS, N. Characterisation of sustainability in urban areas: An analysis of assessment tools with emphasis on European cities. **Sustainable Cities and Society** 43 (2018) –577, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.08.025>. Acesso em 25 fev. 2021.

FISCHER, R. M. et al. *Sustentabilidade sócio-ambiental através de alianças estratégicas intersetoriais* In: **CONFERENCIA LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE**, 5, 2005, Lima: ISTR, Universidad Ricardo Palma, 2005, p. 1-16. Disponível em: <
http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/p_belasco.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FREEMAN, R.E. **Strategic Management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, A. L.; MILES, S. **Stakeholders: Theory and Practice**. New York: Oxford University Press, 2006.

FU, Y.; ZHANG, X. Trajectory of urban sustainability concepts: A 35-year bibliometric analysis. **Cities**, 60 (2017) 113–123. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2016.08.003>. Acesso em 27 jun. 2021.

FULTON M. et al. **Sustainable Investing: Establishing Long Term Value and Performance**. Berlin: Deutsche Bank Group, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2222740. Acesso em: 10 jan. 2022.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: São Paulo Perspectiva, 2017.

GOLDSTEIN, B.; BIRKVED, M.; QUITZAU, M.; HAUSCHILD, M. Quantification of urban metabolism through coupling with the life cycle assessment framework: concept development and case study. *Environmental Research Letters*. V. 8 N. 3 (2013) 035024 (14pp). <https://doi.org/10.1088/1748-9326/8/3/035024>. Acesso em 26 jul. 2020.

GOVINDAN, K.; KHODAVERDI, R.; JAFARIAN, A. A fuzzy multi criteria approach for measuring sustainability performance of a supplier based on triple bottom line approach. *Journal of Cleaner Production* 47 (2013) 345 – 354. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.04.014>. Acesso em 18 dez. 2020.

GONÇALVES, B.S (coord.). **Cidades sustentáveis: como as empresas podem contribuir**. São Paulo: INSTITUTO ETHOS, 2009. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/cidades-sustentaveis-como-as-empresas-podem-contribuir-dezembro2009/#.XAA8hnhKi00>. Acesso em: 12 jan. 2022.

GRAYSON, D.; HODGES, A. **Compromisso social e gestão empresarial: o que é necessário saber para transformar questões de responsabilidade social em oportunidades de negócio**. São Paulo: Publifolha, 2002.

GRAYSON, D.; HODGES, A. **Corporate social opportunity! 7 steps to make corporate social responsibility work for your business**. Sheffield: Greenleaf Publishing, 2004.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Censo GIFE 2014. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2014>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Censo GIFE 2018. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2018>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). São Paulo. Disponível em <https://gife.org.br/>. Acesso em 15 jan. 2021.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Mosaico: Portal de Dados do Investimento Social**. São Paulo, 2020. Disponível em <https://mosaico.gife.org.br/>. Acesso em: 16 mai. 2021.

GUARDA, M.G. **Governança compartilhada em rede de cooperação: o caso do Consórcio Alto Teles Pires de Mato Grosso**. 2010. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Ciências Sociais). UNISINOS/UNEMAT, São Leopoldo/RS, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5012>. Acesso em: 07 jul. 2022.

HART, S.L., MILSTEIN, M.B. Criando Valor Sustentável. **RAE Executivo** v. 3, n. 2, p. 1-10, 2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HASEMANN, A. M. O termo de ajustamento de conduta ambiental e o princípio da obrigatoriedade. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2715, 7 dez. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17990>. Acesso em: 23 jan. 2022.

HAWKINS, C.V; WANG, X. Sustainable development governance: citizen participation and support networks in local sustainability initiatives. **Public Works Management & Policy**, v. 17(1), p. 7 –29, 2012.

HENDERSON, H. *Transcendendo a economia* (10a ed.). (M. Scoss, Trad.). São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

HOGAN, D.J. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 31, p. 57 – 78, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/RR5xkpRDsY8rRr6zNHcDmLL/?lang=pt#>. Acesso em: 28 jun. 2022.

HOWARD, Z.P. *New Urbanism: a new approach to the way American builds*. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 20, p. 27 – 46, 2005.

ICLEI BRASIL / FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Sustentabilidade Urbana:**

Experiências na América Latina. São Paulo: ICLEI, 2014.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (IBÁ). Dados estatísticos do setor. Disponível em: < <https://iba.org/dados-estatisticos>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados do CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Disponível em: https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura&tipo=cnae&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=9.1.0. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Banco de dados de Porte dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2098-np-censo-demografico/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9758&t=resultados>. Acesso em 13/01/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 11/01/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa populacional 2014**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014>. Acesso em: 25 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa populacional 2021**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/. Acesso em: 02 dez. 2021.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Disponível em: <https://icidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis. São Paulo, SP, 2022. Disponível em:

<https://indicadoresethos.ethos.org.br/Login.aspx?ReturnUrl=%2f>. Acesso em: 29 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 08/03/2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Madeira: Uso Sustentável na Construção Civil. São Paulo: SVMA: IPT, 2003.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 37101:2018**: Sustainable development in communities — Management system for sustainable development — Requirements with guidance for use. Geneva, 2018. 121 p.

JAIN, A.K.; MURTY, M.N.; FLYNN, P.J. Data Clustering: A Review. *ACM Computing Surveys*, Vol. 31, No. 3, September 1999. Disponível em <<https://cis.temple.edu/~vasilis/Courses/CIS750/Papers/jain99data.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

JOHN, B.; LUEDERITZ, C.; LANG, D.J.; VON WEHRDEN, H. Toward sustainable urban metabolisms. From system understanding to system transformation. **Ecological Economics**, 157 (2019) 402–414. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.12.007>. Acesso em 19 abr. 2021.

JOHNSON, R.E.; FOOTE, B. Designing Reusable Classes. **Journal of Object-Oriented Programming**. June/July, 1988.

KEITSCH, M. Structuring Ethical Interpretations of the Sustainable Development Goals— Concepts, Implications and Progress. **Sustainability**, Issue 10, no. 3, 829, p. 7-9, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su10030829>. Acesso em: 29 jun. 2021.

KENNEDY, C.; CUDDIHY, J.; ENGEL-YAN, J. The Changing Metabolism of Cities. **Journal of Industrial Ecology**. v. 11. Issue 2, 43 – 59, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/jie.2007.1107>. Acesso em 18 abr. 2021.

KLERINGA, L.R.; KRUELB, A.J.; STRANZC, E. Os pequenos municípios do Brasil: uma análise a partir de índices de gestão. **Análise - Revista de Administração da PUCRS**. V. 23, n. 1, p. 31-44, Porto Alegre, jan./abr. 2012

KON, A. **Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento**: a função da política pública. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 41, jul/dez, 2013 (p. 45-88).

KUMI, E.; ARHIN, A.A.; YEBOAH, T. Can post-2015 sustainable development goals survive neoliberalism? A critical examination of the sustainable development–neoliberalism nexus in developing countries. *Environment, Development and Sustainability* v. 16, p. 539–554 (2014). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10668-013-9492-7>. Acesso em 18 dez. 2020.

LATIN AMERICAN QUALITY INSTITUTE (LAQI). Disponível em: <https://www.laqualityinstitute.org/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

LAZLO, E. **Macrotransição**: o desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Axis Mundi, 2001.

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**. São Paulo: Bookman, 2012.

LINGUITTE, M. A., MARINS, K. R. C. C. Avaliação de sustentabilidade urbana: proposta para um conjunto mínimo de indicadores. In: **ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO**, 17, 2018, Foz do Iguaçu. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2018. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/entac/article/view/1843>.

LOTTA, G. (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. 324 p. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília, 2019.

LOZANO, R. Are Companies Planning their Organisational Changes for Corporate Sustainability? An Analysis of Three Case Studies on Resistance to Change and their Strategies to Overcome it. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management** v. 20, p. 275-205, 2013.

LUETKENHORST, W. (coord.) **Corporate Social Responsibility (CSR) and the development agenda: Should SMEs Care?** Vienna: UNIDO, 2004. Disponível em: <https://open.unido.org/api/documents/4851093/download/Corporate%20Social%20Responsibility%20%28CSR%29%20and%20the%20Development%20Agenda%20-%20Should%20SMEs%20Care%3F>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MACQUEEN, J. Some methods for classification and analysis of multivariate observations. *Berkeley Symposium on Mathematical Statistics and Probability*, v. 5.1, p. 281-297, 1967. Disponível em: <https://projecteuclid.org/ebooks/berkeley-symposium-on-mathematical-statistics-and-probability>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MALHEIROS, T.F., PHILIPPI JR., A., COUTINHO, S.M.V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, 7-20, 2008.

MAPAR, M. et al. A composite index for sustainability assessment of health, safety and environmental performance in municipalities of megacities. **Sustainable Cities and Society**, 60 (2020) 102164. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2020.102164>. Acesso em 20 mar. 2021.

MARINHO, A. P. S., JORGE, M. A. O planejamento local é mais eficiente? Uma análise de 14 municípios sergipanos de pequeno porte. **Nova Economia**, 25 (1) 123-142, Belo Horizonte, jan-abr, 2015. Disponível em DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/2918>. Acesso em 22 jan. 2021.

MARTINS, R. D. FERREIRA, L. C. Uma revisão crítica sobre cidades e mudança climática: vinho velho em garrafa nova ou um novo paradigma de ação para a governança local? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 45(3), p. 611-641, 2011.

MAYER, A. L. Strengths and weaknesses of common sustainability indices for multidimensional systems. **Environment International** 34 (2008) 277–291. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.envint.2007.09.004>. Acesso em 20 mar. 2021.

MBLIMA, F. Extractive industries and local sustainable development in Zambia: The case of corporate social responsibility of selected metal mines. **Resources Policy**. No prelo. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2019.101441>. Acesso em 21 mar. 2021.

MCINTOSH, M. et al. **Corporate citizenship**: successful strategies for responsible companies. London: Financial Times/Pitman Publishing, 1998.

MEADOWS, D.H. et al. **The limits to growth**: A report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. New York: Potomac Associates Book, 1972.

MEADOWS, D.H., MEADOWS, D.L., RANDERS, J. **A Synopsis: Limits to Growth**: The 30-Year Update. White River Junction: Chelsea Green Publishing Company, 2004.

MENDLE, R.S. et al. **Innovative City-Business Collaboration**: Emerging good practice to enhance sustainable urban development. Geneva: ICLEI: WBCSD, 2015. Disponível em: <<http://e-lib.iclei.org/innovative-city-business-cooperation-emerging-good-practice-to-enhance-sustainable-urban-development/>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MILANI FILHO, M.A.F. Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: Entre o discurso e a evidenciação. **Revista de Contabilidade e Finanças/USP**. São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89 – 101, maio/agosto 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo**: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/plano-diretor-participativo-guia-para-elaboracao-pelos-municipios-e-cidadaos/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade**: Agenda 21 e a sustentabilidade das cidades. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/caderno_verde.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

MINTROM, M., THOMAS, M. Policy entrepreneurs and collaborative action: Pursuit of the sustainable development goals. **International Journal of Entrepreneurial Venturing**, 10 (2), pp. 153-171. 2018. Disponível em: <https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-85049591179&doi=10.1504%2fIJEV.2018.092710&origin=inward&txGid=9cb99d4d539a20fb7877fcfd5c34901a>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MONTEIRO, H.; KISIL, M.; WOODS, M. Tendências do Investimento Social Privado na América. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. São Paulo, 2011.

MORENO, N. et al. **Guia metodológico Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis**. (2a. Ed). Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/ciudadesemergentesysostenibles/docs/guia_metodologico_2012>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MOSTAFAVI, M., DOHERTY, G. **Ecological Urbanism**. Basileia: Lars Müller Publishers, 2010.

NACIONES UNIDAS. **Nueva Agenda Urbana**. Quito: Habitat III, 2017. Disponível em <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Spanish.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **World Urbanization Prospects: the 2011 Revision**. Nova York: Nações Unidas, 2012. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/urbanization/WUP2011_Report.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

NASCIMENTO, I.C.S. et al. Internacionalização e sustentabilidade no Brasil. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**. v.15, n. 3, p. 63-79, set./dez. 2020. Disponível em: <10.18568/internext.v15i3.591>. Acesso em: 23 jan. 2022.

NOGUEIRA, F. A.; SCHOMMER, P. C. **Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e Práticas em Construção**. In: Anais do XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo/SP, 19 a 23 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3252.pdf>. Acesso: 23/01/2022.

OLIVEIRA, L.R.; MEDEIROS, R.M; TERRAC, P.B.; QUELHAS, O.L.G. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Revista da Produção/Universidade Federa Fluminense**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Environmental Policies for Cities in the 1990s**. Paris: OECD, 1990. 91 p.

ORSI, R. A. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade**: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar? 2009, 169 f. Tese (doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

PACTO GLOBAL. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods_empresas>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PAGOTTO, L., PINTO, D.G., ARTUSO, L. **Construindo a participação em agendas para cidades sustentáveis**: análise de quatro experiências no Brasil. São Paulo, GVces. 2017.

Disponível em:

https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30491/2017_participacao-cidades-s-ustentaveis-final-correcao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 23 jan. 2022.

PAGOTTO, L. M. **Um olhar territorial para o investimento social corporativo**: princípios e diretrizes – São Paulo: FGVces/EAESP-FGV, 2018. 40 p. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30527/fgv-publicacao-idlocal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PEARCE, D.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E.B.; **Blueprint for a green economy**.

Abingdon: Earthscan Publications, 2013.

PÉREZ, Ó. I.; ROMERO, M. C.; VARGAS-GONZÁLEZ, P. "Interacciones y sinergias entre ODS: un análisis desde la responsabilidad social en Colombia". **Revista Desarrollo y Sociedad**, no. 86 (2020): 191-244. Disponível em: <<https://doi.org/10.13043/DYS.86.6>>.

Acesso em 23 jan. 2022.

POPPER, K. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 2006.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. The competitive advantage of corporate philanthropy.

Harvard Business Review, Dec, 2002. Disponível em: <https://hbr.org/2002/12/the-competitive-advantage-of-corporate-philanthropy>. Acesso em: 09 fev. 2022.

PORTER, M.E., KRAMER, M.R. **Strategy and Society**: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. Harvard Business Review, Dec. Issue 2006, p. 78 - 92. 2006. Disponível em: <https://hbr.org/2006/12/strategy-and-society-the-link-between->

competitive-advantage-and-corporate-social-responsibility. Acesso em: 29 jan. 2022.

PORTER, M.E.; VAN DER LINDE, C. Toward a New Conception of the Environment-Competitiveness Relationship. *Journal of Economics Perspectives*, v. 9, n. 4, p. 97-118, 1995. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.9.4.97>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Modelo colaborativo: experiências e aprendizados do desenvolvimento comunitário em Curitiba. Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública, 2002. 76 p. Disponível em: <https://silo.tips/download/prefeitura-municipal-de-curitiba-gets-grupo-de-estudos-do-terceiro-setor-united>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PRESIDENT'S COUNCIL ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Sustainable Communities: Task force Report**. Washington: PCSD, 1997. Disponível em: [https://clinton2.nara.gov/PCSD/Publications/suscomm/ind suscom.html](https://clinton2.nara.gov/PCSD/Publications/suscomm/ind%20suscom.html). Acesso em: 10 out. 2018.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Anexo Guia GPS – Gestão Pública Sustentável**: Atualizado com os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e Orientações para o Plano de Metas. São Paulo: PCS, 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **O que é Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PUGG, C. Urbanization in developing countries: An overview of the economic and policy issues in the 1990s. *Cities*, v. 12, n. 6, p. 381-398, 1995.

RAYNARD, P., FORSTATER, M. **Corporate Social Responsibility**: Implications for Small and Medium Enterprises in Developing Countries. Vienna: UNIDO, 2002.

RHODES, R. A. W. The New Governance: Governing without Government. **Political**

Studies Association v. XLIV, p. 652—667, 1996.

RIBEIRO, H.; RYBSKI, D.; KROPP, J. Effects of changing population or density on urban carbon dioxide emissions. **Nature Communications** 10, Article number 3204, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-019-11184-y>. Acesso em 18 abr. 2021.

RODRIK, D. Survey on Globalization: Is Government Disappearing? *The Economist*, London, 29 set. 2001, Economy, p.16.

ROSOLEN, T. **Inovação social em grandes empresas**: o processo de incorporação da temática à estratégia de negócio. 2019. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROSSETTI, F. **Da filantropia ao investimento social privado**. Global Philanthropy. Worldwide Initiatives for Grantmaker Support. Washington, 2010.

SAEZ, E. S.; SANTIAGO, G.; ZACCHI, J.M. **Censo GIFE 2016**. São Paulo: Gife, 2017. 256 p. Disponível em: <<https://gife.org.br/censo-gife/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SANTOS, H. Módulo 1: Os grandes temas atuais que impactam o desempenho das organizações. In: **Curso de Capacitação para Instrutores**. São Paulo: UNIETHOS, 2004. 72 p.

SANTOS, P.S. **Investimento Social Privado e políticas educacionais**: um olhar sobre as organizações brasileiras. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SBIZZARRO NETO, A., BORELLI, E. Indicadores de desenvolvimento humano e sustentabilidade: uma abordagem regional para a cidade de São Paulo. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE**, XVII, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGEMA, 2016. Disponível em <http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/index.php>. Acesso em 01 mar. 2021

SCARTASCINI, C. et al. (Ed.). **El juego político en América Latina**: ¿Cómo se deciden las políticas públicas? Colombia: Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – MINAS GERAIS. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2008. 48 p. (Série Políticas Públicas, v. 7).

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEGIL, L. **Intelligent business alliances**: how to profit using today's most important strategic tool. New York: Times Business/Random House, 1996.

SHARP, A. **A empresa na era do ser**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SILVA, José Antônio Tietzmann e. As perspectivas das cidades sustentáveis: entre a teoria e a prática. **Revista de Direito Ambiental**, v. 1, n. 43, p. 133-176, jul./set. 2006, p. 140-141. São Paulo, 2006.

SILVA, S.S.; SOUSA, A.R.; LEITE, E.T. Conflito de agência em organizações cooperativas: Um ensaio teórico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 13, n. 1, p. 63-76, 2011.

SØRENSEN, E. Conflict as driver of pluricentric coordination. **Planning Theory**, v. 13(2), p.152 –169, 2014.

SOUZA FILHO, J.M.; PEREIRA, J.A.; BARBIERI, J.C. Responsabilidade Social e Filantropia Estratégica: Uma Análise dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós- Graduação em Administração, XXXV, 2011, Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO2232.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

STEINER, F. Landscape ecological urbanism: Origins and trajectories. **Landscape and Urban Planning** v. 100, p. 333–337, 2010.

TACHIZAWA, T.; POZO, H. Monitoramento do passivo socioambiental com o suporte da tecnologia da informação. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**. v. 7, n. 1, p.95-120, 2010.

TENNYSON, R. **Managing partnerships**: tools for mobilizing the public sector, business and civil society as partners in the development. London: The Prince of Wales Business Leaders Forum, 1998.

TERRAZA H., BLANCO, D. R., VERA, F. **De ciudades emergentes a ciudades sostenibles**: comprendiendo y proyectando las metrópolis del siglo XXI. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2016.

THE EUROPEAN COMMISSION. Promoting a European Framework for Corporate Social Responsibility. **Green Paper**. Brussels: EC, 2001.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context**. New York: UNGA, 2018. Disponível em: <<http://www.undocs.org/A/73/310/rev.1>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

UN HABITAT. **SDG Goal 11- Monitoring Framework**. A guide to assist national and local governments to monitor and report on SDG Goal 11 Indicators. Kenya: UNHABITAT, 2016. Disponível em: <https://unhabitat.org/sdg-goal-11-monitoring-framework/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. New York: UN, 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION. **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision, Online Edition**. New York: UNDESA, 2018. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-KeyFacts.pdf>. Acesso em 20 jan. 2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM (UNEP). Progress report on the implementation of the Governing Council decisions 20/25 on freshwater and SS. VI/2 on water. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/514828>. Acesso em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Plataforma E-Disciplinas. São Paulo, 2020.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5279392/mod_resource/content/1/distribuicao%20Normal.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

VASCONCELLOS, M.J.E. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.

VAZQUEZ-BRUST, D.; PIAO, R. S.; MELO, M. F. S.; YARYD, R. T.; CARVALHO, M.

The governance of collaboration for sustainable development: Exploring the black box.

Journal of Cleaner Production, v. 256, 2020). Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120260>. Acesso em: 5 mar. 2021.

VENÂNCIO, S. I. et al. Referenciamento regional em saúde: estudo comparado de cinco casos no Estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(9):3951-3964, Rio de Janeiro, 2011.

VERMA, P.; RAGHUBANSHI, A.S. Urban sustainability indicators: Challenges and opportunities. **Ecological Indicators** 93 (2018), 282 – 291. Disponível em

<https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2018.05.007>. Acesso em 21 mai. 2021.

WANG, M., LIU, J., Theoretical Analysis of the Concept of a Sustainable City. **Chinese Journal of Urban and Environmental Studies**. v. 4, n. 4, p.1650029 (13 pages), 2016.

WARNER, M.; SULLIVAN, R. **Putting partnerships to work: strategic alliances for development between government, the private sector and civil society**. Sheffield: Greenleaf Publishing, 2004.

WERNA, E., ABIKO, A. COELHO, L.O. **O novo papel do Estado na oferta de habitação e parcerias de agentes públicos e privados**. In: Coletânea Habitar / FINEP 1 - v.1 - Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social. São Paulo FAU/USP, p. 35 – 55. 2002.

WIDGER, T.; STIRRAT, J.; KABIR, S.; OSELLA, F. **Corporate responsibility, philanthropy and development**. Insights for development partners: a Sri Lanka case study

(2013). Global Insights, Dec. 2013, London, 2013. Disponível em https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08a39ed915d622c00061b/60951_corporate_responsibility.pdf. Acesso em 21 mar. 2021.

WORLD BANK. **World Development Report 2017: Governance and the law**. Washington: WB, 2017. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25880>. Acesso em: 21 out. 2018.

WORLD BANK. **Urban development overview 2019**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/urbandevelopment/overview>. Acesso em 2 fev. 2021.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Corporate Social Responsibility: Making Good Business Sense**. Geneva: WBCSD, 2001. 18 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Urban Ambient Air Pollution Database – 2016**. Disponível em: http://www.who.int/phe/health_topics/outdoorair/databases/cities/en/. Acesso em: 21 out. 2018.

WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do Mundo 2012: rumo à prosperidade sustentável**. Salvador: Uma Ed., 2012.

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise.

Anexo 2: Projetos com suas características e seu impacto sobre a agenda de sustentabilidade urbana.

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados.

Anexo 4: População da amostra total de municípios.

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, clusters a que pertencem, indicadores impactos e quantidade de parceiros envolvidos.

Anexo 6: Quantidade de indicadores impactados e parceiros envolvidos com os projetos

Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise

Ordem	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Ano de início do projeto	Data de acesso às fontes	Fonte Primária ^(*)	Fonte Secundária
1	Accenture	Start	2013	20/02/2021	https://www.redecidada.org.br/projetos/projeto-start-litam/	https://mosaico.gife.org.br/
2	Accenture	Consultoria Probono	2005	20/02/2021	https://www.accenture.com/br-pt/company-news-release-less-favored-persons-training	https://mosaico.gife.org.br/
3	Accenture	Migralab	2019	20/02/2021	https://www.migralab.com.br/migralab	https://mosaico.gife.org.br/
4	B3 Social	Associação Profissionalizante	1996	20/02/2021	http://www.institutobmfbovespa.com.br/pt-br/associacao-profissionalizante.asp	https://mosaico.gife.org.br/
5	B3 Social	Em Ação	2009	20/02/2021	https://b3emacao.v2v.net/pt-BR	https://mosaico.gife.org.br/
6	Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP)	Hospital Filantrópico da Penha	2012	20/02/2021	https://www.bp.org.br/filantropico/	https://mosaico.gife.org.br/
7	Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP)	Escola de Enfermagem São Joaquim	1959	20/02/2021	https://www.bp.org.br/educacao-e-pesquisa/escola-de-enfermagem/	https://mosaico.gife.org.br/
8	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	2008	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
9	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	2009	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/programa-bolsa-floresta/economia-da-floresta/	https://mosaico.gife.org.br/
10	Bradesco	Floresta em pé: Empoderamento	2008	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/bolsa-floresta-associacao/	https://mosaico.gife.org.br/
11	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	2009	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/programa-bolsa-floresta/acoes-sociais/	https://mosaico.gife.org.br/
12	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	2009	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/educacao-na-floresta/nucleos-de-conservacao-e-sustentabilidade-ncss/	https://mosaico.gife.org.br/
13	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	2008	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/educacao-na-floresta/nucleos-de-conservacao-e-sustentabilidade-ncss/	https://mosaico.gife.org.br/
14	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Cidades sustentáveis	2015	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/projeto-reusa/	https://mosaico.gife.org.br/
15	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	2009	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/2019/07/artesanato-produzido-por-ribeirinhos-e-indios-do-amazonas-passa-a-ser-vendido-na-internet/	https://mosaico.gife.org.br/
16	Bradesco	Programa de Educação e Saúde: Primeira Infância Ribeirinha	2015	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/educacao-na-floresta/projeto-primeira-infancia-ribeirinha/	https://mosaico.gife.org.br/
17	Bradesco	Programa Soluções Inovadoras: Projeto Arquearia Indígena	2015	20/02/2021	http://fas-amazonas.org/2013/10/arco-e-flecha-indigena-ouro-olimpico-e-autoestima/	https://mosaico.gife.org.br/
18	Bradesco	Plataforma de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	2017	20/02/2021	http://maps.sdsn-amazonia.org/pt	https://mosaico.gife.org.br/
19	Bradesco	Programa Bradesco Esportes e Educação	1987	20/02/2021	https://www.bradescoesportes.com.br/	https://mosaico.gife.org.br/
20	FTD Educação	Campanha Defenda-se	2014	20/02/2021	www.defenda-se.com	https://mosaico.gife.org.br/
21	Fundação AlphaVill	Programa Jovem Sustentável - Cidadania Digital	2008	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
22	Fundação AlphaVill	Associação dos Catadores do Eusebio (ACEU)	2012	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
23	Fundação AlphaVill	Viver com Alegria	2017	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
24	Fundação AlphaVill	Peixe na Rede	2015	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
25	Fundação AlphaVill	Feira Agroecológica de Camaçari	2017	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
26	Fundação AlphaVill	Quiombo de Cordoaria	2018	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
27	Fundação AlphaVill	Vale do Dendê	2017	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
28	Fundação AlphaVill	Centro de Educação Ambiental (CEA) Jacuhy	2009	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
29	Fundação AlphaVill	Centro de Educação para Sustentabilidade (CES) AlphaVill	2008	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
30	Fundação AlphaVill	Agentes de Sustentabilidade	2018	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
31	Fundação AlphaVill	Nova Limpet	2017	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
32	Fundação AlphaVill	Cooperativa Unindo Forças	2008	27/02/2021	https://fundacaoalphaville.org.br/	
33	Fundação AlphaVill	Centro de Educação para Sustentabilidade (CES)	2016	27/02/2021	https://crisfundacaoalphavillees.blogspot.com/	
34	Fundação AlphaVill	Criando Comunidades	2017	27/02/2021	https://gife.org.br/fundacao-alpha-vill-aposta-na-vocacao-das-comunidades-para-promover-novas-solucoes-de-desenvolvimento/	
35	Fundação AlphaVill	Programa Jovem Sustentável Aprendiz	2015	27/02/2021	https://www.facebook.com/fundalphaville/posts/1045174378947221	
36	Fundação André e Lucia Maggi	Prêmio Fundação André e Lucia Maggi	2016	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
37	Fundação André e Lucia Maggi	Projeto Casa Maggica Cuiabá	2018	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
38	Fundação André e Lucia Maggi	Projeto Casa Maggica Rondonópolis	2009	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
39	Fundação André e Lucia Maggi	Projeto Potencializa	2016	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
40	Fundação André e Lucia Maggi	Projeto Transformar	2015	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
41	Fundação André e Lucia Maggi	Espaço Coletivo Fundação André e Lucia Maggi Rondonópolis (MT)	2019	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
42	Fundação André e Lucia Maggi	Municípios Prioritários	2019	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
43	Fundação André e Lucia Maggi	Desafio Global - Jovens que Querem Transformar o Mundo!	2019	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
44	Fundação André e Lucia Maggi	AKÓ - O Jogo da Transformação!	2019	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
45	Fundação André e Lucia Maggi	Espaço Coletivo Centro Cultural Velha Serpa	2009	27/02/2021	https://www.fundacaoandreuciaimaggi.org.br/	
46	Fundação Aperam Acesita	Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino	2017	28/02/2021	https://brasil.aperam.com/sustentabilidade/fundacao-aperam-acesita/a-fundacao/	
47	Fundação Aperam Acesita	Arte Acesita	1994	28/02/2021	https://brasil.aperam.com/sustentabilidade/fundacao-aperam-acesita/a-fundacao/cultura/	
48	Fundação Aperam Acesita	Centro de Educação Ambiental – Oikós	1993	28/02/2021	https://brasil.aperam.com/sustentabilidade/fundacao-aperam-acesita/a-fundacao/meio-ambiente/	
49	Fundação Aperam Acesita	Promoção Social	1993	28/02/2021	https://brasil.aperam.com/sustentabilidade/fundacao-aperam-acesita/a-fundacao/promocao-social/#	
50	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	1992	20/02/2021	http://www.fundacaoarcelormittal.org.br/premio-arcelormittal-de-meio-ambiente	https://mosaico.gife.org.br/
51	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	2000	20/02/2021	http://www.fundacaoarcelormittal.org.br/ver-e-viver	https://mosaico.gife.org.br/
52	Fundação ArcelorMittal Brasil	Vida + Segura	2016	20/02/2021	http://ww.famb.org.br/galeria-e-midia/videos/vida-mais-segura/	https://mosaico.gife.org.br/
53	Fundação ArcelorMittal Brasil	Viva seu Voto!	2018	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
54	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	1999	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
55	Fundação ArcelorMittal Brasil	Pró-Voluntário	2001	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
56	Fundação ArcelorMittal Brasil	Diversão em Cena	2010	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
57	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Forma e Transforma	2011	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
58	Fundação ArcelorMittal Brasil	Circuito Cultural	2011	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
59	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Cultural	2005	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
60	Fundação ArcelorMittal Brasil	Acordes	2011	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
61	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Esporte	2011	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCp3_EraD2oAVOsTscRU8A/videos?view_as=subscriber	https://mosaico.gife.org.br/
62	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ações STEM	2015	20/02/2021	http://www.nossasconquistas.com.br/	https://mosaico.gife.org.br/
63	Fundação ArcelorMittal Brasil	Vínculos Sociais com Clientes	2018	20/02/2021	http://www.nossasconquistas.com.br/	https://mosaico.gife.org.br/
64	Fundação Banco do Brasil	Cisternas	2000	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=QUAAde-AnRA&list=PLjg8P4XdbR2psoXEZ4KmY5YcI8WrcmN&index=7	https://mosaico.gife.org.br/
65	Fundação Banco do Brasil	Operação Acolhida	2019	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=d4RH9BYsuY	https://mosaico.gife.org.br/
66	Fundação Banco do Brasil	Programa Integração AABB Comunidade	2017	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=WaJol1vWSJE	https://mosaico.gife.org.br/
67	Fundação Banco do Brasil	Tecnologias Sociais - Transforma! Rede de Tecnologias Sociais	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
68	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	1962	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
69	Fundação Bunge	Comunidade Integrada	2009	28/02/2021	https://fundacaobunge.org.br/	
70	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	2002	28/02/2021	https://fundacaobunge.org.br/	
71	Fundação Bunge	Semear Leitores	2008	28/02/2021	https://fundacaobunge.org.br/	
72	Fundação Bunge	Centro de Memória Bunge	1989	28/02/2021	https://fundacaobunge.org.br/	

(*) Quando o projeto possui apenas uma fonte, essa é a primária. Quando há duas fontes, a fonte primária é o Mosaico Gife.

Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise
(continuação)

Ordem	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Ano de início do projeto	Data de acesso às fontes	Fonte Primária ^(*)	Fonte Secundária
73	Fundação Bunge	Prêmio Fundação Bunge	1955	28/02/2021	https://fundacaobunge.org.br/	
74	Fundação Cargill	NutriQuiz	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
75	Fundação Cargill	Prêmio Alimentação em Foco	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
76	Fundação Cargill	Editais Fundação Cargill	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
77	Fundação Cargill	Semeando Futuro	1997	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
78	Fundação Casas Bahia	Agente+ (voluntariado)	2017	28/02/2021	https://youtu.be/PQT1uQrCYEU	
79	Fundação Casas Bahia	Casas Bahia na Comunidade	2014	20/02/2021	https://www.viavarejo.com.br/fundacaoviavarejo/	https://mosaico.gife.org.br/
80	Fundação CSN	Garoto Cidadão	1999	28/02/2021	https://fundacaoesn.org.br/	
81	Fundação CSN	Capacitar Hotelaria e Serviços	2007	28/02/2021	https://fundacaoesn.org.br/	
82	Fundação CSN	Programa de Educação Ambiental	2012	28/02/2021	https://fundacaoesn.org.br/	
83	Fundação CSN	Bolsa de Estudo	1992	28/02/2021	https://fundacaoesn.org.br/	
84	Fundação CSN	Centro Cultural	2005	28/02/2021	https://fundacaoesn.org.br/	
85	Fundação Demócrito Rocha	Festival Vida & Arte	2018	06/03/2021	https://fdr.org.br/	
86	Fundação Demócrito Rocha	HQ Ceará 2	2018	06/03/2021	https://fdr.org.br/	
87	Fundação Demócrito Rocha	Enem Mix	2018	06/03/2021	https://fdr.org.br/	
88	Fundação Educator Dpschool	Academia Educator	1989	06/03/2021	http://www.educardpschool.org.br/projeto.php?id=3&page=3	
89	Fundação Educator Dpschool	Formação de Educadores	1995	06/03/2021	http://www.educardpschool.org.br/projeto.php?id=8&page=42	
90	Fundação Educator Dpschool	Além do Encantamento	2005	06/03/2021	http://www.educardpschool.org.br/projeto.php?id=6	
91	Fundação Educator Dpschool	Leia Comigo!	2000	06/03/2021	http://www.educardpschool.org.br/projeto.php?id=4	
92	Fundação Espaço ECO	Diversos	2005	06/03/2021	https://www.espacoeco.org.br/	
93	Fundação Grupo Botucário	Coleção Meu Ambiente	1992	06/03/2021	http://www.fundacaogrupobotucario.org.br/pt/engajamento/Paginas/Inicial.aspx	
94	Fundação Grupo Botucário	Viva Água	2019	06/03/2021	http://www.fundacaogrupobotucario.org.br/pt/engajamento/Paginas/Inicial.aspx	
95	Fundação Grupo Botucário	Pé no Parque	2018	06/03/2021	http://penoparque.org.br/	
96	Fundação Grupo Botucário	Reserva Natural Salto Morato	1994	06/03/2021	http://www.fundacaogrupobotucario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Salto-Morato.aspx	
97	Fundação Grupo Botucário	Reserva Natural Serra do Tombador	2007	06/03/2021	http://www.fundacaogrupobotucario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Reserva-Natural-Serra-do-Tombador.aspx	
98	Fundação Grupo Botucário	Grande Reserva Mata Atlântica	2011	06/03/2021	http://grandereservamataatlantica.com.br/	
99	Fundação Grupo Botucário	Soluções baseadas na Natureza - Rede Oasis	2019	06/03/2021	http://www.fundacaogrupobotucario.org.br/pt/solucoes-inovadoras/Paginas/Rede-Oasis.aspx	
100	Fundação Grupo Botucário	Araucária +	2013	06/03/2021	https://www.araucariamaias.org.br/	
101	Fundação Grupo Botucário	Natureza Empreendedora	2018	06/03/2021	http://www.fundacaogrupobotucario.org.br/pt/solucoes-inovadoras/Paginas/negocios-biodiversidade.aspx	
102	Fundação Iochpe	Instituto Arte na Escola	1989	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=q21Du0_e_TE&feature=youtu.be	https://mosaico.gife.org.br/
103	Fundação Iochpe	Programa Formare	1989	20/02/2021	http://www.formare.org.br/formare/relatorio-de-atividades/2018/FORMARE-Relatorio-de-Atividades-2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
104	Fundação Itaipu para Educação e Cultura	Itaipu Cultural	1987	06/03/2021	https://www.itaucultural.org.br/	
105	Fundação Itaú Social	Redes de Territórios Educativos	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
106	Fundação Itaú Social	Escrevendo o Futuro	2002	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=3JJoMduVeNc&feature=youtu.be	https://mosaico.gife.org.br/
107	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
108	Fundação John Deere	Projetos de Incentivo Fiscal	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
109	Fundação John Deere	Programa Liderança Juvenil	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
110	Fundação John Deere	Programa de Mentoria	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
111	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho	Apoio de Mídia	2006	06/03/2021	http://www.projetosfmss.org.br/doacaodemidia/	
112	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho	Mapa de Boas Práticas	Não informado	06/03/2021	http://www.fmss.org.br/all-project-list/mapa-de-boas-praticas/	
113	Fundação Nestlé Brasil	Mentoria Social	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
114	Fundação Nestlé Brasil	Prêmio Nestlé por Crianças Mais Saudáveis	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
115	Fundação Nestlé Brasil	Voluntariar Faz Bem	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
116	Fundação Odebrecht	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS)	2003	20/02/2021	https://www.youtube.com/fundacaodebrecht	https://mosaico.gife.org.br/
117	Fundação Otacilio Coser	Rede Escolai	2005	06/03/2021	https://foco.org.br/	
118	Fundação Otacilio Coser	Comunidades Sustentáveis	2002	06/03/2021	https://foco.org.br/	
119	Fundação Otacilio Coser	Blend	2018	06/03/2021	https://foco.org.br/	
120	Fundação Raizen	Projeto Infantil	2004	06/03/2021	https://www.raizen.com.br/fundacao-raizen	
121	Fundação Raizen	Projeto Jovem	2002	06/03/2021	https://www.raizen.com.br/fundacao-raizen	
122	Fundação SM	Diversas	2005	06/03/2021	http://www.fundacaosmbrasil.org/	
123	Fundação Telefônica Vivo	Aula Digital	2017	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=A3COho7He0	https://mosaico.gife.org.br/
124	Fundação Telefônica Vivo	Educação	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
125	Fundação Telefônica Vivo	Empregabilidade	2007	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
126	Fundação Telefônica Vivo	Voluntariado	2005	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
127	Fundação Telefônica Vivo	Cultura Digital	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
128	Fundação Toyota do Brasil	Arara Azul	2009	07/03/2021	https://www.fundacaotoyotado brasil.org.br/	
129	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	2009	07/03/2021	https://www.fundacaotoyotado brasil.org.br/	
130	Fundação Toyota do Brasil	Toyota APA Costa dos Corais	2011	07/03/2021	https://www.fundacaotoyotado brasil.org.br/	
131	Fundação Toyota do Brasil	Águas da Mantiqueira	2017	07/03/2021	https://www.fundacaotoyotado brasil.org.br/	
132	Fundação Toyota do Brasil	Biblioteca Monteiro Lobato	2016	07/03/2021	https://www.fundacaotoyotado brasil.org.br/	
133	Fundação Vale	Educação Infantil	2014	07/03/2021	https://www.fundacaovale.org/	
134	Fundação Vale	PESC	2008	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
135	Fundação Vale	Rotas e Redes Literárias	2018	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
136	Fundação Vale	Estações Conhecimento	2011	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
137	Fundação Vale	Educação Inclusiva	2016	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
138	Fundação Vale	Editais Reconhecer	2017	20/02/2021	https://youtu.be/vboovW04mmg	https://mosaico.gife.org.br/
139	Fundação Vale	Casa Saudável	2014	20/02/2021	https://youtu.be/y_RwYK8-Mc	https://mosaico.gife.org.br/
140	Fundação Vale	Ciclo Saúde	2015	20/02/2021	https://youtu.be/Dn3ml_zH80	https://mosaico.gife.org.br/
141	Fundação Vale	Apoio à Agricultura Familiar	2014	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
142	Fundação Vale	AGIR	2009	20/02/2021	https://youtu.be/oN_o6E9is4	https://mosaico.gife.org.br/
143	Fundação Vale	Memorial Minas Gerais Vale	2010	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=JHk_ZA90m8&t=4s	https://mosaico.gife.org.br/
144	Fundação Vale	Museu Vale	1998	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
145	Fundação Vale	Casa da Cultura de Canaã dos Carajás	2016	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
146	Fundação Vale	Centro Cultural Vale Maranhão	2012	20/02/2021	http://www.fundacaovale.org/Documents/Fundacao_Vale_-_Relatorio_de_Atividades_2018.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
147	Fundação Volkswagen	Jogo da Vida em Trânsito	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
148	Fundação Volkswagen	Movimento Paulista de Segurança no Trânsito	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
149	Fundação Volkswagen	Costurando o Futuro	2009	07/03/2021	https://www.youtube.com/watch?v=qxwYyOrzMLs	
150	Fundação Volkswagen	Aceleração da Aprendizagem	2016	07/03/2021	https://www.youtube.com/watch?v=NhEgPITQ7Am	
151	Fundação Volkswagen	Brincar	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
152	Fundação Volkswagen	Diversa Presencial	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
153	Fundação Volkswagen	Aprendendo com Arte	2015	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=WR6CoCeUEfM	https://mosaico.gife.org.br/
154	Fundação Volkswagen	Pró-Educator Brasil	2009	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
155	Fundação Volkswagen	Programa de educação integral para os anos finais do Ensino Fundamental	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
156	Fundação Volkswagen	Volkswagen na Comunidade	2008	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=EOFZL_HM0	https://mosaico.gife.org.br/
157	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa de Desenvolvimento Territorial (Implantação de 5 Novos Núcleos de Integração)	2018	07/03/2021	https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt	
158	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Furnas Social	2004	07/03/2021	https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt	
159	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	2009	07/03/2021	https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt	
160	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Raízes Locais - Centro Comunitário Vila Santa Tereza	2017	07/03/2021	https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt	
161	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Caminhos	2012	07/03/2021	https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt	
162	GERDAU	Lab Habitação	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
163	GERDAU	Gerdaul Builders	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	

(*) Quando o projeto possui apenas uma fonte, essa é a primária. Quando há duas fontes, a fonte primária é o Mosaico Gife.

Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise
(continuação)

Ordem	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Ano de início do projeto	Data de acesso às fontes	Fonte Primária ^(*)	Fonte Secundária
164	GERDAU	Junior Achievement	1994	07/03/2021	https://www.youtube.com/watch?v=IZ-QrDnLds	
165	Grupo Fleury	Projeto DOM	2012	07/03/2021	http://www.domgrupofleury.com.br/	
166	Grupo Fleury	Conecta Saúde	2014	07/03/2021	http://www.grupofleury.com.br/SitePages/sustentabilidade/cidadania-corporativa.aspx#conteudo	
167	Grupo Fleury	Projeto Voluntários do Sertão	2006	07/03/2021	https://www.youtube.com/watch?v=KxMAGRrww1w	
168	Grupo Fleury	Projeto Pescar	2009	07/03/2021	https://www.projetopecar.org.br/institucional/	
169	Instituto 3M	Desafio de Inovação	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
170	Instituto 3M	Prêmio Instituto 3M para Estudantes Universitários	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
171	Instituto 3M	Impact - Pro-bono	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
172	Instituto 3M	Campanhas	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
173	Instituto 3M	Nosso Planeta Nossa Casa	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
174	Instituto 3M	Massa do Bem	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
175	Instituto Aegaea	Programa Afluentes	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
176	Instituto Aegaea	Pioneiros	2015	20/02/2021	https://www.aegaea.com.br/responsabilidade-social/	
177	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	2007	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=N7_JZMhdTg	https://mosaico.gife.org.br/
178	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa VemSer - Voluntariado Corporativo	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
179	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Martins Mesa Brasil - Doações	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
180	Instituto Alcoa	Programa ECOA - Educação Comunitária Ambiental	2009	10/03/2021	https://www.alcoa.com/brasil/pt/institute/about	
181	Instituto Alcoa	Juruti Sustentável	2006	10/03/2021	https://www.alcoa.com/brasil/pt/institute/about	
182	Instituto Algar	Transforma	2006	10/03/2021	https://www.institutoalgar.org.br/	
183	Instituto Algar	Talentos de Futuro	2014	10/03/2021	https://www.institutoalgar.org.br/	
184	Instituto Algar	Voluntariado	2003	10/03/2021	https://www.institutoalgar.org.br/	
185	Instituto Algar	Escola da Inteligência	2017	10/03/2021	https://www.institutoalgar.org.br/	
186	Instituto Arcor Brasil	Infância, Direitos e Oportunidades	2004	10/03/2021	https://www.institutoarcor.org.br/pr/index	
187	Instituto Avon	Projeto Bahia	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
188	Instituto Avon	Plataforma Energia Rosa	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
189	Instituto Avon	Navegação de Pacientes	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
190	Instituto Avon	Workshop de Acesso à Justiça: respostas eficazes à violência contra as mulheres	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
191	Instituto Avon	Mapa do Acolhimento	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
192	Instituto Avon	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
193	Instituto BRB	Cursos de Capacitação para Mulheres Artesãs	2010	10/03/2021	http://institutobrb.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-de-Anividades-2019.pdf	
194	Instituto BRB	Educação Financeira para Agricultores	2019	10/03/2021	http://institutobrb.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-de-Anividades-2019.pdf	
195	Instituto BRB	Educação Financeira nas Escolas Públicas	2018	10/03/2021	http://institutobrb.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-de-Anividades-2019.pdf	
196	Instituto BRF	Projetos de Desenvolvimento Comunitário	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
197	Instituto BRF	Reciclação	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
198	Instituto BRF	Institucional	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
199	Instituto BRF	Fundo de Conscientização no Trânsito	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
200	Instituto BRF	Encontro de coordenadores	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
201	Instituto C&A	Costurando Sonhos	2015	13/03/2021	https://www.institutocea.org.br/empreendedorismo	
202	Instituto Camargo Correa	Projeto Manejo da Água	2017	13/03/2021	https://camargocorreainfra.com/wp-content/uploads/2020/06/ICC-relatorio_port-esp_web.pdf	
203	Instituto Camargo Correa	Mel da Mata	2016	13/03/2021	https://camargocorreainfra.com/wp-content/uploads/2020/06/ICC-relatorio_port-esp_web.pdf	
204	Instituto Camargo Correa	Tecnologias Sustentáveis na Billings	2019	13/03/2021	https://camargocorreainfra.com/wp-content/uploads/2020/06/ICC-relatorio_port-esp_web.pdf	
205	Instituto Camargo Correa	Quilombo Empreende	2019	13/03/2021	https://camargocorreainfra.com/wp-content/uploads/2020/06/ICC-relatorio_port-esp_web.pdf	
206	Instituto Camargo Correa	Diversos	Não informado	13/03/2021	http://raonline2011.camargocorrea.com.br/port/perfil/index.php?pagina=perfil41	
207	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	2002	13/03/2021	https://institutoCCR.com.br/	
208	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	2002	13/03/2021	https://institutoCCR.com.br/	
209	Instituto Center Norte	Startup Varejo Ideias de Futuro	2018	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
210	Instituto Center Norte	Inova Cidade Center Norte Enactus	2018	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
211	Instituto Center Norte	Rede Crianote Rede Asta	2018	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
212	Instituto Center Norte	IOS	2017	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
213	Instituto Center Norte	Programa de capacitação para ONGs - Sebrae	2017	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
214	Instituto Center Norte	Fabrica de Culturas	2019	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
215	Instituto Center Norte	Lazer na Vila Gol de Letra	2013	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
216	Instituto Center Norte	Virada Sustentável	2016	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
217	Instituto Center Norte	Todo o lugar tem uma História para contar Museu da Pessoa	2017	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
218	Instituto Center Norte	Projeto de Marcenaria Tomie Ohtake	2014	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
219	Instituto Center Norte	Circuito Recicla ZN	2012	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
220	Instituto Center Norte	Quiosque Solidário	2016	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
221	Instituto Center Norte	Transforma ZN	2019	13/03/2021	https://institutocenternorte.com.br/	
222	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	2009	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
223	Instituto Coca-Cola Brasil	Água + Acesso	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
224	Instituto Coca-Cola Brasil	Kolabora	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
225	Instituto Coca-Cola Brasil	Negras Potencias	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
226	Instituto Coca-Cola Brasil	Reciclar pelo Brasil	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
227	Instituto Conceição Moura	Cine teatro Cultura	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
228	Instituto Conceição Moura	Comunidade de Aprendizagem	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
229	Instituto Conceição Moura	Território do Fazer - Robótica	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
230	Instituto Conceição Moura	Circuito Cultural	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
231	Instituto Conceição Moura	Empreendedorismo e Inovação	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
232	Instituto Conceição Moura	Era uma Vez... Brasil	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
233	Instituto Conceição Moura	Escola de música Flor do Mandacaru	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
234	Instituto Conceição Moura	Gestão da Educação	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
235	Instituto Conceição Moura	Jardins da Literatura	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
236	Instituto Conceição Moura	Academia dos Desenhados	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
237	Instituto Conceição Moura	Eu sou um Agente de Transformação	2020	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCCUeOCiaMXjKdHoqAFVHEMA	https://mosaico.gife.org.br/
238	Instituto Conceição Moura	Líderes Educadores	2016	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCCUeOCiaMXjKdHoqAFVHEMA	https://mosaico.gife.org.br/
239	Instituto Conceição Moura	Primeira Infância - Fortalecendo Vínculos	2020	20/02/2021	https://www.youtube.com/channel/UCCUeOCiaMXjKdHoqAFVHEMA	https://mosaico.gife.org.br/
240	Instituto Cooperforte	Cuidado Humanizado para Pessoas Idosas	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
241	Instituto Cooperforte	Beleza que Faz Bem	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
242	Instituto Cooperforte	Capacitando para Autonomia	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
243	Instituto Cooperforte	Formação em produção multimídia e gestão em produção cultural comunitária	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
244	Instituto Cooperforte	Integração ao Mundo do Trabalho	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
245	Instituto Cooperforte	Mercado de Trabalho, Ai Vou Eu	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
246	Instituto Cooperforte	Projeto Trilha do Conhecimento Empreendedor	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
247	Instituto Cooperforte	Projeto Jovem Aprendiz de Caiçó	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
248	Instituto Cooperforte	Projeto Superação 2.0	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
249	Instituto Cooperforte	Projeto Vencer	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
250	Instituto Cooperforte	Qualificando para o desenvolvimento tecnológico	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
251	Instituto Cooperforte	Qualificando Talentos	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
252	Instituto Cooperforte	Rede Extensiva de Aprendizagem	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
253	Instituto Cooperforte	Trilhando Novos Caminhos	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
254	Instituto Cooperforte	Costurando Novos Caminhos	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
255	Instituto Cooperforte	Cozinha e Cidadania e Transformação Social Em Ação	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
256	Instituto CPFL	Programa de Apoio aos CMDCA's	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
257	Instituto CPFL	Programa de Apoio aos CMI's	2013	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
258	Instituto CPFL	PRONON	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
259	Instituto CPFL	Circuito Energia	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
260	Instituto CPFL	Café Filosófico	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
261	Instituto CPFL	Música Contemporânea	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
262	Instituto CPFL	Cine CPFL	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	

(*) Quando o projeto possui apenas uma fonte, essa é a primária. Quando há duas fontes, a fonte primária é o Mosaico Gife.

Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise
(continuação)

Ordem	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Ano de início do projeto	Data de acesso às fontes	Fonte Primária ^(*)	Fonte Secundária
263	Instituto CPFL	Círculo CPFL de Arte e Cultura	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
264	Instituto CPFL	Iniciação de jovens ao atletismo - ORCAMPI	2009	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
265	Instituto CPFL	Relacionamento	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
266	Instituto CPFL	Exposições	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
267	Instituto CPFL	Digital	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
268	Instituto CPFL	Iniciação de jovens à música	2020	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
269	Instituto CPFL	Mês da Cultura China	2018	14/03/2021	https://vimeo.com/292182849	
270	Instituto Cultural Usiminas	Centro Cultura Usiminas	1998	14/03/2021	https://www.institutousiminas.com/espacos-culturais/centro-cultural-usiminas/centro-cultural-usiminas/	
271	Instituto Cultural Usiminas	Teatro Zélia Olga	1994	14/03/2021	https://www.institutousiminas.com/espacos-culturais/teatro-zelia-olga/	
272	Instituto Cultural Usiminas	Espaço Cultural Belo Horizonte	1994	14/03/2021	https://www.institutousiminas.com/o-instituto-localizacao/	
273	Instituto Cultural Usiminas	Espaço Cultural Cubatão	2007	14/03/2021	https://www.institutousiminas.com/o-instituto-localizacao/	
274	Instituto Cyrela	Primeira Infância	2011	14/03/2021	https://instituto.cyrela.org.br/#como-atuamos	
275	Instituto Cyrela	Crianças e Adolescentes	2012	14/03/2021	https://instituto.cyrela.org.br/#como-atuamos	
276	Instituto Cyrela	Jovens	2014	14/03/2021	https://instituto.cyrela.org.br/#como-atuamos	
277	Instituto Ecofuturo	Parque das Néblinas	2004	14/03/2021	http://www.ecofuturo.org.br/	
278	Instituto Ecofuturo	Meu Ambiente	2010	14/03/2021	http://www.ecofuturo.org.br/	
279	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	1999	14/03/2021	http://www.ecofuturo.org.br/	
280	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	2002	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
281	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	2009	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
282	Instituto Embraer	Asas do Bem	2002	14/03/2021	https://institutoembraer.org.br/pt/nossos-programas	
283	Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	2004	14/03/2021	https://institutoembraer.org.br/pt/nossos-programas	
284	Instituto Embraer	Formare	2009	14/03/2021	https://formare.org.br/como-funciona/	
285	Instituto Embraer	Colégios Embraer	2002	14/03/2021	https://institutoembraer.org.br/pt/colégios-embraer	
286	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
287	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
288	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
289	Instituto Estre de educação ambiental	Diálogos e Conhecimentos	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
290	Instituto Estre de educação ambiental	Histórias Para Pertencer ao Mundo	2016	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=R4CJ8Dz6JE	https://mosaico.gife.org.br/
291	Instituto Eurofarma	Matéria Prima	2006	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
292	Instituto Eurofarma	Centro Eurofarma de Enfermagem	2004	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
293	Instituto Eurofarma	Educar para Reciclar	2005	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
294	Instituto Eurofarma	Cursos preparatórios para ENEM e ETEC	2013	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
295	Instituto Eurofarma	Curso de Idiomas (Inglês)	2013	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
296	Instituto Eurofarma	Cursos de Iniciação Profissional (Técnicas Administrativas, Conecta, Link Informática, Design Gráfico, Adm. Finanças e Excel, Marketing e Comunicação e Tecnologia Digital)	2007	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
297	Instituto Eurofarma	Cursos de Qualificação Profissional (Inspetor de Qualidade, Auxiliar de Almoço e Auxiliar de Escritório)	2007	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
298	Instituto Eurofarma	Geração de Renda (Cuidador de Idoso e Aux. Eletrocista)	2018	14/03/2021	https://eurofarma.com.br/instituto-eurofarma/	
299	Instituto Eurofarma	Resíduos em Utilidades (60+ Terceira Idade)	2018	14/03/2021	https://eurofarma.com.br/instituto-eurofarma/	
300	Instituto GM	Desafio AEA de Manufatura Avançada	2020	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
301	Instituto GM	IGM Transforma	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
302	Instituto GM	IGM Acelera	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
303	Instituto GM	IGM Impulsiona	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
304	Instituto GPA	Desafio Conexus	2018	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto-desafio-conexus/	
305	Instituto GPA	Horta Social Urbana	2019	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto-horta-social-urbana/#sobre	
306	Instituto GPA	Projeto Mãos na Massa	2015	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto-maos-na-massa/	
307	Instituto GPA	Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos (NATA)	2009	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto/nata/	
308	Instituto GPA	Programa Sementes	2015	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto/programa-sementes/	
309	Instituto GPA	Academia Assai Bons Negócios	2016	14/03/2021	https://www.academiaassai.com.br/#topo	
310	Instituto GPA	Atitudes Transformadoras	2005	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto/agenda-solidaria/	
311	Instituto GPA	Programa de Música e Orquestra	1999	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto/programa-de-musica-e-orquestra/	
312	Instituto GPA	Prosepar	2014	14/03/2021	http://institutoarpa.org.br/projeto/prosepar/#sobre	
313	Instituto Grupo BIG	Escola Social do Varejo	2009	21/03/2021	https://institugrupobig.com.br/escola-social-do-varejo/	https://mosaico.gife.org.br/
314	Instituto Grupo BIG	Bons Ações	2005	20/02/2021	https://www.instituriunio.com/incentivo-fiscal	https://mosaico.gife.org.br/
315	Instituto Grupo BIG	Voluntariado e Atitudes BIG	2007	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
316	Instituto Grupo Boicatório	Espaços Culturais	2011	23/03/2021	http://www.institutogrupoboticario.org.br/pt/Paginas/default.aspx	
317	Instituto Grupo Boicatório	Projetos Incentivados Sociais	2012	23/03/2021	http://www.institutogrupoboticario.org.br/pt/Paginas/default.aspx	
318	Instituto Grupo Boicatório	Projetos Incentivados de Esporte	2012	23/03/2021	http://www.institutogrupoboticario.org.br/pt/Paginas/default.aspx	
319	Instituto Grupo Boicatório	Projetos Incentivados de Cultura	2011	23/03/2021	http://www.institutogrupoboticario.org.br/pt/Paginas/default.aspx	
320	Instituto Grupo Boicatório	Voluntariado	2019	23/03/2021	https://voluntariosgb.com.br/	
321	Instituto Igú de Sustentabilidade	Aliança "Água + Acesso"	2017	23/03/2021	http://aguamaisacesso.com.br/	
322	Instituto Intercement	Semana do Bebê	2011	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
323	Instituto Intercement	Dia do Bem Fazer	2009	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
324	Instituto Intercement	Voluntariado Continuado	2010	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
325	Instituto Intercement	Biomassas Brasil	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
326	Instituto Intercement	Ser Brincante	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
327	Instituto Intercement	Itapi Recicla	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
328	Instituto Intercement	Plano Municipal de Resíduos Sólidos	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
329	Instituto Intercement	Frutos do Vale	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
330	Instituto Intercement	Inclusão Produtiva	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
331	Instituto Intercement	Escolinha de Futebol Camisa 10	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
332	Instituto Intercement	Musicarte	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
333	Instituto Intercement	Ilha de Direitos	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
334	Instituto Intercement	Escutação	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
335	Instituto International Paper	Escola Formare	2009	23/03/2021	https://institutoaipei.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Relato%CC%81rio-de-Atividades-do-Instituto-AIPL_2019_VF.pdf	
336	Instituto International Paper	Concurso de Redação	1976	23/03/2021	https://institutoaipei.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Relato%CC%81rio-de-Atividades-do-Instituto-AIPL_2019_VF.pdf	
337	Instituto International Paper	Arte na BNCC	2019	23/03/2021	https://institutoaipei.com.br/arte-na-bncc-formacao-online-para-professores-7-154-mil-inscritos/	
338	Instituto Invepar	Cinemaneiro	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
339	Instituto Invepar	Favela Mundo	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
340	Instituto Invepar	Projeto Entre Lugares, terras que pisei, histórias que contei	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
341	Instituto Invepar	Esta Cidade Também é Minha	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
342	Instituto Invepar	Camatera Ecofonia	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
343	Instituto Invepar	Escola Criativa	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
344	Instituto Invepar	Viaduto Cultural	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
345	Instituto Invepar	Fábrica de Cultura / Despertar da Natureza	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
346	Instituto Invepar	A Arte Gerando Renda	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
347	Instituto Invepar	Centro de Ópera Popular de Acari	2005	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
348	Instituto Invepar	Gentilezinha	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
349	Instituto Invepar	Carrosetie	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
350	Instituto Invepar	Tecendo Arte	2011	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
351	Instituto Invepar	Água Fonte da Vida	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
352	Instituto Invepar	Copa Graffiti	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
353	Instituto Invepar	Direitos Humanos em Azulejo	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
354	Instituto Invepar	Biblioteca Estação Leitura	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
355	Instituto Invepar	Livro nas Praças	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
356	Instituto Invepar	Cinepop	2010	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	

(*) Quando o projeto possui apenas uma fonte, essa é a primária. Quando há duas fontes, a fonte primária é o Mosaico Gife.

**Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise
(continuação)**

Ordem	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Ano de início do projeto	Data de acesso às fontes	Fonte Primária ^(*)	Fonte Secundária
357	Instituto Invepar	Percursão da Maré	2013	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
358	Instituto Invepar	Lê para mim	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
359	Instituto Invepar	Eco Redes - Rede Comunitária de Desenvolvimento Socioambiental?	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
360	Instituto Invepar	Seguindo em frente	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
361	Instituto Invepar	Projeto Trânsito Legal - De Olho na Pista	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
362	Instituto Invepar	Afinando o Futuro com Arte	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
363	Instituto JCPM de Compromisso Social	Pré-universitário	2010	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
364	Instituto JCPM de Compromisso Social	Oficinas de Inglês	2010	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
365	Instituto JCPM de Compromisso Social	Parceria Escola João Bezerra	2012	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
366	Instituto JCPM de Compromisso Social	Projetando Meu Futuro	2018	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
367	Instituto JCPM de Compromisso Social	Elevação da Escolaridade	2012	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
368	Instituto JCPM de Compromisso Social	Jovem Aprendiz	2013	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
369	Instituto JCPM de Compromisso Social	Qualificação Profissional e Aperfeiçoamentos	2015	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
370	Instituto JCPM de Compromisso Social	Mundo Digital	2018	23/03/2021	http://jcpm.com.br/	
371	Instituto Julio Simões	Você quer? Você pode!	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
372	Instituto Julio Simões	Julio Cidadão	2007	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
373	Instituto Julio Simões	Gincana Cultural	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
374	Instituto Julio Simões	Natal de Emoções	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
375	Instituto Julio Simões	Na mão certa	2007	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
376	Instituto LafargeHolcim	Associação Ortópoli Barroso - Projeto 360°	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
377	Instituto LafargeHolcim	EducaVida - Fundo EmRede BO	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
378	Instituto LafargeHolcim	Conexão Empreendedora - Fundo EmRede BO	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
379	Instituto LafargeHolcim	Construindo Relações Sustentáveis - Fundo EmRede MOC	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
380	Instituto LafargeHolcim	Comitê de Ação Participativa Barroso	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
381	Instituto LafargeHolcim	Comitê de Ação Participativa Pedro Leopoldo	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
382	Instituto LafargeHolcim	RECOA	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
383	Instituto LafargeHolcim	Transitoflândia	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
384	Instituto LafargeHolcim	FIMP	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
385	Instituto LafargeHolcim	Show de Bola (BO) - Incentivo Fiscal	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
386	Instituto LafargeHolcim	Programa de Encadeamento Produtivo	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
387	Instituto Lina Galvani	Desenvolvimento Comunitário	2018	23/03/2021	http://www.linagalvani.org.br/blog/	
388	Instituto Lojas Renner	Empoderamento de Mulheres	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
389	Instituto Lojas Renner	Desenvolvimento de Comunidades	2015	23/03/2021	https://www.institutolojasrenner.org.br/pt_br/projetos/desenvolvimento-de-comunidades/	
390	Instituto Natura	Educação para as Consultoras de Beleza Natura	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
391	Instituto Natura	Escola em Tempo Integral	2011	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
392	Instituto Natura	Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
393	Instituto Neoenergia	Programa de Iluminações	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
394	Instituto Neoenergia	Programa Internacional de Bolsas de Estudo	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
395	Instituto Neoenergia	Flyways	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
396	Instituto Neoenergia	Eco-cidadão: construindo um futuro sustentável	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
397	Instituto Net Claro Embratel	18ª Semana de Engenharia da Universidade Federal Fluminense	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
398	Instituto Net Claro Embratel	AACD / TELETON	2017	20/02/2021	https://www.institutonetclaroembratel.org.br/?s=teleton	https://mosaico.gife.org.br/
399	Instituto Net Claro Embratel	Campus Mobile	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
400	Instituto Net Claro Embratel	Claro Recicla	2008	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
401	Instituto Net Claro Embratel	Educonexão	2011	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
402	Instituto Net Claro Embratel	Pé de Pincha	2008	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
403	Instituto Net Claro Embratel	UNICEF - Distensão Idade-Série	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
404	Instituto Net Claro Embratel	Ação Social pela Música	2010	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=XHjOAW4TA00&feature=emb_title	https://mosaico.gife.org.br/
405	Instituto Net Claro Embratel	Dupla Escola - Colégio Hebe Camargo	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
406	Instituto Positivo	Implantação de ADEs - Arranjos de desenvolvimento da Educação	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
407	Instituto Positivo	Produção de conhecimento sobre ADES	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
408	Instituto Purnaná	Fortalecimento da Gestão Pública	2016	24/03/2021	http://www.institutopurnana.com.br/projetos/plano-diretor/	
409	Instituto Purnaná	Educação	2018	24/03/2021	http://www.institutopurnana.com.br/projetos/educando/	
410	Instituto Purnaná	Cré-SER	2018	24/03/2021	http://www.institutopurnana.com.br/projetos/cre-ser/	
411	Instituto Purnaná	Plano de Turismo	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
412	Instituto Sabin	InovaSocial	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
413	Instituto Sabin	Fortalecimento do campo de negócios de impacto	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
414	Instituto Sabin	Enzima Lab	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
415	Instituto Sabin	Ludoteca	2008	24/03/2021	https://institutosabin.org.br/site/category/videos/	
416	Instituto Sabin	Saúde +	1999	24/03/2021	https://institutosabin.org.br/site/category/videos/	
417	Instituto Sicoob	Cooperativa Mirim	2012	24/03/2021	https://www.institutosicoob.org.br/	
418	Instituto Sicoob	Cooperjovem	2012	24/03/2021	https://www.institutosicoob.org.br/	
419	Instituto Sicoob	Se Liga Finanças	2017	24/03/2021	https://www.institutosicoob.org.br/	
420	Instituto Sicoob	Clínicas Financeiras	2017	24/03/2021	https://www.institutosicoob.org.br/	
421	Instituto Sicoob	Expresso Instituto Sicoob	2014	24/03/2021	https://www.institutosicoob.org.br/	
422	Instituto Sicoob	Concurso Cultural Cooperativista	2011	24/03/2021	https://www.institutosicoob.org.br/	
423	Instituto Sicoob	Educação Financeira	2009	24/03/2021	https://www.institutosicoob.org.br/	
424	Instituto Souza Cruz	Novos Rurais	2012	20/02/2021	http://www.institutosouzacruz.org.br	https://mosaico.gife.org.br/
425	Instituto Souza Cruz	Programa Decolla Jovem	2019	20/02/2021	http://www.institutosouzacruz.org.br	https://mosaico.gife.org.br/
426	Instituto Triunfo	Seguranças no trânsito	2015	24/03/2021	https://www.institutotriunfo.com/atuacao	
427	Instituto Triunfo	Programa na Mão Certa	2015	24/03/2021	https://www.institutotriunfo.com/atuacao	
428	Instituto Triunfo	Agentes de Proteção	2018	24/03/2021	https://www.institutotriunfo.com/atuacao	
429	Instituto Triunfo	Destinações Fiscais	2015	20/02/2021	https://www.institutotriunfo.com/incentivo-fiscal	https://mosaico.gife.org.br/
430	Instituto Triunfo	Educação para a Sustentabilidade	2019	24/03/2021	https://www.institutotriunfo.com/educacaoparasustentabilidade	
431	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	2007	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
432	Instituto Unibanco	Gestão Escolar para Equidade: Juventude Negra	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
433	Instituto Unibanco	Gestão Escolar para Equidade: Elas Nas Exatas	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
434	Instituto Unibanco	Ensino Médio Inclusivo	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
435	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	2009	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
436	Instituto Vedacit	Parquet Ribeiro Preto	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
437	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	2009	20/02/2021	http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/apoio-a-gestao-publica-app/	https://mosaico.gife.org.br/
438	Instituto Votorantim	Cultura	2002	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
439	Instituto Votorantim	Empreendedorismo	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
440	Instituto Votorantim	Engajamento e Diálogo	2008	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
441	Instituto Votorantim	Estudos, Diagnósticos, Avaliações	2002	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
442	Instituto Votorantim	Esporte	2002	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
443	Instituto Votorantim	Grupo de Participação Comunitária	2011	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
444	Instituto Votorantim	Qualificação de Organizações	2011	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	

(*) Quando o projeto possui apenas uma fonte, essa é a primária. Quando há duas fontes, a fonte primária é o Mosaico Gife.

Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise
(continuação)

Ordem	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Ano de início do projeto	Data de acesso às fontes	Fonte Primária ^(*)	Fonte Secundária
445	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	2009	20/02/2021	http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/programa-redes/	https://mosaico.gife.org.br/
446	Instituto Votorantim	VIA - Votorantim pela infância e adolescência	2006	20/02/2021	http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/votorantim-pela-infancia-e-adolescencia/	https://mosaico.gife.org.br/
447	Instituto Votorantim	Voluntariado	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
448	Instituto Votorantim	Outros	2002	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
449	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	2008	24/03/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
450	InsttuDiageo	Learning for Life	2019	24/02/2021	https://www.diageoacademy.com/pt_br/treinamento/learning-for-life-br/	
451	ISA CTEEP	33a Bienal	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
452	ISA CTEEP	Onça Pintada Jaguar Parade São Paulo	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
453	ISA CTEEP	Grupos Jovens na Música	2010	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
454	ISA CTEEP	Festival Semear	2020	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
455	ISA CTEEP	Circuito Cultural Cinema na Escola	2010	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
456	ISA CTEEP	Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa	2011	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
457	ISA CTEEP	Amparo ao Idoso	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
458	ISA CTEEP	Programação em Ação	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
459	ISA CTEEP	Atendimento médico	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
460	ISA CTEEP	Com Fermento e Afeto - Fortalecimento de Vínculos	2020	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
461	ISA CTEEP	Vivendo a Cura	2020	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
462	ISA CTEEP	Conexão Jaguar	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
463	ISA CTEEP	Programa de Capacitação Profissional - Casa do Moínho	2011	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=IwdqJzMLnoQ	https://mosaico.gife.org.br/
464	ISA CTEEP	Preparando Jovens para o Mercado de Trabalho	2012	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
465	ISA CTEEP	Voz da Comunidade	2013	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
466	ISA CTEEP	Polo Esportivo Gerando Falções	2017	20/02/2021	https://gerandofalcoes.com/	https://mosaico.gife.org.br/
467	ISA CTEEP	Projeto Rede Núcleos Núcleo Jardim São Luiz	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
468	ISA CTEEP	Finn Brasil	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
469	ISA CTEEP	Projeto ABDA Natação Paralímpica Ano 2	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
470	ISA CTEEP	Tratamento em metástases cervicais do carcinoma de tireoide por ablação térmica percutânea guiada por ultrassonografia	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
471	ISA CTEEP	Curso de Aperfeiçoamento em Confeção e Manutenção de Prótese de Membros Inferiores, Órteses Suropodicas Fixa e Articulada e Manutenção em Meios de Locomoção	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
472	ISA CTEEP	Estudo do Tratamento Funcional da Dor Incapacitante Decorrente da Osteartrose de Joelho em Programa do Sistema Único de Saúde	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
473	ISA CTEEP	Radioterapia em Tempo Adequado para pacientes com Câncer no Hospital Santa Marcelina	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
474	ISA CTEEP	Amigões da Energia	2012	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=Hqg706eFKBs	https://mosaico.gife.org.br/
475	JP Morgan	Empreendedorismo negro no Brasil	2019	20/02/2021	https://gife.org.br/estudo-da-pretahub-mapeia-tres-perfis-de-empreendedores-negros-no-brasil/	https://mosaico.gife.org.br/
476	JP Morgan	Programa de Formação em Gestão	2002	20/02/2021	https://ficas.org.br/	https://mosaico.gife.org.br/
477	Laudes Foundation	Organizational Networks Effectiveness	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
478	Laudes Foundation	Justiça de Gênero	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
479	Laudes Foundation	Algodão Sustentável	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
480	Laudes Foundation	Moda Circular	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
481	Laudes Foundation	Melhores Condições de Trabalho	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
482	Laudes Foundation	Trabalho Forçado / Imigrantes	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
483	Laudes Foundation	Fortalecimento de Comunidades	1991	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
484	Mattos Filho Advogados	mova - programa de voluntariado corporativo do Mattos Filho	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
485	Mattos Filho Advogados	Prática 100% pro bono	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
486	Monsanto/Bayer	Catavento Cultural	2013	24/03/2021	https://www.bayer.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/	
487	Monsanto/Bayer	Prêmio Jovem Farmacêutico	2008	20/02/2021	https://www.bayer.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/	
488	Monsanto/Bayer	IBETAA	2012	24/03/2021	https://ibetaa.org.br/	
489	Monsanto/Bayer	Projeto Medição	2000	24/03/2021	http://projetomedicao.com.br/	
490	Monsanto/Bayer	Reforço Alimentar	2015	24/03/2021	https://www.bayer.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/	
491	Monsanto/Bayer	Inocentes de Belland Roxo	2012	24/03/2021	https://www.bayer.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/	
492	Monsanto/Bayer	Projeto Cão-Guia	2001	24/03/2021	https://www.bayer.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/	
493	Monsanto/Bayer	Olimpíadas da Cidadania	1995	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
494	Monsanto/Bayer	Escola de futebol	1993	24/03/2021	https://www.bayer.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/	
495	Monsanto/Bayer	Escola Verde	2006	20/02/2021	https://www.bayer.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/	https://mosaico.gife.org.br/
496	Oi Futuro	Labora	2017	24/03/2021	https://oifuturo.org.br/programas/labora/	
497	Oi Futuro	LabSônica	2017	24/03/2021	https://oifuturo.org.br/programas/labsonica/#faq	
498	Oi Futuro	NAVE - Núcleo Avançado em Educação	2007	24/03/2021	https://oifuturo.org.br/programas/nave/	
499	Oi Futuro	Oi Kabum! LAB	2015	24/03/2021	https://oifuturo.org.br/programas/oi-kabum-lab/	
500	Pinheiro Neto Advogados	Liga Solidária - Cultura de Paz para Crianças e Adolescentes	2018	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
501	Pinheiro Neto Advogados	Verdescola- Núcleo Socioeducativo e Gerando amanhã	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
502	Pinheiro Neto Advogados	Instituto Apoiá - Programa de bolsas para reforço educacional	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
503	Pinheiro Neto Advogados	Vocação - Autonomia Juvenil	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
504	Pinheiro Neto Advogados	Instituto Rodrigo Steinberg - Oficinas de Robótica e Empreendedorismo	2013	24/03/2021	http://irs.org.br/	
505	Pinheiro Neto Advogados	Vocação Cultural 2019	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
506	Pinheiro Neto Advogados	Parceiros da Educação - Projeto de Contratumo escolar	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
507	Pinheiro Neto Advogados	TUCCA - Concertos Internacionais 2019	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
508	Pinheiro Neto Advogados	Vocação - Cré-Ser	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
509	Pinheiro Neto Advogados	Vocação - Mentoring	2018	27/03/2021	https://www.vocacao.org.br/mentoria-voluntaria/	
510	Pinheiro Neto Advogados	Projeto Amigos do Guri/Polo Mairinque	2019	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
511	Pinheiro Neto Advogados	Projeto Amigos do Guri/ Polo Regional de Sorocaba	2018	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
512	Pinheiro Neto Advogados	Tratamento Metástase Cervicais Carcinoma de Tireoide por ablação térmica guiada Usonografia	2017	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
513	Pinheiro Neto Advogados	Hospital do Câncer - Amparo ao Idoso	2016	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
514	Pinheiro Neto Advogados	Hospital do Câncer - Projeto Bella Vita	2017	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
515	Pinheiro Neto Advogados	Hospital Pequeno Príncipe - Laboratório de diagnóstico Neuromuscular	2013	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
516	Pinheiro Neto Advogados	Marcadores para resposta Terapêutica Leucemia	2013	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
517	Pinheiro Neto Advogados	IMBRA - Copa Paulista de Futebol Social	2019	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
518	Pinheiro Neto Advogados	Lar das Crianças CIP - Tocar o Lar com Arte	2017	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
519	Pinheiro Neto Advogados	Atendimento Jurídico gratuito	2013	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
520	Pinheiro Neto Advogados	Alfisol Alfabetização Solidária	2004	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
521	Pinheiro Neto Advogados	APAF - Projeto Maria Bonita	2014	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	

(*) Quando o projeto possui apenas uma fonte, essa é a primária. Quando há duas fontes, a fonte primária é o Mosaico Gife.

Anexo 1: Conjunto total de projetos desenvolvidos pelas empresas, fundações e institutos considerados na análise (conclusão)

Ordem	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Ano de início do projeto	Data de acesso às fontes	Fonte Primária ^(*)	Fonte Secundária
522	Pinheiro Neto Advogados	Lar benção Divina- Inclusão de novas oficinas de Artes e Teatro	2017	27/03/2021	https://www.pinheironeto.com.br/pages/escritorio.aspx#responsabilidade_social	
523	Raiadrogasil	Programas de Arrecadação de Fundos junto a clientes	2006	27/03/2021	https://www.rd.com.br/sustentabilidade/investimento-social/	
524	Roche Químicos e Farmacêuticos S.A	Palco	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
525	Roche Químicos e Farmacêuticos S.A	Instituto Esporte e Educação	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
526	Roche Químicos e Farmacêuticos S.A	CDRA	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
527	Roche Químicos e Farmacêuticos S.A	Reinventar	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
528	Roche Químicos e Farmacêuticos S.A	SAS Brasil	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
529	Roche Químicos e Farmacêuticos S.A	Liga Voluntária	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
530	Santander	Cultura e Patrocínios	Não informado	27/03/2021	https://www.santander.com.br/institucional-santander/cultura	
531	Santander	Amigo de Valor	2002	27/03/2021	https://www.santander.com.br/sustentabilidade/sociedade/amigo-de-valor	
532	Santander	Parceiro do Idoso	2013	27/03/2021	https://www.santander.com.br/sustentabilidade/sociedade/parceiro-do-idoso	
533	Santander	Parceiros em Ação	2018	27/03/2021	https://www.santander.com.br/sustentabilidade/sociedade/parceiros-em-acao	
534	Serasa Experian	Compensação de CO2	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
535	Serasa Experian	Sonhos Reais	2009	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
536	Serasa Experian	Crescer e Vencer	2014	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
537	Serasa Experian	Semana do Voluntariado	2000	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
538	Serasa Experian	Educação Financeira Itinerante	2017	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=vs6i54JH3g	https://mosaico.gife.org.br/
539	Serasa Experian	Aliança São Carlos	2017	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
540	SITAWI Finanças do Bem	Inteceleri	2013	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=KJMkWX5jIU	https://mosaico.gife.org.br/
541	SITAWI Finanças do Bem	UPSAúde	2018	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=JbTLwPILZ4	https://mosaico.gife.org.br/
542	SITAWI Finanças do Bem	Status4	2016	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=CCvWRLGVTY	https://mosaico.gife.org.br/
543	SITAWI Finanças do Bem	NaKau	2017	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=iwe-ynG89uI	https://mosaico.gife.org.br/
544	SITAWI Finanças do Bem	Egalité	2010	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
545	SITAWI Finanças do Bem	CIES	2008	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
546	SITAWI Finanças do Bem	Orgânicos in Box	2014	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=-_Mx_IN2cyBA	https://mosaico.gife.org.br/
547	SITAWI Finanças do Bem	COEX Carajás	2008	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=wqj5rhcgP8	https://mosaico.gife.org.br/
548	SITAWI Finanças do Bem	Prática Engenharia	2017	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=p3PuqXFPs5A	https://mosaico.gife.org.br/
549	SITAWI Finanças do Bem	OKA Sucos	2018	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=33Lm3xjC1o	https://mosaico.gife.org.br/
550	SITAWI Finanças do Bem	TUCUM	2009	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=tzDcxrjHUV	https://mosaico.gife.org.br/
551	SITAWI Finanças do Bem	Estúdio Flume	2015	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
552	SITAWI Finanças do Bem	Adlere	1990	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
553	SITAWI Finanças do Bem	Ádima Educação	2010	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
554	SITAWI Finanças do Bem	Cooperativa Ser do Sertão	2008	20/02/2021	https://www.youtube.com/watch?v=JmQVypPKQHM	https://mosaico.gife.org.br/
555	TIM Brasil	Academic Working Capital	2015	20/02/2021	https://institutoim.org.br/project/academic-working-capital/	https://mosaico.gife.org.br/
556	TIM Brasil	Bolsas Instituto TIM - OBMEP	2015	20/02/2021	https://institutoim.org.br/project/bolsas-il-obmep/	https://mosaico.gife.org.br/
557	TIM Brasil	Garatá-ISS	2018	20/02/2021	https://institutoim.org.br/project/garata-iss/	https://mosaico.gife.org.br/
558	TIM Brasil	Bateria do Instituto TIM	2010	20/02/2021	https://institutoim.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Relatorio-de-Atividades-2019-Instituto-TIM.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
559	TIM Brasil	O Círculo da Matemática do Brasil	2013	20/02/2021	https://institutoim.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Relatorio-de-Atividades-2019-Instituto-TIM.pdf	https://mosaico.gife.org.br/
560	Tv Globo	Qualidade de Vida e Esporte	1991	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
561	Tv Globo	Defesa de Direitos	2016	20/02/2021	https://mosaico.gife.org.br/	
562	Tv Globo	Direitos Humanos: Criança Esperança	2004	20/02/2021	https://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/	https://mosaico.gife.org.br/
563	Tv Globo	Direitos Humanos: Respeito	2019	20/02/2021	https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/respeito/	https://mosaico.gife.org.br/
564	Tv Globo	Educação	2013	20/02/2021	https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/educacao/	https://mosaico.gife.org.br/
565	Tv Globo	Geração do Amanhã	2019	20/02/2021	https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/eu-sou-geracao-do-amanha/	https://mosaico.gife.org.br/
566	Tv Globo	Juventude	1999	20/02/2021	https://redeglobo.globo.com/globouniversidade/	https://mosaico.gife.org.br/
567	Tv Globo	Sustentabilidade Ambiental	2015	20/02/2021	https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/menos-e-mais/	https://mosaico.gife.org.br/

(*) Quando o projeto possui apenas uma fonte, essa é a primária. Quando há duas fontes, a fonte primária é o Mosaico Gife.

Anexo 2 - Projetos com suas características e seu impacto sobre a agenda de sustentabilidade urbana

Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Descrição	Quantidade de indicadores impactados	Gestão de resíduos sólidos		Água		Qualidade do Ar	Mitigação da mudança climática	Uso do solo/ordenamento territorial	Mobilidade / transporte	Mercado Laboral	Segurança	Saúde		Educação	Impostos e autonomia financeira	
				Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	Consumo anual de água per capita	Água não contabilizada							Concentração de material particulado (MP 10)	Emissões de GEE per capita			Áreas verdes por 100.000 habitantes
Accenture	Consultoria Probono	Aplicamos nosso conhecimento em gestão, tecnologia e estratégia para transformar as ONGs e escalar nosso impacto. No FY19, foram mais de 15 mil horas gratuitas investidas na transformação das organizações sociais e no desenvolvimento de soluções de tecnologia aplicadas à inovação social.	0															
B3 Social	Associação Profissionalizante	Criada em 1996, a Associação Profissionalizante (AP) atende jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que residem na periferia da capital de São Paulo e em municípios da Grande São Paulo, visando à inclusão social e redução da desigualdade, por meio de cursos profissionalizantes. Em todos os programas, há módulos de formação para a cidadania que incluem conteúdos de aspectos socioculturais, socioemocionais, cognitivos e não cognitivos com uma proposta pedagógica voltada para as boas práticas educacionais tendo como base os quatro pilares da Educação da Unesco e transversalmente é desenvolvida a agenda 2030 promulgada pela ONU com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).	1									X						
B3 Social	Em Ação	Criado em 2010, o programa Em Ação foi estruturado para promover e apoiar o engajamento de funcionários, estagiários, prestadores de serviços da B3, e seus familiares, em ações sociais voluntárias na comunidade. Além de oferecer oportunidades de atuação em projetos e iniciativas do Instituto, o programa busca reconhecer as diferentes escolhas e valorizar ações que já são desenvolvidas pelos funcionários. O programa desperta o interesse nessa participação e no exercício da cidadania por aqueles que ainda não tiveram experiência de voluntariado ou de atuação na área social. A principal ferramenta do programa é o site Em Ação.	0															
Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP)	Escola de Enfermagem São Joaquim	Escola que mantém cursos gratuitos. Formou 4.022 profissionais desde 1959, quando obteve autorização pelo MEC para iniciar suas atividades.	1									X						
Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	O Programa Bolsa Floresta (PBF) é uma iniciativa pioneira que tem por objetivo recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações ribeirinhas do Amazonas, responsáveis pela manutenção dos serviços ambientais prestados pela floresta. É implementado em 16 Unidades de Conservação (UC) estaduais de uso sustentável criadas no Amazonas. O PBF é uma política pública do Governo do Amazonas, teve sua implementação iniciada em setembro de 2007 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), à época denominada Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), e a partir de março de 2008, pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o que possibilitou a ampliação das atividades e atribuiu caráter construtivo e participativo em seus processos decisórios.	2							X		X						
Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Investimento em oficinas, formações, estruturas e equipamentos. São 13 cadeias produtivas prioritárias: manejo florestal e de lagos, produção de farinha, guaraná, banana, açaí, óleos vegetais, cacau, castanha, agricultura familiar, bem como apoio ao desenvolvimento do turismo e artesanato.	1									X						
Bradesco	Floresta em pé: Empoderamento	As ações de empoderamento buscam fortalecer as organizações sociais de base comunitária, estimulando a consolidação das atuais e futuras lideranças ribeirinhas moradoras de Unidades de Conservação (UC). A FAS tem parceria formal com 14 associações-mãe, que são capacitadas e fortalecidas com estrutura, apoio institucional e operacional.	0															
Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Investe em infraestrutura comunitária para a disponibilidade de água, energia, espaços comunitários - centros sociais, igrejas - transporte de emergência - ambulâncias e comunicação.	5	X		X	X							X	X			
Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	Tem o objetivo de articular e viabilizar um conjunto de ações, projetos e iniciativas para promover o acesso à educação de qualidade, formação profissionalizante, através dos Núcleos de Conservação e Sustentabilidade, escolas construídas pela FAS dentro das unidades de conservação.	2									X				X		
Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Tem o objetivo de promover cidadania e proporcionar acesso à informática, música, esporte e lazer por meio de cursos, além de orientações básicas de cidadania e atendimentos de saúde. As atividades do programa atendem gratuitamente jovens entre sete e 17 anos, numa parceria com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).	1													X		
Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Busca desenvolver negócios sustentáveis de base comunitária em Unidades de Conservação (UC). São ações para o estímulo da produção sustentável e formação de empreendedores, definidas a partir de decisões participativas que se baseiam nas necessidades do cenário amazônico e possíveis soluções.	1									X						
Bradesco	Programa Bradesco Esporte e Educação	Com mais de 30 anos, oferece, por meio do ensino de vôlei e basquete femininos, o esporte como atividade de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens. Promove a saúde e a valorização de talentos em todas as escolas da Fundação Bradesco, centros esportivos municipais, escolas estaduais e particulares e em seu Centro de Desenvolvimento Esportivo, todos em Osasco (SP). Cerca de 1,5 mil meninas, a partir dos 8 anos, são atendidas anualmente nos Núcleos de Formação e de Especialistas. Para participar, é preciso estar matriculada no ensino regular. As participantes recebem orientação cidadã, como prevenção ao uso de drogas e à gravidez indesejada, e aquelas que integram os Núcleos de Especialistas contam com plano de saúde, transporte, alimentação e bolsa-auxílio, entre outros benefícios.	0															
Fundação Alphaville	Programa Jovem Sustentável - Cidadania Digital	O PIS - Cidadania Digital se utiliza de capacitação gratuita voltada para o desenvolvimento de competências técnicas, pessoais e sociais dos jovens, além de curso de educação ambiental a partir do contato com o Rio Pacoti, um dos patrimônios ambientais da região, para que os adolescentes conheçam sua história, os ativos de seu território e sejam capazes de construir novas perspectivas de vida e carreira, tendo como foco seu protagonismo social.	2			X			X									
Fundação Alphaville	Centro de Educação Ambiental (CEA) Jacuby	O Centro de Educação Ambiental foi construído para ser um verdadeiro ponto de referência em inteligência para sustentabilidade em Serra - ES. Por sua arquitetura sustentável e localização privilegiada, o centro de 345 m2 se tornou sede da Área de Proteção Ambiental Manguzeal Sul.	0															
Fundação Alphaville	Centro de Educação para Sustentabilidade (CES) Alphaville	Em parceria com a prefeitura, o Centro foi construído com tecnologias sustentáveis (energia solar, biodigestor, energia eólica) e com arquitetura voltada para a bioconstrução, com melhor aproveitamento dos recursos naturais e menor descarte de resíduos. Foram utilizados materiais de baixo impacto ambiental, como paredes de tijolos ecológicos, entre outras técnicas de arquitetura com barro, pisos feitos com restos de cerâmica e pneus reciclados, vidros reciclados, tinta natural, telhado coberto por vegetação e estrutura de bambu. Além disso, o espaço possui um conteúdo programático voltado para o complemento das aulas do ensino formal à população, com demonstrações e exemplos práticos e teóricos.	2	X	X													
Fundação Alphaville	Cooperativa Unindo Forças	A Unindo Forças é uma Cooperativa de artesanato em marcenaria que acredita que podemos ter uma vida mais sustentável por isso reaproveitamos madeiras no desenvolvimento de seus produtos. Tem por objetivo gerar renda, contribuir com o meio ambiente e com a comunidade, por meio da utilização de madeiras encontradas pelas ruas e terrenos, transformando pallets em lindas peças decorativas, oferecendo para a sociedade essas formas sustentáveis de decoração.	1									X						

Anexo 2 - Projetos com suas características e seu impacto sobre a agenda de sustentabilidade urbana (continuação)

Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Descrição	Quantidade de indicadores impactados	Gestão de resíduos sólidos		Água		Qualidade do Ar	Mitigação da mudança climática	Uso do solo/ordenamento territorial	Mobilidade / transporte	Mercado Laboral		Segurança	Saúde		Educação	Impostos e autonomia financeira	
				Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	Consumo anual de água per capita	Água não contabilizada					Concentração de material particulado (MP 10)	Emissões de GEE per capita		Áreas verdes por 100.000 habitantes	Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes			Taxa de desemprego (média anual)
Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	A Fundação Toyota do Brasil em parceria com prefeituras, em especial das cidades onde a montadora tem unidade fabril, promove o Projeto Ambientação, que tem foco na redução de consumo de recursos naturais e gestão de resíduos. A ação consiste em disseminar práticas sustentáveis realizadas na Toyota utilizando a metodologia TBP (Toyota Business Practices). O objetivo é desenvolver projetos que promovam a educação em questões ambientais como o consumo consciente de recursos naturais (água e energia elétrica) e o gerenciamento de resíduos dentro de prédios públicos, organizações não governamentais e na comunidade.	2			X													
Fundação Vale	PESC	O Programa Empreendedorismo Social Comunitário (PESC) é uma iniciativa de apoio a negócios sociais, direcionada a localidades com potencial empreendedor ainda incipiente. A partir de um diagnóstico são definidas as ações do projeto que envolvem cursos de modelagem de negócios, assessoria técnica e a incubação dos grupos selecionados, além da realização de fóruns ampliados para discussão do tema empreendedorismo. A partir do diagnóstico do Perfil Empreendedor da Comunidade, o programa promove ações como Fóruns de Empreendedorismo Social (ciclo de encontros para abordagem de temas como empreendedorismo, marketing, gestão financeira, trabalho em rede, associativismo, negociação e atendimento ao cliente), cursos de modelagem de negócios e assessoria técnica aos empreendedores. A iniciativa inclui ainda a pré-incubação de empreendimentos de maior potencial socioprodutivo.	1									X							
Fundação Vale	AGIR	O Programa de Apoio à Geração e Incremento de Renda (AGIR) é uma tecnologia social que apoia o desenvolvimento de negócios sociais, por meio da prospecção, formação empreendedora, incubação e aceleração de empreendimentos. O programa prevê ainda investimento direto (capital semente) em infraestrutura produtiva e equipamentos. As ações são dirigidas tanto a associações, cooperativas e grupos produtivos informais como a empreendedores familiares e individuais. Por meio do programa, que possui duração de 24 meses, os empreendimentos recebem capacitação, assessoria técnica e mentoria em gestão financeira, governança, formalização, produção e comercialização, buscando se tornarem sustentáveis.	1										X						
Fundação Vale	Museu Vale	O Museu Vale é um espaço de preservação e difusão dos registros que contabilizam mais de cem anos de história da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Também se tornou ao longo dos anos em um centro de excelência de mostras de arte contemporânea, através de um espaço dedicado a exposições de artistas consagrados e jovens talentos, promovendo o intercâmbio, reflexão sobre a arte e de sensibilização de novos públicos	0																
Fundação Volkswagen	Costurando o Futuro	Nosso papel é articular e compartilhar conhecimento para o desenvolvimento pessoal e profissional desses empreendedores, para que estejam prontos para atenderem as demandas do mercado com eficiência.	1									X							
Fundação Volkswagen	Pró-Educar Brasil	A Fundação Volkswagen proporciona bolsas de estudos para a formação universitária de professores da rede pública que ainda não têm diploma de Ensino Superior.	1									X							
Fundação Volkswagen	Volkswagen na Comunidade	Por meio do concurso Volkswagen na Comunidade, capacitamos e premiamos organizações sociais promotoras do desenvolvimento comunitário. Todas elas são selecionadas a partir da indicação dos colaboradores da empresa. Dessa maneira, colaboradores, organizações sociais comunitárias e a Fundação Volkswagen trabalham juntos para gerar mais desenvolvimento.	0																
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Furnas Social	Seleção de projetos de organizações da sociedade civil por meio de edital, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas comunidades localizadas em áreas de atuação da Empresa, focando no desenvolvimento sustentável das comunidades afetadas pelas suas operações.	1									X							
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	O projeto é itinerante e percorre escolas públicas de municípios, buscando despertar a consciência dos jovens para questões como cidadania, sustentabilidade, respeito e tolerância.	1									X							
Gerdau	Junior Achievement	O JA Startup, projeto da Junior Achievement em parceria com a StartSe e Gerdau, tem como objetivo transformar a sala de aula em uma incubadora de startups para desenvolver o mindset empreendedor presente na nova economia. Como resultado, os jovens criaram suas startups e apresentaram para uma banca formada por agentes locais do ecossistema de startups.	1									X							
Grupo Fleury	Projeto Voluntários do Sertão	Tem foco em promoção da assistência social, saúde, segurança alimentar e a promoção do voluntariado com acompanhamento dos indicadores de transformação social no sertão da Bahia. Veja o vídeo da última edição do projeto.	2												X	X			
Grupo Fleury	Projeto Pescar	Promove a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade social do Rio Grande do Sul no mercado de trabalho. Aulas teóricas e práticas são utilizadas com o objetivo de capacitá-los. É um programa de formação socioprofissionalizante desenvolvido pela Fundação Projeto Pescar, em parceria com a sua rede colaborativa, para o acesso de jovens de baixa renda ao mundo do trabalho.	1									X							
Instituto 3M	Prêmio Instituto 3M para Estudantes Universitários	O Prêmio Instituto 3M para Estudantes Universitários, que já reconheceu sete iniciativas desenvolvidas para melhorar as condições de vida de uma comunidade de forma simples e inovadora, é uma oportunidade para colaborar com a expansão dos trabalhos dos alunos também fora do ambiente da faculdade, estimulando o empreendedorismo dos jovens. Diferente de outros concursos da área, o Prêmio do Instituto 3M não se encerra na premiação. Afinal, o aluno, ao ser escolhido como vencedor, recebe o valor de R\$ 50 mil para implementar o projeto, que precisa apresentar a viabilidade técnico-financeira para plano de execução em 12 meses.	0																
Instituto 3M	Campanhas	A campanha acontece nas unidades de Sumaré, Manaus, Ribeirão Preto, Itapetininga e São José do Rio Preto entre novembro e dezembro, o instituto arrecada, dos voluntários 3M, uma peça de roupa nova e um brinquedo novo, além disso o Instituto doa um par de calçados para cada criança. Em 2018, mais de 1020 crianças receberam uma sacola completa com os presentes.	0																
Instituto 3M	Nosso Planeta Nossa Casa	O projeto é uma parceria entre a Junior Achievement e o Instituto 3M para conscientizar as crianças de Sumaré, Americana, Hortolândia, Ribeirão Preto e Itapetininga sobre a importância da sustentabilidade e do consumo consciente. O principal ponto abordado em sala de aula é o compromisso do cidadão na sociedade com a preservação do meio ambiente.	0																
Instituto 3M	Massa do Bem	Vencedora do Prêmio 3M, o Projeto Massa do Bem consiste em uma receita de uma cumbuca de pão nutritiva e saudável que garante a alimentação de uma pessoa por um dia inteiro e possui custo de produção de apenas 50 centavos. A cumbuca de pão é distribuída junto com uma sopa, produzida por voluntários de associações parceiras, a pessoas em situação de rua.	1												X				

Anexo 2 - Projetos com suas características e seu impacto sobre a agenda de sustentabilidade urbana (continuação)

Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Descrição	Quantidade de indicadores impactados	Gestão de resíduos sólidos		Água		Qualidade do Ar	Mitigação da mudança climática	Uso do solo/ordenamento territorial	Mobilidade / transporte	Mercado Laboral	Segurança	Saúde			Educação	Impostos e autonomia financeira
				Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	Consumo anual de água per capita	Água não contabilizada							Concentração de material particulado (MP 10)	Emissões de GEE per capita	Áreas verdes por 100.000 habitantes		
Instituto Claro	Pé de Pincha	Pé-de-Pincha é um projeto de preservação e conservação das populações de quelônios em municípios do Amazonas e do Pará. Apoiado pelo Instituto Claro, o projeto foi criado por moradores de Terra Santa, no Pará, e pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas. Além de auxiliar na preservação das tartarugas, o Pé-de-Pincha realiza trabalhos sociais para sensibilizar a população sobre as causas ambientais. A ação conta, também, com atividades lúdicas e intervenções que estimulam a educação ambiental para crianças.	0															
Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	O Coletivo Jovem é um programa que tem como objetivo inspirar e empoderar jovens de 16 a 25 anos, moradores de comunidades urbanas de baixa renda, por meio da capacitação e desenvolvimento profissional, valorização da autoestima e conexão com novas oportunidades de geração de renda.	1									X						
Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	O programa Caminhos para a Cidadania é uma iniciativa sócio educacional que leva ensinamentos e reflexões sobre segurança no trânsito, cidadania e proteção ambiental aos alunos dos 4ºs e 5ºs anos das redes públicas de ensino. O Programa oferece material didático, capacitação aos professores e atividades complementares como apresentações teatrais, blitzes educativas e campanhas como: Caminhos da Cidadania e Caminhos, Artes e Cidadania.	1								X							
Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Atentas às dificuldades do caminhoneiro em cuidar da saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como sono e automedicação, as concessionárias CCR NovaDutra, CCR RodoSul, CCR AutoBan, CCR Via Oeste e CCR RodoAnel realizam o programa Estrada para a Saúde. O programa é realizado pelas concessionárias do Grupo CCR e oferece acompanhamento contínuo e gratuito aos caminhoneiros, por meio de exames médicos, tratamento odontológico e outros serviços para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar.	1								X							
Instituto CPFL	Café Filosófico	Série de encontros sobre variados temas da contemporaneidade, com o objetivo de discutir dilemas do mundo atual. Os encontros são gravados, transmitidos ao vivo e disponibilizados na internet. Uma versão editada é exibida pela TV Cultura desde 2003.	0															
Instituto CPFL	Música Contemporânea	Única série brasileira regular de concertos gratuitos dedicados à música do nosso tempo, exibidos e gravados na Sala Umuarama, na sede do Instituto CPFL, disponibilizados em nosso site e transmitidos na rádio Cultura FM do Estado de São Paulo.	0															
Instituto CPFL	Cine CPFL	Apresentação itinerante em Campinas, na sede do Instituto CPFL, das programações da Mostra Internacional de São Paulo e do Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo, além da exibição, na Sala Umuarama, da mostra Cinema e Reflexão, com programação semanal e sessões de debates com realizadores.	0															
Instituto CPFL	Iniciação de jovens ao atletismo - ORCAMPI	Em parceria com o Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima (ORCAMPI), fazemos a manutenção de um projeto de iniciação ao esporte (atletismo) para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.	0															
Instituto CPFL	Relacionamento	Projetos com patrocínios pontuais cujo foco é estreitar relacionamentos com os diversos stakeholders.	0															
Instituto CPFL	Exposições	Em parceria com instituições renomadas (como o MAM, Pinacoteca entre outras), as exposições acontecem na Galeria de Artes, na sede do Instituto CPFL. Com um trabalho voltado à arte-educação, as exposições são gratuitas e abertas ao público, recebendo diariamente as visitas de grupos escolares.	0															
Instituto CPFL	Digital	A presença nas redes sociais tem como foco o fortalecimento da marca CPFL por meio da ativação de novas redes com variados públicos, principalmente pelo compartilhamento de conteúdos audiovisuais.	0															
Instituto Cultural Usiminas	Centro Cultura Usiminas	Disponibilizar e promover atividades educativas, artísticas e culturais, de predominância e projeção regional, nacional e internacional, destacando a região como um polo cultural no estado de Minas Gerais	1														X	
Instituto Cultural Usiminas	Teatro Zélia Olguin	Disponibiliza uma programação artística diversificada e de qualidade para o público do Vale do Aço, incentivando o intercâmbio artístico e a formação de grupos locais.	1									X						
Instituto Cultural Usiminas	Espaço Cultural Belo Horizonte	Disponibilização de programação artística	0															
Instituto Cultural Usiminas	Espaço Cultural Cubatão	Disponibilização de programação artística	0															
Instituto Ecofuturo	Parque das Neblinas	O Parque das Neblinas é uma reserva ambiental da Suzano, gerida pelo Instituto Ecofuturo, onde são desenvolvidas atividades de ecoturismo, educação ambiental, pesquisa científica, manejo e restauração florestal, e participação comunitária. Com 7 mil hectares, o Parque desempenha importante papel na conservação da bacia do rio Itaipava e do maior contínuo de Mata Atlântica do País: o Parque Estadual da Serra do Mar e a Serra de Paramaticaba. O local abriga mais de 1.250 espécies da biodiversidade já identificadas, sendo três novas descobertas para a ciência, além de proteger 477 nascentes.	2							X							X	
Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	O projeto Biblioteca Comunitária Ecofuturo atua na implantação de bibliotecas em escolas públicas, abertas à comunidade, e tem como objetivo democratizar o acesso ao livro, promover a leitura e contribuir para políticas públicas de leitura e de bibliotecas. Em duas décadas de parceria com a iniciativa privada, com o poder público e com o envolvimento das próprias comunidades, o projeto se tornou uma das maiores redes de bibliotecas comunitárias do Brasil, com mais de 100 unidades implantadas. O projeto apoia a criação e a qualificação de políticas públicas para democratizar o acesso à literatura e contribuir com a efetividade da lei nº 12.244/10, que determina que até 2020 todas as instituições de ensino do país tenham uma biblioteca.	1														X	
Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Ações que oferecem ferramentas para o aprendizado do aluno, promovem a integração arte e energia, incentivam a participação da comunidade na escola, favorecem a saúde dos estudantes e mobilizam parceiros para a causa da educação. Para desenvolver ações como entrega de kits escolares, teatro nas escolas, melhoria do ambiente escolar, concursos culturais, capacitação de professores e campanhas de saúde bucal e de conscientização para o uso racional e seguro de energia elétrica, o Programa EDP nas Escolas conta com o apoio de colaboradores voluntários, prefeituras, organizações sociais e empresas parceiras.	1															X
Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	O Grupo EDP assume o voluntariado como uma clara proposta de valor social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas em dezenas de instituições de solidariedade social, Organizações Não Governamentais (ONGs) e escolas de todo o Brasil.	1															X
Instituto Embraer	Asas do Bem	Divulgação de ações de ONGs e de escolas nas regiões onde a Embraer atua para que recebam apoio de voluntários e de outras organizações.	1															X
Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	Financiamento de projetos de organizações da sociedade civil (OSCs) que desenvolvem iniciativas inovadoras em educação junto com voluntários Embraer. As parcerias são pautadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritariamente em locais onde a Embraer está presente.	1															X
Instituto Embraer	Formare	Oferecer qualificação profissional para jovens de baixa renda, regularmente matriculados no Ensino Médio de escolas públicas. Por meio do Programa, os jovens vivenciam um processo intensivo de aprendizagem com aulas teóricas e experiências práticas aplicadas ao dia-a-dia da Embraer.	1									X						

Anexo 2 - Projetos com suas características e seu impacto sobre a agenda de sustentabilidade urbana (continuação)

Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Descrição	Quantidade de indicadores impactados	Gestão de resíduos sólidos		Água		Qualidade do Ar	Mitigação da mudança climática	Uso do solo/ordenamento territorial	Mobilidade / transporte	Mercado Laboral	Segurança	Saúde		Educação	Impostos e autonomia financeira	
				Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	Consumo anual de água per capita	Água não contabilizada							Concentração de material particulado (MP 10)	Emissões de GEE per capita			Áreas verdes por 100.000 habitantes
Instituto Grupo BIG	Voluntariado e Atitudes BIG	Promover ações de voluntariado e incentivo a seus colaboradores a desenvolverem práticas solidárias, fortalecendo o senso de pertencimento e reforçando o papel social de cada um. O Programa abre espaço na agenda dos funcionários em um dia de trabalho para a realização de atividades em organizações sociais. A ação é um dia de fazer a diferença em que profissionais da empresa dedicam horas de trabalho para atuar junto a públicos em situação de vulnerabilidade.	0															
Instituto Intercement	Dia do Bem Fazer	O Dia do Bem-Fazer é um dos principais exemplos de como a InterCement coloca em prática seu mote. Construindo Parcerias Sustentáveis. O Evento sintetiza o poder solidário e transformador do voluntariado estimulado pela empresa e repercute de forma direta e imediata nas entidades e pessoas beneficiadas.	0															
Instituto International Paper	Escola Formare	O Formare é um programa social de educação profissional para jovens de baixa renda. É baseado numa prática pedagógica inovadora, simonizada com as transformações do mundo e as demandas do mercado de trabalho. Também tem como eixo o voluntariado empresarial e é desenvolvido a partir de parcerias com empresas de médio e grande portes.	1									X						
Instituto International Paper	Concurso de Redação	Tem como objetivo principal incentivar e disseminar o prazer pela leitura e a escrita entre jovens e adolescentes do Ensino Médio, oferecendo a eles a oportunidade de escreverem suas próprias histórias.	0															
Instituto Invepar	Cinemaneiro	Iniciativa de formação audiovisual para jovens e adolescentes residentes em comunidades vulneráveis, com produção de documentários sobre o cuidado e preservação do meio ambiente.	2			X											X	
Instituto Invepar	Favela Mundo	Democratização do acesso à cultura e desenvolvimento da cidadania e resgate dos direitos de crianças e adolescentes, moradores de comunidade vulneráveis, através da realização de oficinas de teatro e danças (ballet, hip hop e jazz).	2											X			X	
Instituto Invepar	Viaduto Cultural	Incentivo à cultura e a arte, por meio da realização de oficinas artísticas para jovens moradores de comunidades vulneráveis, visando potencializar a cultura local e o vínculo com o território.	0															
Instituto Invepar	Centro de Ópera Popular de Acari	Iniciativa de fomento à cultura, por meio da realização de oficinas de formação em contrabaixo, violão, cavaquinho, percussão e harmonia musical para jovens moradores de comunidades vulneráveis.	0															
Instituto Invepar	Gentilezinha	Espectáculos teatrais gratuitos que narram as aventuras dos personagens Gentilezinha e Luquinhas, sobre valores importantes para a formação da cidadania entre crianças e jovens.	0															
Instituto Invepar	Carroselfie	Iniciativa de fomento à arte e cidadania, por meio da realização de oficinas de fotografia para jovens em situação de vulnerabilidade, visando contribuir com a criação de identidade e com a diversidade cultural.	0															
Instituto Invepar	Água Fonte da Vida	Incentivo à cultura, por meio de atividades artísticas e culturais para crianças e adolescentes moradores de comunidades vulneráveis, com foco nos cuidados com o meio ambiente, descarte de lixo e uso responsável da água e energia.	2	X		X												
Instituto Invepar	Direitos Humanos em Azulejo	Fomento à defesa dos Direitos Humanos em escolas da rede pública de ensino, por meio da realização de oficinas pedagógicas e de desenhos em azulejos, com montagem de um grande painel produzido pelos próprios alunos participantes.	1														X	
Instituto Invepar	Livro nas Praças	Biblioteca sobre rodas (ônibus adaptado) que promove o incentivo à leitura para moradores de comunidades vulneráveis, através do empréstimo gratuito de livros.	0															
Instituto Invepar	Lê para mim	Incentivo à leitura através da contação de histórias para crianças e adolescentes moradores de comunidades vulneráveis, além da capacitação de professores da rede pública de ensino e doação de acervo de livros para as escolas públicas.	1														X	
Instituto Invepar	Eco Redes - Rede Comunitária de Desenvolvimento Socioambiental?	Formação de agentes de promoção socioambiental (jovens multiplicadores e professores da rede pública de ensino), e realização de oficinas de educação ambiental para alunos de creches e escolas públicas.	2			X											X	
Instituto Invepar	Projeto Trânsito Legal - De Olho na Pista	Apresentações teatrais gratuitas sobre segurança no trânsito, para moradores de comunidades vulneráveis.	1								X							
Instituto Julio Simões	Julio Cidadão	O programa Julio Cidadão teve início em 2007 e tem como objetivo incentivar o engajamento social e o exercício da cidadania dos colaboradores das empresas do Grupo, por meio da formação de "Humanizadores Hospitalares". Os voluntários realizam visitas em hospitais e instituições de longa permanência para idosos. Para fazer parte da equipe de doutores palhaços, é necessário que o colaborador realize um curso de formação disponibilizado pelo Instituto Julio Simões, com duração de aproximadamente 7 meses.	1											X				
Instituto Julio Simões	Na mão certa	O Grupo JSL apoia o programa "Na Mão Certa" por meio da divulgação e conscientização de seus colaboradores e demais públicos de relacionamento. Esse programa tem como objetivo principal promover ações para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras e transformar todos em agentes de proteção da infância. Os colaboradores do Grupo são convidados a participar de algumas ações/companhas em datas específicas e significativas, com o objetivo de possibilitar essa garantia de direitos. O convite para participação ocorre por meio dos canais oficiais da Comunicação Corporativa.	0															
Instituto Sabin	Ludoteca	Cada ludoteca é composta por um conjunto de jogos e recursos pedagógicos e lúdicos voltados a potencializar o atendimento, escuta ou oitiva de crianças e adolescentes vítimas de violência. Todos estes recursos lúdicos e pedagógicos ajudam as vítimas, com intermédio de um profissional habilitado, a expressar sua visão e a interpretar o que lhes teria acontecido. Uma equipe de profissionais especializados (psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, delegados e agentes de polícia) incentiva o manuseio dos objetos, de tal maneira que a vítima seja estimulada a desabafar e a contar o que passou. Além da doação da sala lúdica, o programa conta com capacitações que são oferecidas em formato de oficina técnica. Todos os estados que possuem Ludotecas recebem uma profissional da área, a qual oferece conteúdos que permeiam a temática da violência, bem como técnicas práticas de atendimento às vítimas. Também realizamos um seminário nacional em Brasília que reúne os profissionais de várias cidades e municípios para discussões técnicas sobre atendimento e violência.	2										X	X				

Anexo 2 - Projetos com suas características e seu impacto sobre a agenda de sustentabilidade urbana (continuação)

Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Descrição	Quantidade de indicadores impactados	Gestão de resíduos sólidos		Água		Qualidade do Ar	Mitigação da mudança climática	Uso do solo/ordenamento territorial	Mobilidade / transporte	Mercado Laboral		Segurança	Saúde		Educação	Impostos e autonomia financeira
				Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	Consumo anual de água per capita	Água não contabilizada					Concentração de material particulado (MP 10)	Emissões de GEE per capita		Áreas verdes por 100.000 habitantes	Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes		
Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	O PVE tem como estratégia a atuação em duas frentes: a qualificação das práticas de gestão educacional e escolar e o engajamento na mobilização social. Formação e apoio à gestão pública: desenvolvimento de competências para favorecer a atuação eficiente de gestores educacionais e escolares; Trabalho focado nos temas prioritários à gestão escolar e educacional: oferta de formações presenciais e a distância, alinhadas às prioridades da gestão, que contribuam para garantir o aprendizado adequado dos estudantes; Sensibilização e mobilização: criação e/ou fortalecimento de ações voltadas a grupos atuantes na sociedade para contribuir com a promoção da qualidade da educação.	1														x	
Laudes Foundation	Fortalecimento de Comunidades	Junto com a C&A, promovemos o Voluntariado, que apoia organizações sociais locais, e conduz campanhas de engajamento de funcionários da empresa visando o empoderamento da mulher. Também temos iniciativas e parcerias com organizações de ajuda humanitária que apoiam pessoas em situações de emergência. Juntos, estamos fortalecendo as comunidades para que elas possam prosperar.	0															
Monsanto/Bayer	Prêmio Jovem Farmacêutico	Primeiro prêmio criado no Brasil pela indústria farmacêutica para reconhecer os profissionais desta área, é destinado a estudantes de Farmácia e profissionais recém-formados inscritos no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo com menos de 30 anos de idade.	0															
Monsanto/Bayer	Projeto Medição	O projeto Medição atende 14 instituições em oito cidades, beneficiando crianças, jovens, adultos e idosos com um atendimento estimado em cerca de 1.500 pessoas todos os meses, diretamente e indiretamente. É um projeto de Terapia Assistida por animais (cães) para melhorar a qualidade de vida de pacientes de todas as idades e auxiliar em seu processo de recuperação em hospitais, asilos e outras instituições. Todos são beneficiados com as visitas realizadas pela equipe formada por voluntários e profissionais das áreas de Pedagogia, Psicopedagogia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Veterinária e Administração.	0															
Monsanto/Bayer	Projeto Cão-Guia	Por meio dos patrocinadores e parcerias, mantém a alimentação, cuidados veterinários e medicação de todos os animais do plantel (cães vinculados e sob a responsabilidade do projeto). A iniciativa surgiu da ideia de trazer do exterior as técnicas do treinamento de cães para guiar pessoas com diversos tipos de deficiências visuais, proporcionando segurança, mobilidade e melhoria de qualidade de vida.	0															
Monsanto/Bayer	Olimpíadas da Cidadania	Evento que conta com diversas competições esportivas para portadores de necessidades especiais, tais como natação, judô, futebol de salão e hóquei sobre piso. Este projeto é o único de inclusão de portadores de necessidades especiais da Baixada Fluminense e combina o incentivo ao esporte com inclusão social.	0															
Monsanto/Bayer	Escola de futebol	O principal objetivo é a educação. Para treinar, o atleta tem que comprovar frequência na escola e apresentar seu boletim periodicamente, mostrando que mantém suas notas acima da média. A escola oferece toda a infraestrutura para o desenvolvimento das atividades esportivas dos atletas, além de aulas de informática e oficina de redação e português para reforço escolar dos atletas.	1														x	
Monsanto/Bayer	Escola Verde	A Escola Verde estimula a conscientização ambiental de estudantes de escolas públicas municipais na Baixada Fluminense. O programa de educação ambiental é dirigido a alunos e professores das redes municipais. As aulas são ministradas semanalmente no Clube Bayer, localizado no Parque Industrial da empresa em Belford Roxo.	2			x												x
Oi Futuro	NAVE - Núcleo Avançado em Educação	O programa garante o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e forma jovens para as economias digital e criativa, com foco na produção de games, aplicativos e produtos audiovisuais. Oferece ensino médio integrado a educação profissional. No NAVE, os estudantes são incentivados a desenvolver o espírito empreendedor e a estabelecer suas primeiras conexões profissionais, por meio de projetos e eventos de integração com o mercado de inovação.	1															x
Pinheiro Neto Advogados	Alfasol Alfabetização Solidária	Apoio a ONG Alfasol desde 2004, quando foram adotadas 15 salas de aula do Programa de Alfabetização Inicial de Jovens e Adultos, em São José dos Ramos, na Paraíba. A AlfaSol é parte do Programa Comunidade Solidária, criado em 1995 pela antropóloga Ruth Cardoso. Em 2019, Pinheiro Neto apoiou o Programa Primeiros Passos com a adoção de 9 salas de aula com atendimento a 180 alunos e formação de 9 Educadores.	1															x
Raiadrogasil	Programas de Arrecadação de Fundos junto a clientes	Através das Revistas Sorria e TODOS e do Programa de Arrecadação do Troco, a empresa arrecada fundos que são encaminhados a organizações da sociedade civil que desenvolvem projetos na área da saúde	0															
Santander	Amigo de Valor	Apoia a garantia de direitos de crianças e adolescentes, através da mobilização de recursos incentivados, próprios e de clientes e parceiros, os quais são mobilizados pelo Banco	0															
Serasa Experian	Sonhos Reais	A Serasa Experian busca incentivar grandes projetos sociais e ambientais para fortalecer a cadeia do bem, com o objetivo de criar um futuro de igualdade e preservação para a nossa sociedade. O Sonhos Reais é um projeto online que fortalece a capacidade de educadores de escolas públicas, utilizando ferramentas para uso remoto.	1															x
Serasa Experian	Semana do Voluntariado	Evento com o objetivo de difundir a educação financeira em comunidades do entorno.	0															
SITAWI Finanças do Bem	CIES	O CIES nasceu a partir de um desejo do pai do médico Roberto Kikawa para que fosse criado um serviço de atendimento de saúde de alta qualidade e humanizado à população. Hoje, o CIES oferece atendimento de Saúde aos usuários do sistema único de saúde (SUS) por meio de parcerias com o Poder Público. Dedicado, portanto, ao atendimento médico e gestão de processos, com foco na humanização e tratamento. O modelo de assistência em unidades móveis adaptadas para o serviço de saúde é o grande diferencial. O CIES é reconhecido pelo emprego de unidades itinerantes e modulares, como carretas e contêineres, adaptadas para o atendimento médico. Graças a esta atuação, o CIES contribuiu para a redução de filas de espera por consultas, exames e cirurgias no SUS. Em seus 12 anos, o CIES impactou a vida de 3.100.000 pessoas. Alinhada com a tese de investimento de impacto da SITAWI, a organização é financiada pela SITAWI - por meio do instrumento de empréstimo coletivo - e mentorada, sendo realizado acompanhamento de métricas financeiras, de impacto, desenvolvimento de workshops e apoio pro bono ao longo do período de duração do empréstimo.	0															
SITAWI Finanças do Bem	COEX Carajás	A Cooperativa dos Extrativistas da Floresta Nacional de Carajás ("COEX Carajás") tem como missão melhorar a qualidade de vida para famílias de baixa renda, na região de Carajás (Pará), por meio do extrativismo sustentável de folhas do Jaborandi - que são utilizadas na fabricação de medicamentos de doenças autoimunes - e a venda de sementes variadas nativas para reflorestamento dentro da reserva da Floresta Nacional dos Carajás. Alinhada com a tese de investimento de impacto da SITAWI, a organização é financiada pela SITAWI - por meio do instrumento de empréstimo coletivo - e mentorada, sendo realizado acompanhamento de métricas financeiras, de impacto, desenvolvimento de workshops e apoio pro bono ao longo do período de duração do empréstimo.	1										x					

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
1	Accenture	Consultoria Probono	Não informado	-
2	B3 Social	Associação Profissionalizante	São Paulo	SP
3	Beneficência Portuguesa de São Paulo (BP)	Escola de Enfermagem São Joaquim	São Paulo	SP
4	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Alvarães	AM
5	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Anori	AM
6	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Barcelos	AM
7	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Beruri	AM
8	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Borba	AM
9	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Carauari	AM
10	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Coari	AM
11	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Codajás	AM
12	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Eirunepé	AM
13	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Fonte Boa	AM
14	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Ipixuna	AM
15	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Irاندuba	AM
16	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Itapiranga	AM
17	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Japurá	AM
18	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Jutá	AM
19	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Manacapuru	AM
20	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Manaus	AM
21	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Manicoré	AM
22	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Maraá	AM
23	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Nova Olinda Do Norte	AM
24	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Novo Airão	AM
25	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Novo Aripuanã	AM
26	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	São Sebastião Do Uatumã	AM
27	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Tapauá	AM
28	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Tefé	AM
29	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Tonantins	AM
30	Bradesco	Bolsa Floresta Familiar	Uarini	AM
31	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Alvarães	AM
32	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Anori	AM
33	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Barcelos	AM
34	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Beruri	AM
35	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Borba	AM
36	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Carauari	AM
37	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Coari	AM
38	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Codajás	AM
39	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Eirunepé	AM
40	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Fonte Boa	AM
41	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Ipixuna	AM
42	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Irاندuba	AM
43	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Itapiranga	AM
44	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Japurá	AM
45	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Jutá	AM
46	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Manacapuru	AM
47	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Manaus	AM
48	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Manicoré	AM
49	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Maraá	AM
50	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Nova Olinda Do Norte	AM
51	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Novo Airão	AM
52	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Novo Aripuanã	AM
53	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	São Sebastião Do Uatumã	AM
54	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Tapauá	AM
55	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Tefé	AM
56	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Tonantins	AM
57	Bradesco	Floresta em pé: empoderamento	Uarini	AM
58	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Alvarães	AM
59	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Anori	AM
60	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Barcelos	AM
61	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Beruri	AM
62	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Borba	AM
63	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Carauari	AM
64	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Coari	AM
65	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Codajás	AM
66	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Eirunepé	AM
67	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Fonte Boa	AM
68	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Ipixuna	AM
69	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Irاندuba	AM
70	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Itapiranga	AM
71	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Japurá	AM
72	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Jutá	AM
73	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Manacapuru	AM
74	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Manaus	AM
75	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Manicoré	AM
76	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Maraá	AM
77	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Nova Olinda Do Norte	AM
78	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Novo Airão	AM
79	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Novo Aripuanã	AM
80	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	São Sebastião Do Uatumã	AM
81	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Tapauá	AM
82	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Tefé	AM
83	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Tonantins	AM
84	Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Uarini	AM
85	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Alvarães	AM
86	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Anori	AM
87	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Barcelos	AM
88	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Beruri	AM
89	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Borba	AM
90	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Carauari	AM
91	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Coari	AM
92	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Codajás	AM
93	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Eirunepé	AM
94	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Fonte Boa	AM
95	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Ipixuna	AM
96	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Irاندuba	AM
97	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Itapiranga	AM
98	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Japurá	AM

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
99	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Jutaí	AM
100	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Manacapuru	AM
101	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Manaus	AM
102	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Manicoré	AM
103	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Maraá	AM
104	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Nova Olinda Do Norte	AM
105	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Novo Airão	AM
106	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Novo Aripuanã	AM
107	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	São Sebastião Do Uatumã	AM
108	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Tapauá	AM
109	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Tefé	AM
110	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Tonantins	AM
111	Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Uarini	AM
112	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	Carauari	AM
113	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	Itapiranga	AM
114	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	Jutaí	AM
115	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	Manaus	AM
116	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	Novo Aripuanã	AM
117	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação formal e complementar	Uarini	AM
118	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Carauari	AM
119	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Eirunepé	AM
120	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Itapiranga	AM
121	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Maraá	AM
122	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Novo Aripuanã	AM
123	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Tefé	AM
124	Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvimento Integrado de Crianças e Adolescentes Ribeirinhos da Amazônia	Uarini	AM
125	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Alvarães	AM
126	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Anori	AM
127	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Barcelos	AM
128	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Beruri	AM
129	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Borba	AM
130	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Carauari	AM
131	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Coari	AM
132	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Codajás	AM
133	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Eirunepé	AM
134	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Fonte Boa	AM
135	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Ipixuna	AM
136	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Iranduba	AM
137	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Itapiranga	AM
138	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Japurá	AM
139	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Jutaí	AM
140	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Manacapuru	AM
141	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Manaus	AM
142	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Manicoré	AM
143	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Maraá	AM
144	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Nova Olinda Do Norte	AM
145	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Novo Airão	AM
146	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Novo Aripuanã	AM
147	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	São Sebastião Do Uatumã	AM
148	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Tapauá	AM
149	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Tefé	AM
150	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Tonantins	AM
151	Bradesco	Empreendedorismo Ribeirinho	Uarini	AM
152	Fundação Alphaville	Programa Jovem Sustentável - Cidadania Digital	Eusébio	CE
153	Fundação Alphaville	Centro de Educação para Sustentabilidade (CES) Alphaville	Santana de Parnaíba	SP
154	Fundação Alphaville	Cooperativa Unindo Forças	Barueri	SP
155	Fundação André e Lucia Maggi	Projeto Casa Maggica Rondonópolis	Rondonópolis	MT
156	Fundação Aperam Acesita	Arte Acesita	Coronel Fabriciano	MG
157	Fundação Aperam Acesita	Arte Acesita	Ipatinga	MG
158	Fundação Aperam Acesita	Arte Acesita	Santana do Paraíso	MG
159	Fundação Aperam Acesita	Arte Acesita	Timóteo	MG
160	Fundação Aperam Acesita	Promoção Social	Timóteo	MG
161	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Feira De Santana	BA
162	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Caraciaca	ES
163	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Serra	ES
164	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Vila Velha	ES
165	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Abatecê	MG
166	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Antônio Dias	MG
167	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Bela Vista De Minas	MG
168	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Belo Horizonte	MG
169	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Bom Despacho	MG
170	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Carbonita	MG
171	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Contagem	MG
172	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Dores Do Indaiaí	MG
173	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Ewbank Da Câmara	MG
174	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Ibirité	MG
175	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Itaiaçu	MG
176	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Itaúna	MG
177	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	João Monlevade	MG
178	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Juiz De Fora	MG
179	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Martinho Campos	MG
180	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Mateus Leme	MG
181	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Nova Era	MG
182	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Quartel Geral	MG
183	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Rio Piracicaba	MG
184	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Sabará	MG
185	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Santos Dumont	MG
186	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	São Domingos Do Prata	MG
187	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Senador Modestino Gonçalves	MG
188	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Taquaraçu De Minas	MG
189	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Vespasiano	MG
190	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Barra Mansa	RJ

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
191	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Resende	RJ
192	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	São Francisco Do Sul	SC
193	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Hortolândia	SP
194	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Iracemópolis	SP
195	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Osasco	SP
196	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Piracicaba	SP
197	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	São Paulo	SP
198	Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente	Sumaré	SP
199	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Feira De Santana	BA
200	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Bela Vista De Minas	MG
201	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Contagem	MG
202	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Itaíaiçu	MG
203	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Itaúna	MG
204	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	João Monlevade	MG
205	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Juiz De Fora	MG
206	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Sabará	MG
207	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Santos Dumont	MG
208	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Vespasiano	MG
209	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Barra Mansa	RJ
210	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Resende	RJ
211	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Osasco	SP
212	Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver	Piracicaba	SP
213	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Feira De Santana	BA
214	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Bela Vista De Minas	MG
215	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Belo Horizonte	MG
216	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Bom Despacho	MG
217	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Carbonita	MG
218	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Contagem	MG
219	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Dionísio	MG
220	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Itaíaiçu	MG
221	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Itaúna	MG
222	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	João Monlevade	MG
223	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Juiz De Fora	MG
224	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Martinho Campos	MG
225	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Nova Era	MG
226	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Sabará	MG
227	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Santos Dumont	MG
228	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	São Domingos Do Prata	MG
229	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	São Pedro Dos Ferros	MG
230	Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã	Vespasiano	MG
231	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Esporte	Feira De Santana	BA
232	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Cultural	Feira De Santana	BA
233	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Cultural	Itaúna	MG
234	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Esporte	Vespasiano	MG
235	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Cultural	Osasco	SP
236	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Cultural	Sumaré	SP
237	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Cultural	João Monlevade	MG
238	Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Cultural	Vespasiano	MG
239	Fundação Banco do Brasil	Cisternas	Implantação difusa do projeto	-
240	Fundação Banco do Brasil	Tecnologias Sociais - Transforma! Rede de Tecnologias Sociais	Implantação difusa do projeto	-
241	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Rio Branco	AC
242	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Macapá	AP
243	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Boa Vista	RR
244	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Formoso do Araguaia	TO
245	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Conceição do Araguaia	PA
246	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Maceió	AL
247	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Manaus	AM
248	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Feira de Santana	BA
249	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Salvador	BA
250	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Irecê	BA
251	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Caucaia	CE
252	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Brasília	DF
253	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Vila Velha	ES
254	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Aparecida de Goiânia	GO
255	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	São Luís	MA
256	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Pinheiro	MA
257	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Cuiabá	MT
258	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Bodoquena	MS
259	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Itajubá	MG
260	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	São João Del Rey	MG
261	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Paragominas	PA
262	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Conceição do Araguaia	PA
263	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	João Pessoa	PB
264	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Paranavá	PR
265	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Jaboatão dos Guararapes	PE
266	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Garanhuns	PE
267	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Teresina	PI
268	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Rio de Janeiro	RJ
269	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Natal	RN
270	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Bagé	RS
271	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Rosário do Sul	RS
272	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Gravatá	RS
273	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Cacoal	RO
274	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Laguna	SC
275	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Campinas	SP
276	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Marília	SP
277	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Registro	SP
278	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Osasco	SP
279	Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco	Propriá	SE
280	Fundação Bunge	Comunidade Integrada	Rondonópolis	MT
281	Fundação Bunge	Comunidade Integrada	Barcarena	PA
282	Fundação Bunge	Comunidade Integrada	Itaituba	PA
283	Fundação Bunge	Comunidade Integrada	Gaspar	SC
284	Fundação Bunge	Comunidade Integrada	São Paulo	SP
285	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Luís Eduardo Magalhães	BA
286	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Rondonópolis	MT
287	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Santa Juliana	MG
288	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Paranaíba	PR
289	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Ponta Grossa	PR

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
290	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Cabo De Santo Agostinho	PE
291	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Uruçuí	PI
292	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Rio Grande	RS
293	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Gaspar	SC
294	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	São Paulo	SP
295	Fundação Bunge	Comunidade Educativa	Pedro Afonso	TO
296	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Barreiras	BA
297	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Ilhéus	BA
298	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Goiania	GO
299	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Goianira	GO
300	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Itumbiara	GO
301	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Jataí	GO
302	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Montividiu	GO
303	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Rio Verde	GO
304	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Santa Helena De Goiás	GO
305	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Uruaçú	GO
306	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Vicentinópolis	GO
307	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Balsas	MA
308	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Porto Franco	MA
309	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Água Boa	MT
310	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Alto Garças	MT
311	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Campo Novo Do Parecis	MT
312	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Campos De Júlio	MT
313	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Canarana	MT
314	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Comodoro	MT
315	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Cuiabá	MT
316	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Gaúcha Do Norte	MT
317	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Ipiranga Do Norte	MT
318	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Lucas Do Rio Verde	MT
319	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Primavera Do Leste	MT
320	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Querência	MT
321	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Sapezal	MT
322	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Sinop	MT
323	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Sorriso	MT
324	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Tangará Da Serra	MT
325	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Campo Grande	MS
326	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Dourados	MS
327	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Três Lagoas	MS
328	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Conceição Das Alagoas	MG
329	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Patos De Minas	MG
330	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Patrocínio	MG
331	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Uberlândia	MG
332	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Altamira	PA
333	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Itaituba	PA
334	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Santarém	PA
335	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Cascavel	PR
336	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Castro	PR
337	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Curitiba	PR
338	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Paranaguá	PR
339	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Ponta Grossa	PR
340	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Toledo	PR
341	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Passo Fundo	RS
342	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Porto Alegre	RS
343	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Cerejeiras	RO
344	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Porto Velho	RO
345	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Vilhena	RO
346	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Chapecó	SC
347	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Bebedouro	SP
348	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Campinas	SP
349	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Colina	SP
350	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Itapira	SP
351	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Mairinque	SP
352	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Mogi Mirim	SP
353	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Patrocínio Paulista	SP
354	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Porto Ferreira	SP
355	Fundação Cargill	Semeando Futuro	São Paulo	SP
356	Fundação Cargill	Semeando Futuro	Pedro Afonso	TO
357	Fundação CSN	Garoto Cidadão	Arcos	MG
358	Fundação CSN	Garoto Cidadão	Congonhas	MG
359	Fundação CSN	Garoto Cidadão	Araucária	PR
360	Fundação CSN	Garoto Cidadão	Itaguaí	RJ
361	Fundação CSN	Garoto Cidadão	Volta Redonda	RJ
362	Fundação CSN	Capacitar Hotelaria e Serviços	Volta Redonda	RJ
363	Fundação CSN	Bolsa de Estudo	Volta Redonda	RJ
364	Fundação CSN	Bolsa de Estudo	Congonhas	MG
365	Fundação Educar Dpaschoal	Formação de Educadores	Implantação difusa do projeto	-
366	Fundação Educar Dpaschoal	Academia Educar	Campinas	SP
367	Fundação Educar Dpaschoal	Além do Encantamento	Campinas	SP
368	Fundação Educar Dpaschoal	Leia Comigo!	Campinas	SP
369	Fundação Grupo Boticário	Reserva Natural Salto Morato	Guaraqueçaba	PR
370	Fundação Grupo Boticário	Reserva Natural Serra do Tombador	Cavalcante	GO
371	Fundação Iochpe	Instituto Arte na Escola	Implantação difusa do projeto	-
372	Fundação Iochpe	Programa Formare	Manaus	AM
373	Fundação Iochpe	Programa Formare	Mucuri	BA
374	Fundação Iochpe	Programa Formare	Catalão	GO
375	Fundação Iochpe	Programa Formare	Ouvidor	GO
376	Fundação Iochpe	Programa Formare	Imperatriz	MA
377	Fundação Iochpe	Programa Formare	Três Lagoas	MS
378	Fundação Iochpe	Programa Formare	Contagem	MG
379	Fundação Iochpe	Programa Formare	Itajubá	MG
380	Fundação Iochpe	Programa Formare	Uberaba	MG
381	Fundação Iochpe	Programa Formare	Amparo	PB
382	Fundação Iochpe	Programa Formare	Campina Grande	PB
383	Fundação Iochpe	Programa Formare	João Pessoa	PB
384	Fundação Iochpe	Programa Formare	Curitiba	PR
385	Fundação Iochpe	Programa Formare	Itatiaia	RJ
386	Fundação Iochpe	Programa Formare	Porto Real	RJ
387	Fundação Iochpe	Programa Formare	Resende	RJ
388	Fundação Iochpe	Programa Formare	Baraúna	RN

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
389	Fundação Iochpe	Programa Formare	Macaíba	RN
390	Fundação Iochpe	Programa Formare	Caxias Do Sul	RS
391	Fundação Iochpe	Programa Formare	Blumenau	SC
392	Fundação Iochpe	Programa Formare	Agudos	SP
393	Fundação Iochpe	Programa Formare	Arujá	SP
394	Fundação Iochpe	Programa Formare	Boituva	SP
395	Fundação Iochpe	Programa Formare	Campinas	SP
396	Fundação Iochpe	Programa Formare	Cruzeiro	SP
397	Fundação Iochpe	Programa Formare	Embu	SP
398	Fundação Iochpe	Programa Formare	Guaratinguetá	SP
399	Fundação Iochpe	Programa Formare	Guarujá	SP
400	Fundação Iochpe	Programa Formare	Guarulhos	SP
401	Fundação Iochpe	Programa Formare	Hortolândia	SP
402	Fundação Iochpe	Programa Formare	Itapetininga	SP
403	Fundação Iochpe	Programa Formare	Jaguariúna	SP
404	Fundação Iochpe	Programa Formare	Jundiaí	SP
405	Fundação Iochpe	Programa Formare	Limeira	SP
406	Fundação Iochpe	Programa Formare	Louveira	SP
407	Fundação Iochpe	Programa Formare	Luís Antônio	SP
408	Fundação Iochpe	Programa Formare	Mogi Guaçu	SP
409	Fundação Iochpe	Programa Formare	Mogi Mirim	SP
410	Fundação Iochpe	Programa Formare	Osasco	SP
411	Fundação Iochpe	Programa Formare	Santana De Parnaíba	SP
412	Fundação Iochpe	Programa Formare	São Bernardo Do Campo	SP
413	Fundação Iochpe	Programa Formare	São José Dos Campos	SP
414	Fundação Iochpe	Programa Formare	São Paulo	SP
415	Fundação Iochpe	Programa Formare	Sorocaba	SP
416	Fundação Iochpe	Programa Formare	Sumaré	SP
417	Fundação Iochpe	Programa Formare	Suzano	SP
418	Fundação Iochpe	Programa Formare	Taubaté	SP
419	Fundação Iochpe	Programa Formare	Valinhos	SP
420	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Anadia	AL
421	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Boca Da Mata	AL
422	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Campo Alegre	AL
423	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Coruripe	AL
424	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Feliz Deserto	AL
425	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Igreja Nova	AL
426	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Jequiá Da Praia	AL
427	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Junqueiro	AL
428	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Penedo	AL
429	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Piaçabuçu	AL
430	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Porto Real Do Colégio	AL
431	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Roteiro	AL
432	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	São Brás	AL
433	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	São Miguel Dos Campos	AL
434	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	São Sebastião	AL
435	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Teotônio Vilela	AL
436	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Manaus	AM
437	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Belo Horizonte	MG
438	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Tapiraí	MG
439	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Barra De São Miguel	PB
440	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Caldas Brandão	PB
441	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Cruz Do Espírito Santo	PB
442	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Gurinhém	PB
443	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Ingá	PB
444	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itabaiana	PB
445	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itaporanga	PB
446	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Juripiranga	PB
447	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Mari	PB
448	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Mogero	PB
449	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Paulista	PB
450	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Pilar	PB
451	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Riachão Do Bacamarte	PB
452	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Riachão Do Poço	PB
453	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Salgado De São Félix	PB
454	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	São José Dos Ramos	PB
455	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Sobrado	PB
456	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Afogados Da Ingazeira	PE
457	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Arcoverde	PE
458	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Bom Conselho	PE
459	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Cabrobó	PE
460	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Camaragibe	PE
461	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Flores	PE
462	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Floresta	PE
463	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itapissuma	PE
464	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Salgueiro	PE
465	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Santa Cruz Do Capibaribe	PE
466	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	São Bento Do Uma	PE
467	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Tamandaré	PE
468	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Timbaúba	PE
469	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Trindade	PE
470	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Águas De Santa Bárbara	SP
471	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Angatuba	SP
472	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Apiáí	SP
473	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Assis	SP
474	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Avaré	SP
475	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Barão De Antonina	SP
476	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Barra Do Chapéu	SP
477	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Barra Do Turvo	SP
478	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Borá	SP
479	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Cajati	SP
480	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Campos Novos Paulista	SP
481	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Cananéia	SP
482	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Cândido Mota	SP
483	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Cerqueira César	SP
484	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Coronel Macedo	SP
485	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Cruzália	SP
486	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Echaporã	SP
487	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Eldorado	SP

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
488	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Fartura	SP
489	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Flórida	SP
490	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Ibirarema	SP
491	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Iguape	SP
492	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Ilha Comprida	SP
493	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Iporanga	SP
494	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itaberá	SP
495	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itaí	SP
496	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itanhaém	SP
497	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itaóca	SP
498	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itapirapuá Paulista	SP
499	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Itariri	SP
500	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Jacupiranga	SP
501	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	João Ramalho	SP
502	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Juquiá	SP
503	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Juquitiba	SP
504	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Lutécia	SP
505	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Manduri	SP
506	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Maracá	SP
507	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Miracatu	SP
508	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Nantes	SP
509	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Ocaucu	SP
510	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Oscar Bressane	SP
511	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Palmital	SP
512	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Paraguaçu Paulista	SP
513	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Parapanema	SP
514	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Pariquera-Açu	SP
515	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Pedrinhas Paulista	SP
516	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Pedro De Toledo	SP
517	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Peruibe	SP
518	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Piraju	SP
519	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Platina	SP
520	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Quatá	SP
521	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Rancharia	SP
522	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Registro	SP
523	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Riversul	SP
524	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Santa Cruz Do Rio Pardo	SP
525	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Sarutaiá	SP
526	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Sete Barras	SP
527	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Taciba	SP
528	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Taguaí	SP
529	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Taquarituba	SP
530	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Tarumã	SP
531	Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação	Tejupá	SP
532	Fundação John Deere	Projetos de Incentivo Fiscal	Implantação difusa do projeto	
533	Fundação Odebrecht	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS)	Ibirapitanga	BA
534	Fundação Odebrecht	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS)	Igrapiúna	BA
535	Fundação Odebrecht	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS)	Nilo Peçanha	BA
536	Fundação Odebrecht	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS)	Presidente Tancredo Neves	BA
537	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Cariacica	ES
538	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Guarapari	ES
539	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Serra	ES
540	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Vila Velha	ES
541	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Vitória	ES
542	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Carapicuíba	SP
543	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Diadema	SP
544	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	Itapevi	SP
545	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	São Bernardo Do Campo	SP
546	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	São Caetano Do Sul	SP
547	Fundação Otacílio Coser	Rede Escolar	São Paulo	SP
548	Fundação Otacílio Coser	Comunidades Sustentáveis	Vila Velha	ES
549	Fundação Raízen	Projeto Infantil	Jatú	SP
550	Fundação Raízen	Projeto Jovem	Jataí	GO
551	Fundação Raízen	Projeto Jovem	Dois Córregos	SP
552	Fundação Raízen	Projeto Jovem	Igaraçu Do Tietê	SP
553	Fundação Raízen	Projeto Jovem	Ipaussu	SP
554	Fundação Raízen	Projeto Jovem	Piracicaba	SP
555	Fundação Raízen	Projeto Jovem	Valparaíso	SP
556	Fundação Telefônica Vivo	Empregabilidade	São Paulo	SP
557	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Artur Nogueira	SP
558	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Bom Jesus Dos Perdões	SP
559	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Campinas	SP
560	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Cosmópolis	SP
561	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Hortolândia	SP
562	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Indaiatuba	SP
563	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Iracemópolis	SP
564	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Itatiba	SP
565	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Jaguariúna	SP
566	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Jundiá	SP
567	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Morungaba	SP
568	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Nova Odessa	SP
569	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Paulínia	SP
570	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Pedreira	SP
571	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Valinhos	SP
572	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Várzea Paulista	SP
573	Fundação Toyota do Brasil	Ambientação	Vinhedo	SP
574	Fundação Vale	PESC	Ibiraçu	ES
575	Fundação Vale	PESC	Serra	ES
576	Fundação Vale	PESC	Anajatuba	MA
577	Fundação Vale	PESC	Arari	MA
578	Fundação Vale	PESC	Bacabeira	MA
579	Fundação Vale	PESC	Igarapé Do Meio	MA
580	Fundação Vale	PESC	Itapeuru Mirim	MA
581	Fundação Vale	PESC	Santa Rita	MA
582	Fundação Vale	PESC	Tufilândia	MA

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
583	Fundação Vale	PESC	Barão De Cocais	MG
584	Fundação Vale	PESC	Belo Horizonte	MG
585	Fundação Vale	PESC	Catas Altas	MG
586	Fundação Vale	PESC	Itabira	MG
587	Fundação Vale	PESC	Mariana	MG
588	Fundação Vale	PESC	Periquito	MG
589	Fundação Vale	PESC	Resplendor	MG
590	Fundação Vale	PESC	Santa Bárbara	MG
591	Fundação Vale	PESC	Tumiritinga	MG
592	Fundação Vale	PESC	Curionópolis	PA
593	Fundação Vale	PESC	Marabá	PA
594	Fundação Vale	AGIR	Alto Alegre Do Pindaré	MA
595	Fundação Vale	AGIR	Arari	MA
596	Fundação Vale	AGIR	Bacabeira	MA
597	Fundação Vale	AGIR	Bom Jardim	MA
598	Fundação Vale	AGIR	Bom Jesus Das Selvas	MA
599	Fundação Vale	AGIR	Buriticupu	MA
600	Fundação Vale	AGIR	Itapecuru Mirim	MA
601	Fundação Vale	AGIR	São Pedro Da Água Branca	MA
602	Fundação Vale	AGIR	Tufilândia	MA
603	Fundação Vale	AGIR	Vitória Do Mearim	MA
604	Fundação Vale	AGIR	Brumadinho	MG
605	Fundação Vale	AGIR	Governador Valadares	MG
606	Fundação Vale	AGIR	Itabira	MG
607	Fundação Vale	AGIR	Itabirito	MG
608	Fundação Vale	AGIR	Mariana	MG
609	Fundação Vale	AGIR	Ouro Preto	MG
610	Fundação Vale	AGIR	Canaã Dos Carajás	PA
611	Fundação Vale	AGIR	Marabá	PA
612	Fundação Vale	AGIR	Itaguaí	RJ
613	Fundação Vale	AGIR	Mangaratiba	RJ
614	Fundação Volkswagen	Costurando o Futuro	Diadema	SP
615	Fundação Volkswagen	Costurando o Futuro	São Bernardo Do Campo	SP
616	Fundação Volkswagen	Costurando o Futuro	São Caetano Do Sul	SP
617	Fundação Volkswagen	Costurando o Futuro	São Paulo	SP
618	Fundação Volkswagen	Pró-Educar Brasil	São Bernardo do Campo	SP
619	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Conceição Do Castelo	ES
620	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Domingos Martins	ES
621	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Muniz Freire	ES
622	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Aparecida De Goiânia	GO
623	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Minaçu	GO
624	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Rio Verde	GO
625	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Abre Campo	MG
626	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Boa Esperança	MG
627	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Jequeri	MG
628	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Urucânia	MG
629	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Cândido De Abreu	PR
630	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Ivaiporã	PR
631	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Nova Tebas	PR
632	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Barra Mansa	RJ
633	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Guapimirim	RJ
634	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Macacé	RJ
635	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Mangaratiba	RJ
636	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Nova Iguaçu	RJ
637	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Rio De Janeiro	RJ
638	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	São João De Meriti	RJ
639	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Volta Redonda	RJ
640	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Atibaia	SP
641	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Cachoira Paulista	SP
642	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Jundiá	SP
643	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Mococa	SP
644	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Sorocaba	SP
645	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Votorantim	SP
646	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Aliança Do Tocantins	TO
647	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Barrolândia	TO
648	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Crixás Do Tocantins	TO
649	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Fátima	TO
650	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Miracema Do Tocantins	TO
651	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Nova Rosalândia	TO
652	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Paraíso Do Tocantins	TO
653	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas	Santa Rita Do Tocantins	TO
654	Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social	Implantação difusa do projeto	-
655	Gerdau	Junior Achievement	Porto Alegre	RS
656	Instituto 3M	Massa do Bem	Sumaré	SP
657	Instituto 3M	Massa do Bem	Americana	SP
658	Instituto 3M	Massa do Bem	Hortolândia	SP
659	Instituto 3M	Massa do Bem	Ribeirão Preto	SP
660	Instituto 3M	Massa do Bem	Itapetininga	SP
661	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Manaus	AM
662	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Brasília	DF
663	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Aparecida De Goiânia	GO
664	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Goiânia	GO
665	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Araguari	MG
666	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Belo Horizonte	MG
667	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Tupaciguara	MG
668	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Uberaba	MG
669	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Uberlândia	MG
670	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Arapongas	PR
671	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Curitiba	PR
672	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Rio De Janeiro	RJ
673	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Porto Alegre	RS
674	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Criciúma	SC
675	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Cajamar	SP
676	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Campinas	SP
677	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Francisco Morato	SP
678	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	São Paulo	SP
679	Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPE! Virtudes Empreendedoras	Palmas	TO
680	Instituto Alcoa	Programa ECOA - Educação Comunitária Ambiental	São Luís	MA
681	Instituto Alcoa	Programa ECOA - Educação Comunitária Ambiental	Poços de Caldas	MG

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro ^(*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
682	Instituto Alcoa	Programa ECOA - Educação Comunitária Ambiental	Juruti	PA
683	Instituto Alcoa	Juruti Sustentável	Juruti	PA
684	Instituto Algar	Transforma	Uberlândia	MG
685	Instituto Algar	Transforma	Campinas	SP
686	Instituto Algar	Transforma	Franca	SP
687	Instituto Algar	Transforma	Ribeirão Preto	SP
688	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Campo Largo	PR
689	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Duque De Caxias	RJ
690	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Resende	RJ
691	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Araçariguama	SP
692	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Guarulhos	SP
693	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Jacareí	SP
694	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Jundiaí	SP
695	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Pindamonhangaba	SP
696	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Roseira	SP
697	Instituto CCR	Estrada para a Saúde	Tatuf	SP
698	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Califórnia	PR
699	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Campo Largo	PR
700	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Carambé	PR
701	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Castro	PR
702	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Faxinal	PR
703	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Ipiranga	PR
704	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Jaguariaíva	PR
705	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Marilândia Do Sul	PR
706	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Mauá Da Serra	PR
707	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Ortigueira	PR
708	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Piraf Do Sul	PR
709	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Ponta Grossa	PR
710	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Tibagi	PR
711	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Araruama	RJ
712	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Barra Mansa	RJ
713	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Belford Roxo	RJ
714	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cabo Frio	RJ
715	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Iguaba Grande	RJ
716	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itaguaí	RJ
717	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itatiaia	RJ
718	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Nova Iguaçu	RJ
719	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Paracambi	RJ
720	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Pinheiral	RJ
721	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Piraf	RJ
722	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Porto Real	RJ
723	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Queimados	RJ
724	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Resende	RJ
725	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Rio Bonito	RJ
726	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Rio De Janeiro	RJ
727	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	São João De Meriti	RJ
728	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	São Pedro Da Aldeia	RJ
729	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Saquarema	RJ
730	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Seropédica	RJ
731	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Volta Redonda	RJ
732	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Águas De Santa Bárbara	SP
733	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Alambari	SP
734	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Alumínio	SP
735	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Americana	SP
736	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Araçariguama	SP
737	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Araçoiaba Da Serra	SP
738	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Arujá	SP
739	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Avaré	SP
740	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Barueri	SP
741	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Bofete	SP
742	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Buri	SP
743	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Caçapava	SP
744	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cachoiera Paulista	SP
745	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Caieiras	SP
746	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cajamar	SP
747	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Canas	SP
748	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Capão Bonito	SP
749	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Capela Do Alto	SP
750	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Carapicuíba	SP
751	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cerqueira César	SP
752	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cesário Lange	SP
753	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cordeirópolis	SP
754	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cotia	SP
755	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Cruzeiro	SP
756	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Embu	SP
757	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Francisco Morato	SP
758	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Franco Da Rocha	SP
759	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Guararema	SP
760	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Guaratinguetá	SP
761	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Guarulhos	SP
762	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Hortolândia	SP
763	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itaberá	SP
764	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itaí	SP
765	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itapetininga	SP
766	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itapevi	SP
767	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itararé	SP
768	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itatinga	SP
769	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itu	SP
770	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Itupeva	SP
771	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Jacareí	SP
772	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Jandira	SP
773	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Lavrinhos	SP
774	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Limeira	SP
775	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Lorena	SP
776	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Louveira	SP
777	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Mairinque	SP
778	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Monte Mor	SP
779	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Nova Odessa	SP
780	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Osasco	SP

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
781	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Pardinho	SP
782	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Pindamonhangaba	SP
783	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Porangaba	SP
784	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Quadra	SP
785	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Queluz	SP
786	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Roseira	SP
787	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Santa Cruz Do Rio Pardo	SP
788	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Santa Isabel	SP
789	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Santana De Parnaíba	SP
790	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	São José Dos Campos	SP
791	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	São Miguel Arcanjo	SP
792	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	São Paulo	SP
793	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	São Roque	SP
794	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Sarapuá	SP
795	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Silveiras	SP
796	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Sorocaba	SP
797	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Sumaré	SP
798	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Taquarivã	SP
799	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Tatuf	SP
800	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Taubaté	SP
801	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Torre De Pedra	SP
802	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Valinhos	SP
803	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Vargem Grande Paulista	SP
804	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Várzea Paulista	SP
805	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Vinhedo	SP
806	Instituto CCR	Caminhos para a Cidadania	Votorantim	SP
807	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Maceió	AL
808	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Manaus	AM
809	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Salvador	BA
810	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Simões Filho	BA
811	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Fortaleza	CE
812	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Maracanãú	CE
813	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Brasília	DF
814	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Goiania	GO
815	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Belo Horizonte	MG
816	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Betim	MG
817	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Itabirito	MG
818	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Uberlândia	MG
819	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	João Pessoa	PB
820	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Curitiba	PR
821	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Cabo De Santo Agostinho	PE
822	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Jaboatão Dos Guararapes	PE
823	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Recife	PE
824	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Duque De Caxias	RJ
825	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Nova Iguaçu	RJ
826	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Rio De Janeiro	RJ
827	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Parnamirim	RN
828	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Natal	RN
829	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Santa Maria	RS
830	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Canoas	RS
831	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Campinas	SP
832	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Cubatão	SP
833	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Guarujá	SP
834	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Itu	SP
835	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Marília	SP
836	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Praia Grande	SP
837	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Ribeirão Preto	SP
838	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	São José Dos Campos	SP
839	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	São Paulo	SP
840	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Sorocaba	SP
841	Instituto Coca-Cola Brasil	Coletivo Jovem	Taubaté	SP
842	Instituto Cultural Usiminas	Centro Cultura Usiminas	Ipatinga	MG
843	Instituto Cultural Usiminas	Teatro Zélia Olguin	Ipatinga	MG
844	Instituto Ecofuturo	Parque das Neblinas	Bertioga	SP
845	Instituto Ecofuturo	Parque das Neblinas	Suzano	SP
846	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Parintins	AM
847	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Alagoinhas	BA
848	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Alcobaça	BA
849	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Boa Nova	BA
850	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Camaçari	BA
851	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Caraibas	BA
852	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Caravelas	BA
853	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Caturama	BA
854	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Maracás	BA
855	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Mascote	BA
856	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Mucuri	BA
857	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Nova Viçosa	BA
858	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Novo Horizonte	BA
859	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Piraf Do Norte	BA
860	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Quixabeira	BA
861	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Ruy Barbosa	BA
862	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Salvador	BA
863	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Sauba	BA
864	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Teixeira De Freitas	BA
865	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Conceição Da Barra	ES
866	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Pedro Canário	ES
867	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Açailândia	MA
868	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Cidelândia	MA
869	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Grajaú	MA
870	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Imperatriz	MA
871	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	João Lisboa	MA
872	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Joselândia	MA
873	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Santa Quitéria Do Maranhão	MA
874	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Urbano Santos	MA
875	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Vila Nova Dos Martírios	MA
876	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Aimorés	MG
877	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Barroso	MG
878	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Congonhas	MG
879	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Estrela Do Sul	MG

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
880	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Ladainha	MG
881	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Malacacheta	MG
882	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Poté	MG
883	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Turmalina	MG
884	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Uberaba	MG
885	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Veríssimo	MG
886	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Belterra	PA
887	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	João Pessoa	PB
888	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Alagoinha	PE
889	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Altinho	PE
890	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Arcoverde	PE
891	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Bezerros	PE
892	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Bom Conselho	PE
893	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Bonito	PE
894	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Buíque	PE
895	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Cabo De Santo Agostinho	PE
896	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Calçado	PE
897	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Camocim De São Félix	PE
898	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Casinhas	PE
899	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Fernando De Noronha	PE
900	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Flores	PE
901	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Garanhuns	PE
902	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Granito	PE
903	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Jurema	PE
904	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Lagoa Do Carro	PE
905	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Lagoa Dos Gatos	PE
906	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Manari	PE
907	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Panelas	PE
908	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Pedra	PE
909	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Recife	PE
910	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Rio Formoso	PE
911	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Sairé	PE
912	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	São Joaquim Do Monte	PE
913	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Trindade	PE
914	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Venturosa	PE
915	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Teresina	PI
916	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Duque De Caxias	RJ
917	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Itaguaí	RJ
918	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Magé	RJ
919	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Paraty	RJ
920	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Queimados	RJ
921	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Rio De Janeiro	RJ
922	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Vassouras	RJ
923	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Igrejinha	RS
924	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Nova Hartz	RS
925	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	São Leopoldo	RS
926	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Taquara	RS
927	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Taquari	RS
928	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Agudos	SP
929	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Alambari	SP
930	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Bauru	SP
931	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Bebedouro	SP
932	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Biritiba-Mirim	SP
933	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Botucatu	SP
934	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Campinas	SP
935	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Itapetininga	SP
936	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Itapirapuá Paulista	SP
937	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Lençóis Paulista	SP
938	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Mairiporã	SP
939	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Marília	SP
940	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Mauá	SP
941	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Mogi Das Cruzes	SP
942	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Natividade Da Serra	SP
943	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Paraibuna	SP
944	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Pardinho	SP
945	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Porto Feliz	SP
946	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Salesópolis	SP
947	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	São Luís Do Paraitinga	SP
948	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	São Miguel Arcajo	SP
949	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	São Paulo	SP
950	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	São Roque	SP
951	Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Suzano	SP
952	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Laranjal Do Jari	AP
953	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Porto Grande	AP
954	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	América Dourada	BA
955	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Morro Do Chapéu	BA
956	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Ouroândia	BA
957	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	São Gonçalo Do Amarante	CE
958	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Baixo Guandu	ES
959	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Vitória	ES
960	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Jandaíra	RN
961	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	João Câmara	RN
962	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Parazinho	RN
963	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Tramandaí	RS
964	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Água Doce	SC
965	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Ferraz De Vasconcelos	SP
966	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Itaquaquecetuba	SP
967	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Salesópolis	SP
968	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Santa Branca	SP
969	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Lajeado	TO
970	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Miracema Do Tocantins	TO
971	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Paraná	TO
972	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	Peixe	TO
973	Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas	São Salvador Do Tocantins	TO
974	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Laranjal Do Jari	AP
975	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Porto Grande	AP
976	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Ouroândia	BA
977	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	São Gonçalo Do Amarante	CE
978	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Jandaíra	RN

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
979	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	João Câmara	RN
980	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Parazinho	RN
981	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Tramandaí	RS
982	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Água Doce	SC
983	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	São Paulo	SP
984	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Lajeado	TO
985	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Miracema Do Tocantins	TO
986	Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP	Peixe	TO
987	Instituto Embraer	Formare	Gavião Peixoto	SP
988	Instituto Embraer	Asas do Bem	São José dos Campos	SP
989	Instituto Embraer	Asas do Bem	Botucatu	SP
990	Instituto Embraer	Asas do Bem	Gavião Peixoto	SP
991	Instituto Embraer	Asas do Bem	Taubaté	SP
992	Instituto Embraer	Colégios Embraer	São José dos Campos	SP
993	Instituto Embraer	Colégios Embraer	Botucatu	SP
994	Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	São José dos Campos	SP
995	Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	Botucatu	SP
996	Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	Gavião Peixoto	SP
997	Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	Taubaté	SP
998	Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	Sorocaba	SP
999	Instituto Embraer	PPS - Programa de Parceria e Engajamento Social	Campinas	SP
1000	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Maceió	AL
1001	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Feira De Santana	BA
1002	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Aparecida De Goiânia	GO
1003	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Araucária	PR
1004	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Campo Largo	PR
1005	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Contenda	PR
1006	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Curitiba	PR
1007	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Fazenda Rio Grande	PR
1008	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Mandrituba	PR
1009	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Piñ	PR
1010	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Pinhais	PR
1011	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Quatro Barras	PR
1012	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	São José Dos Pinhais	PR
1013	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Itaboraí	RJ
1014	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Americana	SP
1015	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Araraquara	SP
1016	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Araras	SP
1017	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Artur Nogueira	SP
1018	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Bauru	SP
1019	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Bragança Paulista	SP
1020	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Campinas	SP
1021	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Ferraz De Vasconcelos	SP
1022	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Hortolândia	SP
1023	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Itapevi	SP
1024	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Ituva	SP
1025	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Jaguariúna	SP
1026	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Jardinópolis	SP
1027	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Jundiá	SP
1028	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Limeira	SP
1029	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Louveira	SP
1030	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Paulínia	SP
1031	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Piratininga	SP
1032	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Ribeirão Preto	SP
1033	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	São Bernardo Do Campo	SP
1034	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	São Caetano Do Sul	SP
1035	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	São José Dos Campos	SP
1036	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	São Paulo	SP
1037	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Sorocaba	SP
1038	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Suzano	SP

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro ^(*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
1039	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Tremembé	SP
1040	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Valinhos	SP
1041	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Aracaju	SE
1042	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Barra Dos Coqueiros	SE
1043	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Carmópolis	SE
1044	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Divina Pastora	SE
1045	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Laranjeiras	SE
1046	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Propriá	SE
1047	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Ribeirópolis	SE
1048	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Rosário Do Catete	SE
1049	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	Santo Amaro Das Brotas	SE
1050	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental	São Cristóvão	SE
1051	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Maceió	AL
1052	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Feira De Santana	BA
1053	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Aparecida De Goiânia	GO
1054	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Contenda	PR
1055	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Fazenda Rio Grande	PR
1056	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Itaboraí	RJ
1057	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Araras	SP
1058	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Hortolândia	SP
1059	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Limeira	SP
1060	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Louveira	SP
1061	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Sumaré	SP
1062	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Divina Pastora	SE
1063	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Rosário Do Catete	SE
1064	Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?	Santo Amaro Das Brotas	SE
1065	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Maceió	AL
1066	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Feira De Santana	BA
1067	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Aparecida De Goiânia	GO
1068	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Contenda	PR
1069	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Fazenda Rio Grande	PR
1070	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Itaboraí	RJ
1071	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Araras	SP
1072	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Hortolândia	SP
1073	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Limeira	SP
1074	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Louveira	SP
1075	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Sumaré	SP
1076	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Divina Pastora	SE
1077	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Rosário Do Catete	SE
1078	Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio	Santo Amaro Das Brotas	SE
1079	Instituto Eurofarma	Matéria Prima	Itapevi	SP
1080	Instituto Eurofarma	Matéria Prima	São Paulo	SP
1081	Instituto Eurofarma	Centro Eurofarma de Enfermagem	São Paulo	SP
1082	Instituto Eurofarma	Educar para Reciclar	Itapevi	SP
1083	Instituto Eurofarma	Educar para Reciclar	São Paulo	SP
1084	Instituto Eurofarma	Cursos de Iniciação Profissional	Itapevi	SP
1085	Instituto Eurofarma	Cursos de Iniciação Profissional	São Paulo	SP
1086	Instituto Eurofarma	Cursos de Qualificação Profissional	Itapevi	SP
1087	Instituto Eurofarma	Cursos de Qualificação Profissional	São Paulo	SP
1088	Instituto GPA	Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos (NATA)	São Gonçalo	RJ
1089	Instituto GPA	Programa de Música e Osquestra	São Paulo	SP
1090	Instituto GPA	Programa de Música e Osquestra	Santos	SP
1091	Instituto GPA	Programa de Música e Osquestra	Osasco	SP
1092	Instituto Grupo BIG	Escola Social do Varejo	Salvador	BA
1093	Instituto Grupo BIG	Escola Social do Varejo	Recife	PE
1094	Instituto Grupo BIG	Escola Social do Varejo	Osasco	SP
1095	Instituto International Paper	Escola Formare	Mogi Guaçu	SP
1096	Instituto Invepar	Cinemaneiro	Rio De Janeiro	RJ
1097	Instituto Invepar	Favela Mundo	Rio De Janeiro	RJ

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
1098	Instituto Invepar	Água Fonte da Vida	Rio De Janeiro	RJ
1099	Instituto Invepar	Direitos Humanos em Azulejo	Rio De Janeiro	RJ
1100	Instituto Invepar	Lê para min	Rio De Janeiro	RJ
1101	Instituto Invepar	Eco Redes - Rede Comunitária de Desenvolvimento Socioambiental	Rio De Janeiro	RJ
1102	Instituto Invepar	Projeto Trânsito Legal - De Olho na Pista	Rio De Janeiro	RJ
1103	Instituto Julio Simões	Julio Cidadão	Mogi Das Cruzes	SP
1104	Instituto Julio Simões	Julio Cidadão	Suzano	SP
1105	Instituto Sabin	Ludoteca	Manaus	AM
1106	Instituto Sabin	Ludoteca	Barreiras	BA
1107	Instituto Sabin	Ludoteca	Camaçari	BA
1108	Instituto Sabin	Ludoteca	Luís Eduardo Magalhães	BA
1109	Instituto Sabin	Ludoteca	Salvador	BA
1110	Instituto Sabin	Ludoteca	Santo Antônio De Jesus	BA
1111	Instituto Sabin	Ludoteca	Brasília	DF
1112	Instituto Sabin	Ludoteca	Águas Lindas De Goiás	GO
1113	Instituto Sabin	Ludoteca	Anápolis	GO
1114	Instituto Sabin	Ludoteca	Cidade Ocidental	GO
1115	Instituto Sabin	Ludoteca	Formosa	GO
1116	Instituto Sabin	Ludoteca	Luziânia	GO
1117	Instituto Sabin	Ludoteca	Valparaíso De Goiás	GO
1118	Instituto Sabin	Ludoteca	Cuiabá	MT
1119	Instituto Sabin	Ludoteca	Campo Grande	MS
1120	Instituto Sabin	Ludoteca	Araxá	MG
1121	Instituto Sabin	Ludoteca	Uberaba	MG
1122	Instituto Sabin	Ludoteca	Uberlândia	MG
1123	Instituto Sabin	Ludoteca	Belém	PA
1124	Instituto Sabin	Ludoteca	Londrina	PR
1125	Instituto Sabin	Ludoteca	Maringá	PR
1126	Instituto Sabin	Ludoteca	Boa Vista	RR
1127	Instituto Sabin	Ludoteca	Florianópolis	SC
1128	Instituto Sabin	Ludoteca	Campinas	SP
1129	Instituto Sabin	Ludoteca	Jacareí	SP
1130	Instituto Sabin	Ludoteca	Ribeirão Preto	SP
1131	Instituto Sabin	Ludoteca	São José Dos Campos	SP
1132	Instituto Sabin	Ludoteca	Taubaté	SP
1133	Instituto Sabin	Ludoteca	Paraíso Do Tocantins	TO
1134	Instituto Sabin	Ludoteca	Palmas	TO
1135	Instituto Sabin	Saúde +	Manaus	AM
1136	Instituto Sabin	Saúde +	Barreiras	BA
1137	Instituto Sabin	Saúde +	Camaçari	BA
1138	Instituto Sabin	Saúde +	Salvador	BA
1139	Instituto Sabin	Saúde +	Santo Antônio De Jesus	BA
1140	Instituto Sabin	Saúde +	Brasília	DF
1141	Instituto Sabin	Saúde +	Anápolis	GO
1142	Instituto Sabin	Saúde +	Cidade Ocidental	GO
1143	Instituto Sabin	Saúde +	Luziânia	GO
1144	Instituto Sabin	Saúde +	Valparaíso De Goiás	GO
1145	Instituto Sabin	Saúde +	Cuiabá	MT
1146	Instituto Sabin	Saúde +	Campo Grande	MS
1147	Instituto Sabin	Saúde +	Araxá	MG
1148	Instituto Sabin	Saúde +	Uberaba	MG
1149	Instituto Sabin	Saúde +	Uberlândia	MG
1150	Instituto Sabin	Saúde +	Belém	PA
1151	Instituto Sabin	Saúde +	Londrina	PR
1152	Instituto Sabin	Saúde +	Maringá	PR
1153	Instituto Sabin	Saúde +	Boa Vista	RR
1154	Instituto Sabin	Saúde +	Florianópolis	SC
1155	Instituto Sabin	Saúde +	Campinas	SP
1156	Instituto Sabin	Saúde +	Ribeirão Preto	SP
1157	Instituto Sabin	Saúde +	São José Dos Campos	SP
1158	Instituto Sabin	Saúde +	Palmas	TO
1159	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	Epitaciolândia	AC
1160	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	Maceió	AL
1161	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	Chã De Alegria	PE
1162	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	Recife	PE
1163	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	Rio De Janeiro	RJ
1164	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	Natal	RN
1165	Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena	São Paulo	SP
1166	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Goiania	GO
1167	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Belém	PA
1168	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Campina Grande	PB
1169	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Triunfo	PB
1170	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Chã De Alegria	PE
1171	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Tacaratu	PE
1172	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Porto Alegre	RS
1173	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Uruguaiana	RS
1174	Instituto Unibanco	Jovem de Futuro	Franco Da Rocha	SP
1175	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Sobral	CE
1176	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Nobres	MT
1177	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Aparecida Do Taboado	MS
1178	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Três Lagoas	MS
1179	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Fortaleza De Minas	MG
1180	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Itaú De Minas	MG
1181	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Muriae	MG
1182	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Tapiraí	MG
1183	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Vazante	MG
1184	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Primavera	PA
1185	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Curral Novo Do Piauí	PI
1186	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Santana Da Boa Vista	RS
1187	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Alumínio	SP
1188	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Juquiá	SP
1189	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Miracatu	SP
1190	Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública	Xambioá	TO
1191	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Alcobaça	BA
1192	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Caravelas	BA
1193	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Nova Viçosa	BA
1194	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Sobradinho	BA
1195	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Sobral	CE
1196	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Conceição Da Barra	ES

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (continuação)

Registro ^(*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
1197	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	São Mateus	ES
1198	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Niquelândia	GO
1199	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Nobres	MT
1200	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Três Lagoas	MS
1201	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Cantagalo	MG
1202	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Fortaleza De Minas	MG
1203	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Juiz De Fora	MG
1204	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Miraf	MG
1205	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Paracatu	MG
1206	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Tapiraí	MG
1207	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Três Marias	MG
1208	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Betânia Do Piauí	PI
1209	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Curral Novo Do Piauí	PI
1210	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Vidal Ramos	SC
1211	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Juquiá	SP
1212	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Laranjeiras	SE
1213	Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda	Xambioá	TO
1214	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Alcobaça	BA
1215	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Cachoeira	BA
1216	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Camaçari	BA
1217	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Caravelas	BA
1218	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Governador Mangabeira	BA
1219	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Nova Viçosa	BA
1220	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	São Félix	BA
1221	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Aracruz	ES
1222	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Conceição Da Barra	ES
1223	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Jaguaré	ES
1224	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Montanha	ES
1225	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Pinheiros	ES
1226	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Vila Valério	ES
1227	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Corumbá De Goiás	GO
1228	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Edealina	GO
1229	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Niquelândia	GO
1230	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Uruaçu	GO
1231	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Aripuanã	MT
1232	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Nobres	MT
1233	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Água Clara	MS
1234	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Aparecida Do Taboado	MS
1235	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Brasilândia	MS
1236	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Ladário	MS
1237	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Selvíria	MS
1238	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Belmiro Braga	MG
1239	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Cantagalo	MG
1240	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Coromandel	MG
1241	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Guarda-Mor	MG
1242	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Itapecva	MG
1243	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Itaú De Minas	MG
1244	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Juiz De Fora	MG
1245	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Lagamar	MG
1246	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Matias Barbosa	MG
1247	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Muriáe	MG
1248	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Presidente Olegário	MG
1249	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	São Gonçalo Do Abaeté	MG
1250	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	São Sebastião Da Vargem Alegre	MG
1251	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Simão Pereira	MG
1252	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Tapiraí	MG
1253	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Três Marias	MG
1254	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Vazante	MG
1255	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Capanema	PA
1256	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Primavera	PA
1257	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Almirante Tamandaré	PR
1258	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Itaperuçu	PR
1259	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Ribeirão Claro	PR
1260	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Rio Branco Do Sul	PR
1261	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Araripina	PE
1262	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Lagoa Grande	PE
1263	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Trindade	PE
1264	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Betânia Do Piauí	PI
1265	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Curral Novo Do Piauí	PI
1266	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Santa Filomena	PI
1267	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Barra Mansa	RJ
1268	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Resende	RJ
1269	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Caçapava Do Sul	RS
1270	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Esteio	RS
1271	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Pinheiro Machado	RS
1272	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Apúina	SC
1273	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Campo Belo Do Sul	SC
1274	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Capivari De Baixo	SC
1275	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Celso Ramos	SC
1276	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Ibirama	SC
1277	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Imbituba	SC
1278	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Lontas	SC
1279	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Vidal Ramos	SC
1280	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Alumínio	SP
1281	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Angatuba	SP
1282	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Araçariçuama	SP
1283	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Biritiba-Mirim	SP
1284	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Buri	SP
1285	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Caçapava	SP
1286	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Cerqueira César	SP
1287	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Divinolândia	SP
1288	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Ibitinga	SP
1289	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Ibídina	SP
1290	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Igaratá	SP
1291	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Itapetininga	SP
1292	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Jacaré	SP
1293	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Juquiá	SP
1294	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Juquitiba	SP
1295	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Limeira	SP

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 3: Projetos considerados na análise e municípios em que foram implantados (conclusão)

Registro (*)	Organizações que possuem projetos em ISP	Nome do projeto	Municípios em que o projeto foi implantado	UF
1296	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Matão	SP
1297	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Miracatu	SP
1298	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Nova Europa	SP
1299	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Nova Granada	SP
1300	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Paraibuna	SP
1301	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Piedade	SP
1302	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Pilar Do Sul	SP
1303	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Salesópolis	SP
1304	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Salto De Pirapora	SP
1305	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Santa Branca	SP
1306	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Santa Isabel	SP
1307	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	São Lourenço Da Serra	SP
1308	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Taquarivaí	SP
1309	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Votorantim	SP
1310	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Chavantes	SP
1311	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Laranjeiras	SE
1312	Instituto Votorantim	PVE- Parceria pela Valorização da Educação	Xambioá	TO
1313	Monsanto/Bayer	Escola de futebol	Belford Roxo	RJ
1314	Monsanto/Bayer	Escola Verde	Belford Roxo	RJ
1315	Monsanto/Bayer	Olimpíadas da Cidadania	Condeúba	BA
1316	Monsanto/Bayer	Olimpíadas da Cidadania	Mortugaba	BA
1317	Monsanto/Bayer	Olimpíadas da Cidadania	Caetié	BA
1318	Oi Futuro	Nave	Rio de Janeiro	RJ
1319	Pinheiro Neto Advogados	Alfasol Alfabetização Solidária	Campo Do Brito	SE
1320	Serasa Experia	Sonhos Reais	São Paulo	SP
1321	SITAWI Finanças do Bem	COEX Carajás	Parauapebas	PA
1322	SITAWI Finanças do Bem	Cooperativa Ser do Sertão	Pintadas	BA
1323	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Tarauacá	AC
1324	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Marechal Thaumaturgo	AC
1325	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São Gabriel da Cachoeira	AM
1326	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Santa Isabel do Rio Negro	AM
1327	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Barcelos	AM
1328	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Benjamin Constant	AM
1329	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Japurá	AM
1330	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Nhamundá	AM
1331	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Uruará	AM
1332	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Peixoto de Azevedo	MT
1333	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Santa Cruz do Xingu	MT
1334	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São José do Xingu	MT
1335	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Canarana	MT
1336	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Feliz Natal	MT
1337	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Gaúcha do Norte	MT
1338	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Marcelândia	MT
1339	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Nova Ubiratã	MT
1340	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Paranatinga	MT
1341	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Querência	MT
1342	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São Félix do Araguaia	MT
1343	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Altamira	PA
1344	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Faro	PA
1345	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Oriximiná	PA
1346	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Bannach	PA
1347	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Cumaru do Norte	PA
1348	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São Félix do Xingu	PA
1349	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Floresta do Araguaia	PA
1350	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Pau D'Arco	PA
1351	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Redenção	PA
1352	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Matupá	MT
1353	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Peixoto de Azevedo	MT
1354	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Alto Alegre	RR
1355	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Amajari	RR
1356	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Caracará	RR
1357	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Iracema	RR
1358	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Mucajá	RR
1359	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Caroebe	RR
1360	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São João da Baliza	RR
1361	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São Paulo	SP
1362	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Mongaguá	SP
1363	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São Bernardo do Campo	SP
1364	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	São Vicente	SP
1365	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Formoso do Araguaia	TO
1366	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Goiatins	TO
1367	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Lagoa da Confusão	TO
1368	SITAWI Finanças do Bem	Tucum	Pium	TO
1369	SITAWI Finanças do Bem	Adere	São Paulo	SP
1370	TV Globo	Qualidade de Vida e Esporte	Boa Vista	RR

(*) Cada registro corresponde ao município em que o projeto foi implantado

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
1	Abaeté	MG		1	23.611
2	Abre Campo	MG		1	13.733
3	Açailândia	MA	1		111.339
4	Afogados Da Ingazeira	PE		1	37.017
5	Água Boa	MT		1	24.501
6	Água Branca	PI		1	17.119
7	Água Clara	MS		1	14.992
8	Água Doce	SC		1	7.154
9	Águas De Santa Bárbara	SP		1	6.009
10	Águas Lindas De Goiás	GO	1		195.810
11	Águas Mornas	SC		1	6.298
12	Agudos	SP		1	36.880
13	Aimorés	MG		1	25.711
14	Alagoinha	PE		1	14.517
15	Alagoinhas	BA	1		155.979
16	Alambari	SP		1	5.754
17	Alcobaça	BA		1	23.376
18	Alfredo Wagner	SC		1	9.960
19	Aliança do Tocantins	TO		1	5.527
20	Almirante Tamandaré	PR	1		115.364
21	Altamira	PA	1		111.435
22	Altinho	PE		1	22.896
23	Alto Alegre	RR		1	15.933
24	Alto Alegre Do Pindaré	MA		1	31.312
25	Alto Garças	MT		1	11.532
26	Alumínio	SP		1	18.324
27	Alvarães	AM		1	15.908
28	Amajari	RR		1	11.560
29	América Dourada	BA		1	16.798
30	Americana	SP	1		233.868
31	Amparo	PB		1	2.246
32	Anadia	AL		1	17.818
33	Anajatuba	MA		1	27.352
34	Anápolis	GO	1		375.142
35	Angatuba	SP		1	24.634
36	Angelina	SC		1	4.943
37	Anitápolis	SC		1	3.248
38	Anori	AM		1	20.196
39	Antônio Dias	MG		1	9.637
40	Aparecida De Goiânia	GO	1		542.090
41	Aparecida Do Taboado	MS		1	25.072
42	Apiáí	SP		1	24.945
43	Apiúna	SC		1	10.542
44	Apodi	RN		1	36.323
45	Aracaju	SE	1		650.106

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
46	Araçariguama	SP		1	21.038
47	Araçoiaba Da Serra	SP		1	32.495
48	Aracruz	ES		1	98.393
49	Araguari	MG	1		117.445
50	Arapongas	PR	1		118.477
51	Araraquara	SP	1		230.770
52	Araras	SP	1		131.282
53	Arari	MA		1	29.932
54	Araripina	PE		1	83.757
55	Araruama	RJ	1		126.742
56	Araucária	PR	1		137.452
57	Araxá	MG	1		104.283
58	Arcos	MG		1	39.811
59	Arcoverde	PE		1	73.667
60	Aripuanã	MT		1	21.357
61	Ariquemes	RO	1		107.345
62	Artur Nogueira	SP		1	51.986
63	Arujá	SP		1	86.430
64	Assis	SP	1		102.924
65	Assis Chateaubriand	PR		1	34.064
66	Astorga	PR		1	26.196
67	Atibaia	SP	1		139.683
68	Avaré	SP		1	89.479
69	Bacabeira	MA		1	17.053
70	Bagé	RS	1		122.209
71	Baixo Guandu	ES		1	31.794
72	Balsa Nova	PR		1	12.602
73	Balsas	MA		1	94.779
74	Bannach	PA		1	3.200
75	Barão De Antonina	SP		1	3.406
76	Barão de Cocais	MG		1	31.968
77	Baraúna	RN		1	28.085
78	Barcarena	PA	1		121.190
79	Barcelos	AM		1	27.743
80	Barra De São Miguel	PB		1	5.979
81	Barra Do Chapéu	SP		1	5.653
82	Barra Do Turvo	SP		1	7.781
83	Barra Dos Coqueiros	SE		1	29.807
84	Barra Mansa	RJ	1		179.451
85	Barreiras	BA	1		157.638
86	Barreiros	PE		1	42.438
87	Barretos	SP	1		120.638
88	Barrolândia	TO		1	5.643
89	Barroso	MG		1	20.882
90	Barueri	SP	1		267.534

Fonte: IBGE(2017)

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
91	Bauru	SP	1		371.690
92	Bebedouro	SP		1	77.761
93	Bela Vista de Minas	MG		1	10.416
94	Bela Vista do Piauí	PI		1	3.947
95	Belém	PA	1		1.452.275
96	Belford Roxo	RJ	1		495.783
97	Belmiro Braga	MG		1	3.503
98	Belo Horizonte	MG	1		2.523.794
99	Belo Oriente	MG		1	26.158
100	Belo Vale	MG		1	7.841
101	Belterra	PA		1	17.249
102	Benjamin Constant	AM		1	41.329
103	Bertioga	SP		1	59.297
104	Beruri	AM		1	18.978
105	Betânia Do Piauí	PI		1	6.106
106	Betim	MG	1		427.146
107	Bezerras	PE		1	60.549
108	Biguaçu	SC		1	66.558
109	Biritiba-Mirim	SP		1	31.793
110	Blumenau	SC	1		348.513
111	Boa Esperança	MG		1	40.530
112	Boa Nova	BA		1	14.069
113	Boa Vista	RR	1		332.020
114	Boca Da Mata	AL		1	27.590
115	Bodocó	PE		1	37.816
116	Bodoquena	MS		1	7.820
117	Bofete	SP		1	11.236
118	Boituva	SP		1	57.910
119	Bom Conselho	PE		1	48.214
120	Bom Despacho	MG		1	50.042
121	Bom Jardim	MA		1	41.120
122	Bom Jesus Das Selvas	MA		1	34.278
123	Bom Jesus dos Perdões	SP		1	24.023
124	Bonito	PE		1	38.044
125	Borá	SP		1	839
126	Borba	AM		1	40.464
127	Botucatu	SP	1		142.546
128	Bragança Paulista	SP	1		164.163
129	Brasilândia	MS		1	11.864
130	Brasília	DF	1		3.039.444
131	Brasnorte	MT		1	18.688
132	Brumadinho	MG		1	38.863
133	Brumado	BA		1	69.677
134	Buíque	PE		1	57.696
135	Buri	SP		1	19.737

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
136	Buriticupu	MA		1	71.979
137	Cabo De Santo Agostinho	PE	1		204.653
138	Cabo Frio	RJ	1		216.030
139	Cabrobó	PE		1	33.856
140	Caçapava	SP		1	92.587
141	Caçapava Do Sul	RS		1	34.634
142	Cachoeira	BA		1	35.139
143	Cachoeira Paulista	SP		1	32.773
144	Cacoal	RO		1	88.507
145	Caetité	BA		1	52.853
146	Caieiras	SP		1	98.223
147	Cajamar	SP		1	73.921
148	Cajati	SP		1	28.870
149	Cajuru	SP		1	25.655
150	Calçado	PE		1	11.055
151	Caldas Brandão	PB		1	6.025
152	Califórnia	PR		1	8.583
153	Camaçari	BA	1		296.893
154	Camaragibe	PE	1		156.361
155	Camocim De São Félix	PE		1	18.583
156	Campina Da Lagoa	PR		1	15.042
157	Campina Grande	PB	1		410.332
158	Campinas	SP	1		1.182.429
159	Campo Alegre	AL		1	57.548
160	Campo Belo Do Sul	SC		1	7.177
161	Campo Do Brito	SE		1	18.111
162	Campo Formoso	BA		1	73.448
163	Campo Grande	MS	1		874.210
164	Campo Largo	PR	1		127.309
165	Campo Novo Do Parecis	MT		1	33.551
166	Campos De Júlio	MT		1	6.512
167	Campos Novos Paulista	SP		1	4.900
168	Canaã Dos Carajás	PA		1	36.027
169	Cananéia	SP		1	12.609
170	Canarana	MT		1	20.707
171	Canas	SP		1	4.975
172	Cândido De Abreu	PR		1	16.059
173	Cândido Mota	SP		1	31.263
174	Candiota	RS		1	9.406
175	Canelinha	SC		1	11.944
176	Canguçu	RS		1	56.103
177	Canindé de São Francisco	SE		1	29.372
178	Canoas	RS	1		343.853
179	Cantagalo	MG		1	4.517
180	Canto Do Buriti	PI		1	20.831

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
181	Capanema	PA		1	67.150
182	Capão Bonito	SP		1	47.463
183	Capela Do Alto	SP		1	20.005
184	Capivari De Baixo	SC		1	24.298
185	Caracaraí	RR		1	20.807
186	Caraíbas	BA		1	9.773
187	Carambeí	PR		1	22.282
188	Carapicuíba	SP	1		396.587
189	Carauari	AM		1	28.337
190	Caravelas	BA		1	22.740
191	Carbonita	MG		1	9.544
192	Cariacica	ES	1		387.368
193	Carmópolis	SE		1	16.275
194	Caroebe	RR		1	9.493
195	Caruarú	PE	1		356.128
196	Cascavel	PR	1		319.608
197	Casinhas	PE		1	14.274
198	Castanhal	PA	1		195.253
199	Castro	PR		1	71.501
200	Catalão	GO	1		102.393
201	Catas Altas	MG		1	5.316
202	Catuípe	RS		1	9.335
203	Caturama	BA		1	9.764
204	Catuti	MG		1	5.151
205	Caucaia	CE	1		362.223
206	Cavalcante	GO		1	9.829
207	Caxias Do Sul	RS	1		483.377
208	Celso Ramos	SC		1	2.760
209	Cerejeiras	RO		1	17.934
210	Cerqueira César	SP		1	19.495
211	Cesário Lange	SP		1	17.587
212	Cezarina	GO		1	8.386
213	Chã De Alegria	PE		1	13.396
214	Chapecó	SC	1		213.279
215	Chavantes	SP		1	12.487
216	Choró	CE		1	13.384
217	Cidade Ocidental	GO		1	66.777
218	Cidelândia	MA		1	14.539
219	Coari	AM		1	84.762
220	Codajás	AM		1	27.817
221	Colina	SP		1	18.376
222	Comodoro	MT		1	19.932
223	Conceição Da Barra	ES		1	31.574
224	Conceição Das Alagoas	MG		1	26.818
225	Conceição do Araguaia	PA		1	46.571

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
226	Conceição do Castelo	ES		1	12.944
227	Conde	PB		1	24.769
228	Condeúba	BA		1	18.191
229	Confresa	MT		1	29.471
230	Congonhas	MG		1	53.843
231	Contagem	MG	1		658.580
232	Contenda	PR		1	17.961
233	Cordeirópolis	SP		1	23.793
234	Coromandel	MG		1	28.508
235	Coronel Fabriciano	MG	1		110.326
236	Coronel José Dias	PI		1	4.608
237	Coronel Macedo	SP		1	4.840
238	Coronel Vivida	PR		1	21.666
239	Corumbá De Goiás	GO		1	11.086
240	Coruripe	AL		1	57.498
241	Cosmópolis	SP		1	69.086
242	Cotia	SP	1		237.750
243	Crateús	CE		1	74.426
244	Criciúma	SC	1		211.369
245	Crixás do Tocantins	TO		1	1.708
246	Cruz Do Espírito Santo	PB		1	17.559
247	Cruz Machado	PR		1	18.907
248	Cruzália	SP		1	2.161
249	Cruzeiro	SP		1	81.724
250	Cubatão	SP	1		128.748
251	Cuiabá	MT	1		590.118
252	Cumarú do Norte	PA		1	13.093
253	Curionópolis	PA		1	17.453
254	Curitiba	PR	1		1.908.359
255	Currá Novo Do Piauí	PI		1	5.251
256	Delmiro Gouveia	AL		1	51.763
257	Diadema	SP	1		417.869
258	Dionísio	MG		1	8.287
259	Divina Pastora	SE		1	5.058
260	Divinolândia	SP		1	11.384
261	Dois Córregos	SP		1	26.891
262	Dom Inocêncio	PI		1	9.404
263	Domingos Martins	ES		1	34.757
264	Dores Do Indaiá	MG		1	13.923
265	Dourados	MS	1		218.069
266	Duque De Caxias	RJ	1		890.997
267	Echaporã	SP		1	6.247
268	Edealina	GO		1	3.809
269	Eirunepé	AM		1	34.888
270	Eldorado	SP		1	15.436

Fonte: IBGE(2017)

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
271	Embu	SP	1		267.054
272	Epitaciolândia	AC		1	17.340
273	Esteio	RS		1	84.237
274	Estrela Do Sul	MG		1	7.981
275	Eusébio	CE		1	52.667
276	Ewbank Da Câmara	MG		1	3.952
277	Exu	PE		1	31.790
278	Faro	PA		1	7.009
279	Fartura	SP		1	16.028
280	Fátima	TO		1	3.879
281	Faxinal	PR		1	17.306
282	Fazenda Rio Grande	PR		1	95.225
283	Feira de Santana	BA	1		627.477
284	Feliz Deserto	AL		1	4.806
285	Feliz Natal	MT		1	13.451
286	Fernando De Noronha	PE		1	3.016
287	Ferraz De Vasconcelos	SP	1		188.868
288	Flores	PE		1	22.567
289	Floresta	PE		1	32.483
290	Floresta do Araguaia	PA		1	19.746
291	Florianópolis	SC	1		485.838
292	Florínia	SP		1	2.758
293	Fonte Boa	AM		1	19.669
294	Formosa	GO	1		115.789
295	Formoso do Araguaia	TO		1	18.684
296	Formoso do Araguaia	TO		1	18.684
297	Fortaleza	CE	1		2.627.482
298	Fortaleza De Minas	MG		1	4.407
299	Foz Do Iguaçu	PR	1		264.044
300	Franca	SP	1		347.237
301	Francisco Morato	SP	1		171.602
302	Franco Da Rocha	SP	1		149.502
303	Frederico Westphalen	RS		1	30.832
304	Garanhuns	PE	1		138.642
305	Gararu	SE		1	67.392
306	Garopaba	SC		1	7.296
307	Gaspar	SC		1	67.392
308	Gaúcha Do Norte	MT		1	7.296
309	Gavião Peixoto	SP		1	4.739
310	Goiânia	GO	1		1.466.105
311	Goiatins	TO		1	12.973
312	Governador Dix-Sept Rosado	RN		1	13.157
313	Governador Mangabeira	BA		1	21.495
314	Governador Valadares	MG	1		280.901
315	Grajaú	MA		1	69.232

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
316	Gramado	RS		1	35.047
317	Granito	PE		1	7.417
318	Gravataí	RS	1		275.146
319	Guanambi	BA		1	86.808
320	Guapimirim	RJ		1	57.921
321	Guarapari	ES	1		123.166
322	Guaraqueçaba	PR		1	7.923
323	Guararema	SP		1	28.978
324	Guararema	SP		1	28.978
325	Guaratinguetá	SP	1		120.417
326	Guarda-Mor	MG		1	6.736
327	Guarujá	SP	1		315.563
328	Guarulhos	SP	1		1.349.113
329	Gurinhém	PB		1	14.134
330	Hortolândia	SP	1		222.186
331	Ibiraçu	ES		1	12.581
332	Ibirama	SC		1	18.721
333	Ibirapitanga	BA		1	24.293
334	Ibirarema	SP		1	7.540
335	Ibirité	MG	1		182.153
336	Ibitinga	SP		1	58.715
337	Ibiúna	SP		1	77.566
338	Igaraçu Do Tietê	SP		1	24.596
339	Igarapé do Meio	MA		1	14.147
340	Igaratá	SP		1	9.443
341	Igrapiúna	BA		1	14.187
342	Igreja Nova	AL		1	24.793
343	Igrejinha	RS		1	34.903
344	Iguaba Grande	RJ		1	26.936
345	Iguape	SP		1	30.644
346	Ijaci	MG		1	6.460
347	Ilha Comprida	SP		1	10.656
348	Ilhéus	BA	1		176.341
349	Imbituba	SC		1	44.076
350	Imperatriz	MA	1		254.569
351	Indaiatuba	SP	1		239.602
352	Ingá	PB		1	18.163
353	Inhapi	AL		1	18.652
354	Ipatinga	MG	1		261.203
355	Ipaussu	SP		1	14.766
356	Ipiranga	PR		1	15.139
357	Ipiranga Do Norte	MT		1	7.171
358	Ipixuna	AM		1	28.299
359	Iporã Do Oeste	SC		1	8.930
360	Iporanga	SP		1	4.299

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
361	Ipubi	PE		1	30.447
362	Iracema	RR		1	14.125
363	Iracemópolis	SP		1	23.264
364	Irاندوبا	AM		1	47.407
365	Irecê	BA		1	74.483
366	Itabaiana	PB		1	24.475
367	Itaberá	SP		1	17.879
368	Itabira	MG	1		119.285
369	Itabirito	MG		1	50.816
370	Itaboraí	RJ	1		232.394
371	Itaguaí	RJ	1		122.369
372	Itaí	SP		1	26.526
373	Itaituba	PA		1	98.523
374	Itajaí	SC	1		212.615
375	Itajubá	MG		1	97.000
376	Itanhaém	SP		1	98.629
377	Itaóca	SP		1	3.341
378	Itapecuru Mirim	MA		1	67.726
379	Itaperuçu	PR		1	27.500
380	Itapetininga	SP	1		160.070
381	Itapeva	MG		1	9.618
382	Itapevi	SP	1		229.502
383	Itapira	SP		1	73.844
384	Itapiranga	AM		1	9.125
385	Itapirapuã Paulista	SP		1	4.186
386	Itapissuma	PE		1	26.338
387	Itaporanga	PB		1	24.842
388	Itaquaquetuba	SP	1		360.657
389	Itararé	SP		1	50.379
390	Itariri	SP		1	17.062
391	Itatiaia	RJ		1	30.703
392	Itatiaiuçu	MG		1	10.979
393	Itatiba	SP	1		116.503
394	Itatinga	SP		1	20.158
395	Itaú De Minas	MG		1	16.082
396	Itaúna	MG		1	92.696
397	Itu	SP	1		170.157
398	Itumbiara	GO	1		102.513
399	Itupeva	SP		1	57.031
400	Iuiú	BA		1	11.399
401	Ivaiporã	PR		1	32.720
402	Jaboatão Dos Guararapes	PE	1		695.956
403	Jacareí	SP	1		229.851
404	Jacupiranga	SP		1	17.900
405	Jaguareé	ES		1	29.642

Fonte: IBGE(2017)

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
406	Jaguariaíva	PR		1	34.822
407	Jaguariúna	SP		1	54.204
408	Jandaíra	RN		1	6.942
409	Jandira	SP	1		121.492
410	Japaratinga	AL		1	8.453
411	Japurá	AM		1	4.205
412	Jardinópolis	SP		1	42.904
413	Jataí	GO		1	98.128
414	Jaú	SP	1		146.338
415	Jequeri	MG		1	12.859
416	Jequiá Da Praia	AL		1	11.782
417	João Câmara	RN		1	35.087
418	João Lisboa	MA		1	23.042
419	João Monlevade	MG		1	79.590
420	João Neiva	ES		1	17.168
421	João Pessoa	PB	1		811.598
422	João Ramalho	SP		1	4.468
423	Joselândia	MA		1	15.891
424	Juiz De Fora	MG	1		563.769
425	Jundiá	SP	1		409.497
426	Junqueiro	AL		1	25.093
427	Juquiá	SP		1	19.192
428	Juquitiba	SP		1	31.027
429	Jurema	PE		1	15.284
430	Juripiranga	PB		1	10.770
431	Jurutí	PA		1	56.325
432	Jutaí	AM		1	15.824
433	Ladainha	MG		1	18.152
434	Ladário	MS		1	22.590
435	Lagamar	MG		1	7.795
436	Lagoa da Confusão	TO		1	12.808
437	Lagoa Do Carro	PE		1	17.847
438	Lagoa Dos Gatos	PE		1	16.218
439	Lagoa Grande	PE		1	25.294
440	Laguna	SC		1	45.311
441	Lajeado	TO		1	3.092
442	Laranjal Do Jari	AP		1	47.554
443	Laranjeiras	SE		1	29.700
444	Lavrinhas	SP		1	7.150
445	Lençóis Paulista	SP		1	67.185
446	Leoberto Leal	SC		1	3.140
447	Limeira	SP	1		300.911
448	Lins	SP		1	77.021
449	Livramento	PB		1	7.386
450	Londrina	PR	1		558.439

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
451	Lontras	SC		1	11.774
452	Lorena	SP		1	87.980
453	Louveira	SP		1	45.922
454	Lucas Do Rio Verde	MT		1	61.515
455	Luís Antônio	SP		1	14.021
456	Luís Eduardo Magalhães	BA		1	83.557
457	Lutécia	SP		1	2.705
458	Luziânia	GO	1		199.615
459	Macaé	RJ	1		244.139
460	Macaíba	RN		1	80.031
461	Macapá	AP	1		474.706
462	Maceió	AL	1		1.029.129
463	Magé	RJ	1		237.420
464	Mairinque	SP		1	46.567
465	Mairiporã	SP		1	95.601
466	Major Gercino	SC		1	3.429
467	Malacacheta	MG		1	19.157
468	Malhada	BA		1	17.526
469	Manacapuru	AM		1	96.460
470	Manari	PE		1	21.047
471	Manaus	AM	1		2.130.264
472	Mandirituba	PR		1	25.662
473	Manduri	SP		1	9.714
474	Mangaratiba	RJ		1	42.415
475	Manicoré	AM		1	54.708
476	Maraã	AM		1	18.531
477	Marabá	PA	1		271.594
478	Maracaí	SP		1	13.981
479	Maracanaú	CE	1		224.804
480	Maracás	BA		1	23.018
481	Maragogi	AL		1	32.940
482	Marcelândia	MT		1	10.422
483	Marechal Thaumaturgo	AC		1	17.897
484	Mari	PB		1	21.854
485	Mariana	MG		1	59.857
486	Marilândia do Sul	PR		1	9.068
487	Marília	SP	1		235.234
488	Maringá	PR	1		406.693
489	Martinho Campos	MG		1	13.436
490	Mascote	BA		1	14.728
491	Mata Grande	AL		1	25.589
492	Matão	SP		1	82.307
493	Mateus Leme	MG		1	30.678
494	Matias Barbosa	MG		1	14.449
495	Mato Verde	MG		1	12.849

Fonte: IBGE(2017)

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
496	Matupá	MT		1	15.870
497	Mauá	SP	1		462.005
498	Mauá Da Serra	PR		1	10.039
499	Maués	AM		1	62.212
500	Mendes	RJ		1	18.123
501	Minaçu	GO		1	30.696
502	Miracatu	SP		1	20.288
503	Miracema Do Tocantins	TO		1	19.055
504	Miraí	MG		1	14.946
505	Mococa	SP		1	68.994
506	Mogeiro	PB		1	13.286
507	Mogi Das Cruzes	SP	1		433.901
508	Mogi Guaçu	SP	1		149.396
509	Mogi Mirim	SP		1	92.365
510	Mongaguá	SP		1	54.257
511	Monsenhor Tabosa	CE		1	17.038
512	Montanha	ES		1	19.391
513	Monte Alegre De Sergipe	SE		1	15.177
514	Monte Mor	SP		1	57.240
515	Monteiro	PB		1	33.294
516	Montividiu	GO		1	12.566
517	Morro Do Chapéu	BA		1	36.856
518	Mortugaba	BA		1	12.529
519	Morungaba	SP		1	13.232
520	Mucajaí	RR		1	16.852
521	Mucuri	BA		1	42.072
522	Muniz Freire	ES		1	18.745
523	Muriaé	MG	1		108.537
524	Nantes	SP		1	3.049
525	Natal	RN	1		885.180
526	Natividade Da Serra	SP		1	6.754
527	Nhamundá	AM		1	20.902
528	Nilo Peçanha	BA		1	14.368
529	Niquelândia	GO		1	45.913
530	Niterói	RJ	1		499.028
531	Nobres	MT		1	14.917
532	Nova Era	MG		1	17.994
533	Nova Europa	SP		1	10.755
534	Nova Friburgo	RJ	1		185.381
535	Nova Granada	SP		1	21.071
536	Nova Hartz	RS		1	20.405
537	Nova Iguaçu	RJ	1		798.647
538	Nova Odessa	SP		1	58.227
539	Nova Olinda Do Norte	AM		1	36.431
540	Nova Prata Do Iguaçu	PR		1	10.745

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
541	Nova Rosalândia	TO		1	4.203
542	Nova Russas	CE		1	32.035
543	Nova Tebas	PR		1	6.498
544	Nova Trento	SC		1	14.099
545	Nova Ubiratã	MT		1	11.352
546	Nova Viçosa	BA		1	44.052
547	Novo Airão	AM		1	18.586
548	Novo Aripuanã	AM		1	25.112
549	Novo Hamburgo	RS	1		249.508
550	Novo Horizonte	BA		1	12.514
551	Ocaçu	SP		1	4.308
552	Olho D'água Do Casado	AL		1	9.459
553	Oriximiná	PA		1	71.078
554	Ortigueira	PR		1	23.200
555	Osasco	SP	1		697.886
556	Oscar Bressane	SP		1	2.616
557	Ouricuri	PE		1	68.776
558	Ouro Preto	MG		1	74.659
559	Ouroândia	BA		1	18.025
560	Ouvidor	GO		1	6.340
561	Palhoça	SC	1		164.926
562	Palmas	TO	1		286.787
563	Palmital	SP		1	22.196
564	Panelas	PE		1	26.417
565	Paracambi	RJ		1	50.447
566	Paracatu	MG		1	92.386
567	Paragominas	PA	1		110.026
568	Paraguaçu Paulista	SP		1	45.255
569	Paraibuna	SP		1	18.206
570	Paraíso Do Tocantins	TO		1	50.360
571	Paraná	TO		1	10.562
572	Paranaguá	PR	1		152.975
573	Parapanema	SP		1	19.730
574	Paranatinga	MT		1	21.612
575	Paranavaí	PR		1	87.850
576	Paraty	RJ		1	41.454
577	Parauapebas	PA	1		202.356
578	Parazinho	RN		1	5.258
579	Pardinho	SP		1	6.259
580	Pariconha	AL		1	10.684
581	Parintins	AM	1		113.832
582	Paripueira	AL		1	13.252
583	Pariquera-Açu	SP		1	19.537
584	Parnamirim	RN	1		254.709
585	Passo De Camaragibe	AL		1	15.461

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
586	Passo Fundo	RS	1		198.799
587	Patos De Minas	MG	1		150.893
588	Patrocínio	MG		1	89.983
589	Patrocínio Paulista	SP		1	14.351
590	Pau D'Arco	PA		1	5.341
591	Paulínia	SP	1		102.499
592	Paulista	PB		1	12.308
593	Paulistana	PI		1	20.192
594	Paulo Lopes	SC		1	7.360
595	Peabiru	PR		1	14.198
596	Pedra	PE		1	22.505
597	Pedreira	SP		1	46.598
598	Pedrinhas Paulista	SP		1	3.087
599	Pedro Afonso	TO		1	13.288
600	Pedro Canário	ES		1	26.537
601	Pedro De Toledo	SP		1	11.136
602	Pedro Leopoldo	MG		1	63.837
603	Peixe	TO		1	11.591
604	Peixoto de Azevedo	MT		1	33.630
605	Penedo	AL		1	64.497
606	Penha	SC		1	31.025
607	Periquito	MG		1	7.060
608	Peruíbe	SP		1	66.572
609	Piaçabuçu	AL		1	18.074
610	Piedade	SP		1	55.092
611	Piên	PR		1	12.455
612	Pilar	PB		1	11.938
613	Pilar Do Sul	SP		1	28.718
614	Pindamonhangaba	SP	1		164.000
615	Pinhais	PR	1		129.445
616	Pinheiral	RJ		1	24.282
617	Pinheiro	MA		1	82.374
618	Pinheiro Machado	RS		1	12.913
619	Pinheiros	ES		1	27.130
620	Pintadas	BA		1	11.012
621	Piracicaba	SP	1		397.322
622	Piraí	RJ		1	28.222
623	Piraí Do Norte	BA		1	10.411
624	Piraí do Sul	PR		1	25.277
625	Piraju	SP		1	29.790
626	Piranhas	AL		1	25.298
627	Piratininga	SP		1	13.335
628	Pitanga	PR		1	32.015
629	Pium	TO		1	7.536
630	Platina	SP		1	3.488

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
631	Poço Redondo	SE		1	34.529
632	Poços de Caldas	MG	1		166.085
633	Ponta Grossa	PR	1		344.332
634	Porangaba	SP		1	9.565
635	Porto Alegre	RS	1		1.484.941
636	Porto Calvo	AL		1	27.501
637	Porto Da Folha	SE		1	28.735
638	Porto De Pedras	AL		1	7.965
639	Porto Feliz	SP		1	52.507
640	Porto Ferreira	SP		1	55.432
641	Porto Franco	MA		1	23.760
642	Porto Grande	AP		1	20.611
643	Porto Real	RJ		1	18.829
644	Porto Real Do Colégio	AL		1	20.327
645	Porto Velho	RO	1		519.436
646	Poté	MG		1	16.641
647	Pouso Alegre	MG	1		147.137
648	Praia Grande	SP	1		310.024
649	Prata	PB		1	4.179
650	Presidente Olegário	MG		1	19.599
651	Presidente Tancredo Neves	BA		1	28.082
652	Primavera	PA		1	10.534
653	Primavera Do Leste	MT		1	59.293
654	Quadra	SP		1	3.680
655	Quartel Geral	MG		1	3.557
656	Quatá	SP		1	13.893
657	Quatro Barras	PR		1	22.651
658	Queimados	RJ	1		145.386
659	Queluz	SP		1	12.949
660	Querência	MT		1	16.512
661	Quixabeira	BA		1	9.411
662	Quixadá	CE		1	86.605
663	Rancharia	SP		1	29.821
664	Rancho Queimado	SC		1	2.871
665	Recife	PE	1		1.633.697
666	Redenção	PA		1	82.464
667	Registro	SP		1	56.430
668	Resende	RJ	1		126.923
669	Resplendor	MG		1	17.715
670	Riachão Do Bacamarte	PB		1	4.529
671	Riachão Do Poço	PB		1	4.519
672	Riacho Das Almas	PE		1	20.392
673	Ribeirão Claro	PR		1	10.941
674	Ribeirão Preto	SP	1		682.302
675	Ribeirópolis	SE		1	18.641

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
676	Rio Acima	MG		1	10.123
677	Rio Bonito	RJ		1	58.272
678	Rio Branco	AC	1		383.443
679	Rio Branco Do Sul	PR		1	32.504
680	Rio De Janeiro	RJ	1		6.520.266
681	Rio Formoso	PE		1	23.379
682	Rio Grande	RS	1		209.378
683	Rio Piracicaba	MG		1	14.624
684	Rio Verde	GO	1		217.048
685	Riqueza	SC		1	4.670
686	Riversul	SP		1	5.792
687	Rondonópolis	MT	1		222.316
688	Rosário Do Catete	SE		1	10.699
689	Rosário do Sul	RS		1	40.727
690	Roseira	SP		1	10.512
691	Roteiro	AL		1	6.774
692	Ruy Barbosa	BA		1	32.009
693	Sabará	MG	1		135.968
694	Sairé	PE		1	10.065
695	Salesópolis	SP		1	16.903
696	Salgado De São Félix	PB		1	12.145
697	Salgueiro	PE		1	60.453
698	Salto De Pirapora	SP		1	44.397
699	Salvador	BA	1		2.953.986
700	Santa Bárbara	MG		1	30.690
701	Santa Branca	SP		1	14.667
702	Santa Cruz	RN		1	39.667
703	Santa Cruz Da Esperança	SP		1	2.110
704	Santa Cruz Do Capibaribe	PE	1		105.761
705	Santa Cruz Do Rio Pardo	SP		1	47.148
706	Santa Cruz do Xingu	MT		1	2.421
707	Santa Filomena	PI		1	6.156
708	Santa Helena De Goiás	GO		1	38.743
709	Santa Isabel	SP		1	56.014
710	Santa Isabel Do Pará	PA		1	68.836
711	Santa Isabel do Rio Negro	AM		1	23.765
712	Santa Juliana	MG		1	13.380
713	Santa Maria	RS	1		278.445
714	Santa Maria Do Oeste	PR		1	10.716
715	Santa Quitéria Do Maranhão	MA		1	25.334
716	Santa Rita	MA		1	37.090
717	Santa Rita Do Tocantins	TO		1	2.343
718	Santana Da Boa Vista	RS		1	8.414
719	Santana De Parnaíba	SP	1		131.887
720	Santana Do Paraíso	MG		1	32.828

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
721	Santarém	PA	1		296.302
722	Santo Amaro Da Imperatriz	SC		1	22.609
723	Santo Amaro Das Brotas	SE		1	12.146
724	Santo Antônio De Jesus	BA	1		103.342
725	Santos	SP	1		434.742
726	Santos Dumont	MG		1	47.561
727	São Bento Do Una	PE		1	58.824
728	São Bernardo Do Campo	SP	1		827.437
729	São Bonifácio	SC		1	2.899
730	São Brás	AL		1	7.058
731	São Braz Do Piauí	PI		1	4.377
732	São Caetano Do Sul	SP	1		159.608
733	São Carlos	SP	1		246.088
734	São Cristóvão	SE		1	89.232
735	São Domingos Do Prata	MG		1	17.787
736	São Félix	BA		1	15.310
737	São Félix do Araguaia	MT		1	11.290
738	São Félix do Xingu	PA	1		124.806
739	São Francisco Do Sul	SC		1	50.701
740	São Gabriel da Cachoeira	AM		1	44.553
741	São Gonçalo	RJ	1		1.049.826
742	São Gonçalo Do Abaeté	MG		1	6.898
743	São Gonçalo Do Amarante	CE		1	48.265
744	São Gonçalo Do Rio Abaixo	MG		1	10.773
745	São João da Baliza	RR		1	7.740
746	São João De Meriti	RJ	1		460.461
747	São João Del Rei	MG		1	90.263
748	São João Do Piauí	PI		1	20.258
749	São João Do Tigre	PB		1	4.423
750	São Joaquim Do Monte	PE		1	21.257
751	São José	SC	1		239.718
752	São José Da Coroa Grande	PE		1	20.963
753	São José Do Cedro	SC		1	13.897
754	São José Do Goiabal	MG		1	5.633
755	São José Do Rio Preto	SP	1		450.657
756	São José Dos Campos	SP	1		703.219
757	São José Dos Pinhais	PR	1		307.530
758	São José Dos Ramos	PB		1	5.969
759	São Leopoldo	RS	1		230.914
760	São Lourenço Da Serra	SP		1	15.465
761	São Lourenço Do Piauí	PI		1	4.501
762	São Luis	MA	1		1.091.868
763	São Luís Do Paraitinga	SP		1	10.740
764	São Luís Do Quitunde	AL		1	34.961
765	São Mateus	ES	1		128.449

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
766	São Miguel Arcanjo	SP		1	32.910
767	São Miguel Dos Campos	AL		1	61.827
768	São Miguel Dos Milagres	AL		1	8.022
769	São Paulo	SP	1		12.106.920
770	São Pedro Da Água Branca	MA		1	12.511
771	São Pedro Da Aldeia	RJ		1	99.906
772	São Pedro De Alcântara	SC		1	5.602
773	São Pedro Dos Ferros	MG		1	8.181
774	São Raimundo Nonato	PI		1	34.109
775	São Roque	SP		1	88.473
776	São Salvador Do Tocantins	TO		1	3.084
777	São Sebastião	AL		1	34.551
778	São Sebastião Da Vargem Alegre	MG		1	3.006
779	São Sebastião Do Uatumã	AM		1	13.421
780	São Vicente	SP	1		360.380
781	Sapezal	MT		1	24.305
782	Saquarema	RJ		1	85.175
783	Sarapuí	SP		1	10.034
784	Sarutaiaá	SP		1	3.681
785	Saubara	BA		1	12.380
786	Saudades	SC		1	9.664
787	Selvíria	MS		1	6.482
788	Senador Canedo	GO	1		105.459
789	Senador Modestino Gonçalves	MG		1	4.410
790	Seropédica	RJ		1	84.416
791	Serra	ES	1		502.618
792	Serra Azul	SP		1	13.810
793	Serra Talhada	PE		1	85.568
794	Sertânia	PE		1	35.670
795	Sete Barras	SP		1	13.053
796	Silva Jardim	RJ		1	21.253
797	Silveiras	SP		1	6.228
798	Simão Pereira	MG		1	2.651
799	Simões Filho	BA	1		136.050
800	Sinop	MT	1		135.874
801	Sobradinho	BA		1	23.713
802	Sobrado	PB		1	7.795
803	Sobral	CE	1		205.529
804	Sorocaba	SP	1		659.871
805	Sorriso	MT		1	85.223
806	Sumaré	SP	1		273.007
807	Sumé	PB		1	16.957
808	Suzano	SP	1		290.769
809	Tacaratu	PE		1	25.368
810	Taciba	SP		1	6.193

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(continuação)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
811	Taguaí	SP		1	13.111
812	Tamandaré	PE		1	23.100
813	Tamboril	CE		1	25.525
814	Tangará Da Serra	MT		1	98.828
815	Tapauá	AM		1	17.930
816	Tapiraí	MG		1	1.921
817	Taquara	RS		1	57.544
818	Taquaraçu De Minas	MG		1	4.075
819	Taquari	RS		1	27.207
820	Taquarituba	SP		1	23.240
821	Taquarivaí	SP		1	5.715
822	Tarauacá	AC		1	40.024
823	Tarumã	SP		1	14.547
824	Tatuí	SP	1		118.939
825	Taubaté	SP	1		307.953
826	Tefé	AM		1	62.021
827	Teixeira De Freitas	BA	1		161.690
828	Tejupá	SP		1	4.677
829	Teotônio Vilela	AL		1	44.666
830	Teresina	PI	1		850.198
831	Tibagi	PR		1	20.562
832	Timbaúba	PE		1	53.083
833	Timóteo	MG		1	88.931
834	Toledo	PR	1		135.538
835	Tonantins	AM		1	18.782
836	Toritama	PE		1	44.189
837	Torre De Pedra	SP		1	2.395
838	Tramandaí	RS		1	47.521
839	Tremembé	SP		1	45.904
840	Três Lagoas	MS	1		117.477
841	Três Marias	MG		1	31.687
842	Trindade	PE		1	30.155
843	Triunfo	PB		1	9.482
844	Tucumã	PA		1	38.508
845	Tufilândia	MA		1	5.746
846	Tumiritinga	MG		1	6.739
847	Tupaciguara	MG		1	25.538
848	Turmalina	MG		1	19.762
849	Uarini	AM		1	13.428
850	Uberaba	MG	1		328.272
851	Uberlândia	MG	1		676.613
852	Ubiratã	PR		1	21.762
853	Umarizal	RN		1	10.781
854	Urbano Santos	MA		1	33.038
855	Uruaçu	GO		1	40.082

Anexo 4: População e classificação dos municípios em que foram implantados os projetos de ISP considerados na pesquisa

(conclusão)

ID	Município	Estado	Municípios acima de 100 mil habitantes	Município abaixo de 100 mil habitantes	População 2017
856	Urucânia	MG		1	10.589
857	Urucará	AM		1	16.968
858	Uruçuí	PI		1	21.188
859	Uruguaiana	RS	1		129.784
860	Valinhos	SP	1		124.024
861	Valparaíso	SP		1	25.632
862	Valparaíso De Goiás	GO	1		159.500
863	Várzea Grande Paulista	SP		1	50.346
864	Várzea Paulista	SP	1		118.917
865	Vassouras	RJ		1	35.768
866	Vazante	MG		1	20.784
867	Venturosa	PE		1	18.258
868	Veranópolis	RS		1	25.073
869	Veríssimo	MG		1	3.911
870	Vespasiano	MG	1		122.365
871	Vicentinópolis	GO		1	8.397
872	Vidal Ramos	SC		1	6.356
873	Vila Nova Dos Martírios	MA		1	13.480
874	Vila Valério	ES		1	14.697
875	Vila Velha	ES	1		486.388
876	Vilhena	RO		1	95.630
877	Vinhedo	SP		1	75.129
878	Vitória	ES	1		363.140
879	Vitória Do Mearim	MA		1	32.267
880	Volta Redonda	RJ	1		265.201
881	Votorantim	SP	1		119.898
882	Xambioá	TO		1	11.683
		TOTAL	202	680	
		%	22,9%	77,1%	

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
1	Dom Inocêncio	PI	9.404	1	3	4	0,279	0,549	96,8%	1
2	Bela Vista do Piauí	PI	3.947	1	2	4	0,301	0,576	91,4%	1
3	Betânia Do Piauí	PI	6.106	2	2	9	0,257	0,489	90,3%	1
4	Paraná	TO	10.562	1	1	5	0,334	0,595	78,1%	1
5	Boa Nova	BA	14.069	1	2	4	0,319	0,567	77,7%	1
6	Caraibas	BA	9.773	1	4	4	0,322	0,555	72,4%	1
7	Inhapi	AL	18.652	1	2	0	0,281	0,484	72,2%	1
8	Japurá	AM	4.205	5	6	16	0,304	0,522	71,7%	1
9	Tapauá	AM	17.930	4	10	16	0,293	0,502	71,3%	1
10	Maraã	AM	18.531	6	6	16	0,291	0,498	71,1%	1
11	São Braz Do Piauí	PI	4.377	1	3	0	0,35	0,596	70,3%	1
12	Jutaí	AM	15.824	5	5	12	0,304	0,516	69,7%	1
13	Igrapiúna	BA	14.187	1	11	6	0,342	0,574	67,8%	1
14	Tonantins	AM	18.782	4	10	16	0,327	0,548	67,6%	1
15	Igarapé do Meio	MA	14.147	1	4	5	0,341	0,569	66,9%	1
16	Marechal Thaumaturgo	AC	17.897	1	4	4	0,301	0,501	66,4%	1
17	Alto Alegre Do Pindaré	MA	31.312	2	2	4	0,336	0,558	66,1%	1
18	Goiatins	TO	12.973	1	2	4	0,347	0,576	66,0%	1
19	Fonte Boa	AM	19.669	4	5	12	0,32	0,53	65,6%	1
20	Manari	PE	21.047	1	1	4	0,295	0,487	65,1%	1
21	Mascote	BA	14.728	1	1	4	0,356	0,581	63,2%	1
22	Buriticupu	MA	71.979	2	1	4	0,342	0,556	62,6%	1
23	Bom Jardim	MA	41.120	1	1	4	0,332	0,538	62,0%	1
24	Carauari	AM	28.337	6	8	21	0,344	0,549	59,6%	1
25	Piraf Do Norte	BA	10.411	1	1	4	0,334	0,533	59,6%	1
26	Ouroândia	BA	18.025	2	2	9	0,352	0,56	59,1%	1
27	Porto De Pedras	AL	7.965	1	2	0	0,344	0,541	57,3%	1
28	Pariconha	AL	10.684	1	2	0	0,35	0,548	56,6%	1
29	São Sebastião	AL	34.551	1	1	6	0,351	0,549	56,4%	1
30	Urbano Santos	MA	33.038	1	1	4	0,379	0,588	55,1%	1
31	Amparo	PB	2.246	2	4	0	0,392	0,606	54,6%	1
32	Choró	CE	13.384	1	2	0	0,38	0,585	53,9%	1
33	Vila Nova Dos Martírios	MA	13.480	1	3	4	0,379	0,581	53,3%	1
34	Bom Jesus Das Selvas	MA	34.278	1	2	4	0,364	0,558	53,3%	1
35	Joselândia	MA	15.891	1	1	4	0,367	0,561	52,9%	1
36	Juruti	PA	56.325	2	11	8	0,389	0,592	52,2%	1
37	Igreja Nova	AL	24.793	1	3	6	0,374	0,568	51,9%	1
38	São José Dos Ramos	PB	5.969	1	3	6	0,357	0,541	51,5%	1
39	Paulistana	PI	20.192	1	4	0	0,396	0,6	51,5%	1
40	Santa Rita Do Tocantins	TO	2.343	1	3	3	0,43	0,651	51,4%	1
41	Ipixuna	AM	28.299	4	5	12	0,318	0,481	51,3%	1
42	Tamboril	CE	25.525	1	4	0	0,385	0,58	50,6%	1
43	Coari	AM	84.762	4	5	12	0,389	0,586	50,6%	1
44	Curral Novo Do Piauí	PI	5.251	1	11	14	0,35	0,527	50,6%	1
45	Sairé	PE	10.065	1	1	4	0,389	0,585	50,4%	1
46	Catuti	MG	5.151	1	2	0	0,413	0,621	50,4%	1
47	Tuflândia	MA	5.746	2	2	9	0,37	0,555	50,0%	1
48	Gurinhém	PB	14.134	1	3	6	0,371	0,556	49,9%	1
49	Nova Olinda Do Norte	AM	36.431	4	5	12	0,373	0,558	49,6%	1
50	São João Do Tigre	PB	4.423	1	2	0	0,369	0,552	49,6%	1
51	Caldas Brandão	PB	6.025	1	2	6	0,38	0,568	49,5%	1
52	Coruripe	AL	57.498	1	3	6	0,419	0,626	49,4%	1
53	Roteiro	AL	6.774	1	2	6	0,339	0,505	49,0%	1
54	Beruri	AM	18.978	4	10	16	0,34	0,506	48,8%	1
55	Canindé de São Francisco	SE	29.372	1	3	0	0,381	0,567	48,8%	1
56	Belterra	PA	17.249	1	2	4	0,396	0,588	48,5%	1
57	Confresa	MT	29.471	3	5	0	0,451	0,668	48,1%	1
58	Canaã Dos Carajás	PA	36.027	2	2	4	0,456	0,673	47,6%	1
59	Benjamin Constant	AM	41.329	1	3	4	0,389	0,574	47,6%	1
60	Tamandaré	PE	23.100	2	3	6	0,402	0,593	47,5%	1
61	Cavalcante	GO	9.829	1	2	1	0,396	0,584	47,5%	1
62	Maracás	BA	23.018	1	2	4	0,412	0,607	47,3%	1
63	Uarini	AM	13.428	7	13	25	0,358	0,527	47,2%	1
64	São Joaquim Do Monte	PE	21.257	1	2	4	0,365	0,537	47,1%	1
65	Mogeiro	PB	13.286	1	3	6	0,391	0,574	46,8%	1
66	Porto Da Folha	SE	28.735	1	3	0	0,387	0,568	46,8%	1
67	Conde	PB	24.769	1	3	0	0,422	0,618	46,4%	1
68	Anajatuba	MA	27.352	2	1	5	0,397	0,581	46,3%	1
69	Manicoré	AM	54.708	4	5	12	0,398	0,582	46,2%	1
70	Uruçuí	PI	21.188	1	4	4	0,432	0,631	46,1%	1
71	Rio Formoso	PE	23.379	1	2	0	0,42	0,613	46,0%	1
72	Tefé	AM	62.021	6	11	20	0,438	0,639	45,9%	1
73	Granito	PE	7.417	2	6	0	0,408	0,595	45,8%	1
74	São Pedro Da Água Branca	MA	12.511	1	1	4	0,415	0,605	45,8%	1
75	Porto Real Do Colégio	AL	20.327	1	4	6	0,378	0,551	45,8%	1
76	Poço Redondo	SE	34.529	1	2	0	0,363	0,529	45,7%	1
77	Riachão Do Poço	PB	4.519	1	1	6	0,381	0,555	45,7%	1
78	Jequiá Da Praia	AL	11.782	1	4	6	0,382	0,556	45,5%	1
79	Bacabeira	MA	17.053	2	2	9	0,433	0,629	45,3%	1
80	Campo Alegre	AL	57.548	1	1	6	0,393	0,57	45,0%	1
81	Olho D'água Do Casado	AL	9.459	1	2	0	0,362	0,525	45,0%	1
82	Cidelândia	MA	14.539	1	3	4	0,414	0,6	44,9%	1
83	Caturama	BA	9.764	1	3	4	0,394	0,571	44,9%	1
84	Santa Quitéria Do Maranhão	MA	25.334	1	1	4	0,383	0,555	44,9%	1
85	São Gonçalo Do Amarante	CE	48.265	2	2	9	0,459	0,665	44,9%	1
86	Pilar	PB	11.938	1	2	6	0,4	0,579	44,8%	1

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos (continuação)

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
87	Grajaú	MA	69.232	1	4	4	0,421	0,609	44,7%	1
88	Bodocó	PE	37.816	1	3	0	0,391	0,565	44,5%	1
89	Presidente Tancredo Neves	BA	28.082	1	11	6	0,387	0,559	44,4%	1
90	São Salvador Do Tocantins	TO	3.084	1	4	5	0,419	0,605	44,4%	1
91	Livramento	PB	7.386	1	3	0	0,392	0,566	44,4%	1
92	Gararu	SE	67.392	1	4	0	0,391	0,564	44,2%	1
93	Jurema	PE	15.284	1	4	0	0,353	0,509	44,2%	1
94	Borba	AM	40.464	4	10	16	0,389	0,56	44,0%	1
95	Boca Da Mata	AL	27.590	1	3	6	0,42	0,604	43,8%	1
96	Nova Viçosa	BA	44.052	3	2	9	0,455	0,654	43,7%	1
97	Malhada	BA	17.526	1	4	0	0,391	0,562	43,7%	1
98	América Dourada	BA	16.798	1	4	5	0,391	0,561	43,5%	1
99	Novo Aripuanã	AM	25.112	7	6	16	0,387	0,554	43,2%	1
100	Pau D'Arco	PA	5.341	1	3	4	0,401	0,574	43,1%	1
101	Paripueira	AL	13.252	1	3	0	0,423	0,605	43,0%	1
102	São João Do Piauí	PI	20.258	1	2	0	0,451	0,645	43,0%	1
103	Iuíú	BA	11.399	1	2	0	0,414	0,591	42,8%	1
104	Ibirapitanga	BA	24.293	1	11	6	0,391	0,558	42,7%	1
105	Parazinho	RN	5.258	2	2	9	0,385	0,549	42,6%	1
106	Nilo Peçanha	BA	14.368	1	11	6	0,384	0,547	42,4%	1
107	São Lourenço Do Piauí	PI	4.501	1	2	0	0,39	0,554	42,1%	2
108	Triunfo	PB	9.482	1	1	2	0,429	0,609	42,0%	2
109	Floresta do Araguaia	PA	19.746	1	1	4	0,411	0,583	41,8%	2
110	Monte Alegre De Sergipe	SE	15.177	1	2	0	0,39	0,553	41,8%	2
111	Teotônio Vilela	AL	44.666	1	1	6	0,398	0,564	41,7%	2
112	Curionópolis	PA	17.453	3	1	5	0,449	0,636	41,6%	2
113	Juripiranga	PB	10.770	1	1	6	0,387	0,548	41,6%	2
114	Mata Grande	AL	25.589	1	2	0	0,356	0,504	41,6%	2
115	Panelas	PE	26.417	1	1	4	0,402	0,569	41,5%	2
116	Coronel José Dias	PI	4.608	1	2	0	0,386	0,546	41,5%	2
117	Paulista	PB	12.308	1	1	6	0,415	0,587	41,4%	2
118	Alvarães	AM	15.908	4	10	16	0,373	0,527	41,3%	2
119	João Lisboa	MA	23.042	1	1	4	0,454	0,641	41,2%	2
120	Lagoa Dos Gatos	PE	16.218	1	6	4	0,391	0,551	40,9%	2
121	Bom Conselho	PE	48.214	2	1	6	0,4	0,563	40,8%	2
122	Manacapuru	AM	96.460	4	5	12	0,437	0,614	40,5%	2
123	Riachão Do Bacamarte	PB	4.529	1	1	6	0,394	0,553	40,4%	2
124	Quixabeira	BA	9.411	1	1	4	0,412	0,578	40,3%	2
125	Iranduba	AM	47.407	4	5	12	0,437	0,613	40,3%	2
126	Sobrado	PB	7.795	1	4	6	0,409	0,573	40,1%	2
127	Bannach	PA	3.200	1	1	4	0,424	0,594	40,1%	2
128	Prata	PB	4.179	1	2	0	0,434	0,608	40,1%	2
129	Ingá	PB	18.163	1	1	6	0,423	0,592	40,0%	2
130	Divina Pastora	SE	5.058	3	1	1	0,436	0,61	39,9%	2
131	Peixe	TO	11.591	2	2	9	0,482	0,674	39,8%	2
132	Exu	PE	31.790	1	2	0	0,412	0,576	39,8%	2
133	Buquê	PE	57.696	1	3	4	0,377	0,527	39,8%	2
134	Pintadas	BA	11.012	1	3	3	0,438	0,612	39,7%	2
135	Tarauacá	AC	40.024	1	1	4	0,386	0,539	39,6%	2
136	Monsenhor Tabosa	CE	17.038	1	2	0	0,437	0,61	39,6%	2
137	Passo De Camaragibe	AL	15.461	1	2	0	0,382	0,533	39,5%	2
138	Tacaratu	PE	25.368	1	1	2	0,411	0,573	39,4%	2
139	Campo Formoso	BA	73.448	1	2	0	0,421	0,586	39,2%	2
140	Novo Horizonte	BA	12.514	1	2	4	0,429	0,597	39,2%	2
141	Mari	PB	21.854	1	1	6	0,394	0,548	39,1%	2
142	Itapecuru Mirim	MA	67.726	3	3	9	0,431	0,599	39,0%	2
143	Monteiro	PB	33.294	1	3	0	0,452	0,628	38,9%	2
144	Condeúba	BA	18.191	1	1	2	0,419	0,582	38,9%	2
145	Baraúna	RN	28.085	1	2	6	0,414	0,574	38,6%	2
146	Porto Calvo	AL	27.501	1	2	0	0,423	0,586	38,5%	2
147	Santa Filomena	PI	6.156	2	1	5	0,393	0,544	38,4%	2
148	Eusébio	CE	52.667	1	2	2	0,507	0,701	38,3%	2
149	Laranjal Do Jari	AP	47.554	2	2	9	0,481	0,665	38,3%	2
150	Caçado	PE	11.055	1	3	4	0,41	0,566	38,0%	2
151	Jandaíra	RN	6.942	2	2	9	0,413	0,569	37,8%	2
152	Epitaciolândia	AC	17.340	1	1	2	0,474	0,653	37,8%	2
153	Japaratinga	AL	8.453	1	2	0	0,414	0,57	37,7%	2
154	Caetité	BA	52.853	1	2	3	0,454	0,625	37,7%	2
155	Eirunepé	AM	34.888	6	11	20	0,409	0,563	37,7%	2
156	Feliz Deserto	AL	4.806	1	1	6	0,411	0,565	37,5%	2
157	Piaçabuçu	AL	18.074	1	1	6	0,417	0,572	37,2%	2
158	Maragogi	AL	32.940	1	2	0	0,419	0,574	37,0%	2
159	Ladainha	MG	18.152	1	1	4	0,395	0,541	37,0%	2
160	Itapiranga	AM	9.125	7	6	16	0,478	0,654	36,8%	2
161	Cândido De Abreu	PR	16.059	2	2	3	0,46	0,629	36,7%	2
162	Laranjeiras	SE	29.700	3	4	10	0,47	0,642	36,6%	2
163	Santa Rita	MA	37.090	1	1	5	0,446	0,609	36,5%	2
164	Guararecaba	PR	7.923	1	2	1	0,43	0,587	36,5%	2
165	Araripina	PE	83.757	2	2	5	0,441	0,602	36,5%	2
166	Ruy Barbosa	BA	32.009	1	2	4	0,447	0,61	36,5%	2
167	Pinheiro	MA	82.374	1	1	1	0,467	0,637	36,4%	2
168	Taquarivai	SP	5.715	2	1	5	0,498	0,679	36,3%	2
169	Piranhas	AL	25.298	1	2	0	0,432	0,589	36,3%	2
170	Vitória Do Mearim	MA	32.267	2	2	4	0,438	0,596	36,1%	2
171	Corumbá De Goiás	GO	11.086	1	2	5	0,5	0,68	36,0%	2
172	Casinhas	PE	14.274	1	3	0	0,417	0,567	36,0%	2

Fonte: População (IBGE, 2017) e IDHM (IBGE, 2017)

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos (continuação)

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
173	Cruz Do Espírito Santo	PB	17.559	1	1	6	0,406	0,552	36,0%	2
174	Nossa Senhora Da Glória	SE	36.613	1	2	0	0,432	0,587	35,9%	2
175	Ouricuri	PE	68.776	1	2	0	0,421	0,572	35,9%	2
176	Cumaru do Norte	PA	13.093	1	2	4	0,405	0,55	35,8%	2
177	Morro Do Chapéu	BA	36.856	1	2	5	0,433	0,588	35,8%	2
178	Porto Franco	MA	23.760	1	2	2	0,504	0,684	35,7%	2
179	São Bento Do Una	PE	58.824	1	2	0	0,437	0,593	35,7%	2
180	Pedra	PE	22.505	1	1	4	0,418	0,567	35,6%	2
181	Bonito	PE	38.044	1	1	4	0,414	0,561	35,5%	2
182	Lagoa Grande	PE	25.294	1	2	5	0,441	0,597	35,4%	2
183	São Luís Do Quitunde	AL	34.961	1	2	0	0,396	0,536	35,4%	2
184	Barra Do Chapéu	SP	5.653	1	1	6	0,488	0,66	35,2%	2
185	Salgado De São Félix	PB	12.145	1	2	6	0,42	0,568	35,2%	2
186	Canto Do Buriti	PI	20.831	1	2	0	0,426	0,576	35,2%	2
187	Chã De Alegria	PE	13.396	2	2	4	0,447	0,604	35,1%	2
188	Junqueiro	AL	25.093	1	2	6	0,426	0,575	35,0%	2
189	Cruz Machado	PR	18.907	1	2	0	0,492	0,664	35,0%	2
190	São Sebastião Do Uatumã	AM	13.421	4	10	16	0,428	0,577	34,8%	2
191	Altinho	PE	22.896	1	1	4	0,444	0,598	34,7%	2
192	Brasnorte	MT	18.688	2	2	0	0,517	0,696	34,6%	2
193	Itaperuçu	PR	27.500	1	1	5	0,474	0,637	34,4%	2
194	Santa Cruz do Xingu	MT	2.421	1	2	4	0,509	0,684	34,4%	2
195	Feliz Natal	MT	13.451	1	1	4	0,515	0,692	34,4%	2
196	Alcobaça	BA	23.376	3	2	9	0,453	0,608	34,2%	2
197	Primavera	PA	10.534	2	10	10	0,43	0,577	34,2%	2
198	Pedro Afonso	TO	13.288	2	2	6	0,546	0,732	34,1%	2
199	Riacho Das Almas	PE	20.392	1	2	0	0,426	0,57	33,8%	2
200	Nova Russas	CE	32.035	1	2	0	0,459	0,614	33,8%	2
201	Tumiritinga	MG	6.739	2	2	5	0,468	0,626	33,8%	2
202	Cabrobó	PE	33.856	1	2	6	0,466	0,623	33,7%	2
203	Sumé	PB	16.957	1	2	0	0,469	0,627	33,7%	2
204	Pium	TO	7.536	1	1	4	0,487	0,65	33,5%	2
205	Lajeado	TO	3.092	2	2	9	0,506	0,675	33,4%	2
206	Barra De São Miguel	PB	5.979	1	2	6	0,429	0,572	33,3%	2
207	Arari	MA	29.932	5	2	9	0,47	0,626	33,2%	2
208	Novo Airão	AM	18.586	4	5	12	0,428	0,57	33,2%	2
209	Xambioá	TO	11.683	3	11	14	0,504	0,671	33,1%	2
210	São Miguel Dos Milagres	AL	8.022	1	2	0	0,444	0,591	33,1%	2
211	São Raimundo Nonato	PI	34.109	1	2	0	0,497	0,661	33,0%	2
212	Barra Do Turvo	SP	7.781	1	1	6	0,482	0,641	33,0%	2
213	Nhamundá	AM	20.902	1	2	4	0,441	0,586	32,9%	2
214	Anadia	AL	17.818	1	2	6	0,428	0,568	32,7%	2
215	Campo Do Brito	SE	18.111	1	2	3	0,468	0,621	32,7%	2
216	Serra Talhada	PE	85.568	1	2	0	0,499	0,661	32,5%	2
217	Flores	PE	22.567	2	1	6	0,42	0,556	32,4%	2
218	Carbonita	MG	9.544	3	2	6	0,482	0,638	32,4%	2
219	Bezerros	PE	60.549	1	2	4	0,458	0,606	32,3%	2
220	Comodoro	MT	19.932	3	2	0	0,521	0,689	32,2%	2
221	Turmalina	MG	19.762	1	1	4	0,516	0,682	32,2%	2
222	Formoso do Araguaia	TO	18.684	1	10	9	0,507	0,67	32,1%	2
223	Camocim De São Félix	PE	18.583	1	2	4	0,445	0,588	32,1%	2
224	Poté	MG	16.641	1	1	4	0,473	0,624	31,9%	2
225	Ipubi	PE	30.447	1	2	0	0,417	0,55	31,9%	2
226	Balsas	MA	94.779	1	1	2	0,521	0,687	31,9%	2
227	Natividade Da Serra	SP	6.754	1	2	4	0,497	0,655	31,8%	2
228	Governador Dix-Sept Rosado	RN	13.157	1	3	0	0,45	0,592	31,6%	2
229	Itabaiana	PB	24.475	1	2	6	0,466	0,613	31,5%	2
230	Ribeirópolis	SE	18.641	1	2	1	0,466	0,613	31,5%	2
231	Campo Belo Do Sul	SC	7.177	1	2	5	0,488	0,641	31,4%	2
232	São Brás	AL	7.058	1	1	6	0,436	0,572	31,2%	2
233	Crixás do Tocantins	TO	1.708	1	1	3	0,491	0,644	31,2%	2
234	Itapirapuá Paulista	SP	4.186	2	2	10	0,504	0,661	31,2%	2
235	Mato Verde	MG	12.849	1	2	0	0,505	0,662	31,1%	2
236	Anori	AM	20.196	4	10	16	0,428	0,561	31,1%	2
237	Alagoinha	PE	14.517	1	3	4	0,457	0,599	31,1%	2
238	Vila Valério	ES	14.697	1	2	5	0,515	0,675	31,1%	2
239	Mortugaba	BA	12.529	1	2	2	0,472	0,618	30,9%	2
240	Lagoa da Confusão	TO	12.808	1	3	4	0,479	0,627	30,9%	2
241	Luís Eduardo Magalhães	BA	83.557	2	3	5	0,547	0,716	30,9%	2
242	Itaituba	PA	98.523	2	13	1	0,489	0,64	30,9%	2
243	São Félix	BA	15.310	1	2	5	0,489	0,639	30,7%	2
244	Faro	PA	7.009	1	2	4	0,431	0,563	30,6%	2
245	Caravelas	BA	22.740	3	2	9	0,473	0,616	30,2%	2
246	Barcelos	AM	27.743	5	9	16	0,384	0,5	30,2%	2
247	João Câmara	RN	35.087	2	2	9	0,457	0,595	30,2%	2
248	Itapeva	MG	9.618	1	2	5	0,554	0,72	30,0%	2
249	Nobres	MT	14.917	3	11	14	0,538	0,699	29,9%	2
250	Nova Ubiratã	MT	11.352	1	2	4	0,515	0,669	29,9%	2
251	Caroebe	RR	9.493	1	3	4	0,492	0,639	29,9%	2
252	Bodoquena	MS	7.820	1	3	1	0,513	0,666	29,8%	2
253	Antônio Dias	MG	9.637	1	2	2	0,497	0,645	29,8%	2
254	Maués	AM	62.212	1	2	0	0,454	0,588	29,5%	2
255	Jaguapé	ES	29.642	1	3	5	0,524	0,678	29,4%	2
256	Cantagalo	MG	4.517	2	2	9	0,488	0,631	29,3%	2
257	Peixoto de Azevedo	MT	33.630	1	2	8	0,502	0,649	29,3%	2
258	Barrolândia	TO	5.643	1	3	3	0,497	0,642	29,2%	2

Fonte: População (IBGE, 2017) e IDHM (IBGE, 2017)

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos (continuação)

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
259	Ortigueira	PR	23.200	1	3	2	0,472	0,609	29,0%	2
260	Sarutaiá	SP	3.681	1	1	6	0,534	0,688	28,8%	2
261	Niquelândia	GO	45.913	2	2	9	0,555	0,715	28,8%	2
262	Miraf	MG	14.946	1	1	4	0,528	0,68	28,8%	2
263	Trindade	PE	30.155	4	2	11	0,462	0,595	28,8%	2
264	Tucumã	PA	38.508	1	3	0	0,512	0,659	28,7%	2
265	Toritama	PE	44.189	2	4	0	0,481	0,618	28,5%	2
266	Santo Amaro Das Brotas	SE	12.146	3	4	3	0,496	0,637	28,4%	2
267	Senador Modestino Gonçalves	MG	4.410	1	1	2	0,483	0,62	28,4%	2
268	Fátima	TO	3.879	1	3	3	0,543	0,697	28,4%	2
269	São José Da Coroa Grande	PE	20.963	1	2	0	0,474	0,608	28,3%	2
270	Rosário Do Catete	SE	10.699	3	1	1	0,492	0,631	28,3%	2
271	Itatiaiuçu	MG	10.979	4	3	11	0,528	0,677	28,2%	2
272	Malacacheta	MG	19.157	1	1	4	0,482	0,618	28,2%	2
273	Umarizal	RN	10.781	1	2	0	0,482	0,618	28,2%	2
274	Santa Maria Do Oeste	PR	10.716	1	2	0	0,475	0,609	28,2%	2
275	São Sebastião Da Vargem Alegre	MG	3.006	1	1	5	0,515	0,66	28,2%	2
276	Brasilândia	MS	11.864	1	1	5	0,547	0,701	28,2%	2
277	Jequeri	MG	12.859	1	1	3	0,469	0,601	28,1%	2
278	Cratéis	CE	74.426	1	2	0	0,503	0,644	28,0%	2
279	São Gonçalo Do Rio Abaixo	MG	10.773	1	2	0	0,521	0,667	28,0%	2
280	Leoberto Leal	SC	3.140	2	2	0	0,536	0,686	28,0%	2
281	Codajás	AM	27.817	4	5	12	0,44	0,563	28,0%	2
282	Celso Ramos	SC	2.760	1	1	5	0,562	0,719	27,9%	2
283	Querência	MT	16.512	3	1	2	0,541	0,692	27,9%	2
284	Aripuanã	MT	21.357	1	1	5	0,528	0,675	27,8%	2
285	Cerejeiras	RO	17.934	1	1	2	0,542	0,692	27,7%	3
286	Itaóca	SP	3.341	2	1	6	0,533	0,68	27,6%	3
287	Úruaçu	GO	40.082	2	1	5	0,578	0,737	27,5%	3
288	Irecê	BA	74.483	1	1	1	0,542	0,691	27,5%	3
289	Platina	SP	3.488	1	1	6	0,564	0,719	27,5%	3
290	São Gabriel da Cachoeira	AM	44.553	1	1	4	0,478	0,609	27,4%	3
291	Urucará	AM	16.968	1	1	4	0,487	0,62	27,3%	3
292	Apodi	RN	36.323	1	0	0	0,502	0,639	27,3%	3
293	Penedo	AL	64.497	1	0	0	0,495	0,63	27,3%	3
294	Tibagi	PR	20.562	1	1	2	0,522	0,664	27,2%	3
295	Matupá	MT	15.870	1	1	4	0,564	0,716	27,0%	3
296	Águas Mornas	SC	6.298	2	1	0	0,57	0,723	26,8%	3
297	Afogados Da Ingazeira	PE	37.017	2	1	6	0,518	0,657	26,8%	3
298	Carmópolis	SE	16.275	1	1	1	0,507	0,643	26,8%	3
299	Montividiu	GO	12.566	1	1	2	0,578	0,733	26,8%	3
300	Redenção	PA	82.464	1	1	4	0,53	0,672	26,8%	3
301	Quartel Geral	MG	3.557	2	1	2	0,539	0,683	26,7%	3
302	Belmiro Braga	MG	3.503	1	1	5	0,521	0,66	26,7%	3
303	Mucuri	BA	42.072	2	2	6	0,525	0,665	26,7%	3
304	Cacoal	RO	88.507	1	1	1	0,567	0,718	26,6%	3
305	Minaçu	GO	30.696	1	1	3	0,559	0,707	26,5%	3
306	Taquaraçu De Minas	MG	4.075	1	1	2	0,515	0,651	26,4%	3
307	Brumado	BA	69.677	1	0	0	0,519	0,656	26,4%	3
308	Sertânia	PE	35.670	1	0	0	0,485	0,613	26,4%	3
309	Timbaúba	PE	53.083	1	1	6	0,489	0,618	26,4%	3
310	Água Branca	PI	17.119	1	1	0	0,506	0,639	26,3%	3
311	Dionísio	MG	8.287	2	1	4	0,556	0,702	26,3%	3
312	Belo Oriente	MG	26.158	1	0	0	0,544	0,686	26,1%	3
313	Salgueiro	PE	60.453	1	1	6	0,531	0,669	26,0%	3
314	Macaíba	RN	80.031	1	2	6	0,508	0,64	26,0%	3
315	Canguçu	RS	56.103	1	0	0	0,516	0,65	26,0%	3
316	Iporã Do Oeste	SC	8.930	1	0	0	0,603	0,759	25,9%	3
317	Presidente Olegário	MG	19.599	1	1	5	0,557	0,701	25,9%	3
318	Itaporanga	PB	24.842	1	1	6	0,489	0,615	25,8%	3
319	Quixadá	CE	86.605	1	0	0	0,524	0,659	25,8%	3
320	Ipiranga	PR	15.139	1	1	2	0,519	0,652	25,6%	3
321	Porto Real	RJ	18.829	2	3	8	0,568	0,713	25,5%	3
322	Água Clara	MS	14.992	1	1	5	0,534	0,67	25,5%	3
323	Venturosa	PE	18.258	1	1	4	0,472	0,592	25,4%	3
324	Cachoeira	BA	35.139	1	1	5	0,516	0,647	25,4%	3
325	São Cristóvão	SE	89.232	1	1	1	0,529	0,662	25,1%	3
326	Governador Mangabeira	BA	21.495	1	1	5	0,514	0,643	25,1%	3
327	Conceição do Araguaia	PA	46.571	2	2	2	0,512	0,64	25,0%	3
328	Itapissuma	PE	26.338	1	1	6	0,507	0,633	24,9%	3
329	Santa Isabel do Rio Negro	AM	23.765	1	1	4	0,384	0,479	24,7%	3
330	Rancho Queimado	SC	2.871	2	0	0	0,604	0,753	24,7%	3
331	Paraíso Do Tocantins	TO	50.360	2	3	4	0,613	0,764	24,6%	3
332	Capão Bonito	SP	47.463	1	1	2	0,579	0,721	24,5%	3
333	Alambari	SP	5.754	2	1	4	0,572	0,712	24,5%	3
334	Periquito	MG	7.060	2	1	5	0,523	0,651	24,5%	3
335	Angelina	SC	4.943	2	0	0	0,552	0,687	24,5%	3
336	Barreiros	PE	42.438	1	0	0	0,471	0,586	24,4%	3
337	Santa Helena De Goiás	GO	38.743	1	1	2	0,582	0,724	24,4%	3
338	São Bonifácio	SC	2.899	2	0	0	0,588	0,731	24,3%	3
339	Torre De Pedra	SP	2.395	1	1	2	0,575	0,714	24,2%	3
340	Formoso	GO	4.623	1	0	0	0,576	0,715	24,1%	3
341	Mauá Da Serra	PR	10.039	1	1	2	0,526	0,652	24,0%	3
342	Miracatu	SP	20.288	3	11	16	0,563	0,697	23,8%	3
343	Santa Cruz	RN	39.667	1	0	0	0,513	0,635	23,8%	3
344	Tejupá	SP	4.677	1	1	6	0,54	0,668	23,7%	3

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos (continuação)

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
345	Domingos Martins	ES	34.757	1	1	3	0,541	0,669	23,7%	3
346	Lagoa Do Carro	PE	17.847	1	1	4	0,493	0,609	23,5%	3
347	Campo Novo Do Parecis	MT	33.551	3	0	0	0,595	0,734	23,4%	3
348	Ijaci	MG	6.460	1	0	0	0,579	0,714	23,3%	3
349	Sete Barras	SP	13.053	1	1	6	0,546	0,673	23,3%	3
350	Santa Isabel Do Pará	PA	68.836	1	0	0	0,535	0,659	23,2%	3
351	Barra Dos Coqueiros	SE	29.807	1	1	1	0,527	0,649	23,1%	3
352	São Miguel Dos Campos	AL	61.827	2	1	6	0,506	0,623	23,1%	3
353	Selvíria	MS	6.482	1	1	5	0,554	0,682	23,1%	3
354	Porto Grande	AP	20.611	2	2	9	0,52	0,64	23,1%	3
355	Buri	SP	19.737	2	1	5	0,542	0,667	23,1%	3
356	Coronel Macedo	SP	4.840	1	1	6	0,561	0,69	23,0%	3
357	São Domingos Do Prata	MG	17.787	2	2	6	0,561	0,69	23,0%	3
358	Saubara	BA	12.380	1	1	4	0,502	0,617	22,9%	3
359	Capanema	PA	67.150	1	1	5	0,533	0,655	22,9%	3
360	Guanambi	BA	86.808	1	0	0	0,548	0,673	22,8%	3
361	Vidal Ramos	SC	6.356	2	2	9	0,57	0,7	22,8%	3
362	Itaí	SP	26.526	2	2	8	0,581	0,713	22,7%	3
363	Canarana	MT	20.707	2	1	2	0,565	0,693	22,7%	3
364	Paranatinga	MT	21.612	1	1	4	0,544	0,667	22,6%	3
365	Rio Branco Do Sul	PR	32.504	1	1	5	0,554	0,679	22,6%	3
366	Apiúna	SC	10.542	1	1	5	0,578	0,708	22,5%	3
367	Cezarina	GO	8.386	1	0	0	0,581	0,711	22,4%	3
368	Marcelândia	MT	10.422	1	1	4	0,573	0,701	22,3%	3
369	Santana Do Paraíso	MG	32.828	3	1	1	0,56	0,685	22,3%	3
370	São José Do Goiabal	MG	5.633	1	0	0	0,545	0,666	22,2%	3
371	Anitápolis	SC	3.248	2	0	0	0,552	0,674	22,1%	3
372	Pitanga	PR	32.015	1	0	0	0,575	0,702	22,1%	3
373	Guapimirim	RJ	57.921	1	1	3	0,572	0,698	22,0%	3
374	Canas	SP	4.975	1	1	2	0,577	0,704	22,0%	3
375	Capela Do Alto	SP	20.005	1	1	2	0,573	0,699	22,0%	3
376	Barroso	MG	20.882	3	1	4	0,602	0,734	21,9%	3
377	Rio Acima	MG	10.123	1	0	0	0,552	0,673	21,9%	3
378	Alfredo Wagner	SC	9.960	2	0	0	0,548	0,668	21,9%	3
379	Aliança do Tocantins	TO	5.527	1	1	3	0,544	0,663	21,9%	3
380	Sapezal	MT	24.305	1	1	2	0,601	0,732	21,8%	3
381	São João da Baliza	RR	7.740	1	1	4	0,538	0,655	21,7%	3
382	Nova Tebas	PR	6.498	1	1	3	0,535	0,651	21,7%	3
383	Seropédica	RJ	84.416	2	1	2	0,586	0,713	21,7%	3
384	Juquitiba	SP	31.027	2	1	5	0,583	0,709	21,6%	3
385	Conceição do Castelo	ES	12.944	1	1	3	0,551	0,67	21,6%	3
386	Paracatu	MG	92.386	1	1	4	0,613	0,744	21,4%	3
387	Itaberá	SP	17.879	2	2	8	0,571	0,693	21,4%	3
388	São Lourenço Da Serra	SP	15.465	1	1	5	0,6	0,728	21,3%	3
389	São Luís Do Paraitinga	SP	10.740	1	1	4	0,575	0,697	21,2%	3
390	Fazenda Rio Grande	PR	95.225	3	4	3	0,594	0,72	21,2%	3
391	São Gonçalo Do Abaeté	MG	6.898	1	1	5	0,553	0,67	21,2%	3
392	Nova Prata Do Iguaçu	PR	10.745	1	0	0	0,591	0,716	21,2%	3
393	Abre Campo	MG	13.733	1	1	3	0,54	0,654	21,1%	3
394	Floresta	PE	32.483	1	1	6	0,517	0,626	21,1%	3
395	Iporanga	SP	4.299	1	1	6	0,581	0,703	21,0%	3
396	São Miguel Arcanjo	SP	32.910	2	1	4	0,587	0,71	21,0%	3
397	São Pedro Dos Ferros	MG	8.181	2	1	4	0,545	0,659	20,9%	3
398	Mucajá	RR	16.852	1	1	4	0,55	0,665	20,9%	3
399	Água Boa	MT	24.501	1	1	2	0,603	0,729	20,9%	3
400	Tapiraí	MG	1.921	4	12	20	0,552	0,667	20,8%	3
401	Jataí	GO	98.128	2	1	3	0,627	0,757	20,7%	3
402	Rio Piracicaba	MG	14.624	2	1	2	0,568	0,685	20,6%	3
403	Gaúcha Do Norte	MT	7.296	2	1	2	0,51	0,615	20,6%	3
404	Ipiranga Do Norte	MT	7.171	1	1	2	0,603	0,727	20,6%	3
405	Oriximiná	PA	71.078	1	1	4	0,517	0,623	20,5%	3
406	Gavião Peixoto	SP	4.739	3	3	4	0,597	0,719	20,4%	3
407	Jaguariaíva	PR	34.822	1	1	2	0,617	0,743	20,4%	3
408	Sobradinho	BA	23.713	1	1	4	0,524	0,631	20,4%	3
409	Aparecida Do Taboado	MS	25.072	2	10	10	0,579	0,697	20,4%	3
410	Pedro Canário	ES	26.537	1	1	4	0,544	0,654	20,2%	3
411	Piên	PR	12.455	1	1	1	0,578	0,694	20,1%	3
412	Saquarema	RJ	85.175	1	1	2	0,591	0,709	20,0%	3
413	Arcoverde	PE	73.667	2	1	6	0,556	0,667	20,0%	3
414	Propriá	SE	29.834	2	2	2	0,551	0,661	20,0%	3
415	Barão De Antonina	SP	3.406	1	1	6	0,593	0,711	19,9%	3
416	Vazante	MG	20.784	2	10	10	0,619	0,742	19,9%	3
417	Cajati	SP	28.870	2	1	6	0,579	0,694	19,9%	3
418	Estrela Do Sul	MG	7.981	1	1	4	0,581	0,696	19,8%	3
419	Silva Jardim	RJ	21.253	1	0	0	0,546	0,654	19,8%	3
420	Caracará	RR	20.807	1	1	4	0,521	0,624	19,8%	3
421	Veríssimo	MG	3.911	1	1	4	0,557	0,667	19,7%	3
422	Paulo Lopes	SC	7.360	2	0	0	0,598	0,716	19,7%	3
423	Mariana	MG	59.857	2	2	9	0,62	0,742	19,7%	3
424	Riversul	SP	5.792	1	1	6	0,555	0,664	19,6%	3
425	Piraí do Sul	PR	25.277	1	1	2	0,592	0,708	19,6%	3
426	Quadra	SP	3.680	1	1	2	0,567	0,678	19,6%	3
427	Igrejinha	RS	34.903	1	1	4	0,603	0,721	19,6%	3
428	Itararé	SP	50.379	1	1	2	0,588	0,703	19,6%	3
429	Montanha	ES	19.391	1	1	5	0,558	0,667	19,5%	3
430	Conceição Da Barra	ES	31.574	3	2	9	0,57	0,681	19,5%	3

Fonte: População (IBGE, 2017) e IDHM (IBGE, 2017)

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos (continuação)

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
431	Muniz Freire	ES	18.745	1	1	3	0,54	0,645	19,4%	3
432	João Ramalho	SP	4.468	1	1	6	0,621	0,741	19,3%	3
433	Campos Novos Paulista	SP	4.900	1	1	6	0,592	0,706	19,3%	3
434	Dores Do Indaiaí	MG	13.923	1	1	2	0,603	0,719	19,2%	3
435	Nova Hartz	RS	20.405	1	1	4	0,578	0,689	19,2%	3
436	Ubiratã	PR	21.762	1	0	0	0,62	0,739	19,2%	3
437	Brumadinho	MG	38.863	2	1	4	0,627	0,747	19,1%	3
438	Coronel Vivida	PR	21.666	1	0	0	0,607	0,723	19,1%	3
439	São Pedro Da Aldeia	RJ	99.906	1	1	2	0,598	0,712	19,1%	3
440	Igarapu Do Tietê	SP	24.596	1	1	3	0,611	0,727	19,0%	3
441	Guarda-Mor	MG	6.736	1	1	5	0,58	0,69	19,0%	3
442	Ribeirão Claro	PR	10.941	1	1	5	0,602	0,716	18,9%	3
443	Abaeté	MG	23.611	2	1	2	0,587	0,698	18,9%	3
444	Saudades	SC	9.664	1	0	0	0,635	0,755	18,9%	3
445	Nova Rosalândia	TO	4.203	1	1	3	0,556	0,661	18,9%	3
446	Paraty	RJ	41.454	1	1	4	0,583	0,693	18,9%	3
447	Ewbank Da Câmara	MG	3.952	1	1	2	0,569	0,676	18,8%	3
448	Pinheiros	ES	27.130	1	1	5	0,567	0,673	18,7%	3
449	Itatinga	SP	20.158	1	1	2	0,595	0,706	18,7%	3
450	Taquarituba	SP	23.240	1	1	6	0,591	0,701	18,6%	3
451	Garopaba	SC	7.296	2	0	0	0,635	0,753	18,6%	3
452	Baixo Guandu	ES	31.794	2	1	5	0,592	0,702	18,6%	3
453	Itaú De Minas	MG	16.082	2	10	10	0,656	0,776	18,6%	3
454	Sarapuí	SP	10.034	1	1	2	0,598	0,707	18,2%	3
455	Monte Mor	SP	57.240	1	1	2	0,62	0,733	18,2%	3
456	Congonhas	MG	53.843	3	4	7	0,637	0,753	18,2%	3
457	Califórnia	PR	8.583	1	1	2	0,611	0,722	18,2%	3
458	Pariquera-Açu	SP	19.537	1	1	6	0,623	0,736	18,1%	3
459	Silveiras	SP	6.228	1	1	2	0,574	0,678	18,1%	3
460	Major Gercino	SC	3.429	2	0	0	0,591	0,698	18,1%	3
461	Biritiba-Mirim	SP	31.793	2	1	5	0,603	0,712	18,1%	3
462	Conceição Das Alagoas	MG	26.818	1	1	2	0,603	0,712	18,1%	3
463	Primavera Do Leste	MT	59.293	1	1	2	0,637	0,752	18,1%	3
464	Lavrinhas	SP	7.150	1	1	2	0,618	0,729	18,0%	3
465	Araçoiaba Da Serra	SP	32.495	1	1	2	0,658	0,776	17,9%	3
466	Miracema Do Tocantins	TO	19.055	3	3	12	0,58	0,684	17,9%	3
467	Igaratá	SP	9.443	1	1	5	0,603	0,711	17,9%	3
468	Vilhena	RO	95.630	2	1	2	0,62	0,731	17,9%	3
469	Salesópolis	SP	16.903	3	1	5	0,621	0,732	17,9%	3
470	Aracruz	ES	98.393	1	1	5	0,638	0,752	17,9%	3
471	Alto Alegre	RR	15.933	1	1	4	0,46	0,542	17,8%	3
472	Riqueza	SC	4.670	1	0	0	0,606	0,714	17,8%	3
473	Mongaguá	SP	54.257	1	1	4	0,64	0,754	17,8%	3
474	Barão de Cocais	MG	31.968	2	1	5	0,613	0,722	17,8%	3
475	Penha	SC	31.025	1	1	6	0,631	0,743	17,7%	3
476	Campina Da Lagoa	PR	15.042	1	0	0	0,598	0,704	17,7%	3
477	Lagamar	MG	7.795	1	1	5	0,61	0,718	17,7%	3
478	Caçapava Do Sul	RS	34.634	1	1	5	0,599	0,704	17,5%	3
479	Eldorado	SP	15.436	1	1	6	0,588	0,691	17,5%	3
480	Santa Isabel	SP	56.014	2	1	5	0,628	0,738	17,5%	3
481	Echaporã	SP	6.247	1	1	6	0,634	0,745	17,5%	3
482	Angatuba	SP	24.634	2	2	11	0,612	0,719	17,5%	3
483	Ouvidor	GO	6.340	1	2	6	0,636	0,747	17,5%	3
484	Bela Vista de Minas	MG	10.416	4	3	11	0,574	0,674	17,4%	3
485	São Félix do Araguaia	MT	11.290	1	1	4	0,569	0,668	17,4%	3
486	Queluz	SP	12.949	1	1	2	0,615	0,722	17,4%	3
487	Tangará Da Serra	MT	98.828	1	1	2	0,621	0,729	17,4%	3
488	Peabiru	PR	14.198	1	0	0	0,616	0,723	17,4%	3
489	Apiáí	SP	24.945	2	1	6	0,605	0,71	17,4%	3
490	Porto Feliz	SP	52.507	1	1	4	0,646	0,758	17,3%	3
491	Vicentinópolis	GO	8.397	1	1	2	0,583	0,684	17,3%	3
492	Três Marias	MG	31.687	2	2	9	0,641	0,752	17,3%	3
493	Manduri	SP	9.714	1	1	6	0,63	0,739	17,3%	3
494	Mangaratiba	RJ	42.415	4	2	7	0,642	0,753	17,3%	3
495	Urucânia	MG	10.589	1	1	3	0,54	0,633	17,2%	3
496	Ivaiporã	PR	32.720	1	1	3	0,623	0,73	17,2%	3
497	Marilândia do Sul	PR	9.068	1	1	2	0,59	0,691	17,1%	3
498	Paracambi	RJ	50.447	1	1	2	0,615	0,72	17,1%	3
499	Arujá	SP	86.430	2	2	6	0,67	0,784	17,0%	3
500	Edealina	GO	3.809	1	1	5	0,6	0,702	17,0%	3
501	Ibiúna	SP	77.566	1	1	5	0,577	0,675	17,0%	3
502	Campos De Júlio	MT	6.512	1	1	2	0,636	0,744	17,0%	3
503	Pedro De Toledo	SP	11.136	1	1	6	0,595	0,696	17,0%	3
504	Paranapanema	SP	19.730	1	1	6	0,613	0,717	17,0%	3
505	Belo Vale	MG	7.841	1	0	0	0,56	0,655	17,0%	3
506	Araçari	SP	21.038	3	2	8	0,602	0,704	16,9%	3
507	Astorga	PR	26.196	1	0	0	0,639	0,747	16,9%	3
508	Santa Bárbara	MG	30.690	2	1	5	0,605	0,707	16,9%	3
509	Várzea Grande Paulista	SP	50.346	1	0	0	0,659	0,77	16,8%	3
510	Louveira	SP	45.922	5	2	3	0,665	0,777	16,8%	3
511	Lucas Do Rio Verde	MT	61.515	2	1	2	0,658	0,768	16,7%	3
512	Ipaussu	SP	14.766	1	1	3	0,623	0,727	16,7%	3
513	São José Do Cedro	SC	13.897	1	0	0	0,627	0,731	16,6%	3
514	Rio Bonito	RJ	58.272	1	1	2	0,609	0,71	16,6%	3
515	Divinolândia	SP	11.384	1	1	5	0,63	0,734	16,5%	3
516	Pinheiral	RJ	24.282	1	1	2	0,614	0,715	16,4%	3

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos (continuação)

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
517	Faxinal	PR	17.306	1	1	2	0,59	0,687	16,4%	3
518	Taciba	SP	6.193	1	1	6	0,621	0,723	16,4%	3
519	Laguna	SC	45.311	1	1	1	0,646	0,752	16,4%	3
520	Catuípe	RS	9.335	1	0	0	0,635	0,739	16,4%	3
521	Ladário	MS	22.590	1	1	5	0,605	0,704	16,4%	3
522	Mateus Leme	MG	30.678	1	1	2	0,605	0,704	16,4%	3
523	Imbituba	SC	44.076	1	1	5	0,658	0,765	16,3%	3
524	Biguaçu	SC	66.558	2	0	0	0,636	0,739	16,2%	3
525	Boituva	SP	57.910	1	2	6	0,672	0,78	16,1%	3
526	Itabirito	MG	50.816	2	2	6	0,629	0,73	16,1%	3
527	Piedade	SP	55.092	1	1	5	0,617	0,716	16,0%	3
528	Taguaí	SP	13.111	1	1	6	0,611	0,709	16,0%	3
529	Jacupiranga	SP	17.900	1	1	6	0,618	0,717	16,0%	3
530	Registro	SP	56.430	2	2	7	0,65	0,754	16,0%	3
531	Pardinho	SP	6.259	2	1	4	0,627	0,727	15,9%	3
532	São Francisco Do Sul	SC	50.701	1	1	2	0,658	0,762	15,8%	3
533	Nova Trento	SC	14.099	2	0	0	0,646	0,748	15,8%	3
534	Ouro Preto	MG	74.659	1	1	4	0,64	0,741	15,8%	3
535	Santos Dumont	MG	47.561	4	3	11	0,64	0,741	15,8%	3
536	Salto De Pirapora	SP	44.397	1	1	5	0,63	0,729	15,7%	3
537	Piraí	RJ	28.222	1	1	2	0,612	0,708	15,7%	3
538	Fartura	SP	16.028	1	1	6	0,633	0,732	15,6%	3
539	Cosmópolis	SP	69.086	1	2	2	0,665	0,769	15,6%	3
540	Bom Jesus dos Perdões	SP	24.023	1	2	2	0,617	0,713	15,6%	3
541	Mairiporã	SP	95.601	1	1	4	0,682	0,788	15,5%	3
542	Catas Altas	MG	5.316	2	1	5	0,592	0,684	15,5%	3
543	Cerqueira César	SP	19.495	3	3	13	0,631	0,729	15,5%	3
544	Resplendor	MG	17.715	2	1	5	0,58	0,67	15,5%	3
545	Paraibuna	SP	18.206	2	1	5	0,623	0,719	15,4%	3
546	São Pedro De Alcântara	SC	5.602	2	0	0	0,636	0,734	15,4%	3
547	Aimorés	MG	25.711	2	1	4	0,593	0,684	15,3%	3
548	Mandirituba	PR	25.662	1	1	1	0,568	0,655	15,3%	3
549	Pedreira	SP	46.598	1	2	2	0,667	0,769	15,3%	3
550	Amajari	RR	11.560	1	1	4	0,42	0,484	15,2%	3
551	Cananéia	SP	12.609	1	1	6	0,625	0,72	15,2%	3
552	Santo Amaro Da Imperatriz	SC	22.609	2	0	0	0,678	0,781	15,2%	3
553	Iguaba Grande	RJ	26.936	1	1	2	0,626	0,721	15,2%	3
554	Vassouras	RJ	35.768	1	1	4	0,62	0,714	15,2%	3
555	Bertioga	SP	59.297	2	2	1	0,634	0,73	15,1%	3
556	Tarumã	SP	14.547	1	1	6	0,654	0,753	15,1%	3
557	Fortaleza De Minas	MG	4.407	2	0	0	0,582	0,67	15,1%	3
558	Itupeva	SP	57.031	2	2	3	0,662	0,762	15,1%	3
559	Serra Azul	SP	13.810	1	0	0	0,596	0,686	15,1%	3
560	Balsa Nova	PR	12.602	1	0	0	0,605	0,696	15,0%	3
561	Borá	SP	839	1	1	6	0,649	0,746	14,9%	3
562	Paraguape Paulista	SP	45.255	1	1	6	0,663	0,762	14,9%	3
563	Iguape	SP	30.644	1	1	6	0,632	0,726	14,9%	3
564	Cajamar	SP	73.921	2	3	6	0,634	0,728	14,8%	3
565	Roseira	SP	10.512	2	1	3	0,642	0,737	14,8%	3
566	Castro	PR	71.501	2	1	2	0,613	0,703	14,7%	3
567	Lontras	SC	11.774	1	1	5	0,614	0,704	14,7%	3
568	Matias Barbosa	MG	14.449	1	1	5	0,628	0,72	14,6%	3
569	Mendes	RJ	18.123	1	0	0	0,642	0,736	14,6%	3
570	Santana Da Boa Vista	RS	8.414	1	9	5	0,553	0,633	14,5%	3
571	Bofete	SP	11.236	1	1	2	0,616	0,705	14,4%	3
572	João Neiva	ES	17.168	1	0	0	0,658	0,753	14,4%	3
573	Martinho Campos	MG	13.436	3	2	6	0,585	0,669	14,4%	3
574	Taquari	RS	27.207	1	1	4	0,641	0,733	14,4%	3
575	Peruibe	SP	66.572	1	1	6	0,655	0,749	14,4%	3
576	Itanhaém	SP	98.629	1	1	6	0,652	0,745	14,3%	3
577	Gaspar	SC	67.392	2	14	5	0,67	0,765	14,2%	3
578	Colina	SP	18.376	1	1	2	0,663	0,757	14,2%	3
579	Ocaçu	SP	4.308	1	1	6	0,628	0,717	14,2%	3
580	Capivari De Baixo	SC	24.298	1	1	5	0,672	0,767	14,1%	3
581	Boa Esperança	MG	40.530	1	1	3	0,617	0,704	14,1%	3
582	Piratininga	SP	13.335	1	1	1	0,683	0,779	14,1%	3
583	Itajubá	MG	97.000	2	2	6	0,691	0,787	13,9%	3
584	Cândido Mota	SP	31.263	1	1	6	0,656	0,747	13,9%	3
585	Artur Nogueira	SP	51.986	2	3	3	0,658	0,749	13,8%	3
586	Caieiras	SP	98.223	1	1	2	0,687	0,781	13,7%	3
587	Piraju	SP	29.790	1	1	6	0,667	0,758	13,6%	3
588	Itariri	SP	17.062	1	1	6	0,596	0,677	13,6%	3
589	Tramandaí	RS	47.521	2	2	9	0,633	0,719	13,6%	3
590	Porangaba	SP	9.565	1	1	2	0,619	0,703	13,6%	3
591	Chavantes	SP	12.487	1	1	5	0,642	0,729	13,6%	3
592	Maracá	SP	13.981	1	1	6	0,679	0,771	13,5%	3
593	Caçapava	SP	92.587	2	2	7	0,694	0,788	13,5%	3
594	Fernando De Noronha	PE	3.016	1	1	4	0,694	0,788	13,5%	3
595	Nantes	SP	3.049	1	1	6	0,629	0,714	13,5%	3
596	Cesário Lange	SP	17.587	1	1	2	0,622	0,706	13,5%	3
597	Rosário do Sul	RS	40.727	1	1	1	0,616	0,699	13,5%	3
598	Quatro Barras	PR	22.651	1	1	1	0,654	0,742	13,5%	3
599	Tupaciguara	MG	25.538	1	2	4	0,634	0,719	13,4%	3
600	Santa Cruz Do Rio Pardo	SP	47.148	2	2	8	0,672	0,762	13,4%	3
601	Águas De Santa Bárbara	SP	6.009	2	2	8	0,668	0,757	13,3%	3
602	Santa Juliana	MG	13.380	1	1	4	0,623	0,706	13,3%	3

Anexo 5: Variação do IDHM nos municípios, cluster a que pertencem, indicadores impactados e quantidade de parceiros envolvidos (conclusão)

ID	Município	UF	População 2017	Quantidade de Projetos	Indicador	Parceiros	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação IDHM	Cluster
603	Contenda	PR	17.961	1	1	1	0,601	0,681	13,3%	3
604	Juquiá	SP	19.192	4	11	14	0,618	0,7	13,3%	3
605	Pinheiro Machado	RS	12.913	1	1	5	0,584	0,661	13,2%	4
606	Cachoeira Paulista	SP	32.773	2	2	5	0,676	0,764	13,0%	4
607	Quatá	SP	13.893	1	1	6	0,653	0,738	13,0%	4
608	Nova Granada	SP	21.071	1	1	5	0,654	0,739	13,0%	4
609	Pedro Leopoldo	MG	63.837	2	0	0	0,67	0,757	13,0%	4
610	Iracemápolis	SP	23.264	3	3	4	0,687	0,776	13,0%	4
611	Dois Córregos	SP	26.891	1	1	3	0,642	0,725	12,9%	4
612	Mairinque	SP	46.567	2	1	2	0,658	0,743	12,9%	4
613	Itatiaia	RJ	30.703	2	2	6	0,653	0,737	12,9%	4
614	Nova Europa	SP	10.755	1	1	5	0,678	0,765	12,8%	4
615	João Monlevade	MG	79.590	6	3	11	0,672	0,758	12,8%	4
616	Canelinha	SC	11.944	2	0	0	0,618	0,697	12,8%	4
617	Bom Despacho	MG	50.042	3	2	6	0,665	0,75	12,8%	4
618	São João Del Rei	MG	90.263	1	0	0	0,673	0,758	12,6%	4
619	Carambé	PR	22.282	1	1	2	0,647	0,728	12,5%	4
620	Ibirama	SC	18.721	1	1	5	0,655	0,737	12,5%	4
621	Matão	SP	82.307	1	1	5	0,687	0,773	12,5%	4
622	Mococa	SP	68.994	2	1	3	0,678	0,762	12,4%	4
623	Cidade Ocidental	GO	66.777	2	3	3	0,638	0,717	12,4%	4
624	Iracema	RR	14.125	1	1	4	0,518	0,582	12,4%	4
625	Alumínio	SP	18.324	3	11	12	0,682	0,766	12,3%	4
626	Avaré	SP	89.479	2	2	8	0,683	0,767	12,3%	4
627	Bebedouro	SP	77.761	2	2	6	0,695	0,78	12,2%	4
628	Candiota	RS	9.406	1	0	0	0,622	0,698	12,2%	4
629	Nova Odessa	SP	58.227	2	3	4	0,705	0,791	12,2%	4
630	Cruzália	SP	2.161	2	1	6	0,69	0,774	12,2%	4
631	Ibitinga	SP	58.715	1	1	5	0,666	0,747	12,2%	4
632	Patrocínio	MG	89.983	1	1	2	0,65	0,729	12,2%	4
633	Simão Pereira	MG	2.651	1	1	5	0,569	0,638	12,1%	4
634	Sorriso	MT	85.223	1	1	2	0,664	0,744	12,0%	4
635	Alto Garças	MT	11.532	1	1	2	0,626	0,701	12,0%	4
636	Arcos	MG	39.811	1	1	2	0,669	0,749	12,0%	4
637	Cruzeiro	SP	81.724	1	3	8	0,704	0,788	11,9%	4
638	Santa Branca	SP	14.667	2	2	10	0,657	0,735	11,9%	4
639	Nova Era	MG	17.994	2	2	6	0,634	0,709	11,8%	4
640	Taquara	RS	57.544	1	1	4	0,651	0,727	11,7%	4
641	Jardinópolis	SP	42.904	1	1	1	0,66	0,735	11,4%	4
642	Agudos	SP	36.880	2	1	4	0,669	0,745	11,4%	4
643	Ibiraçu	ES	12.581	2	1	5	0,652	0,726	11,3%	4
644	Tremembé	SP	45.904	1	1	1	0,705	0,785	11,3%	4
645	Água Doce	SC	7.154	2	2	9	0,627	0,698	11,3%	4
646	São Roque	SP	88.473	2	1	4	0,69	0,768	11,3%	4
647	Frederico Westphalen	RS	30.832	1	0	0	0,683	0,76	11,3%	4
648	Palmital	SP	22.196	1	1	6	0,671	0,746	11,2%	4
649	Guararema	SP	28.978	1	1	2	0,658	0,731	11,1%	4
650	Florínia	SP	2.758	1	1	6	0,642	0,713	11,1%	4
651	Patrocínio Paulista	SP	14.351	1	1	2	0,658	0,73	10,9%	4
652	Itapira	SP	73.844	1	1	2	0,687	0,762	10,9%	4
653	Timóteo	MG	88.931	3	2	2	0,695	0,77	10,8%	4
654	Pilar Do Sul	SP	28.718	1	1	5	0,623	0,69	10,8%	4
655	Morungaba	SP	13.232	1	2	2	0,646	0,715	10,7%	4
656	Itaúna	MG	92.696	6	3	11	0,685	0,758	10,7%	4
657	Rancharia	SP	29.821	1	1	6	0,68	0,751	10,4%	4
658	Paranavá	PR	87.850	2	1	1	0,692	0,763	10,3%	4
659	Santa Cruz Da Esperança	SP	2.110	1	1	1	0,674	0,743	10,2%	4
660	Veranópolis	RS	25.073	1	1	1	0,702	0,773	10,1%	4
661	Cajuru	SP	25.655	1	1	1	0,648	0,713	10,0%	4
662	Jaguariúna	SP	54.204	4	3	1	0,715	0,784	9,7%	4
663	Lençóis Paulista	SP	67.185	1	1	4	0,697	0,764	9,6%	4
664	Lutécia	SP	2.705	1	1	6	0,657	0,72	9,6%	4
665	Lorena	SP	87.980	1	1	2	0,699	0,766	9,6%	4
666	Oscar Bressane	SP	2.616	1	1	6	0,684	0,749	9,5%	4
667	Gramado	RS	35.047	1	1	1	0,698	0,764	9,5%	4
668	Mogi Mirim	SP	92.365	2	3	8	0,718	0,784	9,2%	4
669	Porto Ferreira	SP	55.432	1	1	2	0,688	0,751	9,2%	4
670	Vinhedo	SP	75.129	2	3	4	0,749	0,817	9,1%	4
671	Esteio	RS	84.237	1	1	5	0,693	0,754	8,8%	4
672	Luís Antônio	SP	14.021	1	2	6	0,672	0,731	8,8%	4
673	Lins	SP	77.021	1	0	0	0,723	0,786	8,7%	4
674	Coromandel	MG	28.508	1	1	5	0,653	0,708	8,4%	4
675	Valparaíso	SP	25.632	1	1	3	0,669	0,725	8,4%	4
676	Assis Chateaubriand	PR	34.064	1	0	0	0,678	0,729	7,5%	4
677	Cordeirópolis	SP	23.793	1	1	2	0,706	0,758	7,4%	4
678	Ibirarema	SP	7.540	1	1	6	0,662	0,708	6,9%	4
679	Pedrinhas Paulista	SP	3.087	1	1	6	0,73	0,774	6,0%	4
680	Ilha Comprida	SP	10.656	1	1	6	0,694	0,725	4,5%	4

Anexo 6: Quantidade de indicadores impactados e parceiros envolvidos com os projetos

Organizações que possuem projetos em ISP	Projeto	Videos	Quantidade de indicadores	Indicador	Quantidade de parceiros	Parceiros
B3 Social	Associação Profissionalizante		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Fundação AlphaVille	Programa Jovem Sustentável - Cidadania Digital		2	Consumo anual de água per capita, Emissões de GEE per capita	2	Empresa, Executivo municipal
Fundação AlphaVille	Associação dos Catadores do Eusébio (ACEU)		2	Consumo anual de água per capita, Emissões de GEE per capita	2	Empresa, Executivo municipal
Fundação AlphaVille	Peixe na Rede	Video: https://www.youtube.com/w	1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Fundação AlphaVille	Centro de Educação para Sustentabilidade (CES) AlphaVille		2	Consumo anual de água per capita, Emissões de GEE per capita	2	Empresa, Executivo municipal
Fundação AlphaVille	Cooperativa Unindo Forças		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Fundação AlphaVille	Centro de Educação para Sustentabilidade (CES)		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Fundação AlphaVille	Programa Jovem Sustentável Aprendiz		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa, Executivo Estadual
Fundação ArcelorMittal Brasil	Prêmio ArcelorMittal de Meio Ambiente		1	Consumo anual de água per capita	2	Empresa, Executivo municipal
Fundação ArcelorMittal Brasil	Ver e Viver		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	5	Empresa, Executivo municipal, OSC Locais, Escolas locais, Outras empresas
Fundação ArcelorMittal Brasil	Vida + Segura		1	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	2	Empresa, Executivo municipal
Fundação ArcelorMittal Brasil	Cidadãos do Amanhã		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa, Executivo municipal, Órgãos paritários (como CDCA), Executivo Federal
Fundação ArcelorMittal Brasil	Acordes		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa, Executivo municipal, Executivo Federal
Fundação ArcelorMittal Brasil	ArcelorMittal Esporte		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa, Executivo municipal, Executivo Estadual
Fundação Bunge	Comunidade Integrada	Video: https://www.youtube.com/w	13	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais, Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários, Consumo anual de água per capita, Água não contabilizada, Concentração de material particulado (MP 10), Emissões de GEE per capita, Áreas verdes por 100.000 habitantes, Vitimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes, Taxa de desemprego (média anual), Homicídios (por 100.000 habitantes), Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, Leitos de hospital por 100.000 habitantes, Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Fundação Bunge	Comunidade Educativa		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa, Executivo municipal, Escolas locais, Funcionários voluntários
Fundação CSN	Garoto Cidadão		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Escolas locais
Fundação CSN	Capacitar Hotelaria e Serviços		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Fundação CSN	Bolsa de Estudo		2	Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Fundação Otacilio Coser	Rede Escolar		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Executivo municipal
Fundação Otacilio Coser	Comunidades Sustentáveis		5	Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários, Emissões de GEE per capita, Áreas verdes por 100.000 habitantes, Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Fundação Raizen	Projeto Infantil		2	Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Fundação Raizen	Projeto Jovem		2	Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa, Executivo municipal, Escolas locais
Fundação Toyota do Brasil	Ambientação		2	Consumo anual de água per capita, Emissões de GEE per capita	2	Empresa, Executivo municipal
Fundação Toyota do Brasil	Toyota APA Costa dos Corais		1	Áreas verdes por 100.000 habitantes	2	Empresa, OSCs Regionais ou Nacionais
Fundação Volkswagen	Costurando o Futuro	Video: https://www.youtube.com/w	1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa, OSCs Regionais ou Nacionais
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Programa Energia Social Furnas		1	Taxa de desemprego (média anual)	3	Empresa, Executivo municipal, OSC Locais
Instituto Alcoa	Programa ECOA - Educação Comunitária Ambiental		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Executivo municipal
Instituto Alcoa	Jurúti Sustentável		10	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais, Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários, Consumo anual de água per capita, Áreas verdes por 100.000 habitantes, Taxa de desemprego (média anual), Homicídios (por 100.000 habitantes), Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, Leitos de hospital por 100.000 habitantes, Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas, Receita própria como porcentagem da receita total	6	Empresa, Executivo municipal, OSC Locais, Outras empresas, OSCs Regionais ou Nacionais, Academia
Instituto Algar	Transforma		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	5	Empresa, OSC Locais, Escolas locais, Outras empresas, Entidades religiosas
Instituto Algar	Talentos do Futuro		2	Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Executivo municipal
Laudes Foundation	Organizational Networks Effectiveness		2	Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Instituto CCR	Caminhões para a Cidadania		1	Vitimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes	2	Empresa, Executivo municipal
Instituto CCR	Estrada para a Saúde		1	Vitimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes	1	Empresa
Instituto Coca-Cola Brasil, Instituto Vedacit	Coletivo Jovem		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa, OSCs Regionais ou Nacionais
Instituto CPFL	Programa de Apoio aos CMDCA's		2	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Órgãos paritários (como CDCA)
Instituto CPFL	Programa de Apoio aos CMIs		1	Leitos de hospital por 100.000 habitantes	2	Empresa, Executivo municipal
Instituto Ecofuturo	Parque das Neblinas	Video: https://www.youtube.com/w	2	Áreas verdes por 100.000 habitantes, Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Instituto EDP Energias do Brasil	EDP nas Escolas		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	5	Empresa, Executivo municipal, OSC Locais, Escolas locais, Outras empresas
Instituto EDP Energias do Brasil	Voluntariado EDP		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa, OSC Locais, Escolas locais, Funcionários voluntários
Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Educação Ambiental		1	Consumo anual de água per capita	1	Empresa
Instituto Eurofarma	Matéria Prima		2	Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa, Executivo municipal, Escolas locais
Instituto Eurofarma	Centro Eurofarma de Enfermagem		1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa, Outras empresas, OSCs Regionais ou Nacionais, Academia
Instituto Eurofarma	Educar para Reciclar		3	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais, Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários, Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa, Executivo municipal, OSC Locais
Instituto Eurofarma	Cursos preparatórios para ENEM e ETEC		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Instituto Eurofarma	Curso de Idiomas (Inglês)		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, OSC Locais
Instituto Eurofarma	Cursos de Iniciação Profissional (Técnicas Administrativas, Conecta, Link Informática, Design)		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa, OSCs Regionais ou Nacionais
Instituto Eurofarma	Cursos de Qualificação Profissional (Inspetor de Qualidade, Auxiliar de Almozarife e Auxilia)		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa, OSCs Regionais ou Nacionais
Instituto LafargeHolcim	RECOA		2	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais, Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	4	Empresa, Executivo municipal, OSC Locais, Outras empresas
Instituto Intercem	Semana do Bebê		1	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	1	Empresa
Instituto Invepar	Cinemaneiro		2	Consumo anual de água per capita, Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, OSC Locais
Instituto Invepar	Favela Mundo		2	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, OSC Locais
Instituto Invepar	Projeto Entre Lugares, terras que pisei, histórias que cortei		2	Taxa de desemprego (média anual), Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, OSC Locais
Instituto Invepar	A Arte Gerando Renda		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa, OSC Locais
Instituto Invepar	Tecendo Arte		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa, OSC Locais

Anexo 6: Quantidade de indicadores impactados e parceiros envolvidos com os projetos (continuação)

Organizações que possuem projetos em ISP	Projeto	Videos	Quantidade de indicadores	Indicador	Quantidade de parceiros	Parceiros
Instituto Invepar	Águas Fonte da Vida		2	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais,Consumo anual de água per capita	2	Empresa,Outras empresas
Instituto Invepar	Direitos Humanos em Azulejo		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,Escolas locais,Outras empresas
Instituto Invepar	Biblioteca Estação Leitura		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Outras empresas
Instituto Invepar	Cinepop		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Outras empresas
Instituto Invepar	Lê para min		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC Locais
Instituto Invepar	Eco Redes - Rede Comunitária de Desenvolvimento Socioambiental?		2	Consumo anual de água per capita,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC Locais
Instituto Invepar	Seguindo em frente		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,OSC Locais
Instituto Invepar	Projeto Trânsito Legal - De Olho na Pista		1	Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes	2	Empresa,Outras empresas
Instituto Positivo	Implantação de ADEs - Arranjos de desenvolvimento da Educação		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,Executivo municipal,OSC Locais
Instituto Unibanco	Gestão Escolar para Equidade: Juventude Negra		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Escolas locais
Instituto Unibanco	Jovem de Futuro		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Executivo Estadual
Instituto Unibanco	Estudar Vale a Pena		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Escolas locais
Instituto Unibanco	Gestão Escolar para Equidade: Elas Nas Exatas		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa,OSC Locais,OSCs Regionais ou Nacionais,Organismos Internacionais
Instituto Votorantim	Apoio à Gestão Pública		8	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais,Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários,Áreas verdes por 100.000 habitantes,Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes,Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos,Leitos de hospital por 100.000 habitantes,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas,Receita própria como porcentagem da receita total	5	Empresa,Executivo municipal,OSCs Regionais ou Nacionais,Organismos Internacionais,Organismos de Fomento
Instituto Votorantim	ReDes - Geração de Renda		1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,Outras empresas,Organismos Internacionais,Organismos de Fomento
Serasa Experian	Sonhos Reais		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
BeneFicência Portuguesa de São Paulo (BP)	Hospital Filantrópico da Perha		1	Leitos de hospital por 100.000 habitantes	2	Empresa,Executivo municipal
BeneFicência Portuguesa de São Paulo (BP)	Escola de Enfermagem São Joaquin		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Instituto Sicoob	Cooperativa Mirim		2	Taxa de desemprego (média anual),Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC Locais
Instituto Cenier Norte	Quosque Solidário		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,OSC Locais
Fundação André e Lucia Maggi	Prêmio Fundação André e Lucia Maggi 2018		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Fundação André e Lucia Maggi	Projeto Casa Marggca Rondônópolis		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC Locais
Fundação André e Lucia Maggi	Projeto Transformar		2	Homicídios (por 100.000 habitantes),Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	2	Empresa,OSC Locais
Instituto Sabin	Ludoteca		2	Homicídios (por 100.000 habitantes),Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	1	Empresa
Instituto Sabin	Saúde +		1	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	2	Empresa,OSC Locais
Laudes Foundation	Algodão Sustentável		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Laudes Foundation	Melhores Condições de Trabalho		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Laudes Foundation	Trabalho Forçado / Imigrantes		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Laudes Foundation	Fortalecimento de Comunidades		2	Taxa de desemprego (média anual),Homicídios (por 100.000 habitantes)	2	Empresa,Funcionários voluntários
Instituto Votorantim	PVE-Parceria pela Valorização da Educação		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	5	Empresa,OSC Locais,Outras empresas,OSCs Regionais ou Nacionais,OSC Internacionais
Fundação Cargill	Semeando Futuro		1	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	2	Empresa,Funcionários voluntários
Instituto Claro	Educoexão		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSCs Regionais ou Nacionais
Instituto Julio Simões	Você quer? Você pode!		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Escolas locais
Instituto Julio Simões	Julio Cidadão		1	Leitos de hospital por 100.000 habitantes	3	Empresa,OSC Locais,Funcionários voluntários
Instituto Ecofuturo	Meu Ambiente		2	Consumo anual de água per capita,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,Executivo municipal,Escolas locais
Instituto Ecofuturo	Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo	Projeto Biblioteca Comunitária Eco	1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa,Executivo municipal,Outras empresas,OSCs Regionais ou Nacionais
Instituto Estre de educação ambiental	Programa de Estágio		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Instituto Estre de educação ambiental	Cadê o Lixo que Estava Aqui?		2	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais,Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	1	Empresa
Instituto Estre de educação ambiental	Histórias Para Pertencer ao Mundo	Instituto Estre Mês da Criança 2016	2	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais,Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários	4	Empresa,OSC Locais,Escolas locais,OSCs Regionais ou Nacionais
Fundação Odebrecht	Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado e Avaliação de Impactos do PDCIS-1		8	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais,Porcentagem de resíduos sólidos municipais da cidade dispostos em aterros sanitários,Vítimas mortais de acidentes de trânsito por 1.000 habitantes,Taxa de desemprego (média anual),Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos,Leitos de hospital por 100.000 habitantes,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas,Receita própria como porcentagem da receita total	6	Empresa,Executivo municipal,OSC Locais,Outras empresas,Órgãos paritários (como CDCA),Executivo Estadual
Fundação ArcelorMittal Brasil	Ações STEM		2	Taxa de desemprego (média anual),Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,Executivo municipal,Executivo Estadual
Fundação Iochpe	Programa Formare	Formare 30 anos: https://www.yos	2	Taxa de desemprego (média anual),Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	6	Empresa,OSC Locais,Outras empresas,OSCs Regionais ou Nacionais,Academia,OSC Internacionais
Fundação Vale	PESC		1	Taxa de desemprego (média anual)	5	Empresa,OSC Locais,Outras empresas,OSCs Regionais ou Nacionais,Academia
Fundação Vale	Estações Conhecimento	Estação Conhecimento Serra: https://	2	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa,OSC Locais,Outras empresas,OSCs Regionais ou Nacionais
Fundação Vale	Educação Inclusiva		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,OSC Locais,Escolas locais
Fundação Vale	Casa Saudável	Casa Saudável: https://youtu.be/y	2	Consumo anual de água per capita,Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	4	Empresa,OSC Locais,OSCs Regionais ou Nacionais,Organismos de Fomento
Fundação Vale	Ciclo Saúde	Ciclo Saúde: Tablet na Atenção Básica	2	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos,Leitos de hospital por 100.000 habitantes	5	Empresa,Executivo municipal,OSC Locais,Academia,Organismos de Fomento
Fundação Vale	Apoio à Agricultura Familiar		1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,OSC Locais,Outras empresas,Organismos de Fomento
Fundação Vale	AGIR	Produtos Artesanais - Mulheres do	1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,OSC Locais,Outras empresas,OSCs Regionais ou Nacionais
Pineiro Neto Advogados	Alfissol Alfabetização Solidária		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,OSC Locais,OSCs Regionais ou Nacionais
Pineiro Neto Advogados	APAF - Projeto Maria Bonita		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,OSC Locais
Fundação Itaú Social	Redes de Territórios Educativos		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,OSC Locais,OSCs Regionais ou Nacionais
Fundação Itaú Social	Melhoria da Educação		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	6	Empresa,Executivo municipal,Outras empresas,OSCs Regionais ou Nacionais,Organismos Internacionais,OSC Internacionais
TIM Brasil	Bateria do Instituto TIM		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC Locais
TIM Brasil	O Círculo da Matemática do Brasil		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,Executivo municipal,Outras empresas
Instituto Souza Cruz	Novos Rurais	Programa Novos Rurais: Atitude q	1	Taxa de desemprego (média anual)	6	Empresa,OSC Locais,Escolas locais,Outras empresas,Academia,OSC Internacionais
Fundação Casas Bahia	Casas Bahia na Comunidade		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Instituto Claro	Dupla Escola - Colégio Hebe Camargo		2	Taxa de desemprego (média anual),Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Escolas locais
Fundação Vale	Centro Cultural Vale Maranhão		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,OSC Locais
SITAWI Finanças do Bem	Orgânicos in Box	Video Orgânicos in Box para Empr	1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
SITAWI Finanças do Bem	COEX Carajás	Cox Carajás Empréstimo Coletiv	1	Taxa de desemprego (média anual)	3	Empresa,OSC Locais,Outras empresas
SITAWI Finanças do Bem	TUCUM	Video TUCUM para Empréstimo C	1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,OSC Locais,OSCs Regionais ou Nacionais,Organismos Internacionais

Anexo 6: Quantidade de indicadores impactados e parceiros envolvidos com os projetos (conclusão)

Organizações que possuem projetos em ISP	Projeto	Videos	Quantidade de indicadores	Indicador	Quantidade de parceiros	Parceiros
SITAWI Finanças do Bem	Adere		3	Taxa de desemprego (média anual),Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC Locais
SITAWI Finanças do Bem	Cooperativa Ser do Sertão	COOPSERTÃO Empréstimo Cole	1	Taxa de desemprego (média anual)	3	Empresa,OSC Locais,Outras empresas
Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Educacional eZAPe! Virtudes Empreendedoras	Video: https://www.youtube.com/w	2	Taxa de desemprego (média anual),Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa,OSC Locais,Outras empresas,OSC Internacionais
Instituto Alair Martins (IAMAR)	Programa Martins Mesa Brasil - Doações		1	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	4	Empresa,OSC Locais,Executivo Federal,OSC's Regionais ou Nacionais
Instituto Conceição Moura	Comunidade de Aprendizagem		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Instituto Conceição Moura	Circuito Cultural		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,Outras empresas
Instituto Conceição Moura	Era uma Vez... Brasil		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Outras empresas
Instituto Conceição Moura	Gestão da Educação		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Executivo municipal
Instituto Conceição Moura	Academia dos Desenrolados		1	Taxa de desemprego (média anual)	3	Empresa,OSC Locais,Outras empresas
Instituto Conceição Moura	Líderes Educadores	Acesse nosso canal no youtube: http	1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,OSC Locais,Outras empresas
Instituto JCPM de Compromisso Social	Pré-universitário		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Instituto JCPM de Compromisso Social	Parceria Escola João Bezerra		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Escolas locais
Bradesco	Bolsa Floresta Familiar		2	Áreas verdes por 100.000 habitantes,Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,Outras empresas,Executivo Estadual,OSC's Regionais ou Nacionais
Bradesco	Floresta em Pé: geração de renda	Video: https://www.youtube.com/w	1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,Executivo Estadual,OSC's Regionais ou Nacionais,OSC Internacionais
Bradesco	Empreendedorismo Rbceirinho		1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,Executivo Estadual,OSC's Regionais ou Nacionais,OSC Internacionais
Bradesco	Floresta em pé: Infraestrutura comunitária	Video: https://www.youtube.com/w	5	Porcentagem da população da cidade que conta com coleta regular de resíduos sólidos municipais,Consumo anual de água per capita,Água não contabilizada,Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos,Leitos de hospital por 100.000 habitantes	4	Empresa,Outras empresas,Executivo Estadual,OSC's Regionais ou Nacionais
Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Educação fo	Video: https://www.youtube.com/w	2	Taxa de desemprego (média anual),Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	5	Empresa,Outras empresas,Executivo Estadual,OSC's Regionais ou Nacionais,OSC Internacionais
Bradesco	Programa de Educação, Saúde e Cidadania: Desenvolvim	Video: https://www.youtube.com/w	1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	4	Empresa,Outras empresas,Órgãos paritários (como CDCA),OSC's Regionais ou Nacionais
Fundação Aperam Acesita	Arte Acesita		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Fundação Aperam Acesita	Centro de Educação Ambiental – Oikós		1	Áreas verdes por 100.000 habitantes	1	Empresa
Fundação Bradesco	Escolas Fundação Bradesco		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Fundação Educar Dpaschoal	Academia Educar		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,Executivo municipal,Executivo Estadual
Fundação Educar Dpaschoal	Além do Encantamento		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	3	Empresa,Executivo municipal,Executivo Estadual
Fundação Educar Dpaschoal	Leia Comigo!		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Fundação Grupo Botucário	Reserva Natural Salto Morato		1	Áreas verdes por 100.000 habitantes	1	Empresa
Fundação Grupo Botucário	Reserva NaturalSerra do Tombador		1	Áreas verdes por 100.000 habitantes	1	Empresa
Instituto Cultural Usiminas	Centro Cultural Usiminas		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC Locais
Instituto Cultural Usiminas	Teatro Zélia Olguin		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,OSC Locais
Instituto Embraer	Formare		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,Outras empresas
Instituto GPA	Projeto Mito na Massa		1	Taxa de desemprego (média anual)	1	Empresa
Instituto GPA	Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos (NATA)		1	Taxa de desemprego (média anual)	3	Empresa,OSC Locais,Executivo Estadual
Instituto GPA	Programa Sementes		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,OSC Locais
Instituto GPA	Programa de Música e Orquestra		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Instituto Grupo BIG	Escola Social do Varejo	https://institutogrupobig.com.br/esc	1	Taxa de desemprego (média anual)	4	Empresa,Executivo municipal,Outras empresas,OSC's Regionais ou Nacionais
Instituto International Paper	Escola Formare		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,Outras empresas
Instituto Purunã	Fortalecimento da Gestão Pública		1	Taxa de desemprego (média anual)	2	Empresa,OSC Locais
Monsanto/Bayer	IBETAA		1	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	2	Empresa,OSC Locais
Monsanto/Bayer	Reforço Alimentar		2	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	1	Empresa
Monsanto/Bayer	Olimpíadas da Cidadania		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Executivo Estadual
Monsanto/Bayer	Escola de Futebol		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa, Executivo Estadual
Monsanto/Bayer	Escola Verde	https://www.bayer.com.br/sustental	2	Consumo anual de água per capita,Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,Escolas locais
Oi Futuro	Oi Kabum! LAB		1	Porcentagem de população em idade escolar matriculada em escolas	2	Empresa,OSC's Regionais ou Nacionais